

Paulo Santos Silva
Carlos Zacarias F. de Sena Júnior
Org.

O ESTADO NOVO

as múltiplas faces de uma experiência autoritária



EDUNEB

**O ESTADO NOVO:
AS MÚLTIPLAS FACES DE UMA
EXPERIÊNCIA AUTORITÁRIA**



Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Lourivaldo Valentim da Silva
Reitor

Amélia Tereza Santa Rosa Maraux
Vice-Reitora

Maria Nadja Nunes Bittencourt
Diretora da Editora

Conselho Editorial

Delcele Mascarenhas Queiroz
José Cláudio Rocha
Josemar Rodrigues de Souza
Márcia Rios da Silva
Maria Edesina Aguiar
Mônica Moreira de Oliveira Torres
Wilson Roberto de Mattos
Yara Dulce Bandeira Ataíde

Suplentes

Kiyoko Abe Sandes
Liana Gonçalves Pontes Sodré
Lynn Rosalina Gama Alves
Ronalda Barreto Silva

Paulo Santos Silva
Carlos Zacarias F. de Sena Júnior
(Organização)

**O ESTADO NOVO:
AS MÚLTIPLAS FACES DE UMA
EXPERIÊNCIA AUTORITÁRIA**

EDUNEB

2ª Edição

Salvador - BA

2009

© 2009 Cedido a Editora da Universidade do Estado da Bahia - EDUNEB
para esta edição

Proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica,
resumida ou modificada, em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional

Impresso no Brasil 2009.

Ficha Técnica

Projeto Gráfico, Editoração,
Normalização e Revisão
GRAJAÚ - Gráfica e Encadernadora

A revisão normativa é de inteira responsabilidade dos
organizadores desta publicação

Ficha Catalográfica - Sistema de Bibliotecas da UNEB

O Estado Novo : as múltiplas faces de uma experiência autoritária / Organizado por
Paulo Santos Silva; Carlos Zacarias F. de Sena Júnior. - Salvador : EDUNEB, 2009.
324p. : il.

Contém referências.
ISBN :978-85-86873-90-4

I. Brasil - História - Estado Novo, 1937 - 1945. I. Silva, Paulo Santos. II. Sena Júnior,
Carlos Zacarias F. de.

CDD: 981.061



EDUNEB

Esta Editora é filiada à



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

Editora da Universidade do Estado da Bahia – EDUNEB
Av. Jorge Amado, s/nº - Boca do Rio – Salvador – Bahia – Brasil
CEP: 41.710-050 – (71) 3371-0107 / 0148 – R. 204
editora@listas.uneb.br
www.uneb.br



LIVRE

...SANTO

URGENTE CONTRA O VOTO-COLU...

A ESCOLA POLITECNICA

DEMOCRACIA

INTEGRALISMO

FALTO DE

GESTÃO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

PARTE I. INFLUXOS AUTORITÁRIOS E RESISTÊNCIAS POLÍTICAS 17

O(s) Fascismo(s): a operatividade histórica de um conceito maldito 19
Manuel Loff

A polícia chegou e o povo sumiu: a ANL, o levante de 35 e a repressão política 37
Antonio Luigi Negro e Jacira Primo

Os “campeões da democracia”: aspectos da resistência comunista e antifascista em Portugal e no Brasil na conjuntura da guerra (1936-1948) 81
Carlos Zacarias F. de Sena Júnior

O Estado Novo e os “autonomistas”: conflito político e resistência liberal na Bahia 117
Paulo Santos Silva

PARTE II. DIÁLOGOS CONVERGENTES: GOVERNO, TRABALHADORES E SEUS ESPAÇOS DE INTERLOCUÇÃO 149

Estivadores baianos: política e sindicalismo no Estado Novo 151
Amélia Tereza Santa Rosa Maraux

O Estado Novo e a ofensiva médica contra a tuberculose 175
Maria Elisa Lemos Nunes da Silva

Estado, trabalhadores e previdência social: a dialética do direito e do protetor (1937-1947) 209
José Roberto Franco Reis

PARTE III. CULTURA POLÍTICA E REALISMO SOCIALISTA NA RESISTÊNCIA AO ESTADO NOVO 257

Páginas candentes da História: os subterrâneos do Estado Novo por Jorge Amado 259
Márcia Rios da Silva

Parque Industrial, de Mara Lobo (Pagu): resistência e utopia nos subterrâneos da Era Vargas 299
Luciano Rodrigues Lima

Os Autores 319

APRESENTAÇÃO

Os textos que integram esta coletânea atendem a múltiplos propósitos. Um deles se refere à necessidade de socializar resultados de pesquisas desenvolvidas em mais de um espaço acadêmico. A iniciativa buscou reunir investigadores que têm se debruçado sobre temas de reconhecida importância com base em diferentes enfoques, a partir de campos que abrem suas fronteiras para o diálogo visando ampliar trocas no que concerne aos meios de investigação de uma dada experiência. O Estado Novo foi tomado como pretexto para que este propósito se materializasse. A iniciativa estende-se, porém, para além de uma oportunidade de interpenetração da realidade. Trata-se de propor reflexões acerca de um contexto político que se inscreveu de forma marcante na trajetória da frágil experiência democrática brasileira. O que se experimentou sob o Estado Novo desdobrou-se, repercutindo por anos a fio na vida política nacional, tanto pelos feitos dos seus contendores quanto pelas instituições que foram então edificadas, muitas das quais sobreviveram trazendo a marca dos propósitos daqueles que levaram a experiência a cabo. Nada mais adequado, portanto, do que buscar reunir múltiplos olhares para, de diferentes ângulos, acercarem-se do fenômeno.

Aqui investigadores da área de literatura e história se reúnem e proporcionam abordagens em torno da sociedade e da cultura brasileira acerca de uma época não tão distante como a primeira metade do que Eric Hobsbawm chamou de breve século XX. É verdade que os autores presentes nesta coletânea por vezes buscam na conjuntura mundial as circunstâncias que ensejaram aquele momento tão singular, mas não perdem o foco da situação brasileira, particularmente da baiana, com artigos que se aproximam pelo tênue fio da política. Através deste fio buscam

delinear a trama que se expressou na experiência do Estado Novo, destacando-se suas múltiplas faces. E sob este aspecto acreditamos que se cumpriu um outro objetivo, que é o de tentar mostrar como o diálogo interdisciplinar ou multidisciplinar se efetiva na prática de diferentes investigadores que tem suas pesquisas entrecruzadas por problemáticas de uma dada época.

A aproximação entre literatura e história ocorre aqui de modo a não fazer concessão a qualquer artifício aligeirado, e sim a partir das práticas de pesquisa dos autores envolvidos e dos resultados que agora são apresentados ao público. Certa zona de compromisso se estabeleceu, ainda que tacitamente, nos espaços de intersecção que emergiram deste encontro de temas e objetos, algo que se percebe com nitidez ao se cruzar os textos e suas leituras. Vale destacar que os trabalhos propostos apóiam-se em base documental ampla e variada, alicerce de pesquisas mais abrangentes, ainda em processamento ou desdobradas em outras direções, com vistas a ampliar possibilidades de análises. Da mesma forma, vale também ressaltar que conceitos e categorias, conhecidos ou novos, são apresentados ou reapresentados para que se clarifique o debate com o intuito de favorecerem o diálogo sobre a história do tempo presente em permanente mutação.

A presença de pesquisadores de diferentes universidades, inclusive do exterior, abre espaços para intercâmbios que sempre são fecundos para a vida acadêmica. A possibilidade de circulação e de trocas está presente não somente por conta dos lugares distintos de origem dos textos, mas também pela horizontalidade dos temas tratados. Entram no foco das abordagens variadas dimensões comparativas que articulam a Bahia, o Brasil e a Europa vistos em suas similares experiências de autoritarismos. Sob outro ângulo, tornam-se visíveis atores sociais com diferentes e opostos horizontes: dos liberais conservadores de perfil oligárquico aos militantes de esquerda e seus difíceis e sinuosos percursos pelos subterrâneos de uma

experiência autoritária. Portanto, procuram-se cruzar dimensões distintas diante de uma única experiência chamada Estado Novo.

Foi possível, assim, delimitar três recortes que encerram o conjunto dos artigos apresentados. No primeiro deles, que os organizadores desta coletânea acharam por bem denominar “influxos autoritários e resistências políticas”, trata-se de reconhecer a maneira de implantação de regimes autoritários e as formas de resistência que lhe foram impostas no Brasil, sob a perspectiva de segmentos da esquerda comunista e aliancista e dos liberais. Abrindo esta seção temos o instigante e provocativo texto do historiador e professor da Universidade do Porto, Manuel Loff. Este autor, importante investigador lusitano que se debruçou sobre as experiências autoritárias da Península Ibérica, indaga se o fascismo seria um estágio conjuntural da evolução do capitalismo e do imperialismo europeus ou uma proposta permanente de práxis política dos setores mais violentos da classe dominante da sociedade capitalista. Tentativas de respostas a esta e a outras questões, cruciais para se compreender o fenômeno do fascismo e do Estado Novo no Brasil, e mesmo em Portugal, o leitor encontrará ao longo do artigo de Manuel Loff e dos demais que compõem esta coletânea. Em todo caso, para o historiador português, que procura discutir a atualidade e a operatividade histórica desse conceito que, nas suas palavras, teria se tornado *maldito* pela memória do Holocausto e pela sua própria representatividade no conjunto das estratégias políticas das direitas, o *fascismo* é uma entidade própria e, sobretudo, ainda hoje vigente como categoria do real.

No texto seguinte, “A polícia chegou e o povo sumiu”, de Antonio Luigi Negro e Jacira Primo, pode-se reconhecer a atmosfera repressiva respaldada no discurso do medo do comunismo que antecedeu a implantação do Estado Novo no Brasil e lhe serviu de pretexto para a legitimação. Centrado

na fase de ilegalidade da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e nos rumos que o PCB e os militares imprimiram tanto ao aliancismo quanto aos preparativos para o Levante de 35, os autores buscam examinar como este evento foi utilizado pelo governo para justificar uma escalada repressiva que se abateu indiscriminadamente sobre diversos setores da sociedade.

Ainda nesta seção, Carlos Zacarias de Sena Júnior procura estabelecer critérios de comparação da resistência comunista e antifascista em Portugal e no Brasil na conjuntura da Segunda Guerra Mundial através do texto “Os campeões da democracia: aspectos da resistência comunista e antifascista em Portugal e no Brasil na conjuntura da guerra. 1936-1948”. Levando em consideração as mudanças na situação política internacional, o autor busca pontos de identidade nas resistências comunista e antifascista nestes dois países a partir da conceituação do regime “bonapartista” do Estado Novo, chamado também de “fascismo genérico” pelo autor, que concorda, no essencial, com as teses apresentadas por Manuel Loff. Sena Júnior vê, ainda, na luta pela democracia o fator principal da identidade entre os resistentes de Portugal e do Brasil na conturbada conjuntura da guerra.

Por fim, encerrando a seção, Paulo Santos Silva em “O Estado Novo e os ‘autonomistas’: conflito político e resistência liberal na Bahia”, ocupa-se da ação e do discurso de grupos políticos baianos que buscavam recuperar posições de poder subtraídas pelo governo Vargas e pelo Estado Novo. Unidos pelo objetivo de restituir à Bahia a autonomia do estado, isto é, para os segmentos de suas elites dirigentes não beneficiadas no projeto político que se procurou executar a partir da “Revolução de 1930”, Paulo Silva analisa como diversas facções agregaram-se sob o nome de “Concentração Autonomista da Bahia”. Com este propósito, o autor se reporta ao momento em que tais grupos lançaram mão de argumentos do liberalismo político e de uma certa representação do passado histórico do país e da

Bahia, ancorando suas posições em supostas “tradições liberais” brasileiras as quais se diziam filiados, argumento que, segundo Paulo Silva, não escondia a linhagem oligárquica de que descendiam.

Na segunda seção, denominada pelos organizadores “diálogos convergentes: governo, trabalhadores e seus espaços de interlocução”, abordam-se três dimensões fundamentais do Estado Novo: a organização sindical a partir de uma categoria específica, a dos estivadores; a questão da saúde pública e o tratamento de um mal persistente, a tuberculose; e o sistema previdenciário interpelado pelos trabalhadores em suas correspondências com o governo. No que se refere à organização sindical, o artigo de Amélia Maraux, “Estivadores baianos: política e sindicalismo no Estado Novo” desloca o marco cronológico para 1930 buscando retomar as origens reguladoras do Estado Novo e propõe uma análise da formação do Sindicato dos Operários Estivadores de Salvador, em 1932, a partir do Decreto 19.770 de 19 de março de 1931. Este dispositivo, analisado em detalhes pela autora, propunha a transformação em sindicato de todas as entidades patronais e de trabalhadores. Abordando, inicialmente, o processo histórico de organização dos trabalhadores da estiva, Amélia Maraux enfatiza os elementos que evidenciam a especificidade de sua composição, a saber, os aspectos étnicos-raciais. Em seguida, a autora discute a receptividade dos estivadores baianos em relação à lei de sindicalização, abordando os aspectos políticos e de gestão do processo de trabalho, adentrando pelos subterrâneos do regime até sua queda em 1945.

A complexa relação entre o projeto de construção de um Estado Nacional e as unidades da federação expressou-se na problemática da saúde e no envolvimento de setores da sociedade civil com o Estado no enfrentamento da tuberculose. É desta questão que se ocupa o texto de Maria Elisa Lemos Nunes da

Silva, “O Estado Novo e a ofensiva médica contra a tuberculose”. A pesquisadora, com base em pronunciamentos discursivos e ações políticas concretas de combate à tuberculose no Brasil e principalmente na Bahia, mostra faces do envolvimento da comunidade médica com o Governo Vargas, atentando para o jogo de aproximação e afastamento em relação ao Estado Novo. Entre as táticas e as estratégias dos médicos da área de tisiologia e o projeto de construção de um Estado Nacional há, para a autora, muito mais do que uma justaposição de intenções, pois se tratava de um sinuoso jogo de forças no qual as escolhas políticas e ideologias não tiveram como ficar escondidas num asséptico combate à tuberculose, nem tampouco ficar imunes à dinâmica política em perspectiva global.

Em íntima conexão temática com a abordagem acima referida, o texto de José Roberto Franco Reis, “Estado, trabalhadores e previdência social: a dialética do direito e do protetor (1937-1947)”, cujo título é por si esclarecedor, propõe uma análise em que o trabalhador aparece mais uma vez na teia de poderes tecida pelo governo Vargas. Com base em correspondências de indivíduos e entidades, Reis analisa o processo de implantação do sistema de previdência no Brasil, entre 1930 e 1945, para revelar as táticas de cooptação no estabelecimento das relações de trabalho pelo regime Vargas, que estimulava que cada sindicato entrasse em contato direto com o Ministério do Trabalho reivindicando um sistema de proteção previdenciária mais completo. Para o autor, contudo, mesmo que o sistema de previdência do pós-30 fizesse parte da estratégia de cooptação do regime, gerava um forte sentimento nos indivíduos de que esses órgãos de previdência haviam sido criados para lhes servir e oferecer proteção.

A terceira seção, a última desta coletânea, enfoca, sob diferentes ângulos, as relações entre literatura e militância com base na atuação política de Patrícia Galvão e Jorge Amado,

bem como das formas de representação dos conflitos sociais e políticos que aparecem nas obras destes dois autores. Em função disto, denominou-se “cultura política e realismo socialista na resistência ao Estado Novo” a esta seção que discute a literatura de resistência de dois importantes militantes comunistas do período.

Os subterrâneos da liberdade (Os ásperos tempos, Agonia da noite e A luz no túnel), de Jorge Amado, é objeto de análise do artigo “Páginas candentes da História: os subterrâneos do Estado Novo por Jorge Amado”, de Márcia Rios da Silva, que retoma a narrativa realizada nestas obras para constituir um painel da ditadura levada a efeito sob o Estado Novo, contra a qual o intelectual comunista Jorge Amado se posicionou na defesa da democracia através de sua literatura e militância. Ao analisar o contexto em que trilogia foi produzida e que forças e valores moveram o romancista na escrita dessa história, a autora orienta seu artigo com base no pressuposto de que o escritor, em sua longa trajetória, tornou sua literatura uma trincheira dos ideais libertadores e socializantes. Aqui, mais uma vez, história e literatura se fundem revelando suas fecundas possibilidades, ligadas pelo fio da política.

Se n’*Os subterrâneos da liberdade* as representações literárias daquela experiência são mais diretas, através da análise do romance *Parque industrial*, de Mara Lobo (Pagu), Luciano Lima analisa a ante-sala do Estado Novo e propõe uma reavaliação da obra da jovem militante do início dos anos 1930. Tendo como pano de fundo o cenário político-ideológico do governo Vargas, o autor retoma alguns aspectos da estética modernista, o que implicou em invadir o território da romanesca vida privada da escritora comunista. Ainda que o artigo afaste-se da mitificação de Pagu, o que, para Luciano Lima em nada auxiliaria em uma avaliação justa do que teria sido esta importante personalidade da história política, artística e social

do Brasil no século XX, o autor propõe que novas pesquisas precisam ser feitas para elucidação da verdadeira dimensão do papel de Pagu na resistência política ao regime de Vargas. Assim, dimensões políticas e ideológicas são tratadas a partir da atuação de uma mulher que leva a tocar em questões de gênero, sugerindo a necessidade de ampliação deste debate.

Enfim, se a triste lembrança de uma ditadura não nos servir para dela retirar todos os ensinamentos que embalam nossas próprias práticas políticas, que de tempos em tempos os debates venham a revalidar o pensamento e permitir reavaliações onde se articulem diferentes ações e vontades. Foi isto o que se procurou cobrir na efetivação desta coletânea. Oxalá os organizadores tenham logrado sucesso no seu intento e os leitores possam retirar desses escritos, que foram mantidos na forma original proposta pelos autores, as melhores conclusões para que novos debates sejam oportunizados.

Paulo Santos Silva e
Carlos Zacarias F. de Sena Júnior



PARTE I
INFLUXOS AUTORITÁRIOS E
RESISTÊNCIAS POLÍTICAS

O(S) FASCISMO(S): A OPERATIVIDADE HISTÓRICA DE UM CONCEITO *MALDITO*¹

Manuel Loff

Doutor em História e Civilização pelo
Instituto Universitário Europeu (IUE);
Professor Auxiliar da Faculdade de
Letras da Universidade do Porto (UP)

Estádio conjuntural da evolução do capitalismo e do imperialismo europeus, superado pela derrota militar do nazismo em 1945, ou proposta permanente de práxis política dos sectores mais violentos da classe dominante da sociedade capitalista? Desvio incharacterístico na leitura burguesa do mundo contemporâneo, típico de uma era depressiva, ou categoria válida de interpretação da realidade política, social e cultural, aplicável a contextos muito distintos do europeu e a conjunturas posteriores a 1945, à resistência imperialista à descolonização formal, à relativa desindustrialização do Norte do fim de Novecentos, ao fim dos modelos reaccionários autoritários clássicos na Europa e nas Américas?

Discutir a actualidade e a operatividade histórica do conceito de *fascismo* é necessariamente dificultado pelo facto evidente de este ser tornado *maldito* pela memória do Holocausto e pela sua própria representatividade no conjunto das estratégias políticas das direitas, reconhecendo-se ao fascismo, portanto, uma entidade própria e, sobretudo, ainda hoje vigente como categoria do real.

A discussão teórica em torno da validade operativa do conceito de *fascismo* e da viabilidade da sua aplicação a contextos

históricos que se distinguem muito daqueles que enquadravam a realidade italiana e alemã (os mais arquetípicos modelos fascistas) do período do entre-guerras e da II Guerra Mundial (a chamada *Época do Fascismo*), além de ter a sua óbvia relevância científica, não é, de forma alguma, desprovida de evidente significado político. Esvaziarmos a análise da realidade política actual e dos estudos prospectivos do futuro mais ou menos próximo de uma categoria política como a do *fascismo* terá sempre como consequência perdermos a capacidade de percebermos um fenómeno com as características deste e de, ao não o sabermos detectar, ao não percebermos a sua implantação sob formas adaptadas, naturalmente, à(s) realidade(s) do nosso tempo, poderemos vir a ser vítimas dele.

Não conseguir ler a realidade com que nos deparamos é a forma mais evidente de não ser sujeito da nossa própria vida, da nossa própria história. Saber onde e quando há *fascismo* é tão importante hoje como o foi no passado. A proposta de leitura do fenómeno que aqui faço bebe a sua vitalidade teórica fundamentalmente na perspectiva de construção do conceito de *fascismo genérico*, que teve em Enzo Collotti o seu pensador mais sólido. Para a geração de movimentos e regimes autoritários e simultaneamente reaccionários do período de entre-guerras mundiais, pelo menos, Collotti sustenta ser possível perceber a

[...] existência de uma ideia-guia, e de tendências de evolução das ideias e instituições políticas, que [podem] assimilar-se no conceito de fascismo, entendido como força de ruptura capaz de modificar equilíbrios políticos e sociais, e capaz também de mobilizar estados e potências para a desestabilização da ordem existente, na sua ambição de propor e impor uma nova ordem à Europa.²

Na definição do mais representativo historiador que trabalha nestes termos em Portugal, Fernando Rosas, trata-se de

[...] uma realidade fundamental da história europeia dos primeiros 30 ou 40 anos deste século [XX]: a do surgimento de um movimento reaccional geral de tipo novo, nascido da crise do sistema liberal, particularmente afirmado e clarificado no período de entre as duas guerras, o qual, sem prejuízo de diferentes formalizações e expressões nacionais, atravessa e unifica historicamente o conjunto das sociedades capitalistas europeias desse período.³

Por outras palavras, pressupõe-se a existência histórica de um *fascismo genérico*, de um fenómeno histórico que cobre as várias dimensões da realidade social, detectável em todos os movimentos e regimes que, além do mussoliniano e do hitleriano, sofreram no seu tempo a atracção pelo modelo que estes dois pautaram, como via (*Terceira Via*) percebida como mais eficaz, adequada ou necessária, de correcção do processo histórico liberal e de superação da alternativa revolucionária que o comunismo marxista (a partir de 1918, sobretudo ele) significava. Neste campo epistemológico destaca-se um grupo, sobretudo entre os que trabalham prioritária ou exclusivamente com uma racionalização histórica da interpretação da realidade social, que podemos designar, justamente, por *historicistas* (o *ismo* pode parecer aqui francamente exagerado), os quais, utilizando maioritariamente métodos tão clássicos da ciência histórica como a organização diacrónica e sincrónica do objecto de estudo, tecem interpretações daqueles mesmos movimentos e regimes no quadro de evoluções cambiantes através de conjunturas muitas vezes contrapostas. A sua perspectiva de análise parte dos dados

específicos da «contextualização económica, social, política, isto é, *histórica* dos fenómenos que estuda» para neles encontrar o comum e o distinto ou *original*, procedimento cuja ausência se denuncia na «*démarche* teórica» dos taxonomistas, que facilita, segundo Fernando Rosas, que se «“[tome] o gato por lebre”, isto é, [se aceite] como elemento caracterizador (ou não) dos movimentos e regimes fascistas o discurso político, ideológico e legislativo dos agentes sobre si próprios», incorrendo «nos impasses do seu método: restam-lhe como fontes privilegiadas as exterioridades jurídico-institucionais, a versão ideológica da realidade, um mundo de sombras que frequentemente pouco tem a ver com ela». Com base nestes pressupostos, parece óbvio que «a busca formalista do “fascismo puro” corre, aliás, esse risco sério: o de não o encontrar em lado algum, o que não será certamente alheio à perigosa desenvoltura com que ela prescinde da História e das suas complexidades».⁴

Quem procede desta outra forma? Sobretudo os que, em termos técnicos, se têm designado como os «taxonomistas», que, por definição, trabalham com métodos da Ciência Política e procuram uma compreensão conceptual por categorias de movimentos e regimes. A sua utensilagem conceptual mais significativa releva da chamada *tese totalitária*, hegemónica na produção teórica do Ocidente, sobretudo, já o calculávamos, no mais forte dos seus pólos de atracção, os EUA. Pressupõem estes dever ser desenhada, na paisagem dos regimes e sistemas políticos e ideológicos, uma fronteira fundamental entre aqueles que se interpretam como sendo portadores de uma vontade e de uma capacidade (abre-se aqui uma discussão para saber se a existência da primeira será suficiente para a categorização) *totalitárias* de intervenção do Estado (curiosamente não de outros actores sociais) no conjunto das relações sociais, políticas, culturais, de uma determinada sociedade, e aqueles que não possuem tal vontade nem tal capacidade, sendo mais ou menos irrelevante se se empenharam ou não na sua rejeição, no combate contra aquelas. Em geral, (sobre)valorizam a tipicidade dos dois casos nodais (Fascismo italiano e Nazismo alemão), nos quais umas quantas

características determinadas são relevadas (habitualmente as mais excessivas, porque mais excepcionais num quadro histórico geral e na trajectória histórica deles próprios: violência, racismo, expansionismo, genocídio) para configurar um prisma através do qual todos os demais casos comparáveis, de um modo ou outro subsumíveis na *época do fascismo*, aparecem como menores, menos típicos, menos intensos, menos relevantes, menos densos histórica e teoricamente. Esta corrente é devedora no seu conjunto da teorização que do *totalitarismo* se fez, originariamente, nos anos '50, em plena Guerra Fria, e mais da *Totalitarian Dictatorship and Autocracy*, de Carl Friedrich e Zbigniew Brzezinski (de 1956)⁵, do que das *Origins of Totalitarianism*, de Hannah Arendt (de 1951)⁶, teoria e conceito que, pelas suas potencialidades políticas imediatas (coincidência legitimadora entre os resultados da aplicação prática da teoria - Estados/movimentos não totalitários e Estados/movimentos totalitários - e divisão política efectiva do planeta), rapidamente conquistou no Ocidente um estatuto largamente hegemónico na Ciência Política, na História e na maioria das investigações que entrassem, nem que fosse a título introdutório e acessório, pelo terreno da categorização política. Desta forma, tal como acontecia justamente nos sistemas autoritários de qualquer signo, o discurso científico aproximava-se, para não dizer que mimetizava e legitimava, abertamente, o discurso político dominante no Ocidente, já que agrupava entre os regimes totalitários os derrotados fascismos mussoliniano e hitleriano e todos os modelos (soviético, chinês, jugoslavo, cubano...) do comunismo, estabelecendo uma graduação do peso da autoridade e do território social do Estado que permitia descrever como *não totalitários* (por outras palavras, aceitáveis) os Estados *autoritários* (entre os quais consideravam estar os dois ibéricos até 1974-78, mas também a generalidade das ditaduras latinoamericanas, quase sempre militares e de cariz mais ou menos bonapartista) e os *liberais*, efectivamente coligados contra a *subversão* comunista. Para Richard Bosworth, «s teoria do totalitarismo foi deliberadamente desenhada para servir o seu tempo», ou seja, os anos '50, aquela que foi «[a sua] década», podendo «a maioria dos historiadores reconhecer quão rapidamente os elementos de descrição feita do

inimigo anterior, a Alemanha nazi, eram agora transferidos para o seguinte, a URSS». A hegemonia conseguida, no campo da produção de conhecimentos nas ciências sociais, pela teoria do totalitarismo, directamente resultante da sua adaptabilidade ao discurso político dominante, acabou por ter, também ela, e como bem interpreta Bosworth, «implicações “totalitárias”» em duas grandes vertentes:

Era a resposta correcta, ou até mesmo a única resposta. Era também uma resposta para qualquer tempo [histórico], ou, pelo menos, para o futuro previsível, já que, enquanto o comunismo sobrevivesse, nem a URSS, nem a China mudariam. A teoria era, ainda, pelo menos, potencialmente, agressiva. Sob uma ameaçadora atmosfera de guerra, que ela própria justificava ou propiciava, aqueles que não aceitavam a resposta correcta podiam ter que ser controlados ou destruídos.⁷

Aonde os *taxonomistas* encontravam uma diversidade de casos comparáveis e distinguíveis, e, portanto, categorizáveis, ainda que dispersos por todo o século XX, os *historicistas* estabeleciam parâmetros comuns entre aqueles surgidos e/ou vigentes em cada uma das diferentes conjunturas históricas, encontrando mais facilmente aspectos distintivos na mudança de conjuntura que na diferença de modelo nacional. Assim, tanto ou mais significativo do que estabelecer as diferenças entre contextos nacionais intrinsecamente distintos seria perceber as consequências das rupturas de conjuntura para o conjunto dos fenómenos autoritários estudados - por exemplo, entre a (i) fase da ultrarreacção conservadora da década de '20 e (ii) a fascização generalizada contemporânea da Grande Depressão, da ascensão internacional do hitlerismo e da primeira metade da II Guerra Mundial; ou entre esta última fase, de evidente sensação de triunfo histórico do modelo fascista dominante, e a seguinte (iii) fase de

refluxo e de resistência, na qual se confundem a segunda metade da guerra, o pós-guerra e a primeira década da Guerra Fria, por sua vez radicalmente distinta dos (iv) autoritarismos nacionalistas pós-coloniais que emergem na Ásia e em África.

Assumirei aqui que o fascismo, tendo sido gerado num ciclo histórico muito preciso – o da primeira grande crise do sistema liberal como modelo de gestão política e social do capitalismo contemporâneo –, tem dimensão histórica para poder ser detectado como proposta permanentemente presente no universo político.

Assim, em que contextos tende a emergir – e, portanto, a poder reemergir – o fascismo? É curioso – mais: é muito revelador! – que a análise histórica da conjuntura complexa da chamada *Época do Fascismo* nos permita descortinar um grande número de similitudes com este estágio de avanço aparentemente generalizado das formas capitalistas de produção a que o pensamento dominante tende a chamar *globalização* que vivemos desde há cerca de duas décadas.

Antes de mais, o fascismo progride em conjunturas de crise da economia capitalista e da cultura social e política que lhe está associada. Ele esconde-se por detrás de reacções ultraconservadoras à sociedade de massas, incorporando, contudo, um discurso modernizador e metodologias de mobilização social e política adaptadas às características próprias da massificação, o que se tornou, logo nos anos 1920, uma das mais seguras garantias do seu sucesso. Os fenómenos de concentração capitalista, como aqueles que correspondem à actual fase de desenvolvimento capitalista, com a conseqüente ameaça de proletarianização das classes médias, produzem habitualmente formas de discurso anticapitalista reaccionário, que diz pretender o regresso a formas corporativas protegidas, de organização da economia e da sociedade, de actividade económica, aparentando recusar por igual concentração e colectivação, ainda que, socioeconomicamente, a História tenha amplamente demonstrado que a primeira foi uma das mais evidentes conseqüências da prática política do fascismo. Nos processos de conquista de poder em que o fascismo se

envolveu, os seus arautos sustentaram retóricas em torno do que, nos anos 1930, pelo menos, se chamava o *socialismo nacional*, escorado, nos países de maioria católica, pela teorização vaticana do corporativismo. Chegado ao Poder, conquistada a hegemonia no plano do Estado, os fascismos submeteram as classes populares, e muito particularmente os assalariados, em evidente colaboração de classe com um patronato industrial e agrário que vivera o período 1917-23 sob verdadeiro pânico. A prática política destes regimes foi a da intervenção regulamentadora e hiperburocrática das actividades econômicas, mas assegurando-se sempre do consenso com os grandes interesses patronais.

Particularmente popular entre os sectores social e economicamente menos seguros da burguesia, essas novas e frágeis classes médias que o avanço da escolarização, da urbanização e da terciarização propiciou a partir da I Guerra Mundial, o fascismo emergiu nos anos que se seguiram ao triunfo da Revolução de Outubro como forma brutal de reacção ao avanço do movimento operário, reforçado este pelo empenho (e conseqüente desilusão profunda) das massas no esforço de guerra e pelo triunfo e resistência da revolução soviética. O pânico antirrevolucionário que viveu a classe dominante e que se estendeu às classes médias foi certamente terreno lavrado para a sementeira fascista, mas é necessário termos bem presente que a grande maioria das experiências fascistas e fascizadas tiveram êxito em momentos de refluxo, e não de avanço, do movimento operário: desde a Itália do fim de 1922 à Alemanha de 1933, passando pelas ditaduras reaccionárias que se implantam por toda a Europa meridional e do Sul durante o período, os fascismos instalam-se no poder de forma mais preventiva face à possibilidade de reemergência da capacidade revolucionária do movimento operário, num momento em que esta se perdera ou estava em vias de se perder. Efectivamente, nem o triunfo de Mussolini ocorre nos anos (1919-20) de mais intensa mobilização revolucionária em Itália, nem Hitler é chamado ao poder pela burguesia mais reaccionária em 1919 ou em 1923, quando o movimento espartakista/comunista alemão conseguiu reunir o maior consenso na classe operária

alemã em torno de uma alternativa revolucionária; e muito menos as ditaduras antirrevolucionárias se instalam no poder em Portugal, em 1926, ou na Áustria em 1934, confrontando movimentos revolucionários no climax da sua capacidade sociopolítica, ainda que, pelo contrário, essa situação possa configurar os casos do levantamento militar franquista na Espanha de 1936.

Nas conjunturas de mais acentuada (ou como tal percebida) aceleração científica e tecnológica, uma vez mais como sucede de novo nos nossos dias, a cultura de massas alaga-se de medo e de ansiedade perante o futuro, produto de uma crescente instabilidade crescente da produção e da sociedade. É nestes períodos que se manifesta uma inquietação metafísica, triunfam leituras sociais de um psicologismo barato, a par de propostas de regresso ao instinto e a um pretenso uso *terapêutico* e *regenerador* da violência, a uma pretensa *espiritualidade* religiosa que caracterizaria épocas passadas, constituindo no seu todo uma reacção irracionalista contra o legado racionalista das ideologias da esquerda histórica (o liberalismo progressista, o socialismo), de teor frequentemente nietzschiano. O fascismo, não no-lo esqueçamos, é essencialmente um irracionalismo que se alimenta de todo o tipo de teorias da conspiração, seguramente na sua forma mais agressiva e despudorada, que se lança descaradamente na denúncia do que chama o *intelectualismo*, o confundindo a circulação criativa das ideias com um *cosmopolitismo* pseudo-elitista ou descrevendo o internacionalismo operário como cedência a ideais *estrangeiros*, o pacifismo como a manifestação do grau extremo da impotência humana.

Decorre logicamente deste irracionalismo ambiente a ideia da providencialidade e da infalibilidade do *Chefe* (o *Führer*, o *Duce*, o *Caudillo*, o *Conducator*, ...), figura que a propaganda procura saturar (sempre que a personagem em questão reúna algumas potencialidades neste sentido...) com as características culturalmente mais caucionadas da masculinidade burguesa, pretendendo fazer dele o arquétipo de um modelo masculino que o fascismo descreve como sendo um *Homem Novo*, mas que, como bem analisa George Mosse⁸, não passa de uma reestilização

retórica de «um consenso já estabelecido» na cultura da classe dominante desde a reconstrução do paradigma grego no séc. XVIII: ao autodomínio da atitude e à virilidade muscular, que a cultura de massas do Ocidente (e muito particularmente a norte-americana) consagrará ao longo do séc. XX, o fascismo vem acrescentar esteticamente a representação plástica da disciplina, da prática da obediência confundida com o culto da acção, num apelo permanente à conformação face a uma lógica de comando hierárquico que dividiria a sociedade em *chefes* e *soldados*.

Coerentemente, a conceptualização social e estética da mulher que o fascismo faz acentua com traços bem mais grosseiros a resistência reaccionária à lenta caminhada para a igualdade que, desde finais de Oitocentos, procurava contrariar a moral burguesa que, mais que qualquer outra, fechara a mulher, descrita como mãe antes de mais, na cozinha e na Igreja – os famosos três KK da mulher nacional-socialista: *Kinder, Küche, Kirche*. O *soldado/guerreiro* complementava-se, assim, com a *graça*, a *harmonia*, a *inocência* da mãe fascista, guardiã da vitalidade da *raça*, primeira cuidadora das crianças de cuja *educação* o Estado se encarregaria desde muito cedo.

Numa época perpassada por pulsões revolucionárias que varrem tanto a vida política quanto o mundo das artes, o fascismo vem, portanto, e uma vez mais, procurar dar resposta à perplexidade que as das classes médias manifestavam diante das rupturas que as vanguardas propunham. É assim que, tanto no terreno mais restrito da propaganda, quanto no âmbito das políticas de Estado para a cultura, os fascistas impõem, como sustenta Mosse, um «padrão fixo de beleza» humana definido como «“o bom, o verdadeiro e o sagrado”», definido em boa parte por oposição ao «“contra-tipo”» que faz coincidir com as *raças inferiores*: o judeu, o negro, ...

Não admira, por tudo isto, que o fascismo se revigore na rejeição das grandes transformações da contemporaneidade, ao mesmo tempo que é claramente um produto desta. Ao rejeitar em bloco o legado filosófico do Iluminismo liberal (e se liberal!), porque o fascismo é um dos herdeiros dos projectos elitistas de

reengenharia social das Luzes) do séc. XVIII, o fascismo abomina a liberdade (política e económica, ainda que, como veremos, nada tenha a opor à natureza privada da propriedade capitalista), o individualismo e a filosofia jurídica dos direitos do homem antes de mais. Com mais vigor ainda do ponto de vista da sua práxis, o fascismo rejeita a democracia e as teses igualitárias e, acima de tudo, o socialismo marxista.

Em síntese, o fascismo tende a ganhar força, e triunfa apenas, em contextos de crise social e política profunda, historicamente associados frequentemente com derrotas militares, como no caso do pós-I Guerra Mundial ou da própria II Guerra Mundial, mas também com situações económicas tão recessivas quanto a Grande Depressão da década de 1930.

De conteúdo teórico extraordinariamente vago e conceptualmente superficial, como compete a todas as propostas irracionalistas, o fascismo enlaça na tradição nacionalista, propondo uma sua versão exacerbada, sistematicamente associada a formas de racismo que, na sua formalização discursiva e nas suas práticas sociais, se revestem de um grau de modernidade significativo, tanto porque se baseiam na teorização pseudo-científica típica da segunda metade do séc. XIX, como porque se têm de adaptar à realidade que lhe é pré-existente de uma sociedade liberal em que as minorias étnicas tendem a, por um lado, integrar blocos sociais maioritários, e, por outro, exigem uma visibilidade social que choca a xenofobia maioritária. Todas as variantes do fascismo produziram discursos próprios sobre a *pureza* ou o *equilíbrio racial*, retomaram de forma moderna, uma vez mais, ideias anteriores de superioridade racial e/ou civilizacional e, em grande parte das situações, formalizaram legalmente a desigualdade. Todos os fascismos sem excepção exerceram violência persecutória por motivos de natureza étnica, mesmo que, em alguns casos, os tenham definido com outros adjectivos, ainda que raros, é certo, tenham avançado autonomamente para práticas genocidas como as que foram programadas e executadas pelos nazis alemães ou pelos fascistas católicos croatas (o regime *ustasha* de Ante Pavelič, 1941-45), com a colaboração activa de uma infinidade de aliados.

Na sua particular versão de nacionalismo historicista, os fascistas entusiasmam-se sempre com uma retórica da *grandeza histórica* das nações que dizem renovar, reivindicando ambições ou simplesmente identidades imperiais que propiciam uma natureza militarista que pode chegar a ser (e foi-o na maioria dos casos) belicamente agressivo. O fascismo, quando hegemónico em potências com uma capacidade internacional efectiva (Alemanha, Japão, Itália), desemboca inevitavelmente no conflito armado, não apenas como instrumento operativo de uma estratégia expansionista, mas também, sabemos-lo bem, em coerência com os valores ideológicos do culto da acção ou da capacidade redentora da violência. No campo da perversa racionalidade económica da guerra, os fascismos da década de 1930 limitaram-se a marcar um padrão que, por exemplo, a maior potência militar e industrial do Ocidente, os EUA, se encarregaram de reproduzir desde 1945: a tensão pré-bélica e bélica usada como revulsivo económico e social capaz de superar situações de recessão económica ou de impasse político.

Por último, a mais consensual das caracterizações dos fascismos prende-se com a hipertrofia do Estado enquanto aparelho de enquadramento, controlo, repressão e imposição política e ideológica, mas também como instrumento de reengenharia social. O slogan fundador «Tutto nello Stato, attraverso lo Stato, con lo Stato, niente fuori dello Stato!» mussoliniano, transposto, por exemplo, para o «Tudo pela Nação, nada contra a Nação!» de Salazar, relevam dessa ideia de autoridade absoluta do Estado, de um Estado que defronta as novas complexidades da sociedade contemporânea com novos instrumentos e capacidades, de que nenhum outro aparelho estatal tinha disposto até então. Há uma evidente vontade totalitária em todas as experiências políticas das direitas fascistas ou fascizadas das décadas de 1920 a 1940, mas também todas aquelas nas quais o Estado moderno herdado das revoluções liberais, braço político de uma burguesia triunfante, superou a sua natureza de árbitro regulador dos interesses dos vários sectores da classe dominante e se assumiu como protagonista autónomo de projectos de racionalização musculada da vida

social e política, penetrando em todas os seus âmbitos e ainda na dimensão da moral privada, com o intuito de impor um princípio de organização coerente a todas as dimensões da vida humana e à própria vida humana enquanto tal, percebida como fenómeno ontológico passível de uma estreita definição eugénica, *racial*.

O Estado fascista não foi, nem de longe, nem de perto, a única manifestação histórica de actor social que procurou assumir-se como enquadrador de massas. Estados formalmente democráticos ou que se reivindicaram da ideologia comunista procuraram assumir, noutra dimensão, a mesma natureza, bem como aparelhos institucionais e económicos como igrejas, ou os meios de comunicação privados e os sistemas de produção do capitalismo contemporâneo. Foram os regimes fascistas, contudo, os primeiros a (procurar) fundir num só sistema coerente e militarizado os recursos tradicionais do Estado e dos grupos sociais dominantes (igrejas incluídas) com novas organizações de enquadramento político compulsivo de massas: o partido único e o seu braço armado, as milícias, os sindicatos verticais (ou seja, de inspiração e controlo a partir de cima), as organizações de juventude de inscrição obrigatória (as *Deutsches Jungvolk* e *Hitlerjugend* masculinas e as *Jungmädelsbund* e *Bund der Deutscher Mädel* femininas na Alemanha; a *Organizzazione Nazionale Balilla* italiana; as *Mocidade Portuguesa* e *Mocidade Portuguesa Feminina*; a *Frente de Juventudes* espanhola), as organizações de mulheres (a alemã *Deutsches Frauenwerk*, os italianos *Fascii Femminili*, a portuguesa *Organização das Mães pela Educação Nacional* e o *Movimento Nacional Feminino*; a *Sección Femenina* espanhola) ou ainda as organizações de ocupação dos tempos livres dos trabalhadores.

Um Estado com esta configuração sustentava-se numa verdadeira religião cívica, feita de rituais que procuravam instilar o terror nos adversários mas também naqueles que se sentiam ou descreviam como aderentes/crentes: o culto do Chefe e da hierarquia, as descomunais paradas uniformizadas, são organizadas como um «espectáculo carregado de grandeza e de beleza», onde as «massas reunidas e disciplinadas [...] simbolizam tanto a ordem

e o progresso como a sua reconciliação», dando a ilusão, portanto, da sua participação nos processos políticos. O fascismo italiano, em concreto, «teve nas imagens um veículo privilegiado», num ciclo histórico em que «a Europa tinha entrado numa era da imagem». Este foi, sem dúvida, um dos aspectos de maior modernidade dos fascismos: saber adequar à era da comunicação de massas a transmutação de ideologia em religião que várias (todas?) as outras ideologias da contemporaneidade tinham tentado já.

Tal significou, necessariamente, a submissão de todas as formas de arte e de cultura. Uma vez mais, a Itália fascista foi «pioneira no aproveitamento das sensibilidades estéticas para fins políticos», fazendo com que «a nova Itália se [representasse tanto] através dos edifícios públicos e do planeamento urbano, como através de grandes empreendimentos técnicos como a drenagem de pântanos no Sul ou nas ilhas».⁹

Arte, lazer organizado, censura e propaganda eram todos elaborados e trabalhados no mesmo caldo de cultura. As polícias políticas e a repressão concentracionária (detenções, deportações e exílios internos, execuções, desenraizamento social) compunham, contudo, o grosso dos mecanismos da opressão.

Fruto da convergência das mais variadas forças das direitas contemporâneas europeias num momento-chave da sua história, em que se apercebeu do que lhe parecia ser a ineficácia do sistema liberal na contenção dos processos de libertação dos oprimidos do capitalismo, o fascismo constituiu um movimento político com uma evidente capacidade mobilizadora e de expansão para fora do espaço europeu sempre e quando conseguisse revelar uma adequada capacidade de adaptação às distintas realidades históricas - o que implica, forçosamente, que constitui ainda hoje uma alternativa política à disposição das forças sociais que a julguem útil em idênticos processos de contenção da mudança revolucionária ou de conquista da hegemonia.

Essa vertente camaleónica, que lhe não é exclusiva—também o socialismo, o nacionalismo ou o liberalismo se manifestaram de formas muito contraditórias em distintos pontos do planeta ou

em diferentes momentos da história contemporânea -, produziu frequentes contradições internas, quer no plano dos regimes, quer no dos movimentos que nunca chegaram a constituir-se enquanto tal.

Por um lado, os fascistas e aqueles que se deixaram magnetizar pelo fascismo (se é que há diferenças entre eles...) foram abertamente reaccionários na reivindicação dos valores do passado, na rejeição da contemporaneidade, na promoção estética do ruralismo, no apoio conseguido juntos dos sectores mais tradicionalistas da sociedade contra a revolução socialista, mas ao mesmo tempo adoptaram abertamente a semântica revolucionária, manifestando uma evidente obsessão pelo *novo* (a *Ordem Nova*, os *Estados Novos*), usaram abusivamente do apelo à juventude e à sua representação plástica, apostaram por formas controladas de modernização económica, pugnavam por formas de *cirurgia* da sociedade para a *curar* dos *vírus* herdados do passado; esteticamente, foram mais modernistas e, especificamente no caso italiano, futuristas que tradicionalistas.

Por outro, e no terreno socioeconómico, e como já vimos, os fascistas quiseram disputar ao movimento operário de raiz socialista um discurso anticapitalista que procurava atrair o descontentamento das pequena-burguesia e dos deserdados do sistema capitalista), mas adoptaram descaradíssima políticas de corte monopolista/cartelista que diziam ser (como hoje tantos liberais sustentam...) uma estratégia necessária de modernização económica pela concentração empresarial protegida pelo Estado.

Disputando, enquanto religião cívica, às igrejas tradicionais o território do simbólico, o fascismo enveredou frequentemente por formas de neopaganismo, recuperando e manipulando religiosidades pré-cristãs, competindo com as igrejas na doutrinação da juventude e no controlo moral e ideológico, ao mesmo tempo que, na sua estratégia de rearticular os grupos sociais dominantes, promovia uma nova aliança Trono/Altar, feita de confessionalismo de Estado e atacando o laicismo liberal.

Por último, obviamente ultranacionalistas, os fascistas europeus não deixaram, e não deixam ainda hoje, de pugnar por um europeísmo que confunde *Europa*, *Ocidente* e *supremacia branca*, tendo tentado até 1945 impor uma *Nova Ordem Europeia* de natureza tragicamente genocida, quase sempre equacionada como *Nova Ordem Euroafricana*, a qual incluía projectos de confederação económica, política e *racial* europeia, promovidos pela Alemanha triunfante dos anos 1940-43 parcialmente recuperados, pelo menos do ponto de vista técnico, mas não só, pelo processo de integração capitalista europeia posterior a 1951. E recordemos que a retórica simultaneamente antiamericana, anticomunista (descrito o comunismo como uma manifestação *asiática*) e antisemita do fascismo não foi, não é, exclusiva da fase mais restrita da *Época do Fascismo* (1933-45), mas que, pelo contrário, sobrevive até aos nossos dias com muito variadas roupagens.

Como com qualquer outro movimento político de alcance global, esta diversidade interna do fascismo tem, de acordo com uma conceptualização de um *fascismo genérico*, explicações de natureza histórica que não invalidam o uso de uma única categoria política, ou seja, que não esvaziam de conteúdo uma categoria feita de vários modelos. Entre outros factores, a maior ou menor manifestação de diversidade interna resulta

i) da diferente proporção de fascistas *puros* (militantes de nova geração desta nova direita do pós-I Guerra Mundial) e de conservadores fascizados na composição da coligação final que toma o poder;

ii) de as contradições emergirem em movimentos que estão no Poder ou na oposição;

iii) dependendo da cronologia das fases históricas do fenómeno fascista global: pré-fascismo, *Época do Fascismo*, ou pós-1945.

Retomo as questões com que abri este texto: o fascismo não foi meramente um estádio conjuntural da evolução do

capitalismo e do imperialismo europeus, porque não só esteve e está presente fora da Europa e não foi completamente superado pela derrota militar do nazismo em 1945. Pelo contrário, ele emerge como proposta permanente de práxis política dos sectores mais violentos da classe dominante da sociedade capitalista. Como leitura burguesa do mundo contemporâneo, típico de uma era depressiva, ele não foi um desvio incaracterístico, mas, pelo contrário, ele deve, a meu ver, ser lido como categoria válida de interpretação da realidade política, social e cultural, aplicável, insisto, a contextos muito distintos do europeu e a conjunturas muito posteriores a 1945, como pode vir a ser presente, caracterizada pela relativa desindustrialização do Norte do planeta, acompanhada por formas muito acentuadas de desmantelamento da democracia política e social onde ela parecia consolidada, por modelos muito evidentes de reforço do poder pseudo-carismático de chefes políticos endeusados por novas técnicas de manipulação e controlo simbólico, por práticas muito eficazes de atomização das formas de representação da opinião e da organização dos interesses sociais. O fascismo é, em suma, uma das componentes mais perigosas do neo-totalitarismo capitalista e identitarista que avança sobre o planeta neste início de milénio.

NOTAS

1 Por opção dos organizadores desta coletânea, para este texto, manteve-se a grafia originalmente apresentada pelo autor português.

2 COLLOTTI, Enzo (1992), *Fascismo, Fascismos*, trad.port., Lisboa: Editorial Caminho. [Ed. ori.: *Fascismo, Fascismi* (1989), Florença: R.C.S. Sansoni Editore.], p. 217

3 ROSAS, Fernando (1989), «Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo», in *Vértice*, nº 13, II Série, Abril, Lisboa, p. 22.

4 ROSAS (1989), «Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo», Op. cit., p. 22 [itálico no original].

5 Cambridge, Mass.: Harvard University Press. Segundo Bosworth, «o mais simples dos livros e prontamente elevado ao estatuto de bíblia para a Ciência Política ocidental, para a História e outras disciplinas» (1994: 22; minha tradução do excerto).

6 *As origens do Totalitarismo*, trad. port. [ed. ori. amer.: 1951], Lisboa, Pubs. Dom Quixote, 2004.

7 BOSWORTH, Richard J. B. (1994), *Explaining Auschwitz and Hiroshima. History Writing and the Second World War, 1945-1990* [edição *hardback*: 1993], Londres/Nova York: Routledge, pp. 22, 24-25; minha tradução dos excertos.

8 Cf. os seus (1996), *Sessualità e nazionalismo*, e (1999) *L'uomo e le masse nelle ideologie nazionaliste*, ambos trad. ital., Roma/Bari: Editori Laterza.

9 Cf. MOSSE, George (1999), «Estética fascista e sociedade. Algumas considerações», trad. port., Lisboa: Edições João Sá da Costa/*Público*, pp. 3-12.

A POLÍCIA CHEGOU E O POVO SUMIU: A ANL, O LEVANTE DE 35 E A REPRESSÃO POLÍTICA¹

Antonio Luigi Negro
Doutor em História pela Universidade
Estadual de Campinas (Unicamp);
Professor Adjunto da Universidade
Federal da Bahia (UFBA)

Jacira Primo
Mestre em História pela Universidade
Federal da Bahia (UFBA)

Na noite de 26 de novembro de 1935, o funcionário da Secretaria de Agricultura Nelson Teles de Menezes – juntamente com o vendedor ambulante Samuel Genez, e o acadêmico de engenharia César Ferreira Alves – jogaram uma bomba de dinamite na sede do núcleo integralista da Penha, em Itapajipe (Ba). Os três participantes da ação se conheceram nas reuniões do núcleo baiano da Aliança Nacional Libertadora (ANL). No inquérito policial sobre o episódio, consta um relato de Menezes explicando que sua entrada na ANL se deu depois de ter conversado com Vale Cabral, secretário do dito núcleo, que lhe garantiu o êxito do movimento, e que tanto ele, Menezes, como seus parentes teriam uma melhora de vida. Menezes teve sua inscrição efetuada na ANL “dois dias após o comício feito no cine Jandaia” em Salvador. Ele admitiu nos autos que distribuía boletins da nova entidade em seu local de trabalho – e que, certa feita, à passagem de um grupo de integralistas, atirou panfletos.²

Essa ação fez parte de um ataque de quatro bombas lançadas contra núcleos integralistas em Salvador entre agosto e dezembro de 1935. Possivelmente, teve relação com os levantes revolucionários de novembro, desencadeados em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Consta no relatório policial que a notícia do episódio ecoou com grande alarde, por ter contribuído “para o ambiente de apreensão que pairava na sociedade”. Os acusados foram processados e condenados pelo juiz federal como implicados no Levante de 35.³

Numa carta remetida ao presidente Vargas, Juracy Magalhães afirmou que o movimento revolucionário de 1935 teve repercussão mínima em solo baiano, limitando-se os comunistas “ao lançamento de quatro bombas de clorato que, felizmente, não causaram danos pessoais ou materiais”. “Politicamente a situação do Estado é de inteira calma”, avaliou Magalhães.⁴ Contudo, essa calma talvez não passasse de uma tentativa de tranquilizar Getúlio. Ambos sabiam que o preço da serenidade era a eterna vigilância.

VIGIAR E AGIR

A vigilância e a repressão deram o tom do primeiro governo Vargas. Um simples ajuntamento, num momento qualquer, podia despertar suspeitas. A polícia costumava monitorar, além de partidos e sindicatos, diversos espaços de sociabilidade e associação dos de baixo, regularmente vistos como permeáveis à infiltração de militantes dissidentes da ordem. Um investigador, após sindicância no Copacabana Clube (RJ), anotou “ser essa agremiação um recinto reservado do partido comunista, oculto sob a aparência de ‘propagador e difusor da cultura física e também de princípios cívicos-culturais’”. A intenção do clube, segundo ele, era – “a exemplo de outras sociedades similares” – transformar “as pessoas menos avisadas” em “colaboradores da doutrina vermelha”.⁵

Fundada no Rio de Janeiro em março de 1935, a ANL recebeu, desde logo, o olhar atento dos investigadores.⁶ Estes, a exemplo do que fizeram com outras agremiações, prepararam relatórios paralelos às próprias atas confeccionadas pelos membros do movimento aliancista. Hoje, coincidentemente, é possível encontrar relatórios e atas no mesmo dossiê. Enquanto na ata de uma reunião no teatro João Caetano (RJ) estão registrados os oradores,⁷ para o investigador Serafim Braga, importava registrar os discursos. Sobre o representante da Federação Proletária do Estado do Rio, Braga pontuou: “no mesmo diapasão”, ele

ataca o governo, vivendo Luís Carlos Prestes, e acrescenta que, enquanto a Light paga miseravelmente aos seus empregados, mantém um SERVIÇO SECRETO aprimorado e muito bem pago para exterminar os camaradas que em sua maioria acabam minados pela tuberculose. Fala, segundo diz, em nome do proletariado de Niterói e de grande parte do Brasil.⁸

Não era uma denúncia desprezível. Segundo Hall e Pinheiro, “vários observadores notaram a clara colaboração entre o aparelho do Estado e os empresários”. O embaixador estadunidense Hugh Gibson – sobre o movimento grevista brasileiro no início de 1934 – escreveu que o governo solicitara “à direção da Rio de Janeiro Light and Power Company” que fornecesse “ao Ministério da Justiça uma lista com os nomes dos agitadores operários”. Após o envio, foram detidos cerca de 30 suspeitos, alguns dos quais acabaram “deportados para colônias penais”. A troca de informações parece ter continuado. Em dossiê relativo às atividades dos “revoltosos” de 1935 encontra-se uma lista de empregados “extremistas”, nomes que eram enviados por empresas como a “The São Paulo Tramway Light and Power”.⁹

As delegacias de ordem política e social contaram também com informes de muitos militantes que desistiram de suas idéias (ou que consideraram mais vantajoso conciliar militância e espionagem). Entidades e cidadãos, espontaneamente, deram sua própria contribuição. Ferreira comenta que foram muitas as delações e que vinham acompanhadas de nomes e endereços. Cancelli, por sua vez, afirmou que as delações eram uma “forma de engajamento participativo” estimulada pela propaganda do governo, abrindo as portas do Catete para uma interlocução direta com o presidente, pois a maioria das cartas era dirigida ao próprio Vargas.¹⁰ Em 9 de setembro de 1936, uma carta anônima chegou ao palácio do Catete denunciando os professores do Ginásio da Bahia de serem comunistas. “Quer v. excelência saber melhor mande fazer uma sindicância direta”, sugeriu o remetente. Este ainda avisou que, na Bahia, se realizavam “disfarçadamente cínicas todas as reuniões comunistas sendo que algumas são presididas pelo próprio governador”, no caso Juracy Magalhães. A correspondência continha um pedido ao presidente da república: “Dr. Getúlio, salve o Brasil enquanto é tempo pelo amor de Deus. Não pode mais perder tempo, é chegado o momento”. Era uma denúncia exagerada e apelativa. Ao mencionar que as crianças começavam “a chorar quando chegam em suas casas diante do que acabam de ouvir daqueles miseráveis professores”, o remetente nutria preconceitos e rancores.¹¹

“Costumávamos pensar que a população era manipulada e submetida a uma lavagem cerebral a partir de cima”. Numa abordagem da história social, Robert Gellately assinalou que, ao pesquisar denúncias endereçadas a Hitler (mais ou menos no mesmo período das delações citadas aqui), o sistema nazista também era manipulado a partir de baixo, tanto por motivos ideológicos quanto simplesmente por causa do preconceito, egoísmo ou ganância dos dedos-duros.¹² Deste modo, ao responderem às convocatórias das lideranças, os de baixo também influenciavam os de cima, moldando o diálogo que assim se estabelecia entre ambos. Além da prontidão da obediência à

ordem dada, suas respostas definiam o alcance e o eco da doutrina. Evidenciavam o mapa das sensibilidades tocadas. Ênfases eram preservadas ou desdobradas. Líderes podiam surgir do meio da massa. Informações, efeitos, perguntas e idéias do mais alto valor – ainda desconhecidos – podiam sair do nada. Ou podiam vir do ato do diálogo entre o alto e o baixo.

Ao mesmo tempo em que certos grupos ilustrados (economicamente ou politicamente dominantes) desprezam o popular das ruas – expondo que não seriam capazes de entender assuntos ou políticas complicados –, as correspondências mostram como idéias e indicações que surgem nas voláteis rodinhas podem ser diretamente guindadas ao conforto e ao esclarecimento de gabinetes palacianos, alçando vôos inesperados (para os de baixo e os de cima). Como se viu acima, não bastava apenas seguir o anticomunismo varguista; era preciso chamar a atenção de Getúlio para a presença do comunismo nas escolas baianas. Era hora de exortar Vargas à ação. Em acréscimo, havia aqueles que se agigantavam como uma força política paralela e coetânea – e quem sabe alternativa.

Segundo Rose, os integralistas mantinham dossiês dos seus rivais (comunistas, aliancistas, maçons, judeus, democratas e liberais), havendo, ainda mais, listas de adversários a serem executados quando a Ação Integralista Brasileira (AIB) tomasse o poder, listas aprontadas pelo Serviço de Informações da entidade. O inventário integralista da Bahia continha os nomes dos legisladores Aliomar Baleeiro, Nestor Duarte, Maria Luiza Bittencourt, Oscar Noblat e dos pecebistas e aliancistas Edson Carneiro e Aydano do Couto Ferraz que seriam mortos a tiro.¹³ Porém, antes de ir às vias de fato, *O Imparcial* (jornal de viés integralista) nos deixa ver que o que a AIB fazia mesmo era auxiliar a polícia (mesmo sendo alvo desde o início de suas atividades): “de todos os pontos do território nacional, são remetidos, periodicamente, relatórios das autoridades integralistas sobre atividades comunistas, com indicação nominal de todos os adeptos”. “Esse serviço”, prosseguiu,

tem concorrido eficientemente para orientar a ação repressora dos poderes públicos contra a nociva infiltração marxista. Ainda agora fomos informados que o setor integralista deste estado remeteu ao Rio um volumoso dossiê sobre comunismo e os comunistas da Bahia desdobrados em seções que se referem ao comunismo nas esferas do serviço público, nas classes armadas, no ensino superior, nas escolas e institutos secundários e primários, nos bancos, nos comércios e nas fábricas, nos jornais, nos círculos políticos.¹⁴

Atenta ao que se passava, a ANL alegava que o governo protegia os integralistas e em troca os camisas verdes executavam a “função de espíões da ordem política e social”.¹⁵ E também mantinham seu departamento de investigações secretas. Foi baseado nisto que seu presidente, Herculino Cascardo, escreveu ao chefe de polícia do Distrito Federal, informando sobre passeata da AIB que seria realizada na Esplanada do Castelo, para a qual os integralistas compareceriam “armados” para fazer “demonstrações de força” contra “sindicatos e organizações antifascistas, prevendo até um ataque e empastelamento” contra a ANL. Em seguida, Herculino ameaçou: “se o governo encara esse gesto do integralismo com certa serenidade não lhe é possível impedir que tanto as organizações aderentes da ANL como os seus correligionários se armem e se preparem para a defesa do que é seu”.¹⁶

Central para o fluxo em tráfego, a polícia política mostrou-se eficiente em buscar e apreender informações e material dos vigiados. Os investigadores em seu serviço diário produziam dados sobre as diversas entidades que observavam, em relatórios minuciosamente confeccionados. Através das anotações que deixaram, pode-se observar a movimentação dos aliancistas ante a possibilidade de fechamento dos núcleos da ANL. Suas

reuniões deixaram de ser realizadas nas sedes e passaram a ter lugar em residências, sendo necessário senha ao ingressante. Previram-se, ainda mais, tanto a retirada das fichas nominais de militantes e de simpatizantes quanto a deflagração de uma greve geral.¹⁷ Tais medidas, contudo, não foram suficientes. Ou nem aconteceram. A ANL foi fechada em 11 de julho de 1935.

Muitos militantes vinham sendo investigados. Antonio de Magalhães Braga teve a desventura de ser detido carregando “um manifesto da ANL” ao sair de uma “reunião do Partido Socialista”, realizada no Rio de Janeiro em 27 de março. Depois de ser ouvido na seção de segurança social, foi posto em liberdade, mas continuou a ser seguido, sendo notado seu proselitismo em prol da Aliança e contra a Lei de Segurança Nacional (LSN) entre os marítimos.¹⁸ O baiano de Ilhéus Nelson Schaun, quase como uma crônica política, teve suas “notas político-biográficas” escritas por diligentes funcionários da polícia:

desde cedo trabalhou em farmácias, e depois, nesta capital, como prático nas farmácias “dos Pobres” e “Carvalho”, em Itapagipe. Em 1919 exerceu atividades trabalhistas, que continuou ao se transferir para a cidade de Santo Antonio de Jesus, onde dirigiu a Farmácia Mota. Em 1925 voltou a Ilhéus, dedicando-se ao magistério e a imprensa, tendo trabalhado nos jornais “Correios de Ilhéus” e “Ilhéus Jornal”. Já aí, manifestando idéias esquerdistas, fundou sociedades operárias. Em 1927 foi um dos chefes da greve, na zona cacauceira, da “State of Bahia South Western Railway Company”, hoje, “Estrada de Ferro de Ilhéus a Conquista”. Em 1931 foi preso como comunista. Em 1932, com Edson Joaquim de Moraes e Luís Schaun Filho, fundou em Ilhéus um grupo

marxista. Em 1933, já o grupo ligado ao Comitê Regional Comunista da Bahia, tomou parte, com o dito Edson e mais José Martins da Silva e André e Bento da Silva, no “Pleno Estadual”, do Partido Comunista, nesta capital. Em 1935 esteve à frente do movimento extremista da Aliança Nacional Libertadora, em Ilhéus.¹⁹

Pelo envolvimento que teve com a ANL, Nelson Schaun foi preso em 11 de dezembro de 1935 em Itabuna e posteriormente processado. Ganhou liberdade em julho de 1937, mas o processo ao qual fora submetido só teria desfecho em fevereiro de 1940, sendo condenado a cinco anos de prisão. Aquela nota termina com o alerta: “comunista, inteligente e perigoso”.

CLANDESTINIDADE E LUTA

Após o fechamento da ANL, sua militância refluíu. Todavia, com eleições estaduais e municipais marcadas para o fim de 1935, as agitações no cenário político aumentaram e os movimentos sociais perseguidos recobriram algum impulso. Algumas entidades formadas apresentavam similaridades com a ANL. Fernando T. da Silva nota que os programas da ANL e da Unidade Sindical Santista (USS) eram semelhantes e que os panfletos da USS exigiam a reabertura da ANL, além de invocar “uma greve geral como único caminho para alcançar um Governo Popular Revolucionário com Prestes a frente”.²⁰ Já a Frente Popular pelas Liberdades, fundada em 7 de setembro, tinha como bandeira a luta pela “democracia, na sua acepção de asseguradora das liberdades”, realizava comícios relâmpagos, possivelmente para escapar da ação policial e obteve apoio da Frente Negra de Petrópolis e da União Autonomista Fluminense. A Aliança Popular por Pão, Terra e Liberdade, além de carregar

o slogan da ANL em seu nome, foi fundada por ex-integrantes da Aliança (Maurício de Lacerda, Francisco Mangabeira, Roberto Sissón, Otávio da Silveira, Abguar Bastos, Campos da Paz).²¹

Ao ver da polícia, essas agremiações, assim como a Frente Popular contra Guerra e o Fascismo, o Partido Socialista do Brasil, o Comitê Feminino contra Guerra e o Fascismo, Congresso da Juventude e a União Libertadora Brasileira, eram “meros eufemismos da” ANL, com o “agravante de integral apoio das oposições coligadas”,²² também chamadas de Minoria Parlamentar, formada na Câmara Federal em janeiro de 1935 para reunir as bancadas dos vários partidos estaduais contrários a Vargas.²³ De fato, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), numa circular, orientara para que os “núcleos municipais ou distritais da ANL” tomassem “outros nomes, como o de comitê contra a fome, contra a carestia de vida”, uma forma encontrada para driblar a ilegalidade e conter a conseqüente dispersão, levando alguns aliancistas às ruas com comícios e propagandas.²⁴

Por entender que aquelas entidades surgiram na intenção de dar continuidade à ANL, a polícia passou a investigá-las. Quando de um comício no dia 11 de novembro de 1935, convocado pela Frente Popular contra a Guerra e o Fascismo, o teatro João Caetano foi infiltrado por 12 investigadores da polícia política. O evento começou às 18 horas e, segundo Serafim Braga, Francisco Mangabeira “fez apologia da ANL, de Luís Carlos Prestes e criticou, acerbamente, o partido integralista” (a AIB, que estava na legalidade). De todos os oradores, Roberto Sissón foi considerado pelo investigador, o “mais desabrido, mais desrespeitoso, mais virulento”. Sua oração foi por certo:

um desafio lançado ao governo central da República. Desejando dar aos presentes impressão mais nítida do que poderia realizar a ANL com L. C. Prestes à frente, Sissón incitou seu discurso, por chamar a democracia liberal de acanhada, e de mistificadores todos

aqueles que, à frente da mesma se encontram, principalmente o Getúlio Vargas.²⁵

Nesse momento em que a democracia representativa reinstalada pela Constituição de 1934 parecia – ela também – detida pela LSN, os discursos e ações de pecebistas e militares começaram a ganhar maior realce, assumindo cada vez mais a direção da ANL. Em uma circular do PCB pode-se ler:

foram fechadas as sedes da ANL. Esse ato da reação fascista era previsto e diretivas já tinham sido mandadas no sentido de criar o aparelho ilegal da ANL. O grau de ilegalidade a que será levada a ANL depende diretamente de como nós comunistas soubermos trabalhar dentro dela para levantar seu ânimo e mobilizar a massa, por todas as formas legais, semi-legais e ilegais para continuar a popularizar seu programa e lutar por ele. Quanto maior for nossa atividade como facção dentro de todos os organismos da ANL, maiores possibilidades teremos de romper com a ilegalidade, ao mesmo tempo que asseguremos a sua existência com sedes abertas ou fechadas.²⁶

Afeito aos subterrâneos estreitos da clandestinidade, o PCB tomou ânimo com a ilegalidade da ANL. Admitindo serem os comunistas uma facção específica, o documento deposita na sua ação o rompimento dos obstáculos, assegurando o aliancismo, de portas abertas ou fechadas. Parece exacerbado o seu afã em ser vanguarda dos movimentos sociais. Em depoimento, Francisco Mangabeira²⁷ insinua que muitos aliancistas achavam que o PCB estava mesmo interessado na clandestinidade da ANL para melhor controlá-la, uma vez que o partido comunista

não dispunha de cabedal suficiente, neste período, para dirigir um movimento de massa de tal envergadura.²⁸ Por outro lado, essa enérgica disposição do PCB de partir para a luta se destacou de novo quando das greves que ainda não haviam sido varridas na cena brasileira.

Uma parede dos ferroviários da Great Western paralisara a ferrovia de Alagoas ao Rio Grande do Norte, no início de novembro, contando com a solidariedade dos operários da companhia de força e de luz, dos transportes, das usinas de açúcar, do carvão e também dos praças do 29º Batalhão de Caçadores.²⁹ O jornal pernambucano *Folha do Povo*, que continuava circulando como porta-voz da ANL, deu-lhe especial cobertura. “Cerremos fileiras ao lado dos operários da Great, empenhados nesse momento, em uma heróica luta contra o salário de fome”, exortou o periódico. “Isso exige de todo aliancista” assim como

de todos aqueles que lutam contra a reação, a guerra e o fascismo e contra a submissão de nosso país aos povos imperialistas, todo nosso apoio material, pois constitui uma luta de honra de todo povo nordestino explorado por esta empresa, que desfruta de quatro grandes estados.³⁰

Falando em nome dos aliancistas e aproveitando-se do fato da greve ter sido desencadeada contra uma empresa inglesa, o jornal atacou o imperialismo. A *Folha do Povo* deu ampla divulgação também a outro movimento, ocorrido na capital baiana. Em novembro – em vista dos anúncios do congresso integralista com a presença do líder Plínio Salgado (que pretendia fazer “comícios diários em pontos centrais da cidade”, além de paradas a jeito militar, “interrompendo o tráfego, numa demonstração de força”) –, a União Sindical Baiana (USB) conclamou diversas categorias a uma parada geral de dez minutos, acarretando interrupção da energia elétrica, cessação

dos meios de transportes e suspensão de várias atividades. O Sindicato dos Empregados dos Restaurantes e Bares decidiu por decretar greve entre 8 e 10 de novembro, evitando que os garçons servissem aos integralistas. Para a USB, o evento verde era “uma petulante provocação a que os trabalhadores organizados não poderiam mostrar indiferença”. Iriam demonstrar sua “repulsa ao integralismo, cujo programa de retrocesso político-social jamais consentiremos que seja executado na Bahia e tudo faremos por evitar que o realizem nos rincões do Brasil”.³¹

Correspondência enviada por sindicatos do interior do estado consideraram o evento “inútil e pernicioso às classes trabalhadoras”.³² Da mesma forma, deputados classistas escreveram para a União Sindical apoiando-a em sua posição da “defesa da democracia”. Em um manifesto, a USB falou em nome da ANL:

A ANL confiando nessa capacidade revolucionária tantas vezes demonstrada chama a todos para a luta para impedir que se realize o congresso verde. Soldados, operários, estudantes, populares, desde já as greves, comícios e protestos [...]. Todos à rua dia 6 para impedir o congresso integralista!³³

Vale notar que, mesmo estando a ANL proscrita – e mesmo tendo perdido o seu viço de um movimento de massas –, ela era evocada em discursos e documentos. E muita agitação continuava sendo feita em seu nome. Essa paralisação de protesto dos trabalhadores baianos foi tomada, nesse momento, como um exemplo a ser seguido na luta contra os integralistas nas páginas da *Folha do Povo*, enquanto a Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB) chamou a atitude de “valorosa” e os felicitou “pela nítida consciência de classe que demonstram na luta contra os mais odiosos e acirrados inimigos dos trabalhadores da Bahia”.³⁴

As greves desencadeadas no país, em especial as nordestinas, foram vistas – pelos pecebistas – como um fermento da revolta popular. Apesar de alvissareiras paredes, a posição do diretório nacional da ANL era de não “tentar um grande movimento nacional, nem mesmo precipitar os acontecimentos nos outros estados do Nordeste”.³⁵ Idéia semelhante foi compartilhada pelo Secretariado Nacional do PCB quando este escreveu ao Comitê Regional (CR) do Maranhão informando que, nos estados do Nordeste, a atmosfera era “toda ela para golpes, para conspirações, contra quaisquer lutas parciais, contra o trabalho difícil, mas necessário de mobilização popular para as grandes lutas pelo poder”.³⁶ A tática a ser seguida até a chegada ao poder, segundo o informe, seria a de

lutas parciais, da atividade ilegal, da dedicação a nossa organização, da defesa prática e diária dos interesses das grandes massas e nunca através de simples golpes militares resultantes de conspirações secretas, desconhecidas do povo que só poderão servir para facilitar a chegada ao poder de traidores nacionais, como Getúlio e seus asseclas.³⁷

Como se vê, a insurreição não é aceita como caminho revolucionário e o *Putsch* é rejeitado. Todavia, em paralelo, Prestes procurava entender-se com seus ex-companheiros de farda (Trifino Correia, Ari Salgado Freire, Agildo Barata, Miguel Costa), afirmando que a heróica coluna tenentista precisava renascer. De regresso ao Brasil desde 15 de abril de 1935, Prestes e Olga Benário mais os quadros da Internacional Comunista (IC) haviam chegado imbuídos da missão de preparar a revolução. Em parte, sua viagem ao Brasil fora decidida depois de informes semelhantes aos que o pecebista Marques fornecia no VII Congresso da IC em julho de 1935. Apontando para uma crise aguda com “cisões profunda no seio da classe dominante

e seus partidos”, Marques, em relação ao movimento grevista informou que quantitativamente “em 1919 registraram-se 20.000 greves; em 1931, 30.000; em 1934 e princípios de 35, 1.000.000”. Qualitativamente, houvera um “melhoramento no nível político e organizador dos grevistas, ficando mais sólida a ligação com os mesmos”. Aí sentiu-se à vontade para afirmar que era “evidente o enfraquecimento atual do governo de Vargas”, e que o país partia “passos largos para a luta decisiva que visa o desmoronamento do governo de traição nacional”.³⁸ Esse tipo de informe, que fantasiava a agitação popular e transmitia uma irreal fragilidade do governo Vargas, convenceu a IC a autorizar a vinda de Berger, Ghioldi, Olga, Baron, Vallée e outros, que Pinheiro caracterizou como assessoria de “alto nível”.³⁹

O problema dos comunistas era o fato de o informe de Marques não ser excepcional. Em vista de um confronto entre integralistas e trabalhadores na região de Piranji (Ba), o CR da Bahia redigiu um panfleto, narrando o ocorrido, em que conclui que “o exemplo concreto de Piranji, em lutas decisivas contra a horda plinista de lacaios da burguesia” significava “um alto exemplo muito alto de como as massas trabalhadoras exploradas e oprimidas estão radicalizadas na verdadeira ideologia do proletariado contra os seus opressores e exploradores”.⁴⁰ De sua vida em seis tempos, Basbaum rememorou que Bangu também escrevia informes para o Comitê Central (CC), avaliando que a situação da Bahia era de “intensa agitação revolucionária”. Quando chegaram até Basbaum as notícias dos levantes, este ficou desconfiado que aquele movimento era resultado de informações “iguais aquelas que Bangu mandava para Prestes e o CC”. Basbaum afirma que, antes do Levante de 35, ele já sabia “muito por alto” que Prestes estava no país preparando uma revolução.⁴¹ Mas esta informação, alegam outros pecebistas, não estava amplamente franqueada.

Prestes, como presidente de honra da ANL, começou a constituir-se em liderança política paralela e pessoal, buscando, ao mesmo tempo, apoio para a sua grande marcha revolucionária, ainda nos bastidores.⁴² Ele parecia acreditar que, depois da

decepção de muitos militares com o governo Vargas, ele mesmo poderia reconquistar o apoio de seus antigos camaradas. Ele explorava seu desgosto dizendo que a Revolução de 30 era um erro que ele havia apontado. Prestes conclamava a uma nova insurreição que ele tramava e identificava como a certa. Se mantém no lugar de comandante e convocará seus antigos companheiros de farda para um novo movimento, contra novos adversários. Aqueles que, precisamente, haviam faturado com o processo revolucionário de 1930.

UM PC NADA CALMO

As orientações do PCB em novembro de 1935 alteram-se. Em informe é posto que “as greves gerais de massa nos Estados do Espírito Santo, Bahia, Pernambuco contra os congressos integralistas”, assim como “a greve geral da Paraíba, a greve dos operários da Great Western em Pernambuco, Paraíba, R. G. Norte e Alagoas”, exibiam “uma grande madureza revolucionária do proletariado e a vontade das amplas massas populares de marcharem sob a direção do proletariado”. Diante disso, o CC ordenava a todos os comunistas: “ocupai vossos postos de combate como soldados, como organizadores e como dirigentes da revolução nacional, lado a lado com os aliancistas e com a massa!”⁴³

Entre agitar a bandeira de futuras campanhas e mobilizar soldados para o combate, não se dispunham informações de como preparar a “revolução nacional”, sobre como iria ter início e lugar, o que insinuava alguma perplexidade na base partidária. Assim sentia-se Barreto Leite, que escreveu a Prestes externando seu descontentamento. Segundo ele, “as palavras de ordem e as concepções mais gerais têm se modificado tantas vezes que já não é possível, sob a base dos documentos e das atitudes práticas, chegar-se a nenhuma conclusão clara a respeito do que estamos fazendo e, sobretudo querendo”. Ele buscava entender qual linha o partido estava seguindo, quais os métodos de luta e

como seria essa revolução nacional a que o PCB se referia. Em suas palavras:

surge a história da revolução nacional libertadora e, em torno desta, como é natural, a confusão aumentou. Já não se sabe mais se ela é democrático-burguesa ou o que é, que ligações tem com as formas anteriores e de que misteriosa maneira poderá sair daí uma revolução socialista.⁴⁴

Por essas linhas que escreveu, Barreto Leite foi expulso do PCB. Posteriormente, seu nome e o de vários outros banidos foram publicados na *Classe Operária*.⁴⁵ Instruídos a estarem prontos para ordenar ofensivas e comandar marchas e choques, os militantes pecebistas – disciplinadores e bem treinados – deviam apurar o ouvido para o toque do avançar. Em algum momento, o “alto” comando (na verdade, no subterrâneo) iria mandar soá-lo. Além disso, precisando estudar e entender, em copiosos documentos, a cambiante linha política, uma espessa cortina de fumaça lhes importunava a vista. A perplexidade iria ser tomada pela confusão.

Entre os dias 23 e 27 de novembro três levantes armados espocaram em cidades diferentes do país. Após sua rápida derrota, o movimento insurrecional foi chamado pelo governo e o Exército de “intentona comunista” com o fito de, por um lado, desligá-lo absolutamente da Revolução de 30 e, por outro, para depreciá-lo, atribuindo sua autoria aos comunistas. No entanto, quando eclodiu o primeiro levante, poucos eram os pecebistas envolvidos nos acontecimentos.

O primeiro ato deu-se em Natal (RN), na noite de 23 de novembro. Apesar de devido a problemas internos ao 21º Batalhão de Caçadores (a desincorporação de 28 militares, entre sargentos, cabos e soldados), o levante foi deflagrado em nome da ANL, talvez porque ali houvesse – segundo apurou Levine

– uma célula “com apenas 27 membros”.⁴⁶ De modo similar, embora o CR do PCB de Natal tenha se envolvido, “o golpe não foi comunista não”, falou o pecebista João Lopes (Santa). Tomamos parte do movimento, “mas se não tomássemos ia estourar de qualquer maneira”.⁴⁷ Num informe enviado ao PC em 16 de janeiro de 1936, Lopes afirmou que, no dia do levante, o CR potiguar esteve reunido das 9 às 14 horas, quando discutiram sobre “diversos assuntos, menos do levante do 21º Batalhão de Caçadores (BC) porque não se sabia”.⁴⁸

A notificação da quartelada chegou no CR quatro horas antes de sua eclosão, mas depois de findado o encontro acima. Ante a novidade, os pecebistas decidiram participar. Durante a noite os sediciosos dominaram o “21º Batalhão de Caçadores, o Quartel de Polícia, a Casa de Detenção e o Esquadrão de Cavalaria”. Não houve muita resistência e o governador Rafael Fernandes fugiu da capital.⁴⁹ Tomada Natal, os rebeldes anunciaram, em 25 de novembro, a formação de um comitê revolucionário com militantes do PCB (em maioria na direção do órgão) e divulgaram a dissolução do governo de Rafael Fernandes e da Assembléia Legislativa em nome da ANL. O jornal rebelde *A Liberdade* publicou manifesto em que é forjada uma nova causalidade para o movimento: a miséria e a solidariedade ao “movimento articulado pela Aliança Nacional Libertadora”. Esta era a razão do BC se rebelar, “com o auxílio do povo, dos operários, de todos os que querem um Brasil grande e liberto”.⁵⁰ Porém, a participação popular foi posterior à iniciativa dos sargentos, cabos e soldados do BC.

Em 24 de novembro, com as notícias de Natal, o CR de Recife adiantou-se e insuflou a sedição no 29º BC, sito na capital pernambucana, cujo quartel ficava fora da cidade. Diferindo de Natal, a decisão partiu do Secretariado do PCB nordestino, órgão regional criado após encontro do CC em julho. Os pecebistas de Recife pensaram ter chegado a hora e distribuíram um panfleto informando que:

por determinação do Diretório Nacional da ANL e seu presidente, o grande e glorioso general antiimperialista Luís Carlos Prestes, acaba por desencadear-se em todo o Nordeste, com quartel-general neste estado, o movimento nacional libertador tão ansiosa e justamente aguardado pelas amplas massas do povo brasileiro.⁵¹

Como tantos outros, o informe de “desencadeamento do movimento nacional libertador em todo o Nordeste” foi um exagero. A maioria da correspondência trocada pelos pecebistas depois dos levantes indica seu desconhecimento acerca do movimento armado no Rio Grande do Norte. Num documento do birô político do PCB afirmou-se que até onde era sabido “nenhuma das demais regiões estava avisada da intenção de insurreição para 35 em Natal, todas foram tomadas de surpresa e por isso não agiram, ficaram desorientadas”.⁵² Conseguir apoio em Recife, segundo o secretário-regional do CR de Pernambuco, não foi fácil. Ele deixou claro à direção do PCB que, por ser um domingo, não era fácil agrupar os trabalhadores. Aliás, escreveu, “a própria base do partido só começou a ser mobilizada depois de levantada a tropa e isso muito dificilmente”.⁵³ Afinal os revoltosos pernambucanos não conseguiram nem tomar a cidade (como haviam feito em Natal) e a revolta foi logo dirimida pelo governador Malvino Reis, com o auxílio de tropas paraenses e baianas (estas últimas enviadas por Juracy). Na Bahia, o cearense Magalhães escreveria depois a Vargas, reinava a mais perfeita calma. Paradoxalmente, a Bahia, segundo o PCB, era terreno de fértil solo nacional-libertador.

Entrementes, no Rio, o CC se reunia e também de nada sabia, ao menos até o fim da sessão do dia 23. Era um domingo e não havia jornal; apenas à noite chegaram alguns informes. Segunda pela manhã veio a confirmação, mas, de acordo com um documento da direção do PCB, “começaram as prisões de

todos os elementos de atividade conhecida da ANL e dos quadros mais conhecidos do PCB”. E “assim é que todos os elementos da Light e da Central foram presos”. Por conseguinte, na segunda à noite, o birô político se avistou com os quadros militares para discutirem a situação:

o secretário geral informou a situação, o inesperado dos levantes do NE e o dilema em que nos encontrávamos: ou marchar com as forças que tínhamos o mais depressa possível, pois que o plano no setor militar estava mais adiantado em sua preparação ou então deixar os levantes do NE sem solidariedade.⁵⁴

Tomou-se a decisão de sublevar o Rio. Na madrugada de 27 de novembro os militares do 3º Regimento de Infantaria (3º RI), na praia Vermelha, se rebelaram, sendo seguidos por seus companheiros da Escola da Aviação, no campo dos Afonsos. O governo conteve a iniciativa logo nesta primeira jornada. Diferente de Natal, os episódios do Recife e Rio de Janeiro pouco contaram com a participação popular. Pinheiro e Vianna consideram que o movimento de 1935 foi o último levante militar de uma fase, lembrando as quarteladas dos jovens tenentes de 1922 e 1924. Ironicamente, o manifesto de Prestes (lido para a nação em 5 de junho de 1935), no dia da comemoração dos levantes de 1922 e 1924, reivindicou a ANL como continuadora das “tradições revolucionárias”. Conforme Pinheiro, com o Levante de 35 “Prestes se reencontra com seu verdadeiro ego”.⁵⁵

Depois das insurreições muitos pecebistas continuavam desconhecendo a origem dos acontecimentos, embora, é claro, o primeiro ponto da pauta fosse acautelar-se defronte ao contragolpe repressivo. Euzébio, do CR do Pará, escreveu ao CC do PCB pedindo explicações. “Continuamos aguardando de

vocês esclarecimentos a respeito dos levantes”, garantiu ele. Na seqüência, informou:

ignoramos os motivos que levaram aqueles companheiros iniciarem a revolução, sem articulação com outras regiões. Não queremos crer que foi obra de puro histerismo esquerdista. [...] Não obstante inteira possibilidade de acompanharmos o Nordeste naquela conflagração, não podemos no momento tomar nenhuma atitude imediata, por desconhecermos inteiramente a natureza do problema, uma vez que vocês nos tem mantido num quase absoluto isolamento.⁵⁶

Em suas memórias, Graciliano Ramos anotou que, quando estava na prisão, ouviu Rodolfo Ghioldi explicar – várias vezes – os motivos da rebelião de 1935: “muitos indivíduos que tinham figurado nela precisavam esclarecimentos”.⁵⁷ Por causa de tantas altas exigências feitas aos revolucionários (prontidão para o combate, entre outras) – além da desinformação –, o fato é que o Levante de 35 foi breve, limitado geograficamente e desarticulado. Diversa foi a repressão.

LONGA, INTENSA E ABRANGENTE

Em carta a Osvaldo Aranha, Vargas afina a contra-ofensiva. Depois de afirmar que seu governo se via “aparelhado para manter a ordem” – mas que não podia mais se sustentar na ação “preventiva e repressiva” contra os “elementos extremistas numerosos” (sempre “protegidos pelas garantias oferecidas pelo próprio regime”) –, o presidente informou ter solicitado ao poder legislativo estado de sítio por 30 dias.⁵⁸ Obtido o rogo, o assédio à Constituição aumentou. Agamenom Magalhães, ministro

do Trabalho, criticou a liberdade excessiva que ela conferia aos sindicatos que, a seu ver, precisavam ser controlados pelo governo.⁵⁹ O chefe de Polícia do Distrito Federal Filinto Müller, por sua vez, procurou justificar que não pôde impedir a eclosão dos movimentos porque “as medidas com que a constituição de 1934 aparelhou o poder público” eram “insuficientes para enfrentar essas novas modalidades criminosas”.⁶⁰

O Levante de 35 foi breve e parece não ter consistido no perigo a que lhe foi atribuído. Zeloso pela imagem do seu país, Osvaldo Aranha, embaixador brasileiro nos Estados Unidos, remeteu carta a Vargas afirmando que a repercussão das notícias estava sob controle. Apenas “de Buenos Aires, um tal de White telegrafou e fez comentários não de todo agradáveis. Mas, podia ser pior”, avaliou. E Aranha concluiu triunfalmente: “as notícias, em resumo, foram simpáticas, o interesse foi geral e o aplauso à vitória do governo foi unânime”.⁶¹

No entanto, a revolta abriu uma brecha a mais para que medidas extraordinárias fossem adotadas, respaldadas inicialmente por setores internos e externos. Não por acaso, Vargas conseguiu renovar no congresso o decreto de estado de sítio (trinta dias inicialmente) até a instauração do estado de guerra, que se constituiu por noventa dias inicialmente, sendo continuamente renovados até a implantação do Estado Novo em novembro de 1937. Valeu-se para isso do anticomunismo ser o ponto de união entre ele e alguns de seus críticos. Apesar disso, a decretação dos estados de sítio e de guerra não foi de todo sossegada, pois a Minoria Parlamentar denunciava, no legislativo, as arbitrariedades e violências cometidas pela repressão.⁶² A ANL largou panfletos protestando contra o cerceamento das liberdades constitucionais, conclamando diversos setores da sociedade a lutarem pela anistia dos presos políticos e pelo revogamento das leis de exceção. Num manifesto da CSUB chamava-se à luta contra a “prepotência de um governo que cortou todas as liberdades populares, proibiu reuniões em praça pública, intervindo violentamente nos organismos sindicais e na própria CSUB”, contra a reação desencadeada aos “militares de

tendências democráticas”, o fechamento da ANL e a prisão de operários.⁶³

A repressão recaiu sobre uma ampla gama de opositores, mas as esquerdas sofriram pesadas baixas sistematicamente. Sob rótulo de “comunistas” foram presos indistintamente anarquistas, liberais, aliancistas, socialistas, tenentistas, sindicalistas.⁶⁴ A maioria dos prisioneiros não teve envolvimento direto nos levantes, mas foi detida pela periculosidade que os órgãos de segurança lhes imputavam, como “medida de ordem política e social”. Segundo Filinto Müller, após decretação do estado de sítio, numa providência “de caráter preventivo” que ele considerou “acertada”, “a polícia fez recolher em custódia todos esses elementos perigosos conhecidos seus”.⁶⁵ Desta forma, o tipógrafo Benjamim Borges da Costa foi preso, em 23 de janeiro de 1936, “por determinação do sr. delegado especial”, na redação do jornal aliancista *A Manhã* “por já ter antecedentes” e por ter “seu nome no fichário da ANL, apreendido em poder do comunista Raul Francisco Ryff”. Igualmente, Moacyr Vasconcelos, “fiscal de jogo” e “membro da comissão de greve dos operários da Cantareira”, em 25 de agosto de 1934, foi preso em 3 de março de 1936 acusado de ser “comunista agitador, intimamente ligado à ANL, sendo recolhido à casa de detenção”.⁶⁶ Diversos presos sem condenação formal, prática largamente utilizada pelas autoridades policiais.

A vaga repressiva terminou por alcançar o criminoso comum. Embarcado no navio-prisão Manaus – de Recife para o Rio –, Graciliano Ramos foi avisado, talvez com preconceito, de que junto viajavam “vagabundos e ladrões”.⁶⁷ No seu livro, o escritor e funcionário público confessa seu horror. “Habituar-me”, admite,

desde a infância, a presenciar violências, mas invariavelmente elas recaíam em sujeitos da classe baixa. Não se concebia que negociantes e funcionários recebessem os tratos

dispensados antigamente aos escravos e agora aos patifes miúdos. E estávamos ali, encurralados naquela imundice, tipos da pequena burguesia, operários, de mistura com vagabundos e escroques. E um dos chefes da sedição apanhara tanto que lá ficara em Natal, desconjuntado, urinando sangue.⁶⁸

O historiador R. S. Rose apurou que, em Recife, membros da ANL, juntamente com “marginais”, foram “cercados e mortos pela força do secretário de segurança e chefe de polícia civil de Pernambuco, Malvino Reis Neto”⁶⁹. Cancelli, por sua vez, suspeitou que a quantidade de detenções para averiguação e de condenações não correspondiam ao retrato de criminalidade brasileira a partir de 1935.⁷⁰ Era uma verdadeira limpa. Tal como na Primeira República, o governo pretextava a contenção de uma revolta para limpar as cidades dos socialmente indesejáveis. Em uma carta a Vargas sobre as atividades da polícia durante o estado de sítio e de guerra, Müller relatou:

a polícia fez prender por essa ocasião todos os *malfeitores costumazes* com inúmeras entradas no depósito de presos e alguns deles com *várias condenações por crimes comuns* praticados contra a propriedade, e cuja vida progressiva aconselhava como *simples medida de prudência o seu isolamento ao meio social* [grifo nosso].

Segundo o remetente, prenderam do vadio ao assassino, sob a justificativa de que eles poderiam “ser aproveitados no momento de confusão ou se valessem da confusão para aumentar suas atividades criminosas, invadindo lares, assaltando e depredando”.⁷¹

Em 1936, os congressistas e presos políticos João Mangabeira, Abel Chermont, Abgvar Bastos, Domingos Velasco e Otávio da Silveira⁷² escreveram carta ao comandante do quartel Estácio de Sá, afirmando que foram privados de sol e ar livre durante 59 dias. Queixaram-se: “é assassinato lento. Contra isso nós protestamos, pois não podemos crer que V.Exa. tenha recebido essa ordem. A incomunicabilidade não priva o preso de ar e sol”.⁷³ A repressão e os maus tratos eram indistintos: até os bacharéis – os homens de bem – sofriam. Sentiam as violências que antes, segundo Graciliano, habitualmente se destinara às classes baixas: escravos e patifes miúdos. Na Bahia, Juracy Magalhães, cerca de dois anos antes de Vargas, estenderia os ataques à direita: em 1936, também os integralistas baianos seriam perseguidos.⁷⁴

Ao menos os parlamentares tinham pessoas influentes a quem recorrer. Em socorro aos companheiros de bancada, o deputado João Neves, que era líder da Minoria Parlamentar, escreveu duas vezes a Vargas pedindo concessão aos quatro deputados para tomarem “ar livre e uma hora de sol como acontecem com outros”, alegando que a reclusão agravava a saúde precária de alguns deles.⁷⁵ A ANL, em reforço, imprimiu panfleto em prol da “liberdade imediata dos parlamentares presos, heróicos combatentes pelas liberdades democráticas”, conclamando os “parlamentares e vereadores democratas, os trabalhadores, intelectuais e comerciantes” a reclamarem a “liberdade imediata dos parlamentares e de todos os presos políticos”.⁷⁶ Não seria uma campanha fácil, pois o governo Vargas era firme em deter e maltratar. Em carta a Otávio Mangabeira, o coronel Euclides Figueiredo relata a violência e a censura enfrentadas na prisão de Santa Cruz da Barra. Descreve tudo em pormenores. Seu filho Guilherme, enquanto isso, buscava apoio político em favor da paga do soldo do pai.⁷⁷

A repressão não se ateve aos patifes miúdos. Criada em 1936, a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (CNRC) tinha por fim investigar a participação de funcionários públicos e outros em atos e crimes de lesa às instituições.

Nas palavras de Adalberto Correia, viera para “prender, sem delongas prejudiciais, todos os comunistas fichados e suspeitos no país inteiro”. Segundo Correia, “era melhor fazer uma ou mais prisões injustas do que permitir que se ensangüentasse de novo e tão vilmente o Brasil”. Foi a CNRC que demandou, em 2 de fevereiro de 1936, a prisão de Pedro Ernesto, Maurício de Lacerda, Anísio Teixeira, Odilon Batista, Felipe Moreira Lima, considerando-os “os mais perigosos e eficientes [...] no preparo de novo golpe comunista que se tramava para a segunda quinzena de fevereiro”. Em carta enviada a Vargas, Adalberto Correia criticou a atitude do Governo de demitir sem prender os denunciados, “deixando-os à vontade para prosseguir com mais violências”.⁷⁸

Se a ordem política corria perigo na ótica da polícia, o que chamavam de ordem social não se alterara tanto assim. Com a lógica de quem tem prestígio tem benefício, alguns procuraram amparar os seus ou a si mesmos. Diante da solicitação da CNRC requerendo a prisão de Elieser Magalhães, seu irmão Juracy telegrafou ao presidente da República em socorro ao familiar e a Pedro Ernesto. Juracy afirmou que os propósitos de Adalberto Correia eram “escandalosos e mesquinhos” e que confiava “cegamente no alto critério do eminente chefe”. E ainda avisou: “não trepidarei [em] lutar contra caricatos Robespierres [que] ousam impor-se pela violência à consideração dos homens públicos do país”.⁷⁹

Mas sua condescendência para com comunistas e aliancistas não ultrapassou a linha cordial dos parentes e amigos. Em vista do pedido da CNRC de arrolamento dos adeptos do “credo comunista” aos governadores, Juracy não se demorou em requisitar à polícia baiana o envio do material requerido (27 prontuários e 138 fichas). Estas últimas mostram a vigilância da polícia baiana sobre pessoas consideradas suspeitas (comunistas, aliancistas, sindicalistas), estando anotado com quem falavam, as reuniões que faziam e suas viagens para outros estados. Na ficha do estivador Adalberto Pereira de Souza, consta que ele era ex-fiscal da Companhia Linha Circular

e Carris da Bahia. Ingressara na ANL baiana pelas mãos de seu presidente, o advogado Edgard Matta, tornando-se “um ativo propagandista entre os empregados da Circular”. Em 23 de dezembro, Adalberto foi preso e identificado na Delegacia de Ordem Política e Social.⁸⁰ Os prontuários indicam prisão de suspeitos anteriormente fichados como comunistas. Assim, Manoel Gregório Nascimento, 42 anos, negro, foi preso em 24 de agosto de 1935 nas cercanias da Usina Aliança (Santo Amaro, Recôncavo Baiano) por ser “agitador comunista”. Foi fichado no Dops no dia seguinte. Israel Gonçalves Oliveira, 31 anos, negro, estoucador por profissão, fora preso em novembro do ano anterior na Estrada da Rainha (distrito policial da Lapinha) por ser “agitador comunista”, sendo identificado no Dops no dia seguinte. Otacilio Trindade Santos, 28 anos, pardo, mecânico por profissão, foi capturado em dezembro de 1935 nas docas do porto também por ser “agitador comunista”, sendo identificado no Dops no mesmo dia.

Juracy Magalhães também escrevera a Vargas requerendo envio de armamento e munição para “manter inalterada a ordem pública, reprimindo qualquer movimento que por ventura, surja no Estado, quer em sua capital, quer no seu interior”.⁸¹ Sua solicitação não demorou para ser aprovada, dado o estado de alerta em que se encontrava o país; ou melhor, o presidente. As prisões na Bahia aconteceram dentro da normalidade. Isto é ocorreram antes, durante e depois dos levantes, sendo a maioria dos detidos composta de trabalhadores, algo que igualmente pode ser notado na lista de presos de São Paulo,⁸² diferindo de Natal, Recife e Rio de Janeiro, onde as prisões recaíram mais sobre os militares.⁸³

COMBATENDO O INTEGRALISMO

Enquanto o governo federal se abatia sobre a esquerda, os liberais e os revolucionários de 1932 e 1935, Juracy Magalhães, na Bahia, voltou sua mira para a direita (o que Vargas só faria no

vigor do Estado Novo). Havia muito que se inquietava com a AIB. Sua apreensão já o conduzira até o Catete à procura de apoio para um ato cujo significado somente a posteriori se aclararia. Depois de palestrar com Vargas, saiu da audiência apenas com uma piada gaúcha sobre rãs que, com seu barulho, pareciam muitas, embora não fossem tantas assim. “Assim são os integralistas”, comparou o presidente.⁸⁴ Sem o apoio esperado, Magalhães não se acalmou. O combate ao movimento já acontecia, principalmente em municípios no interior, e se intensificou em 1936. Laís Reis aponta que o motivo da inquietação de Juracy era o temor de que a AIB mantivesse o crescimento eleitoral angariado. Dados apresentados pela pesquisadora demonstram que os integralistas vinham colhendo avanços. Na Assembléia Constituinte baiana de 1934, a AIB obteve 302 votos e em quatro anos conseguiu eleger 65 vereadores.⁸⁵

Aproveitando-se da conjuntura de exceção, Juracy decide, em setembro de 1936, fechar os núcleos da AIB. O delegado Antonio Pereira de Matos confeccionou um relatório enviado ao Tribunal de Segurança Nacional (TSN), atestando que os integralistas preparavam “um movimento de caráter subversivo, tendendo a mudar a forma de governo”, prestes a irromper em todo o país, possivelmente na data supracitada. Como prova, o relatório reproduz trechos de cartas e de documentos apreendidos das mãos dos integralistas. O delegado Matos foi enfático:

é fora de dúvida que a ação integralista planejou subverter a ordem com o fim de implantar novo regime. Das provas colhidas, provas de toda sorte testemunhal e documental, se recompõe a teia do movimento fracassado. Por intermédio de portadores de confiança ou pessoalmente vinham se entendendo há meses, as autoridades integralistas desta capital e do interior.⁸⁶

O estopim para o desencadeamento da repressão foi a apreensão de uma carta-resposta redigida pelo chefe integralista provincial Joaquim Araújo Lima, em 23 de agosto de 1936, para Belmiro Valverde, responsável pelo setor nacional de finanças da AIB. Nesta, o missivista queixa-se dos poucos recursos materiais da AIB baiana e também da coibição ao movimento integralista no estado. Lima afirma que Juracy ia “aos poucos apertando as cravelhas, ameaçando de fechar completamente o integralismo se esse revelar maior crescimento”. “Escusado é dizer que os comunistas gozam da complacência governamental e até do estímulo”, apóia-se em seguida na aura que Juracy possuía de amigo dos comunistas. Exposto o acima, avalia: “sinto que nossa luta será contra o governador Juracy Magalhães”. Por fim, os intentos e o estratégia:

seria útil que um companheiro afeito às lutas estivesse aqui conosco para auxiliar-nos. Em resumo necessitamos de ter elementos no batalhão do Exército aqui (19º BC) e devemos ter o material bélico necessário para irromper a ofensiva. Além disso, podíamos em vez de falar em integralismo preparar a coisa como se tratasse de comunismo.⁸⁷

A carta fez soar o alerta e desprender o golpe supressivo. Magalhães, depois das investigações, comunicou-se com Vargas para informá-lo que a AIB tanto possuía armas e munições adquiridas clandestinamente quanto poderia se valer do poder de fogo das corporações militares em que era grande sua infiltração, colimando “o movimento subversivo” um atentado não só contra sua vida, mas também contra a de seu secretário de Segurança Pública. Em vista da consideração de que era benévolo com os comunistas, Magalhães mostrou-se irritado. Reclamou que os camisas verdes se consideravam “tuteladores da ordem pública como se nós, governantes, fôssemos indiferentes”. Por outro lado, mandou o rol dos “comunistas” presos na Bahia após o Levante

de 35. E ainda fez um comentário destoante da linha seguida pelo governo federal: “combato” a tática de se “privilegiarem os verdes como meio de aniquilar os vermelhos. Possui o governo recursos legais para essa peleja sagrada”.⁸⁸

A resposta do presidente à notícia do fechamento dos núcleos integralistas baianos veio em forma de um frio telegrama: “conhecedor [de] seu espírito [de] tolerância [e] ponderada energia, estou certo [de que] só motivos muito sérios determinariam [de] sua parte adotar essa medida”.⁸⁹ Sem expressar o apoio que Juracy desejara na sua ida ao Catete, Vargas, por outro lado, procurou não interferir na política baiana. E aludiu à tolerância de Magalhães. Seria um novo chiste? Será que essa indulgência era como as rãs da anedota gauchesca: muito sonora, mas de fato inexpressiva? Na peleja sagrada do anticomunismo, como vimos, a polícia de Juracy agia sem lhanza de trato.

O apoio também não veio de Minas Gerais, pois Benedito Valadares, depois que recebeu duas cartas de Juracy, em 2 e 11 de setembro, comunicando as medidas tomadas contra os integralistas, replicou: “fiquei realmente surpreso com a ação do integralismo no seu estado”, segundo ele bem diversa da mineira (na qual “homens de responsabilidade” cuidavam da AIB). “Estou ansioso por vê-lo, a fim de trocarmos idéia sobre a orientação segura que devemos ter na política nacional”, acenou Valadares. “O presidente Getúlio continua, como sempre, muito seu, ou por outra, muito nosso amigo. Ainda há pouco, falou-me no Rio a seu respeito, exaltando suas qualidades de homem público”. O governador Valadares não deixou de remeter, no mesmo dia, uma cópia, para Vargas, desta carta em que ele sutilmente aconselhava Juracy Magalhães a ajustar-se com a linha da política nacional, afirmando, com clareza, que eles deveriam continuar “prestigiando de modo decidido o presidente Getúlio Vargas”.⁹⁰ Valadares, que gozava de intimidade filial com o presidente, não queria que o chefe ficasse sem o apoio do precioso comandante da Bahia.

Em substituição ao cearense Juracy, a julgar pela indicação do potiguar Antônio Fernandes Dantas como interventor na Bahia no primeiro momento do Estado Novo, o integralismo não era um problema para o Catete. O problema, na Bahia, era o distanciamento de Magalhães. Em 10 de novembro, data da decretação do Estado Novo, ele pede demissão de seu cargo. Dias antes, o coronel Dantas já ocupava o comando da VI Região Militar, a fim de garantir a execução do Estado de Guerra. Simpatizante do integralismo, ao chegar, enviou telegrama ao ministro da guerra solicitando maiores recursos para reprimir os comunistas.⁹¹ Sendo Juracy hostil e sendo Dantas simpático ao integralismo, Vargas ia de encontro ao ataque, do ano anterior, de Juracy contra a AIB. Contrariando-o, o presidente fez o que o demissionário informara rejeitar: combater os vermelhos usando os simpáticos verdes. Foi, talvez, a pá de cal na erodida relação entre Getúlio e Juracy: a amizade e a confiança políticas foram reduzidas ao mesmo tempo. Juntamente, a política da federação – do estado da Bahia – cedeu à política do governo central – do Estado Novo.⁹²

Embora o Estado Novo tenha sido uma ditadura de um civil com apoio no Exército, o capitão Magalhães tinha uma visão diferente sobre a eternização de Getúlio no poder. Estava desfeito o elo entre preposto e chefe, e ambos percorreram os seus diferentes caminhos. O chefe, a propósito, atacaria o integralismo. Estava desfeito o elo? Difícil dizer. Afinal, no seu segundo governo, nos anos 1950, Vargas nomearia Juracy para presidir a Companhia Vale do Rio Doce e, em seguida, outra menina dos olhos da poderosa economia estatal brasileira: a Petrobrás.

DITADOR SOBRE A ESQUERDA E A DIREITA

Reflexo de sua busca de reanimação, em fins de 1936 novas circulares da ANL voltam a aparecer (e depois são arquivadas pela polícia). Na circular de nº 2 colocou-se que, “no

recrutamento de membros para ANL”, era preciso que se pusesse de lado “os preconceitos de partido, ideologia e classe daquele que recruta em relação aquele que é recrutado”. “Sectarizar o recrutamento”, foi escrito, “é sabotar o programa, dificultando sua vitória”.⁹³ Em outra circular – enviada ao diretório estadual da Bahia –, o diretório nacional da ANL repisou o abandono do sectarismo, indicando que este último conduzia ao “isolamento da vanguarda”, a “golpes secos”. Segundo o documento, era preciso envidar esforços contra a prorrogação do estado de guerra, pelo fim do integralismo e contra a prorrogação do mandato ou reeleição de Getúlio. É interessante notar que o diretório da ANL percebeu as segundas intenções de Getúlio: com seus botões, ele falava em permanecer no Catete. Em outro trecho está posto que Vargas reforçava-se tanto ao prorrogar o estado de guerra quanto ao conviver com a AIB. “O que pretende é mesmo instaurar uma ditadura policial integralista”, prognosticou o diretório da ANL; para continuar: “é bem verdade que será difícil a Getúlio levar a prática esse atentado, mas é certo que em desespero de causa, vendo que lhe falta todo o apoio da opinião nacional, ele se aventure a tal”.⁹⁴

Vargas se aventurou, sustentado no medo e ojeriza nacionais ao comunismo e à aparição dos de baixo em greves e reivindicações coletivas dirigidas à esfera pública. Ambos – receio e repulsa – haviam sido claramente evidenciados na correspondência que lhe era destinada. Aos olhos da cúpula do varguismo (dessa conjuntura), aventurar-se era preciso. Ante o fim do estado de guerra, em 16 de junho de 1937, o chefe de polícia enviou a Getúlio “os prognósticos mais sombrios”. Defendendo a manutenção das medidas excepcionais, Müller se confessou de mãos atadas, pois

os elementos de que dispõe a autoridade, falhos, quase ridículos; com os empecilhos e tropeços que surgem a cada instante pelos defeitos inerentes à organização nacional e, sobretudo, ouvindo ao grande sentimentalismo

de nossa raça, seria inconsciente se assumisse perante vossa excelência a responsabilidade integral de manter a ordem e a segurança pública nesta capital no momento delicado que o país atravessa abalado como está por agitações políticas e de outra natureza.⁹⁵

O calendário político no ano de 1937 implicava considerar a agitação das eleições para Presidência da República avistadas em janeiro de 1938. Getúlio, contudo, nutria pretensões continuístas. Nos bastidores, em setembro de 1937, desengavetou-se o Plano Cohen, atribuído à IC. O plano previa incêndio de prédios públicos, mobilização dos trabalhadores para uma greve geral, incitação de manifestações populares para saques e depredações, como também a eliminação de autoridades civis e militares. Vargas aproveitou-se da inquietação e insegurança geradas, encurralou opositores, intimou a sociedade civil e – ostensivamente – deixou claro que o poder lhe aprazia, prendendo e arrebentando. Solicitou uma vez mais a decretação do estado de guerra, no que foi aquiescido. O próximo passo foi a implantação do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937.

No mês seguinte, Vargas justifica o fechamento político. Seu discurso se justapõe ao de Filinto Müller:

o movimento de 10 de Novembro exprime uma reação imperiosa contra o estado de coisas lamentáveis. Reconhecidas as fraquezas e deficiências de nossa organização, incapaz de dar ao país os rumos seguros da ordem e a garantia do progresso pacífico, tornava-se inadiável forjar instrumento apropriado à ação construtiva de firme direção, dentro de um regime expurgado de intervenção personalista, interesseira e dispersiva

dos agrupamentos partidários, e aberto à colaboração de todos os brasileiros de boa vontade. A nova constituição, colocando a realidade acima dos formalismos jurídicos, guarda fidelidade às nossas tradições e mantém a coesão nacional.⁹⁶

Por força de decisão judicial, na Bahia, a AIB reabria seus núcleos, mas os acusados de sedição permaneceram presos e foram processados pelo TSN, obtendo relaxamento da prisão em janeiro de 1937. Em dezembro, logo após o Estado Novo, viria o fechamento da AIB, uma decorrência da abolição do sistema partidário pelo Estado Novo. Frustrados, os integralistas, em 10 de maio de 1938, promoveram um *Putsch* no Rio de Janeiro. Saíram derrotados. Melancolicamente, foram cedidos como “excesso de bagagem”, como bem apontou Levine.⁹⁷ Eram um peso e tanto. A AIB foi varejada em várias de suas sedes e muito armamento, em todo o Brasil, foi achado. Devia haver mais armas em suas mãos do que com o PCB.

A perseguição ganhou o aplauso de encarcerados esquerdistas. Da Casa de Detenção alguns presos políticos, encabeçados por Agildo Barata, escreveram a Vargas e lhe deram os parabéns:

na condição de cidadãos – e não como presos – e, em nome dos demais compatriotas antifascistas recolhidos a este presidio, vimos, pela presente, congratular-nos com a nação brasileira, na pessoa de V. Excia. pelo esmagamento da bárbara intentona integralista. Cumprimos o patriótico dever de declarar que nos colocamos ao lado do governo de V. Excia., na luta contra o integralismo e seus mandatários e adjutores estrangeiros

na defesa da integridade, da soberania e do progresso nacional.⁹⁸

Como era de se esperar, o desmantelamento da ANL e da AIB atingiu em cheio movimentos sociais e sujeitos históricos. Retirados de circulação, o povo foi sumindo. Porém, seu declínio não produziu sua invisibilidade total. Antes de mais nada, a repressão política se manteria atenta e preventiva, além de neurótica e sistemática. Mas não se trata apenas do que a polícia – sozinha – era capaz de fazer. Não se pode esquecer, o concurso do povo. Enxotado da esfera pública cidadã, estava presente no apoio direto ao Estado Novo. O dr. João Castro (médico em São Paulo), depois de viajar pela capital e o interior baianos, escreveu a um “patrício” em 29 de outubro de 1938 com o intuito de inteirá-lo sobre o que se passava no “nosso infeliz estado”. Na Bahia, “todas as autoridades são elementos do Partido Integralista”. Ele disse que notou em sua viagem que, na polícia, a começar pelo comandante da Polícia Militar, havia vários integralistas ocupando cargos de comando, parte deles já identificada como criminosos subversivos por Juracy Magalhães. Mas estavam soltos e operantes. Entre os prefeitos indicados pelo novo interventor Landulfo Alves, ele apontou que “só foram substituídos os prefeitos que combateram os verdes”. Pois “assim quis o sr. Isaiás” (dito por ele “integralista fichado”), que era irmão de Landulfo e secretário de Educação e Saúde da Bahia. O missivista, em segundo lugar, não deixou de frisar que os “autonomistas” (outra corrente oposicionista a Vargas) também estavam lotados no governo. Mas “só os parentes e os integralistas contam com prestígio”, reclamou (iniciando o fim da carta). O doutor médico então pede ao destinatário que os graves fatos relatados fossem levados ao conhecimento de “nosso grande presidente Getúlio Vargas”. Havia “inimigos do regime” ocupando “postos de responsabilidade” no setor da Bahia.⁹⁹ Evidentemente, o médico tanto podia estar errado quanto podia estar querendo se valer da caça aos sigmáticos em

seu próprio favor. Se o informe prestava, isso cabia à inteligência varguista ajuizar.

Mais do que simples curiosidade microscópica – fato expressivo na verdade –, Getúlio estava recebendo uma ajuda para o percurso que, dali em diante, ele seguiria, ao banir os partidos políticos. Um ditador era servido com indicações para perseguir os novos inimigos de um regime apartidário. Vargas, de fato, liderou o seu primeiro governo (1930-1945) sem agremiações partidárias nacionais de apoio. Fracassara, por exemplo, a tentativa de criação de um partido nacional revolucionário “outubrista”, a União Cívica Nacional, por volta de 1934. Se não dispunha de partido, o presidente saía-se, passo a passo, vitorioso no enfraquecimento ou na liquidação dos partidos adversários ou rivais. A AIB, outro exemplo, deixou de ser o partido do governo no momento em que tinha tudo para sê-lo.

No Estado Novo, com apoio nos préstimos da polícia e na autoridade do Exército – os comandantes das regiões militares foram feitos interventores –, agora a Revolução de Outubro de Getúlio Vargas iria acontecer, iria se realizar, sem que os revolucionários restantes sentissem falta das subtraídas correntes revolucionárias, agremiações e lideranças. A partir da proscrição da ANL – e também depois do Levante de 35 –, Vargas “ajustou” a rota iniciada na Revolução de 30, mas “desviada” pela abertura política da reconstitucionalização do país em 1934 (mesmo que, durante essa conjuntura de abertura, existisse um “regime de exceção paralelo” em que a população estava submetida a diversas formas de violência).¹⁰⁰ Apesar de tudo, Vargas não partiu para um regime totalitário, atendo-se dentro do campo do autoritarismo.

Se o Estado Novo suprimiu partidos, não acabou com lideranças, famílias, redes, idéias e formas de resistência. Se olharmos para a União Democrática Nacional baiana encontraremos duas alas: a de Otávio Mangabeira – um autonomista civil (egresso da República Velha) – e a de Juracy, o eficiente militar

interventor (ex-tenentista). Ambos foram contrários ao regime ditatorial. O Partido Trabalhista Brasileiro, por sua vez, teve em Landulfo Alves – interventor de Vargas entre 1938 e 1942 – uma liderança que chegou ao Senado fazendo campanha pelo petróleo. O PCB, além de sua tentativa de recomposição orgânica no final dos anos 30 (tendo Salvador como capital), apoiou-se em expressivos nomes baianos para viver a efêmera legalidade do pós-guerra. Em 18 de setembro de 1944, um policial anotou “povo baiano vibra alma democrática de um país asfíxiado pelo regime ditatorial de 10 de novembro”.¹⁰¹ O povo estava de volta à cena, enfim. Desgraçadamente, a polícia não perdera o seu pape.

NOTAS

1 Este artigo é resultado parcial de pesquisa apoiada pelo CNPq e pela Fapesb.

2 Processo. Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb), seção judiciário, série subversão, classificação 202, caixa 4, doc.4.

3 Dossiê Bahia. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro (PPRJ), setor estados, Bahia, pasta 5 b.

4 Carta, 23/12/1935. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), GV c 35.12.23.

5 Aperj, fundo PPRJ, setor comunismo, pasta 5. fls. 7.

6 A ANL foi formada por antifascistas e democratas em reação à linha autoritária do governo Vargas. A frente atraiu para suas fileiras pecebistas, militares, operários e estudantes transformando-se num movimento de massa durante o período em que funcionou na legalidade (março-julho de 1935). Em seu livro, Consuelo Novais Sampaio aborda o fenômeno da ANL na Bahia. Ver: SAMPAIO, Consuelo. *Poder e representação:*

o legislativo da Bahia na segunda república, 1930-1937. 1ª edição. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1992, p. 103 e ss.

7 “Ata da ANL”, 30/03/1935. Aperj, fundo PPRJ, setor comunismo, pasta 18a, fls. 248.

8 “Comunicação: Reunião no teatro João Caetano”. Aperj, fundo PPRJ, setor comunismo, pasta 18a, fls. 232.

9 HALL, Michael & PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle”. *Remate de Males*. Campinas: Editora da Unicamp, nº 5, p. 109, 1985. Dossiê da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo. Aperj, fundo PPRJ, setor administração, pasta 14.

10 FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa”. In: *O populismo e sua história*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 94, 95. CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. 2ª edição. Brasília: UNB, 1994, p. 93.

11 Carta, 9/9/1936. Arquivo Nacional (AN), Série governo estadual/Ba, código 35, seção SDE, caixa 93.

12 GELLATELY, Robert, *Backing Hitler: consent and coercion in Nazi Germany*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1991. A citação de Gellately foi extraída de seu depoimento em *The nazis*. Episódio 2. BBC, 1997.

13 ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e o controle social do Brasil, 1930-1954*. 1ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 62.

14 *O Imparcial*, 30/11/1935.

15 “Contra a Lei Monstro! Contra o Integralismo!”. Aperj, fundo DESPS, panfleto 806.

16 Carta, 18/5/1935. Aperj, fundo PPRJ, setor comunismo, pasta 18.

17 “Onde estavam sendo realizadas as reuniões dos núcleos”. Aperj, fundo PPRJ, setor comunismo, pasta 18, fls. 34.

18 Aperj, fundo DPS 30053, FP. 1123.

19 “Breves notas político-biográficas de próceres comunistas que foram candidatos, pelo PCB - seção da Bahia ao congresso federal, e de outros elementos destacados nas hostes vermelhas”. Aperj, fundo PPRJ, setor estados, Bahia, pasta 5c, fls. 614, 615.

20 SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. 1ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 393.

21 Verbete. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. CPDOC-FGV, 2004.

22 Relatório, 11/11/1935. Aperj, fundo PPRJ, setor comunismo, pasta 18, fls. 156.

23 Verbete. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. CPDOC-FGV, 2004.

24 “AANL e a situação política do Rio Grande do Norte”. In: VIANNA, Marly. *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 93.

25 Relatório, 11/11/1935. Aperj, fundo PPRJ, setor comunismo, pasta 18, fls. 152, 153.

26 “Aos CR, CL, CZ, CS, células e frações do PCB”. Aperj, fundo PPRJ, setor comunismo, pasta 16b.

27 Francisco Mangabeira nasceu no Rio de Janeiro em 21/10/1909. Ingressou na Juventude Comunista antes de entrar para faculdade de direito. Durante o curso superior afastou-se das atividades comunistas, mas manteve suas idéias esquerdistas. Em outubro de 1934 participou das discussões sobre a formação da ANL. Foi secretário-geral da Aliança e colaborador do jornal *A Manhã*, porta-voz do movimento. Foi preso em 27/11/1935 e enviado para o navio D. Pedro I, sendo libertado no ano de 1937. Verbete. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. CPDOC-FGV, 2004.

28 Mencionado em VIANNA, Marly. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 148.

29 VIANNA, Op. cit., (1992), p. 219, 220.

- 30 *Folha do Povo*, 10/11/1935. Arquivo Público Estadual João Emereciano (Apeje).
- 31 *Estado da Bahia*, 1/11/1935. Biblioteca Pública da Bahia (BPEB).
- 32 *Diário da Bahia*, 8/11/1935. BPEB.
- 33 *Folha do Povo*, 11/11/1935. Apeje.
- 34 *Folha do Povo*, 11/11/1935. Apeje.
- 35 “Carta do diretório nacional da ANL aos companheiros do Rio Grande do Norte”, 31/10/1935. In: VIANNA, Op. cit., (1995), p. 110, 111.
- 36 “Carta do secretariado nacional do PCB ao CR do Maranhão”, outubro de 1935. In: Vianna, Op. cit., (1995), p. 105.
- 37 Carta do Secretariado nacional do PCB ao CR do Maranhão, outubro de 1935. In: Vianna, Op. cit., (1995), p. 105, 106.
- 38 Existem dúvidas entre os historiadores sobre a identidade de Marques. Paulo Sérgio Pinheiro, entre outros historiadores, acredita que Marques era, provavelmente, o pseudônimo Antônio Maciel Bonfim. Em estudo recente, Carlos Zacarias de Sena Júnior apresenta Marques como provável Valdevino Oliveira. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil 1922-1935*. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 292. SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. *Os impasses da estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível 1936-1948*. Tese de doutorado: Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2007, p. 117. Discurso, julho de 1935. CPDOC, AP M/2503/27/11/35. 100.1.
- 39 PINHEIRO, Op. Cit., p. 312, 279. Sobre esse e outros informes, Pinheiro comenta que os dados apresentados nos documentos não eram necessariamente falsos, mas a leitura feita era “equivocada e ilusória, prolongando imaginariamente virtualidades revolucionárias que não estavam presentes na luta concreta”.
- 40 “Luta de morte contra o integralismo”, julho de 1935. In: Vianna, Op. cit., (1995), p. 58.

- 41 BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. 1ª edição. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 158, 159.
- 42 VIANNA, Op. cit., (1992), p. 140.
- 43 “Resoluções do CC sobre as tarefas dos comunistas na preparação e na realização da revolução nacional”, novembro de 1935. In: VIANNA, Op. cit., (1995), p. 135.
- 44 “Carta de Barreto Leite a Prestes”, 26/11/1935. In: VIANNA, Op. cit., (1995), p. 140.
- 45 VIANNA, Op. cit., (1992), p. 281.
- 46 LEVINE, Robert. *Regime Vargas: os anos críticos (1934-1938)*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 163.
- 47 GOMES, Ângela de Castro (org). *Velhos militantes: depoimentos*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1988, p. 105, 106.
- 48 “Informe de Santa sobre o Rio Grande do Norte”, 16/1/1936. In: VIANNA, Op. cit., (1995), p. 216.
- 49 OLIVEIRA FILHO, Moacyr. *Praxedes um operário no poder: a insurreição comunista de 1935 vista por dentro*. 1ª edição. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1985, p. 61.
- 50 “Conquistada a bala a liberdade de um povo”. In: VIANNA, Op. cit., (1995), p. 477, 478.
- 51 “Povo de Pernambuco”, 24/11/1935. In: VIANNA, Op. cit., (1995), p. 137.
- 52 “Relação dos fatos ocorridos em fins de novembro de 1935”, 25/12/1935. In: VIANNA, Op. cit., (1995), p. 197, 198.
- 53 “Relação dos fatos ocorridos em fins de novembro de 1935”. In: VIANNA, Op. cit., (1995), p. 197.
- 54 “Relação dos fatos ocorridos em fins de novembro de 1935”, 25/12/1935. In: VIANNA, Op. cit., (1995), p. 193, 194.
- 55 PINHEIRO, Op. cit., p. 217.

- 56 “Carta de Euzébio”, 19/12/1935. Aperj, fundo polícia política, setor comunismo, pasta 14 E.
- 57 RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. 12ª edição. São Paulo: Record, 1979, p. 237. Graciliano foi acusado de subversão comunista em 1936, sendo preso – sem nunca ter sido interrogado – durante 11 meses.
- 58 Carta, 25/11/1935. CPDOC, GV c 1935.11.35.
- 59 HILTON, Stanley. *A rebelião vermelha*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1986, p. 96.
- 60 Carta 18/6/1937. CPDOC, GV c 1937.06.18.
- 61 Carta, 3/12/1935. CPDOC, OA 36.11.25/1.
- 62 Verbete. *Dicionário Histórico Biográfico*. Compact-disc. CPDOC - FGV, 2004.
- 63 “Todos os trabalhadores do Brasil”. Aperj, fundo DESPS, panfleto 840.
- 64 KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: Editora Unesp, 2003, p. 59.
- 65 Carta, 18/6/1937. CPDOC, GV c 1937.06.18.
- 66 Aperj, fundo DPS 30053, FP 1124. Aperj, fundo DPS 30053, FP 1128.
- 67 RAMOS, Op. cit., p. 137.
- 68 RAMOS, Op. cit., p. 139.
- 69 ROSE, Op. cit., p. 113.
- 70 CANCELLI, Op. cit., p. 182.
- 71 Carta, 18/6/1937. CPDOC, GV c 1937.06.18. Ver também: Pinheiro, Op. cit., p. 320, 321, 322.
- 72 Em 23 de março de 1936 a polícia invadiu a sede do Legislativo e prendeu cinco parlamentares - os deputados Abguar Bastos, Domingos

Velasco, João Mangabeira, Otávio da Silveira e o senador Abel Chermont. Verbete. DHBB, Compact-disc, CPDOC - FGV, 2004.

73 Carta, 20/5/1936. CPDOC, GV c 1936.05.21.

74 Aperj, fundo PPRJ, setor estados, Bahia, pastas 5a, 5b.

75 Carta, 20/5/1936. CPDOC, GV c 1936.05.21.

76 “Apelo ao povo e as forças armadas”, 12/6/1936. Aperj, fundo PPRJ, setor comunismo, pasta 16 E.

77 Cartas. Fundação Pedro Calmon, Centro de Memória da Bahia, Arquivo Privado Otávio Mangabeira, Série CP, pasta 28.

78 Carta, 2/4/1936, CPDOC, GV c 1936.04.

79 Telegrama, 10/3/1936. CPDOC, GV c 1936.03.10.1.

80 Ficha. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados (CEDI), seção legislativa, caixa 14.

81 Carta, 12/12/1935. AN, série governos estaduais/ gabinete civil da presidência da república, código 35, seção SDE, lata 15.

82 KAREPOVS, Op. cit., p. 134-151.

83 VIANNA, Op. cit., (1992), p. 214, 235, 271.

84 ABREU, Alzira (org). *Juracy Magalhães, minhas memórias provisórias*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982, p. 97.

85 REIS, Laís. *Educação e assistência social: as estratégias de inserção da Ação Integralista Brasileira nas camadas populares da Bahia em O Imparcial, 1933-1937*. Dissertação de mestrado: Programa de Pós-graduação em história da Universidade Federal da Bahia, 2006, p. 27, 30.

86 “Relatório sobre o Integralismo”, 16/11/1936. CEDI, seção legislativa, caixa 3.

87 “Relatório sobre o Integralismo”, 16/11/1936. CEDI, seção legislativa, caixa 3.

88 Carta, 11/12/1936. Aperj, fundo PPRJ, Bahia, pasta 5b, fls. 398, 340.

89 Telegrama. AN, série governos estaduais/gabinete civil da presidência da república, fundo 35, seção SDE, lata 15.

90 Carta, 18/9/1935. CPDOC, GV c 1936.09.18/2.

91 Juracy e Dantas trocam acusações. O primeiro é comunista e o outro é integralista nos telegramas que endereçam ao ministro da guerra. Dantas requereu recursos alegando ambiente político apreensivo e Juracy reafirmou a tranquilidade do Estado baiano. Segundo Dantas, nas reuniões da comissão do estado de guerra, os ânimos se exaltaram e quase eles entram em choque físico. Juracy pede ampla propaganda contra o integralismo, além de ser contra a prisão de 6 deputados e 1 vereador acusados de comunistas. Telegramas, 2-9/11/1937. CPDOC, GV c 1937.11.02.

92 MAGALHÃES, Juracy. *Minha Vida Pública na Bahia*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957, p. 171. Note-se em acréscimo que, com Landulfo Alves (que substituiu Dantas), um integralista de destaque surge na administração baiana. Era o dr. Isaías Alves, secretário de Educação e Saúde. Logo após a instituição do Estado Novo, Isaías palestrou a jovens plinianos, camisas e blusas verdes baianos. *O Imparcial*, 30/11/1937. Arquivo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Ufba. Arquivo Isaías Alves, Série Jornais, Subsérie Vida e Obra.

93 “A todos os núcleos e a todos os aliancistas”, Circular n 02. Aperj, fundo PPRJ, setor comunismo, pasta 20, fls. 134.

94 “Prezados companheiros do D.E da Bahia”, 11/12/1936. Aperj. Fundo PPRJ, setor comunismo, pasta 20, fls.178, 179, 180.

95 Carta 18/6/1937. CPDOC, GV c 1937.06.18.

96 Discurso, 18/12/1937. In: SILVA, Hélio. *Vargas: uma biografia política*, Porto Alegre: LP&M, 2004, p. 120.

97 LEVINE, Op. cit., p. 247.

98 Carta, 14/5/1935. CPDOC GV 1938.05.13.

99 Carta, 29/10/38. AN, Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, seção SDE, lata 117.

100 PINHEIRO, Op. cit., p. 328.

101 *Boletim Reservado*, nº 88. Aperj, Fundo DPS, série fichas verdes, 1747.

OS “CAMPEÕES DA DEMOCRACIA”: ASPECTOS DA RESISTÊNCIA COMUNISTA E ANTIFASCISTA EM PORTUGAL E NO BRASIL NA CONJUNTURA DA GUERRA (1936-1948)¹

Carlos Zacarias F. de Sena Júnior
Doutor em História pela Universidade
Federal de Pernambuco (UFPE);
Professor Adjunto da Universidade
do Estado da Bahia (UNEB)

APROXIMAÇÃO DO PROBLEMA

Em 28 de maio de 1926, um golpe militar punha fim à chamada Primeira República portuguesa (1910-1926) e instalava uma ditadura militar de tipo bonapartista à maneira das muitas que começavam a se estabelecer na Europa no rastro da derrota da primeira vaga revolucionária aberta com a Revolução Russa de 1917.² Procurando sepultar a situação de instabilidade então reinante naquele país, a ditadura militar logo transitaria para um regime fascistizante através da Constituição do Estado Novo, datada de 11 de abril de 1933. O novo governo tinha à frente o todo poderoso ex-ministro das Finanças, António Oliveira Salazar, que no ano anterior havia sido nomeado para a presidência do Conselho de Ministros pelo presidente Oscar Carmona.

Mais ou menos na mesma época, no Brasil, a também chamada Primeira República brasileira (1889-1930) sucumbiria diante de uma crise de hegemonia que impunha às classes dirigentes do país a necessidade de substituir seus antigos homens e programas, de maneira a perpetuar a sua dominação política. Com efeito, após a consecução de um golpe de força de cunho civil-militar, uma revolução política por assim dizer, chamada pelos historiadores *Revolução de 1930*, uma série de transformações na estrutura organizacional do Estado viria a se processar sob a liderança de Getúlio Vargas. Elevado ao poder em 1930, Vargas governou de forma provisória até 1934, quando uma nova Constituição foi promulgada em meio ao grande tensionamento e instabilidade provocados pelos efeitos de um movimento que em 1932 eclodiu em São Paulo. Mas a situação política permaneceu tensa, tanto que em 1935, novo movimento, desta feita, liderado pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), que contava com grande presença de comunistas, levantou os quartéis de Natal, Recife e Rio de Janeiro. O resultado foi o estabelecimento do Estado de Sítio que deu prerrogativas excepcionais ao governo que prendeu milhares de pessoas antecipando as condições necessárias para a instauração do Estado Novo no Brasil, que finalmente viria através de um golpe, em novembro de 1937.

Na conjuntura de intensificação da nova polarização entre as forças da revolução e da contra-revolução nos anos 1930, convém analisar sob que circunstâncias se estabeleceram tais regimes, qual a identidade evidenciada para com os regimes fascistas e entre si, para além da designação comum de Estado Novo, e sob que condições se produziram em cada lado do Atlântico a resistência comunista e antifascista nos marcos da conjuntura da Segunda Guerra Mundial. Dito de outra forma, o objetivo deste trabalho é realizar uma problematização e estabelecer critérios de comparação da resistência comunista e antifascista em Portugal e no Brasil entre os anos de 1936 e 1948, circunstância em que os regimes bonapartistas caminharam para um franco processo de aberta fascistização.

Para a compreensão desse período, propõe-se a demarcação de três conjunturas específicas, uma delas entrecruzada. A primeira relacionada com os preparativos, a eclosão e os primeiros movimentos do conflito mundial (1936-1941); a segunda atinente à entrada da URSS e dos Estados Unidos na guerra e a viragem do conflito em favor dos Aliados até a vitória final (1941-1945); e a terceira vinculada à formação da precária aliança temporariamente firmada entre o mundo capitalista e o mundo dito socialista, entre a viragem do conflito e o pós-guerra, que culminou com o recrudescimento das hostilidades a partir do advento da Guerra Fria que pôs termo às esperanças de uma coexistência pacífica duradoura entre as duas principais potências vitoriosas na guerra (1943-1947).

Levando-se em consideração as mudanças da conjuntura política internacional que, de resto, afetaram distintamente os exemplos que aqui serão discutidos, ainda que se devam considerar as particularidades de cada situação, pontos de identidade podem ser, desde já, destacados quanto à natureza dos regimes e ao caráter da resistência comunista e antifascista em Portugal e no Brasil, pois: 1. tratava-se de uma resistência a governos claramente identificados como autoritários, espécies de *fascismos genéricos*, constituídos por um golpe de força e sem apoio de massas; 2. no mundo do trabalho a resistência teve que se organizar frente à montagem de uma estrutura corporativa que, embora desigual nos dois países, pressupunha a existência de um controle estrito dos sindicatos tornados oficiais; 3. em ambos os casos, tratavam-se de países periféricos, situação em que os comunistas definiram a etapa da revolução como “nacional-libertadora”, ainda não socialista;³ 4. a política adotada pelos PCs buscava conformar a unidade antifascista em torno de *frentes nacionais* conformadas por um bloco de classes bastante amplo; 5. no curso da sua atuação, ambas as organizações foram muito atingidas e quase que totalmente desbaratadas pela repressão, ao que tiveram que recompor constantemente suas direções; 6. no processo de afirmação destas batalhas, os Partidos Comunistas

terão na luta pela democracia o critério definidor da política de unidade antifascista.

No que se refere à caracterização conjuntural do problema, identificamos que a circunstância do alinhamento internacional dos governos Vargas e Salazar, no que tange à Segunda Guerra Mundial, são fundamentais nos desdobramentos da política dos comunistas no período. Neste sentido, a posição do governo brasileiro quanto à declaração de guerra contra a Alemanha e a postura de “neutralidade geométrica” do governo salazarista, definirão opções distintas para os comunistas brasileiros e portugueses no quadro da viragem da conflagração em favor dos aliados.⁴ Por conseguinte, enquanto o Partido Comunista Português (PCP) optava por desenvolver uma luta pela derrubada do governo de Salazar ainda que nos marcos da *Unidade Nacional*, o Partido Comunista do Brasil (PCB) intensificou a política de *União Nacional* dedicando apoio explícito às ações de Vargas no momento em que o ditador definiu-se por um alinhamento com as potências aliadas, também nos limites da política de *unidade antifascista*. Deste quadro resultou que, enquanto os comunistas brasileiros alinham parte da sua política às necessidades e demandas do governo Vargas, embora na cabeça de um grande ascenso de lutas em defesa da abertura da Segunda Frente na guerra, os comunistas portugueses intensificam o combate político contra o Estado Novo exortando a unidade dos “portugueses honrados”, deflagrando uma série de greves e promovendo grandes jornadas de lutas, notadamente no período de 1942 a 1944.

Corolário do ascenso das lutas nos dois países foi a conjuntura internacional de viragem da guerra em favor dos aliados, principalmente a partir de 1943, e a efetiva possibilidade de acesso a um incipiente movimento de massas que, no Brasil, se configurou a partir do afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães e da penetração dos comunistas nos sindicatos oficiais para ganhar as massas para a luta contra o fascismo e, em Portugal, desde o recrudescimento das greves em 1942, 1943 e 1944, resultados da escassez de gêneros e da

situação de penúria que atingia toda a Europa. Na culminância desta conjuntura, o alinhamento dos comunistas brasileiros com Getúlio, o processo de anistia neste país e a expressiva participação do PCB nas eleições de 1945/46, quando elegeram 15 parlamentares, são definidores do novo momento que surgirá em 1947/48, em que as dissensões recrudesçam. Em Portugal, a formação do Movimento de Unidade Democrática (MUD), em 1945, expressão legal do Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF), surgido em 1943, e a aliança eleitoral frustrada em torno da candidatura de Norton de Matos, além da repressão que se seguiu à breve distensão, são o ponto de chegada desta conjuntura.

Por fim, será com o advento da política da Guerra Fria em que se dará o fechamento do ciclo de uma tática de Unidade Nacional em que os comunistas pretenderam se converter nos “campeões da democracia”, já que lutaram com todas as suas forças pela formação de blocos unitários com todos os setores que se reivindicavam como antifascistas. Com efeito, o recrudescimento da repressão em Portugal, em 1948/49, com a prisão dos principais dirigentes do PCP, inclusive de Álvaro Cunhal, se constituirá num duro golpe na organização que levará quase uma década para se recompor novamente. Quanto ao PCB, depois de encabeçar as grandes jornadas antifascistas desde 1942 e de ser, paradoxalmente, um dos principais sujeitos no processo de desmobilização da classe trabalhadora no pós-guerra, este Partido teve o seu registro e seus parlamentares cassados em 1947/48, sucumbindo, mais uma vez, à clandestinidade e sofrendo um longo período de desorganização, sectarismo e isolamento das massas. Isso se deu num mundo em que a União Soviética e os Estados Unidos, os principais vencedores da guerra, dividiam o espólio dos vencidos por cima das promessas e esperanças de uma era em que o assalto ao céu parecia, novamente, ao alcance das mãos.

BONAPARTISMO E FASCISMO GENÉRICO

Em meados dos anos 1930, boa parte dos países do velho e do novo mundo vivia sob regimes de caráter autoritário. Inspirados ou não no modelo fascista da Itália, implantado naquele país na esteira da derrota do processo revolucionário que varreu boa parte da Europa entre o fim do primeiro decênio do século e a primeira metade da década de 20, tais regimes tinham como elemento unificador o nacionalismo extremado, a opção corporativista no trato com o mundo do trabalho e o aspecto contra-revolucionário enquanto último recurso ao avanço da revolução que havia ganhado o mundo desde a implantação do regime dos *soviets* na Rússia, em 1917. Estribados em tal ideologia, o período do entre-guerras assistiu a ascensão generalizada de regimes fascistas, ou fascizantes, de maneira que foram poucos os países que não recorreram à adoção de regimes bonapartistas ou abertamente fascistas na solução dos problemas decorrentes das crises econômicas, sociais e políticas daqueles conturbados anos.

Em que pese a identidade de interesses de boa parte desses regimes, e a natureza contra-revolucionária que lhes permitiu a existência nas condições em que processos revolucionários foram derrotados na Europa desde os anos 20, há bastante controvérsias entre os historiadores quanto à classificação conceitual de governos com estas características. Num rápido passeio pela historiografia sobre o assunto, poder-se-á encontrar, conforme a época e a concepção de cada autor, variadas denominações conceituais para regimes deste tipo. As conceituações vão da classificação de *totalitarismo*, típicas das correntes taxonomistas, mais ligadas à sociologia e à ciência política, para aqueles regimes de inspiração abertamente nazi-fascistas, como os exemplos alemão e italiano, à caracterização de *fascismo genérico*, própria das correntes historicistas, mais próximas das metodologias dos historiadores, para os casos de regimes que sofreram pressões fascizantes eficazes, entretanto

não suficientes e sem a radicalidade das suas matrizes inspiradoras ou sem a natureza massiva dos setores que o apoiaram.⁵ A este respeito, convém notar que enquanto perdurou a conjuntura da guerra, situação em que o mundo mergulhou num conflito que opôs regimes políticos distintos, como a democracia burguesa e o fascismo, pode-se dizer com alguma margem de segurança que os governos bonapartistas do período tenderam a se identificar com o fascismo, sendo, portanto, tendencialmente fascistas ou espécies de fascismos genéricos, como o foram os regimes do Estado Novo português e o brasileiro, na conjuntura em tela.⁶

De toda forma, convém observar os dispositivos acionados pelos regimes português e brasileiro com o intuito de promoverem a institucionalização do Estado Novo e o controle social estrito dos movimentos oposicionistas. Sobre este assunto, observe-se a estrutura policial montada com o propósito anunciado de defesa do Estado, com as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) e o Departamento de Imprensa e Propaganda, (DIP) do Brasil, e a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), que em Portugal trabalhava em conjunto com a Guarda Nacional Republicana (GNR). Mas foi, sobretudo, no âmbito da legislação social e trabalhista que o Estado Novo acionou os principais dispositivos de controle social nos dois países. Em Portugal, em 1933, um pacote legislativo buscou conformar a organização corporativa do mundo do trabalho, onde se previam uma estrutura de unicidade sindical e os sindicatos nacionais, rigorosamente controlados pelo governo, que deveria autorizar, inclusive, o seu funcionamento.⁷ Também foram criadas as organizações para a mobilização popular, que incluíam as *Casas do Povo* (1933), a *Fundação Nacional para Alegria no Trabalho*, FNAT (1935), a *Mocidade Portuguesa*, MP (1936), a *Legião Patriótica*, LP (1936), e a *Organização de Mulheres do Estado Novo*, OMEN (1936), todas imbuídas do espírito de promover a aglutinação dos diversos setores da sociedade em torno do regime.⁸

No Brasil, em que pesem as tentativas do Estado Novo de avançar sobre a sociedade os dispositivos de mobilização

popular à maneira dos regimes fascistas típicos, a montagem da estrutura corporativa estatal se circunscreveu ao mundo do trabalho, não sendo capaz de consolidar organismos na sociedade como um todo. Em consequência disto, a criação do Ministério do Trabalho, em 1930 e a Lei de Sindicalização, de 1931, são os esteios sobre o qual se erguerá a estrutura corporativista do regime bonapartista que, finalmente, será consolidado pela Constituição de 1937, cujos aspectos do dirigismo estatal sobre o trabalho será ratificado na Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, de 1943, que abarcou o conjunto de leis sociais e de regulamentação do mundo do trabalho, como a Lei do Salário Mínimo e o Imposto Sindical, ambos de 1940, e os dispositivos de regulamentação dos sindicatos, que previam a unicidade sindical e a estrutura verticalizada.⁹

É em função das diferenças entre os regimes português e brasileiro e, mais do que isso, em função das discrepâncias na eficácia da montagem dos dispositivos de aglutinação de apoio aos governos, que no caso dos regimes fascistas puros da Alemanha e da Itália permitiram aos ditadores mobilizarem amplas camadas da população em benefício das propostas autoritárias, que alguns autores hesitam em qualificar as ditaduras portuguesas e brasileiras como fascistas. A bem da verdade, para o caso português, só muito recentemente ganhou força uma historiografia revisionista que vem redimensionando os aspectos da ditadura salazarista procurando retirá-la da seara dos fascismos. Quanto ao caso brasileiro, hoje são muito poucos os autores que optam por classificar o regime varguista, mesmo no seu período mais duro, como fascista, haja vista a sua precoce abertura para a democracia em inícios dos anos 1940 e o apoio que recebeu dos comunistas em sua última fase.¹⁰

Controvérsias à parte, e à parte os países de regimes tipicamente nazi-fascistas, na medida em que governos autoritários ascenderam ao poder e se consolidaram enquanto alternativas à revolução, ou mesmo como contra-revoluções preventivas, enfrentaram a oposição tenaz de correntes antifascistas e antiautoritárias de diversos tipos e matizes,

como os setores liberal-democráticos e, sobretudo, os Partidos Comunistas, que pelo mundo enfrentaram tais governos como alternativa de vida ou morte.¹¹ E se no caso dos regimes de natureza autoritária, apesar das evidentes semelhanças, saltam aos olhos as singularidades próprias de cada país e de cada povo, o mesmo se poderia dizer das correntes que lhes opuseram resistência, ainda mais porque, em cada circunstância, a classe trabalhadora ou os setores médios, enquanto grupos sociais mais atuantes e politizados, haviam alcançado graus diferenciados de desenvolvimento, tendo em vista o nível de industrialização e urbanização de cada realidade. Contudo, no que diz respeito à atuação dos agrupamentos comunistas, é necessário se considerar o papel unificador cumprido pela Internacional Comunista (IC, *Komintern*) na construção da alternativa da resistência em diversos países, haja vista que nos anos 1920, em boa parte da Europa e nos demais continentes, foram fundados os Partidos Comunistas como Seções Nacionais do *Komintern*.

Dessa forma, considerando-se as semelhanças e diferenças entre os regimes do Estado Novo português e brasileiro, se se pretende compreender a dinâmica da resistência comunista e antifascista nestes dois países, na conjuntura da guerra, deve-se indagar sobre o tipo de política que foi desenvolvida e aplicada pelas organizações comunistas locais. De outra modo, pergunta-se qual a tática adotada pelos PCs português e brasileiro ante aos governos autoritários dos dois países? De que maneira o PCP e o PCB enfrentaram as ditaduras estadonovistas e quais setores foram exortados à formação da frente nacional antifascista? Como os comunistas de cada país caracterizavam a realidade e a etapa da revolução? Qual o estágio de organização de cada partido frente às ditaduras? De que maneira efetivaram a luta contra o que consideravam como regimes fascistas?

O PCB E A INFLEXÃO DE 1935: RUMO A UNIÃO NACIONAL

No que tange à alternativa antifascista representada pelos comunistas e pelos seus partidos, que na maioria dos países compuseram a força hegemônica da resistência antifascista, a realização do VII Congresso da Internacional Comunista, em 1935, é o ponto fulcral de onde se exarou a concepção tático-estratégica que abordou o aspecto da ascensão dos governos fascistas e das alternativas que o movimento comunista deveria criar em relação aos mesmos. Admitindo-se parcialmente os erros da política anterior, adotada desde o VI Congresso de 1928, e a etapa contra-revolucionária da luta de classes, situação em que se punha de lado a tese do “terceiro período”, a nova orientação levava em consideração o caráter provisoriamente defensivo do movimento operário dos anos 30 e a necessidade de aproximação das correntes comunistas com os setores opostos aos regimes contra-revolucionários. Considerava-se que na circunstância do avanço do fascismo os comunistas deveriam formar alianças táticas com socialistas, social-democratas, anarquistas, liberais-democráticos e todo aquele que se dispusesse a lutar contra a reação e o fascismo. Orientava-se, então, às Seções Nacionais da IC para a formação de Frentes Populares que englobassem desde as correntes da social-democracia no movimento operário, antes rechaçadas e chamadas de social-fascistas, conforme da tática predominante desde 1928, até os setores da burguesia (pequena, média ou grande) que fossem abertamente antifascistas e que nas circunstâncias da ascensão dos regimes fascistas tivessem sido aliçados do poder. Do desdobramento dessa opção tático-estratégica, surgiram as *Frentes Nacionais*, também chamados de *União Nacional* ou *movimentos de unidades nacionais* em muitos países, que tinham o caráter de frente ampla, antifascista, lideradas, principalmente, pelas correntes comunistas, as quais, em algumas situações no pós-guerra, chegaram bastante próximas de alcançarem o poder.¹²

Sem a influência da linha política ofensiva de “classe contra classe”, anteriormente praticada pela IC, aquela exarada da concepção do chamado “terceiro período” de 1928, em diversos países os comunistas se aproximaram bastante das correntes da democracia ou do *demoliberalismo*.¹³ No Brasil, onde por influência da linha de 1928 e especificidades locais o Partido Comunista tinha se embrenhado numa aventura insurrecional, *putschista*, a bem da verdade, com a Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935, a partir dos anos seguintes, significativos passos foram dados para a formação de Frentes Populares de caráter defensivo e antifascista, o que permitiria aos comunistas uma aproximação fundamental com os setores ditos democráticos deste país. Tais frentes, que guardavam semelhanças e diferenças com as experiências aliancistas anteriormente desenvolvidas pelo próprio PCB, foram informadas pela tática de Frente Popular e iniciadas a partir do balanço político que foi feito pelo Partido em torno da derrota do levante de 1935 (a chamada “Intentona Comunista”).¹⁴

Dessa forma, estribados na nova orientação emanada do VII Congresso da IC, que passou a ser praticada em diversos países do mundo, principalmente naqueles em que os governos fascistas ou fascizantes haviam chegado ao poder, como no caso brasileiro a partir das leis de exceção de Vargas, de 1935, até o Estado Novo, em 1937, o Partido Comunista do Brasil adotou a linha de Frente Nacional quando da elaboração do documento intitulado “A marcha da revolução nacional-libertadora e suas forças motrizes”, de dezembro de 1936.¹⁵ Através deste texto, os comunistas brasileiros apontavam os “erros sectários” e “esquerdistas” ensejados pela linha anterior e propugnavam a virada tática para a formação de Frentes Nacionais de caráter antifascista que englobassem a burguesia nacional como aliado prioritário e uma das principais forças motrizes no caminho da revolução “nacional-libertadora”.

O que fizemos realmente, na maioria dos casos, foi restringir a frente única,

afastando dela a *burguesia nacional e grandes setores reformistas da pequena burguesia e do proletariado*. E dessa forma impedindo a A.N.L. de se desenvolver e de ser o bloco de classes necessário para dirigir e levar até a vitória a Revolução Nacional Libertadora, ao mesmo tempo que facilitava as provocações que visavam apresentar a A.N.L. apenas como uma fachada do PCB. [grifos no original]

Contudo, se o documento, elaborado pelo *Bureau* Político (BP) do PCB, liderado por Lauro Reginaldo da Rocha (“Bangu”), guarda ainda uma significativa identidade com a formulação anterior, apesar das considerações sobre os “erros esquerdistas”, é, principalmente, quando passa a analisar as forças motrizes da revolução brasileira que o citado documento promove a maior inflexão dos comunistas em muitos anos. Com efeito, quando o Partido Comunista do Brasil passa a considerar a *burguesia nacional* como uma classe “oprimida pelo imperialismo”, desloca para um plano secundário um dos eixos políticos mais importantes da tradição terceiro-internacionalista, qual seja, a independência de classes, passando a admitir as alianças interclassistas como princípio estratégico fundamental do movimento comunista, nos marcos das decisões do VII Congresso da IC, de 1935. Neste sentido, prosseguia o documento: “O fato de que a burguesia nacional em sua maioria é anticomunista não impede que ela seja revolucionária contra o imperialismo”. Sendo assim, os comunistas admitiam que o maior erro do PCB teria sido “não reconhecer a existência de uma burguesia nacional e negar que ela seja revolucionária na etapa atual”. Seria necessário, portanto, “trazer a burguesia nacional para o terreno da Revolução Nacional Libertadora”, circunstância em que se abandonaria de vez “o medo de caminhar junto” com aquele que seria um “importante aliado”. Romper-se-ia, assim, a falsa posição “esquerdista” que vinha sendo mantida, posição esta que tinha levado a ANL a não

se transformar no “bloco de classes capaz de levar com vantagem a luta contra o imperialismo”, ao que os comunistas concluíam que sem mobilizar a *burguesia nacional* contra o imperialismo, seria difícil imprimir-lhe uma derrota, sendo este o principal motivo das debilidades do trabalho de massas dos comunistas, segundo a ótica do BP do PCB.¹⁶

Conforme avançava a luta política e a iminência da guerra, o PCB “publicaria”, ainda, diversos documentos que tanto corroboravam quanto aprofundavam a tática de Frente Nacional, já devidamente informados pela inflexão de fins de 1936. Ao mesmo tempo, os comunistas precisaram redefinir a sua relação com o governo Vargas, já que a 10 de novembro de 1937, após dois anos de sucessivas renovações do estado de sítio que perdurava desde o malogrado levante de 1935, Getúlio desencadeou o golpe do Estado Novo, outorgando uma nova Constituição, fechando o Congresso e suspendendo os direitos políticos dos brasileiros. A justificativa para tal golpe tinha sido, justamente, a urdidura de um plano dos comunistas para tomarem o poder, o “Plano Cohen”, que depois se revelou uma fraude. Em todo caso, foi novamente sobre o PCB que recaiu a maior onda de repressão, com inúmeras prisões, torturas e assassinatos, de militantes e dirigentes partidários.

Naquela altura, o PCB, que vivia uma crise interna de grandes proporções que levaria a expulsão de diversos membros do Partido, e após caracterizar o golpe do Estado Novo como um golpe fascista, e o governo de Getúlio Vargas como uma ditadura de tipo fascista, passou a admitir uma possível aliança com o ditador após o *putsch* integralista de março de 1938.¹⁷ Os comunistas consideravam que na condição em que Getúlio se dispusesse a combater a reação fascista representada pelos integralistas e que demonstrasse isto expulsando os elementos mais reacionários do governo, o PCB se disporia até mesmo a apoiar o ditador. Neste sentido, a tese do *governo em disputa* aparecerá em março de 1938 no documento “União Nacional pela democracia e para a paz”, quando o BP enxergará no surgimento dos primeiros movimentos promovidos por segmentos da

democracia no interior do governo Vargas, potenciais aliados que poderiam dar o bom combate contra a total fascistização do regime. Desta forma, dizia o PCB:

Diante da ameaça fascista, que pesa sobre o mundo e particularmente sobre nosso país, não é possível que as forças democráticas continuem divididas. O Partido Comunista do Brasil, apoiando a atitude do Ministério Osvaldo Aranha [que condenou o avanço da Itália sobre a Abissínia], *declara que apoiará também qualquer medida que o Governo Federal venha a tomar para preservar nosso país da agressão nazista. Em defesa da Nação lutaremos ombro a ombro, por cima de qualquer divergência, com todas as forças nacionais, inclusive com o Sr. Getúlio Vargas, se este se dispuser, como é do seu dever, a se opor à investida do fascismo.*¹⁸

Pelo teor do documento, ficava claro o caráter da disputa que o PCB pretendia fazer por dentro do governo de Getúlio Vargas, visto aqui como entravado no seu caminho da “legalidade” e da “democracia” em função da presença de elementos fascistas em seu interior. De outro lado, a ausência de forças organizadas da burguesia, e mesmo do movimento operário, fora do governo Vargas, fazia com que os apelos dos comunistas à constituição de uma Frente Nacional caíssem no vazio. Ou seja, diferentemente dos comunistas portugueses, que puderam lidar com uma oposição remanescente da Primeira República, o PC brasileiro não tinha muita margem de negociação para a criação da União Nacional antifascista fora do governo, já que a política deste país era dominada por personalidades oligárquicas que não tinham sido capazes de forjar partidos ou

organizações duradouras. E mesmo no terreno do movimento operário, as correntes não-comunistas eram demasiadamente débeis para serem acionadas. Em conseqüência deste fato, e talvez pela menor rigidez do regime varguista, o PCB buscará dentro do governo seus potenciais aliados.

Ainda com o mesmo espírito e semelhante intenção, o Partido Comunista do Brasil publicaria, nos anos seguintes, diversos textos em que se vai procurar aprofundar a análise do governo Vargas e das alternativas unitárias em torno da luta antifascista que deveria envolver todos os setores e personalidades que reivindicavam a democracia. Com efeito, os documentos “União Nacional para preservar o Brasil da invasão fascista”, de outubro de 1938, o “Manifesto-Programa: União Nacional”, de novembro de 1939, “União Nacional em defesa da pátria”, de junho de 1942, objetivavam consolidar o projeto *frentepopulista* do PC brasileiro, que pretendeu seguir a risca as resoluções aprovadas pelo VII Congresso da IC a partir do informe de Dimitrov, adaptando a atividade antifascista às tarefas de libertação nacional, na medida em que o Brasil era visto como um país *semi-colonial*, com *resquícios de feudalismo*.¹⁹

O PCP E A UNIDADE NACIONAL ANTIFASCISTA

Mas esta política não foi exclusiva do Partido Comunista do Brasil, haja vista que a centralização do *Komintern* definia a linha tático-estratégica para todos os países, principalmente para aqueles cujo governo era tido como fascista e contra-revolucionário. Em Portugal, entre meados dos anos de 1930 e 1940, a ditadura do Estado Novo, implantada no país em 1926 e nitidamente fascistizada com a Constituição de 1933, atendia aos mesmos critérios da contra-revolução e do anticomunismo que caracterizavam o autoritarismo de boa parte dos países que tinham experienciado grandes ascensos revolucionários nos anos 1920. Desta maneira, diferentemente do que propõe uma parte da historiografia que pensa a opção anticomunista em Portugal

apenas em função da proximidade com a Espanha da guerra civil, tendemos a considerar como hipótese que os regimes fascistas, ou *filofascistas*, em países onde não havia ocorrido um grande ascenso revolucionário, como Portugal e Brasil, em que pesem situações de alguma movimentação grevista ou mesmo de levantes, se caracterizavam pelo seu fator preventivo, sendo, portanto, espécies de contra-revoluções preventivas.²⁰ Neste sentido, há que se observar que a linha política adotada pelo *Komintern*, que de resto se ocupava principalmente da defesa da União Soviética, a “pátria do socialismo”, era recebida igualmente por comunistas brasileiros e portugueses, quando não por comunistas de outros países que viviam situações semelhantes e que necessitavam formar frentes populares e movimentos de unidades antifascistas para derrotar a contra-revolução.

Em Portugal, os comunistas recorreram igualmente à alternativa *frentista* de combate à ditadura de Antonio Oliveira Salazar, especialmente quando o último ascenso dos anos 1930 foi derrotado em 1934, e a política internacional dos comunistas sofreu também uma inflexão tática, apontando a necessidade de unidade com as correntes não fascistas do país. Por conseguinte, a estratégia de formação de alianças políticas com os setores antifascistas em terras lusitanas, também vicejou plenamente desde o momento em que o Partido Comunista Português passou a ser a principal força opositora ao regime salazarista e quando boa parte da oposição anarquista, liberal, republicana e *reviralista*, sucumbiu em fins dos anos 30.²¹ De toda sorte, a trajetória deste Partido não foi menos tortuosa que a do seu irmão brasileiro, haja vista que em inícios de 1936 caíram os membros do Secretariado Nacional que tinham estado no VII Congresso do *Komintern* e retornavam ao país justamente para implementar a linha de Frente Popular definida naquela ocasião.²²

Entre 1936 e 1939, dado ao caráter brutal da repressão que se abateu sobre os comunistas portugueses, o PCP havia sido reduzido quase que apenas a Lisboa e ao Alentejo, ao mesmo tempo em que conheceria seis secretariados diferentes. Ainda

assim, pelas páginas do *Avante!*, órgão central do PCP, podia-se ler o apelo à Frente Popular, em 1937, “pelo pão, pela paz, pela liberdade, pela independência de Portugal”, circunstância em que “nenhuma corrente moderada” poderia “recusar-se a participar da luta”, tendo em vista que o que estaria em jogo não era a implantação da ditadura do proletariado, senão da República Democrática Popular. Pretendiam os comunistas portugueses que a etapa nacional libertadora da revolução, que unificaria todas as correntes democráticas do país, estivesse na ordem do dia na luta contra a ditadura do Estado Novo.²³

Contudo, será somente em 1940/41, quando se dá o processo de reorganização partidária, que o Partido Comunista Português passará, finalmente, a implementar a linha de Frente Popular e de Unidade Antifascista recomendada pela Internacional Comunista.²⁴ Até a formação da principal entidade antifascista de carácter *frentista* em Portugal, o Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF), em fins de 1942 ou inícios de 1943, a movimentação operária e popular viveu importantes ascensos, em especial com as grandes greves de 1942-1944, no bojo das manifestações dos trabalhadores em torno do tema da guerra, da escassez de víveres e dos baixos salários experimentados pela classe operária portuguesa.²⁵ Neste sentido, o ano de 1943 é crucial para a compreensão da política de unidade antifascista dos comunistas portugueses, tanto em função de que foi naquele ano que o PCP realizou seu I Congresso Ilegal, congresso este que impulsionou a reorganização do Partido e reafirmou a liderança incontestada de Álvaro Cunhal como principal dirigente partidário, com pelo fato de que em 1943 há a virada da guerra em favor dos aliados, momento em que o regime salazarista sofreu grandes abalos, deslocando seu eixo da “neutralidade geométrica” para a “neutralidade colaborante”, como foi dito acima. Quanto a isto, não se pode deixar de reconhecer o extremo senso de oportunidade dos comunistas que intensificaram o apelo à unidade dos setores oposicionistas, entendendo a situação de fragilidade do regime do Estado Novo. Com efeito, contatos foram feitos com diversos partidos e organizações da

oposição liberal e antifascista com a finalidade de construção de um movimento mais amplo, que pudesse empalmar a luta contra a ditadura com reais possibilidades de êxito, e o resultado foi a criação do MUNAF.

Em fins de 1943 e inícios de 1944, praticamente toda a oposição salazarista se perfilava sob a bandeira do MUNAF, desde a União Socialista, organização recém-fundada que se encontrava em processo de formação, até os setores republicanos e maçônicos do antigo Partido Republicano Português, PRP, e do grupo *Seara Nova*, passando por diversas personalidades conhecidas do mundo intelectual e científico lusitano, como o professor universitário Bento de Jesus Caraça, que cumpriria importante papel na organização do Movimento. Ficaram de fora do MUNAF apenas o grupo republicano mais anticomunista e o que havia sobrado do velho Partido Socialista (PS), a Seção Portuguesa da Internacional Operária (SPIO), que praticamente se tinha dissolvido nos anos 1930.²⁶

Não obstante a disposição de unidade tivesse sido manifestada pelos diversos grupos, a base do programa mínimo pressupunha uma espécie de acordo tácito no qual o PCP pretendia deixar as questões do conteúdo do novo governo pós-salazarista para serem discutidas depois da derrubada do fascismo. Para os comunistas, importava, principalmente, o carácter tático da luta contra o salazarismo. Ou seja, era necessário que se estabelecessem as bases programáticas do MUNAF para a deposição de Salazar e o expurgo dos fascistas do governo, de maneira que os comunistas temiam pelos impulsos *putschistas* das antigas correntes oriundas do republicanismo *reviralista*, propensas à conspiração militar e ao golpe, o que, para o PCP, poderia ocorrer, mas desde que articulado ao levantamento nacional de carácter insurreccional. De estratégico somente a idéia de *democracia e libertação nacional*, que permeavam os documentos do Partido Comunista que começava a fazer o chamado aos “portugueses honrados” para que se levantassem contra o fascismo:

Há que derrubar o governo de Salazar e instaurar um governo provisório de Unidade Nacional. *E isso só será possível recorrendo à força, recorrendo às armas. Isso só será possível desde que se alie ao levantamento popular nacional a ação das forças armadas fiéis à causa do nosso povo e do nosso país. Isso só será possível desde que todos os patriotas, todos os portugueses honrados, esquecendo as antigas divisões e diferenças, se unam na luta contra os inimigos da Pátria, contra a camarilha fascista salazarista.*²⁷

Seria justamente em torno da idéia de um possível governo de “portugueses honrados”, que o PCP ampliaria seu apelo à unidade da oposição. Inicialmente circunscrito aos setores tradicionais da esquerda e aos republicanos, a política de unidade antifascista dos comunistas portugueses viria a incluir, também, um chamamento aos nacionais-sindicalistas da corrente do integralismo lusitano de Rolão Preto, aos setores monarquistas liberais, e até mesmo aos ex-salazaristas “arrepentidos”, o que obviamente não agradava a boa parte dos grupos que integravam MUNAF.²⁸ Sobre o assunto, no informe dado ao II Congresso Ilegal do PCP, o próprio Álvaro Cunhal esclarecia aos grupos recalcitrantes e refratários à unidade ampla, afirmando que o problema fundamental da luta antifascista não dizia respeito ao regime, “mas da concessão ao povo português das liberdades fundamentais e de eleições livres”. Insistia o líder comunista, que a alternativa “não é Monarquia ou República, mas sim Democracia ou Fascismo”.²⁹

Não obstante, o caminho para a democracia variava sutilmente, entre a política do PCB e do PCP, em relação ao que poderia ser dito como as forças motrizes da revolução em cada país. Com efeito, enquanto para os comunistas brasileiros

a *burguesia nacional* cumpriria papel relevante entre as forças motrizes da revolução no Brasil, junto com o proletariado e a pequena burguesia da cidade e do campo, para os portugueses, que não trabalhavam com a categoria de *burguesia nacional*, circunscrita aos países ditos “semi-feudais”, a conquista da liberdade e da democracia era tarefa de todo o “povo”. Neste sentido, o papel do Partido, além de unificar todos os “portugueses honrados”, era criar as condições para o levantamento nacional contra o fascismo, fosse com lutas parciais, pequenas ou grandes, políticas ou econômicas, que poderiam, até mesmo, unificar operários e patrões.³⁰

OS CAMPEÕES DA DEMOCRACIA E DA UNIDADE NACIONAL

Uma das hipóteses possíveis de serem levantadas nesta investigação, é que se estudando as opções apresentadas pelas correntes opositoras aos regimes *filofascistas* (fascismos genéricos), especialmente as comunistas, seria possível se compreender mais adequadamente as razões dos sucessos e dos fracassos das opções transformadoras no velho e no novo mundo frente às ditaduras bonapartistas, visto que foi principalmente no enfrentamento entre a revolução e a contra-revolução que os regimes fascistas se formaram, alguns deles tendo como antecessora os governos banapartistas. De outro lado, é justamente nos marcos definidores dos processos de democratização das ditaduras fascistas ou *filofascistas* no pós-guerra, que se configuraram as identidades dos partidos comunistas que, no curso da segunda metade dos anos 1930, e essencialmente na conjuntura da guerra, tinham se convertido nos “campeões da democracia e da unidade nacional”.

Sobre este aspecto, é bastante reveladora a posição do Partido Comunista do Brasil quanto à democracia. Já em 1937, pouco depois da passagem do Secretariado Nacional pela Bahia,

o que ocorreu entre agosto de 1936 e março de 1937, assim se pronuncia o Comitê Regional daquele Estado:

Os comunistas têm sabido valer-se de todas as oportunidades ao seu alcance para proclamar que, ante o perigo do Fascismo, *eles renunciam a qualquer atitude que importe numa hostilidade aos Partidos, aos Políticos, aos governos e às organizações de qualquer gênero*, que se manifestam por atos concretos ao lado da DEMOCRACIA e provam ser inimigos do FASCISMO. [...]. *Em todos os países do mundo os Partidos Comunistas se converteram nos campeões da Defesa da Democracia*, na luta pela Liberdade e pela Cultura, tudo fazendo para unificar os povos democráticos em uma frente única de combate pela Paz e contra o obscurantismo dos retrógrados Fascistas.³¹

Nas circunstâncias em que um Partido clandestino tinha imensas dificuldades de integrar numa mesma linha todo um país como o Brasil, pode-se perguntar se o documento do Comitê Regional da Bahia não refletia uma posição isolada dos comunistas baianos que admitiam a possibilidade de alianças com “qualquer político e qualquer governo que se dispusesse a lutar contra o fascismo”. Entretanto, em se tratando do caso em que o Secretariado Nacional do PCB havia passado por aquela Unidade da Federação ainda em 1936, e mais do que isso, considerando toda a documentação que os comunistas produziram até a queda do Secretariado de “Bangu”, em 1940, com os comunistas admitindo que poderiam, inclusive, se aliar a Vargas e que existiriam setores no governo francamente democráticos, não era de se estranhar que os

pecebistas pretendessem, de fato, se converter nos “campeões da democracia” no Brasil. Além disso, seria a partir da Bahia que o Partido iniciaria o processo de reorganização nacional, com a revista *Seiva*, periódico antifascista dirigido pelo PCB no Estado, cumprindo um importante papel na divulgação da linha política dos comunistas desde 1938, com maior intensidade em 1941/42, quando o PCB não possuía direção e havia deixado de publicar o jornal *A Classe Operária*, o seu órgão central.

E se no caso brasileiro os comunistas trabalharam com a idéia de que no governo Vargas existiria um campo democrático que precisava ser reforçado contra o campo reacionário, com a possibilidade, inclusive, de se ganhar o ditador para a democracia, o que ficará evidenciado pelo citado documento “União Nacional pela democracia e para a paz”, de 1938, no caso português, a defesa da democracia apareceria menos na idéia de que Salazar pudesse se alinhar com os democratas e mais na aplicação geral da política de unidade antifascista contra a ditadura. Quanto a isto, como já foi dito, a certa altura, os comunistas portugueses trabalhavam com a hipótese de defecções entre os fascistas do seio do governo ao tempo que conclamavam todos os “portugueses honrados” a lutarem em unidade pela democracia. Desta maneira, em 1946, os pecepistas afirmavam serem “os campeões da unidade nacional”, ao tempo em que exortavam a luta e a reconciliação nacional todos os “portugueses honrados”, “até ao vitorioso levantamento em massa contra o fascismo”.³²

Como se vê, os comunistas entendiam que a contradição principal da sociedade era entre a democracia e o fascismo, de maneira que as políticas de unidade antifascista, no Brasil ou em Portugal, deveriam incorporar amplos setores e classes que assumissem abertamente uma atitude em favor da democracia. Para o PCP e o PCB, estava em jogo não apenas o aspecto tático da derrubada do fascismo, mas, principalmente, a dimensão estratégica que se vinha começando a esboçar com o advento da conjuntura da guerra. E conforme o conflito se anunciava, eclodia e se desenrolava, com a URSS transitando do pacto com a Alemanha (1939-1941) para a aliança com as ditas *democracias*

ocidentais, situação em que a teoria do “socialismo num só país” visualizou uma possibilidade inaudita de uma convivência pacífica, os partidos comunistas pelo mundo deveriam seguir o exemplo da “pátria do socialismo”, realizando acordo com diversos grupos, a bem da democracia.³³ Neste sentido, como assegura Eric Hobsbawm:

A democracia só se salvou porque, para enfrentá-lo, houve uma aliança temporária e bizarra entre capitalismo liberal e comunismo: basicamente a vitória sobre a Alemanha de Hitler foi, como só poderia ter sido, uma vitória do Exército Vermelho. De muitas maneiras esse período de aliança capitalista-comunista contra o fascismo – sobretudo as décadas de 1930 e 1940 – constitui o ponto crítico da história do século XX e seu momento decisivo. De muitas maneiras, esse é o momento de paradoxo histórico nas relações entre capitalismo e comunismo, que na maior parte do século – com exceção do breve período de antifascismo – ocuparam posições de antagonismo inconciliável.³⁴

Talvez se possa ter alguma dúvida quanto ao que seria o “antagonismo inconciliável” referido pelo historiador inglês. Isto porque, tomando-se apenas as relações entre a URSS e os EUA, nas quais prevaleceram paranóias que incluíam espionagem, corrida armamentista, assassinatos, delações, dentre outros recursos nunca admitidos pelos *dois blocos*, deve-se ter em conta que os reais interesses do confronto podem ter sido obscurecidos pela atmosfera reinante da Guerra Fria. Entretanto, se a democracia de fato se salvou no imediato pós-guerra, isto se deveu, sobretudo, à preciosa ajuda dos

comunistas que lutaram bravamente contra o fascismo, mas não foram capazes de se apresentar com reais alternativas à própria democracia burguesa. Neste sentido, convertidos em *democratas* sinceros durante todo o período antifascista, os comunistas permaneceram como os “campeões da democracia” até que a Guerra Fria, paradoxalmente, a bem da democracia burguesa, resolveu prescindir dos seus maiores defensores.

Desse modo, se a *democracia* se salvou graças ao movimento comunista que pelo mundo empunhou armas para combater o fascismo, não em nome do socialismo, mas da democracia, não são poucas as semelhanças entre a resistência comunista e antifascista no Brasil e em Portugal, ou em qualquer parte do mundo, já que os comunistas estiveram submetidos à lógica da defesa da União Soviética, como “pátria do socialismo” e a uma hierarquia de prioridades que definia a luta pela democracia como centro de sua ação. Contudo, em se tratando do quadro conjuntural e estrutural entendido como semelhantes daqueles dois países, as organizações comunistas aliaram a tática de defesa da democracia à estratégia de libertação nacional, o que tornava a luta pelas liberdades e o desenvolvimento do capitalismo como um imperativo, uma etapa necessária na futura transição ao socialismo.

Apesar disso, diferentemente do caso brasileiro em que a ascensão dos movimentos sociais permitiu uma transição a uma democracia alinhada com as nações vitoriosas no conflito bélico, o que terminou levando ao fim do Estado Novo e a uma fugaz legalidade do PCB, precariamente perfilado com os setores ditos democráticos da sociedade brasileira, a linha política de frente antifascista em Portugal permaneceu combinada, durante todo o período da guerra, com a tática da chamada “insurreição nacional antifascista” e a defesa da unidade de todos os “portugueses honrados” em torno desse ideal. Neste sentido, caberia ao MUNAF a criação das condições para o levantamento nacional, pois, como dizia Álvaro Cunhal, que tomava os ensinamentos de Lenin para tratar da situação em que os de cima não podem e os de baixo não querem:

O levantamento nacional, a insurreição, não se pode efetuar apenas por esse ser o nosso desejo, nem tampouco por a mudança do regime ser o desejo das massas. Uma insurreição não se decreta. E falar da insurreição com a idéia de aplicar à insurreição os princípios do *putsch* é cair no *putsch*. [...] É necessário para que possa ter lugar a insurreição que as amplas massas populares estejam dispostas a lutar, a dar a vida, pelo derrubamento do fascismo e a instauração da democracia; é necessário também que o próprio Estado fascista se encontre em decomposição, e não tenha já forças para sustentar o ímpeto das massas.³⁵

E o que por no lugar do Estado Novo e da ditadura salazarista? Para o PCP, a tarefa fundamental era o restabelecimento da democracia, sob um governo de “portugueses honrados”, “que se disponha a ouvir e respeitar a voz da nação”.³⁶

Tendo em vista a resistência apresentada pelo governo de Salazar que terminou por sobreviver à derrota dos regimes que lhes tinham inspirado, a linha “insurrecional” do PCP prosseguiu e se aprofundou, não obstante os comunistas continuassem a defender as alianças com os setores da *democracia* que, entre 1943 e 1945, tinham participado do MUNAF e que neste último ano ingressaram no MUD. Por este motivo em seu IV Congresso realizado em 1946 (na verdade, o segundo do período ilegal), o PCP propunha, principalmente, o “levantamento nacional” para a derrubada da ditadura de Salazar, mas defendia, também, o estabelecimento de um governo democrático. Portanto, apesar de uma política de alianças semelhante nos marcos da democracia e da unidade antifascista, os comunistas portugueses e brasileiros diferiam substancialmente quanto aos caminhos que levariam à superação das ditaduras de Vargas e Salazar, com implicações

significativas e definidoras do perfil dos dois Partidos nos anos subsequentes ao conflito mundial.

AS ILUSÕES PERDIDAS

Na política dos comunistas brasileiros e portugueses, a defesa da democracia e da unidade antifascista pavimentava o caminho para a superação das ditaduras na concretização das tarefas “nacional-democráticas”, portanto burguesas, da revolução nestes dois países. Deste modo, o estudo comparativo entre a resistência comunista e antifascista nestes dois países pode esclarecer o peso do papel desempenhado pelo *Komintern* na orientação do movimento comunista no plano mundial, até a sua dissolução em 1943. E se isso não quer dizer que a mão de Moscou pesava igualmente sobre todos os PCs do mundo, não é menos verdade que a superposição dos interesses da União Soviética aos interesses da revolução mundial, a partir de 1935, evidenciaram as intenções de “coexistência pacífica” com o capitalismo como corolário da teoria do “socialismo num só país”. E muito embora se deva levar em consideração as particularidades de cada situação, pontos de identidade estão muito presentes na resistência comunista nos diversos países nos anos 1930/40.

Em se tratando do PCP e do PCB, as semelhanças e diferenças só podem ser entendidas se for compreendida a política exarada pelo *Komintern* e se for demarcada a conjuntura de 1936 a 1942, momento de definição dos aliados, do estabelecimento e malogro do pacto germano-soviético, de eclosão da guerra, invasão da URSS e avanço do Eixo. Dessa conjuntura inicial, um novo recorte se faz necessário, ao observarmos o período que vai de 1943 a 1945, momento de formação dos dois grandes blocos de aliança na guerra, de virada do conflito em favor dos aliados, e da conseqüente vitória sobre o nazi-fascismo. Deste último período em diante, o movimento comunista internacional, convertido no “campeoníssimo da democracia e

da unidade nacional”, tentará compor governos com os setores da dita democracia, com a Itália e a França sendo os melhores exemplos. Por seu turno, enquanto os comunistas brasileiros lutaram tenazmente pela sobrevivência do Partido no período chamado “democrático”, os portugueses prosseguiram numa luta sem quartel pela democracia e contra a sobrevida dos regimes fascistas, situação semelhante a da Espanha.³⁷ Em todo caso, os comunistas, indistintamente, combinarão a vigilância quanto aos setores abertamente fascistas dos seus países, que as vezes prosseguiram no próprio governo, com uma confiança quase que irrestrita na democracia como possibilidade concreta.

Ressalte-se, enfim, que durante todo esse período, o substancial esforço dos PCs brasileiro e português, como de resto dos PCs de todo o mundo, foi no sentido de atenderem aos apelos de Dimitrov que, no VII Congresso da IC, exortava os comunistas a romperem com o isolamento anterior, proveniente da linha do chamado “terceiro período”, e alcançarem as massas, formando as Frentes Populares e as Frentes Nacionais Antifascistas. De toda forma os partidos comunistas saíram da guerra como os grandes vencedores. Não obstante, enquanto a nova vaga revolucionária ganhou o mundo e o socialismo burocrático se espalhou pelo Leste Europeu sob o dístico de “democracias populares”, onde a revolução não avançou, o anticomunismo recrudescer com a Guerra Fria e impôs aos comunistas novas e pesadas derrotas.

No Brasil o PCB, que apareceria em 1945 como uma poderosa força política e grande influência de massas, enfrentaria inúmeros reveses. Primeiro os comunistas tentaram canalizar todas as energias reprimidas da classe trabalhadora, que em 1945/46 passou a entabular greves, para a defesa da democracia, e o resultado foi que ante a política dos comunistas de “ordem e tranqüilidade” e de “apertar os cintos” para evitar as provocações, um fosso se abriu entre a representação política (o partido) e o sujeito social (a classe). Em seguida, frente ao golpe que depôs Getúlio Vargas, então apoiado pelos comunistas, nenhuma resistência se estabeleceu e o PCB veio a público

defender a consolidação do novo governo de José Linhares, então presidente do Supremo Tribunal Federal, “para livrá-lo dos elementos reacionários que o comprometem”.³⁸ Ainda em 1945, o PCB experimentaria uma grande vitória eleitoral, com a eleição de 14 deputados constituintes e do senador Luiz Carlos Prestes, o mais votado do país, tendo ainda o candidato do PCB, o desconhecido Yeddo Fiúza, conseguido 10% dos votos na eleição presidencial. Da Constituinte os comunistas brasileiros passaram a depositar ainda mais esperanças na democracia e no parlamento, de maneira que quando em 1947, já no contexto da Guerra Fria, os parlamentares desencadearam uma campanha anticomunista que culminou na cassação do registro do PCB, em maio, nenhuma mobilização foi registrada nas ruas.³⁹ Daí até a cassação dos mandatos, em janeiro de 1948, pouca coisa havia mudado, já que o Partido Comunista do Brasil seguiu prometendo que apoiaria o governo do general Eurico Gaspar Dutra, eleito em 1945, em todos os seus “atos democráticos”.⁴⁰

Quanto ao PCP, depois de praticarem o abstencionismo na farsa eleitoral de novembro de 1945, circunstância em que as listas de eleitores, encaminhadas pelo MUD, deram ensejo à prisão de diversos opositores pela ditadura salazarista, os comunistas condenaram a ingenuidade daqueles que acreditavam numa via pacífica para a democracia.⁴¹ Ainda assim, os comunistas portugueses permaneceram defendendo o governo dos “portugueses honrados”, o desaparecimento do regime fascista, a concessão das liberdades democráticas e o estabelecimento de eleições livres, como o “objetivo fundamental” em 1946. Com efeito, o PCP experimentaria o seu apogeu em 1946, realizando o seu II Congresso Ilegal no bojo de um de um pequeno distensionamento que permitiu a reorganização do Partido, a consolidação dos comunistas na direção dos principais órgãos antifascistas, como o MUNAF e o MUD, e o impulsionamento da candidatura de Norton de Matos à presidência, em 1949. Apesar de uma campanha eleitoral massiva em torno do nome do MUD, o PCP terminou por indicar nova abstenção, considerando que ir às urnas em

“eleições burla”, significaria fortalecer a ditadura fascista.⁴² Após as eleições, com o recrudescimento da mais dura violência estatal, um novo revés se abateu sobre as forças oposicionistas de Portugal, principalmente sobre o PCP, que sofreu um forte abalo.

Sob os ventos da Guerra Fria, as esperanças dos comunistas portugueses de transitarem para um governo democrático de “portugueses honrados” através do levantamento nacional sucumbiram. Da mesma forma, as ilusões dos comunistas do Brasil, que esperavam viver a legalidade sob a onda liberalizante que alcançou alguns países do mundo, também foram sepultadas diante da nova realidade de um mundo bipolarizado. Nesta nova ordem, a *democracia* conquistada pelos povos e alentada pelos PCs, parecia pouco disposta a comportar os comunistas e os seus partidos.

NOTAS

1 O artigo é uma versão ampliada de uma comunicação apresentada no workshop intitulado “Salazarismo e Vargasismo”, realizado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS/UL), no dia 21 de abril de 2006. É, também, o produto de investigações realizadas na Universidade do Porto, Portugal, com uma “bolsa sanduíche” concedida pela CAPES, durante oito meses, sob a orientação do professor Manuel Loff. Agradeço a leitura e os preciosos comentários de João Aguiar e Raquel Varela. Utilizamos, em todas as citações, o português do Brasil, devidamente atualizado.

2 A expressão “bonapartismo” aqui empregada se reporta à formulação marxiana, adotada pela primeira vez na obra *O dezoito brumário de Louis Bonaparte*, e se refere a uma situação em que as classes antagônicas na sociedade capitalista, a burguesia e o proletariado, não conseguem afirmar sua hegemonia uma perante a outra, o que daria ensejo à que a classe dominante se utilizasse do recurso de um governo de força, uma ditadura, cujo poder do Estado e/ou de um indivíduo se

sobreleva, pretensamente, acima das classes. MARX, Karl. *O dezoito brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Moraes, 1987. Dito de outra forma, bonapartismo “era a única forma de governo possível num momento em que a burguesia já havia perdido, e a classe operária ainda não havia adquirido, a faculdade de governar a nação”. MARX *apud* BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p. 35, verbete: bonapartismo.

3 Em que pese o fato de que ambos os países eram considerados como “periféricos”, Portugal possuía um amplo domínio colonial na África, o que teria implicações profundas na análise do PCP nos anos 1960 e determinaria os rumos da revolução que ganharia o país na década seguinte.

4 Em verdade, a política do governo salazarista de “neutralidade geométrica” do início da guerra, que pressupunha que o regime filofascista manter-se-ia neutro diante dos seus antigos aliados britânicos e dos seus novos aliados italo-germânicos, deslocar-se-á, em fins de 1942, para a de “neutralidade colaborante”, que previa uma reaproximação com os ingleses no momento da viragem do conflito em favor dos Aliados. ROSAS, Fernando. *O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 269-282.

5 Sobre o assunto, vejam-se LOFF, Manuel. *Salazarismo e franquismo na época de Hitler (1936-1942)*. Porto: Campo das Letras, 1996, p. 31-41; ROSAS, Fernando. “Um estudo comparado do fascismo: o ‘autoritarismo moderno’ do Estado Novo português”. In: SILVA, José Luiz Werneck da (Org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo. I. O feixe. O autoritarismo como questão teórica e historiográfica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, p. 57-69.

6 De acordo com Trotsky, que estudou o bonapartismo na França e na Alemanha dos anos 1930, à luz dos ensinamentos de Marx e Engels, o fenômeno era a ante-sala do fascismo, na medida em que, na época do capitalismo decadente, significava que as soluções de força, como recursos ao avanço da revolução, poderiam descambar no acirramento da violência estatal sobre os trabalhadores. Dizia Trotsky: “Logo que a luta entre os campos sociais – os possuidores e os proletários, os exploradores e os explorados – atinge a mais alta tensão, estabelecem-se

as condições para a dominação da burocracia, da polícia e dos militares. O governo torna-se ‘independente’ da sociedade. [...] Naturalmente, um tal governo não deixa de ser caixeiro dos possuidores”. TROTSKY, Leon. *Revolução e contra-revolução*. Lisboa, Porto, Luanda: Centro do Livro Brasileiro, s/d, p. 282.

7 ROSAS, *O Estado Novo...*, Op. cit., p. 210-211.

8 Idem, *ibidem*, p. 241-252.

9 Cf. ARAÚJO, Ângela. *A construção do consentimento. Corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos trinta*. São Paulo: Edições Sociais/Scritta, 1999, p. 79-91. Cf. VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999, p. 264-301.

10 Para o caso português, encontram-se em ROSAS, *O Estado Novo*, Op. cit. e em LOFF, *Salazarismo e franquismo...*, Op. cit., boa parte dos argumentos para se entender o regime salazarista como uma espécie de fascismo. Entre os que preferem uma outra qualificação para o regime salazarista, estão: PINTO, António Costa. *O salazarismo e o fascismo europeu: problemas de interpretação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *A bem da nação: o sindicalismo português entre a tradição e a modernidade (1933-1947)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. No caso brasileiro, além da clássica obra de VIANNA, Werneck (*Liberalismo e sindicato no Brasil*. Op. cit.), que utiliza a expressão “fascismo pelo alto”, gramscianamente cunhada, para tratar da experiência do Estado Novo brasileiro, onde não houve ação mobilizadora de um partido fascista, podem-se citar os trabalhos de ARAÚJO, Ângela. *A construção do consentimento...*, Op. cit. e GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, como opções à designação de fascismo para o Estado Novo, com Ângela Araújo preferindo a nomenclatura de “Estado corporativista”, para o período conhecido como Era Vargas, e Ângela Gomes tratando o mesmo assunto pelo termo de política trabalhista.

11 Denominamos de “contra-revoluções preventivas” as situações em que, mesmo na ausência de processos revolucionários, como parece

ter sido o caso de Portugal e do Brasil nos anos 1930, os setores mais reacionários das classes dominantes optaram pelas formas bonapartistas e fascizantes de governo ou de regime, à luz da situação revolucionária vivenciada mundialmente nos anos 1920 e da permanente instabilidade política ainda reinante na década seguinte.

12 Cf. HOBSBAWM, Eric. “Os intelectuais e o antifascismo”. In: HOBSBAWM, ERIC (Org.). *História do marxismo. O marxismo na época da Terceira Internacional: problemas da cultura e da ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 308-309.

13 Corolário da vitória do bloco Stalin/Bukharin contra a Oposição de Esquerda no interior do movimento comunista internacional, e evidenciando a abertura do combate de Stalin contra as posições do próprio Bukharin, vistas como direitistas, a linha conhecida como do “terceiro período” foi aprovada no VI Congresso do *Komintern*, em 1928. Significando o abandono da política de *frente única* adotada em 1921, a também chamada linha de “classe contra classe” implicava a compreensão de que a social-democracia e o fascismo se equivaliam (tese do “social-fascismo”), e que o capitalismo estaria entrando na sua fase de colapso iminente, chamado “terceiro período” (considerava-se os períodos anteriores como de ascensão, 1917-1923, refluxo, 1923-1928), circunstância em que as organizações comunistas deveriam colocar a questão do assalto ao poder na ordem do dia.

14 Referimo-nos, especificamente, a duas experiências desenvolvidas pelo PCB: aquela do Bloco Operário e Camponês (BOC), de 1928, e da própria ANL, em 1935.

15 “A marcha da revolução nacional-libertadora e suas forças motrizes”, SN do PCB, s/d. CEDEM-UNESP, Fundo: IC, 495.29.96, Rolo: 05. Dainis Karepovs, que transcreveu o documento na sua dissertação de mestrado, precisou a data e o local em que teria sido produzido o documento: Salvador, dezembro de 1936. *Nos subterrâneos da luta: um estudo sobre a cisão no PCB em 1937-1938*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH/USP, São Paulo, 1996, p. 159-163. Mimeo.

16 “A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes”, Op. cit.

17 Apesar de caracterizarem o Estado Novo como um regime fascista, os comunistas brasileiros denunciaram o movimento integralista como a encarnação do fascismo no país nos anos 1930. Em todo caso, de acordo com Hélió Trindade, a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em 1932 e que tinha como líder Plínio Salgado, foi o movimento de inspiração fascista mais importante do Brasil, tendo se tornado “o primeiro partido nacional com uma organização de massa implantada em todo o país, cuja força política foi estimada, em 1936, entre seiscentos mil e um milhão de adeptos”. TRINDADE, Hélió. Verbetes: Integralismo. In: ABREU, Alzira Alves de *et. al.* (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2 ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001, v. 3, p. 2.806. Sobre a cisão ocorrida no PCB em 1938, veja-se o livro de KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: HUCITEC, UNESP, 2003.

18 Id., *ibid* (grifos nossos).

19 A expressão “frentepopulista” utilizada neste texto, não guarda nenhuma intenção de adjetivar a *frente popular* identificando-a com qualquer tipo de populismo, senão uma forma de qualificar a expressão bastante utilizada em parte da historiografia sobre o assunto. Sobre os aspectos tático-estratégicos da política do PCB no período, veja-se SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias F. de. *Os impasses da estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im) possível. 1936-1948*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

20 A idéia original quanto à origem do anticomunismo do regime de Salazar, ao que parece, é de FARIA, Telmo Daniel, O Comunismo: um anátema Estado-Novista, *Revista de História das Idéias*, Universidade de Coimbra, vol. 17, 1996, mas foi incorporada por Pacheco Pereira na sua famosa biografia sobre Álvaro Cunhal. In: PEREIRA, José Pacheco. *Álvaro Cunhal – Uma biografia política. “Daniel” o jovem revolucionário*. 4 ed. Lisboa, Temas & Debates, 2005, p. 286. Sobre o caráter fascista e contra-revolucionário do regime salazarista, veja-se

Dawn Linda Raby, *Fascism and resistance in Portugal. Communists, liberals and military dissidents in the oppositions to Salazar, 1941-1974*. Manchester, Manchester University Press, 1988, p. 1-16.

21 Cf. PEREIRA, *Álvaro Cunhal...*, Op. cit., p. 144-182, vol. 1.

22 No Brasil, a direção formada após a prisão de Antonio Maciel Bonfim (“Miranda”), secretário-geral do PCB em 1935, e Luiz Carlos Prestes, que incluía Lauro Reginaldo da Rocha (“Bangu”), Honório de Freitas Guimarães (“Martins”) e Eduardo Ribeiro Xavier (“Abóbora”), caiu toda ela em 1940, deixando o Partido praticamente acéfalo. Cf. SENA JÚNIOR, *Os impasses da estratégia...*, Op. cit., p. 121. Em Portugal, as prisões dos principais dirigentes do PCP em 1939/40, inclusive a de Álvaro Cunhal e Carolina Loff, membros do Secretariado do Partido, e a situação de infiltração policial em que se encontrava o PCP à mesma época, levaram o *Komintern* a considerar o Partido Comunista Português como extinto. Neste sentido, a reorganização deste Partido, em 1940-41, é considerada por alguns autores como “refundação”. Cf. ROSAS, *O Estado Novo...*, Op. cit., p. 215; Cf. PEREIRA, *Álvaro Cunhal...*, Op. cit., 434-464.

23 “Reforcemos e alarguemos o movimento da Frente Popular pelo Pão, pela Paz, pela Liberdade, pela Independência de Portugal”. *Avante!*, 3ª semana de junho de 1937. Fundo: Avante, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Arquivo de História Social (UL/ICS/AHS)

24 ROSAS, *O Estado Novo...*, Op. cit., p. 214. Apesar disso, segundo dados arrolados por Álvaro Cunhal, o PCP teria incrementado substancialmente seu números de membros, saindo dos cerca de 500, em 1935, para 5.000, em 1946, depois de ser 1.200 em 1943. CUNHAL, Álvaro (“Duarte”), “O IV Congresso do PCP visto 50 anos depois”. In: *O caminho para o derrubamento do fascismo. Informe Político do Comitê Central*. Lisboa, Avante, 1997, p. 45.

25 Cf. ROSAS, *O Estado Novo...*, Op. cit. p. 343-346. Uma análise da participação do PCP nas greves do período pode ser encontrada em PEREIRA, José Pacheco. *Álvaro Cunhal. Uma biografia política. “Duarte”, o dirigente clandestino (1941-1949)*. Lisboa: Temas &

Debates, 2001, p. 228-285, vol. 2. Para um balanço da política do PCP durante as greves, veja-se CUNHAL, *O caminho para o derrubamento do fascismo...*, Op. cit., p. 189-197.

26 Cf. PEREIRA, *Álvaro Cunhal...*, Op. cit., p. 349-350. Cf. RABY, David L. O MUNAF, o PCP e o problema da estratégia revolucionária da Oposição, 1942-1947, *Análise Social*, vol. XX (84), 1984-85, p. 687.

27 “UNIÃO de todos os patriotas para derrubar Salazar”. *Avante!*, VI Série, nº 65, 1ª quinzena de novembro de 1944 [grifos no original]. Fundo: Avante, (UL/ICS/AHS).

28 No informe de Cunhal dado ao IV Congresso, consta: “No movimento de Unidade Nacional cabem homens de todos os partidos e agrupamentos, cabem portugueses e portuguesas de todas as tendências políticas e religiosas. Republicanos ou monárquicos, socialistas ou comunistas, anarquistas ou nacionais-sindicalistas, católicos ou maçons, cabem na Unidade Nacional todos aqueles que desejam sinceramente que seja dada voz ao povo português, para o povo escolher livremente seus governantes”. CUNHAL, *O caminho para o derrubamento do fascismo...*, Op. cit., p. 142.

29 Id., *ibid.*, p. 133.

30 Cf. “A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes”, Op. cit. Cf. CUNHAL, *O caminho para o derrubamento do fascismo...*, Op. cit., p. 164, 179, 186.

31 “O governador Juracy e os extremismos”, PCB, Região da Bahia, 04/1937 [grifos nossos]. CIC, ROLO 07, Filme 495, Assunto 17, Dossiê 127, AEL-UNICAMP.

32 CUNHAL, *O caminho para o derrubamento do fascismo...*, Op. cit., 203-204.

33 Sobre as idas e vindas dos comunistas portugueses e brasileiros frente à política do *Komintern* na época do pacto germano-soviético, vejam-se PEREIRA, *Álvaro Cunhal...*, Op. cit., p. 395-433 e SENA JÚNIOR, *Os impasses da estratégia...*, Op. cit., p. 132-147.

34 HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos*. O breve século XX. 1914-1991. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 17.

35 CUNHAL, *O caminho para o derrubamento do fascismo...*, Op. cit., p. 170.

36 Id., *ibid.*, p. 161.

37 Atente-se para o fato de que, enquanto o PCP continuou a propor o “levantamento nacional para a derrubada do fascismo”, os comunistas espanhóis, sob a liderança de Santiago Carrillo, caminharam pela via que conduziu o PCE ao eurocomunismo e à renúncia da via insurrecional para derrubar o fascismo de Franco e o resultado foi que na Espanha a transição negociada permitiu a aceitação do rei Juan Carlos pelos comunistas. Sobre o assunto, veja-se VARELA, Raquel. “A revolução Portuguesa de 1974-1975 e o seu impacto na transição Espanhola para a democracia vista através da imprensa clandestina espanhola”. *Paper* apresentado na Conferência da Associação de Estudos Mediterrâneos. Évora, Portugal, maio/jun., 2007.

38 “MANIFESTO: Consolidar o novo governo de fato, para livrá-lo dos elementos reacionários que o comprometem”. *O Momento*, 20 de agosto de 1945. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

39 Sobre a derrota do PCB em 1947/48, veja-se SENA JÚNIOR, *Os impasses da estratégia...*, Op. cit., 405-423.

40 PRESTES, Luiz Carlos. Definição da atitude do Partido Comunista. In: BRAGA, Sérgio Soares (Org.). *Luiz Carlos Prestes; o Constituinte, o Senador (1946-1948)*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2003, p. 78.

41 CUNHAL, *O caminho para o derrubamento do fascismo...*, Op. cit., p. 150.

42 Cf. PEREIRA, *Álvaro Cunhal...*, Op. cit., p. 805-834.

O ESTADO NOVO E OS “AUTONOMISTAS”: CONFLITO POLÍTICO E RESISTÊNCIA LIBERAL NA BAHIA

Paulo Santos Silva
Doutor em História pela Universidade
de São Paulo (USP);
Professor Titular da Universidade
do Estado da Bahia (UNEB)

AVISO AOS HISTORIADORES

O ano de 1945 inscreve-se entre as datas fundamentais na cronologia do Estado Novo. O enfraquecimento e queda do regime naquele ano possibilitaram registrar, no calor da hora, suas contradições e limites. Sua imagem foi ampliada e, sob determinados aspectos, hipertrofiada de acordo com a análise dos diferentes projetos políticos em concorrência. As vozes silenciadas ou comprimidas pela ação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) irromperam com sede de discurso e transbordaram nas páginas dos jornais. O que antes aparecia velado ou dito cuidadosamente em versão domesticada, obedecendo a bons usos e costumes, sob critérios da censura, adquiriu outras formas e estilos. Aliados e adversários do regime ocuparam espaços públicos e se pronunciaram realizando defesas e ataques espetaculares, fato que resultou em imensa massa de escritos que buscavam delinear o fenômeno sob todos os ângulos possíveis. Na Bahia, dois jornais em particular, *A Tarde* e *O Imparcial*, cumpriram esse papel de suporte para acomodar

muito do que se escreveu sobre a experiência política levada a cabo por Getúlio Vargas.

Assim, a documentação de valor histórico produzida pela imprensa sob o impacto da conjuntura, em efervescente desdobramento, apresenta-se como um convite sedutor pelo que revela, porém arriscado pelo que esconde. Não faltou no contexto quem manifestasse consciência das dificuldades de apreensão do significado daquele ano. O jornalista Wilson Lins, diretor de *O Imparcial*, fez o registro desses limites, colocando-se a serviço da escrita da história. Em um texto intitulado “Pequenas notas para os historiadores do futuro”, publicado em 28 de setembro de 1945, remete ao emaranhado da conjuntura:

Amanhã, quando as sombras da incerteza que ora toldam os horizontes da Pátria tiverem passado, dispersadas pelo patriotismo dos bons brasileiros, os historiadores dos tempos que hão de vir, encontrarão sérias dificuldades para estudar os acontecimentos dos nossos dias. As coleções de jornais, ao contrário de ajudarem o trabalho dos historiadores do futuro, dificultarão, terrivelmente, o esforço dos pobres sucessores do meu amável coestaduano Pedro Calmon. Recorrendo aos arquivos dos jornais de hoje, os historiadores de amanhã vão quebrar a cabeça para entender o que se passou no Brasil em 1945.¹

A história e a historiografia do “autonomismo” baiano fundem-se e se confundem. E esta é uma das dificuldades enfrentadas por quem pretenda escrever a trajetória dessa corrente política, o que confere sentido à passagem acima citada.

Desde a sua instituição, o “autonomismo” recorreu à história para justificar a legitimidade de seus postulados. Mesmo que os historiadores baianos de então não concordassem entre si quanto à representação do passado da Bahia, em particular o de suas elites, superaram momentaneamente divergências e mantiveram-se unidos na defesa da “restituição à Bahia a posse de si mesma”, aproximando discurso histórico e projeto político.² Pelo conteúdo e pela forma com que construíram uma memória da Bahia, em essência glorificadora de seu passado, podem ser vistos como responsáveis pela produção de uma “historiografia autonomista”, que estabelecia uma contra-análise do passado nacional e local em aberto confronto com o que propunha os ideólogos do regime de 1937.

Durante o Estado Novo, agrupamentos políticos baianos desalojados do poder mobilizaram-se de diversas maneiras visando resistir ao projeto nacionalista e centralizador levado a efeito por Getúlio Vargas. Ancorados na defesa da autonomia política do estado, os “autonomistas” lançaram mão de pressupostos liberais e buscaram ocupar o mais amplo espaço possível na condição de publicistas. Travaram, então, acirrada batalha por hegemonia política, disputando posições com ideólogos do Estado Novo e com a esquerda vinculada ao Partido Comunista do Brasil (PCB), fenômeno que adquiriu maior expressão nos momentos finais do governo Vargas. Livros, manifestos, entrevistas e discursos foram concebidos para divulgar seus propósitos e articular composições partidárias, consolidando, assim, um projeto concreto de retomada do poder na Bahia a partir de 1945. Alojados na União Democrática Nacional (UDN), os “autonomistas” passariam a ter papel importante na vida política nacional, sobretudo na Constituinte de 1946, e na sucessão do governo estadual com a eleição de Octávio Mangabeira para Executivo da Bahia, em 1947, numa ampla aliança partidária. Sua eleição permitia-lhe acalentar projetos mais ambiciosos, em nível nacional, que não se sustentaram, porém, em decorrência dos rumos tomados pela conjuntura na sucessão de Eurico Gaspar Dutra.

INVENÇÃO DE UMA TRADIÇÃO

O ano de 1945 na Bahia, para os grupos dirigentes locais, fechou um ciclo político que teve início em 1930. Desagregação e re-agregação são imagens que expressam o comportamento de significativos segmentos das elites políticas e intelectuais do estado nos quinze anos em que Getúlio Vargas esteve à frente do poder. Um dos marcos desse processo de intervenção pode ser identificado no manifesto lançado em 1930 por Octávio Mangabeira intitulado *Palavras à nação*.³ Trata-se de um dos primeiros documentos elaborados por um baiano explicitando seu descontentamento com a nova ordem estabelecida. Várias outras intervenções dessa natureza tiveram lugar por membros do agrupamento que passou a ser designado “autonomismo baiano”. Ao se acompanhar algumas dessas intervenções, que se sucederam a partir do Manifesto de Octávio Mangabeira, tem-se acesso a parte essencial dos discursos e das condutas políticas levadas a efeito na Bahia pelos “autonomistas”. Constituíram traços marcantes desses discursos o emprego das palavras liberalismo e democracia. A partir desses dois vocábulos procurou-se estabelecer a continuidade de uma tradição que remontava à “República Velha” e em nome dessa tradição táticas e estratégias políticas e partidárias foram montadas, desmontadas e remontadas.

Adversários históricos e de circunstâncias foram convertidos em aliados; velhas agremiações articuladas em nome de conhecidos chefes fundiram-se em torno de novos que passaram a ser instituídos; reverências foram deslocadas para novas lideranças. Dessa forma, dos antigos “severinismo”, “vianismo”, “calmonismo” e “seabrismo” sobrou e sobreviveu este último agrupamento, tanto em função do longo ciclo biológico da liderança que emprestava seu nome à corrente quanto em razão da atuação de seus seguidores, que continuaram a prestar culto à sua personalidade. A partir dos anos 1930, somaram-se ao antigo “seabrismo” o “mangabeirismo” e o

“juracysismo”. Os dois primeiros, inicialmente, formaram agrupamentos absolutamente incompatíveis com o terceiro; no processo de resistência ao governo Vargas, juntaram-se e articularam um pacto político e eleitoral levado às urnas em 2 de dezembro de 1945.

O manifesto lançado por Octávio Mangabeira em 1930 pode ser tomado como um ponto de partida nesse processo. Trata-se de uma iniciativa que seria potencializada pela direção política que Getúlio Vargas passaria a imprimir ao seu governo durante o Estado Novo. Entre outras conseqüências, as políticas empreendidas pelo governo de 1937 resultaram em unificar os poderes regionais e locais assim que o regime começou a declinar.

Se lido sem considerar as ações posteriores empreendidas pelos grupos que se opuseram ao governo Vargas, *Palavras à nação* não passaria de um pronunciamento condenado a permanecer na condição de um desabafo de ocasião feito por um ministro sem pasta e sem perspectiva, arremessado para o exílio. É possível, porém, tomá-lo como alicerce da construção de uma corrente — a “corrente autonomista” — que buscou se legitimar invocando postulados liberais em suas intervenções.

O pronunciamento de Octávio Mangabeira registra as tensões da conjuntura e o mal-estar sentido por parte dos segmentos estabelecidos no centro do poder antes de 1930. Com o documento Octávio Mangabeira anunciava que perdia posições de mando, mas não o desejo de retomá-las. Fazia da escrita de manifestos uma forma de ocupação do espaço público e máquina de pavimentação do caminho que o traria de volta ao lugar perdido, o que de fato se verificou em 1934 e em 1945.

Em *Palavras à nação*, ainda que de forma rarefeita, aparecem elementos que, retomados por “autonomistas” nos anos subseqüentes, tenderiam a se ampliar em escritos mais densos em defesa de postulados liberais. Para Octávio Mangabeira havia uma evidente relação entre República e instituições liberais, argumento que seria amplamente desenvolvido posteriormente

por Luiz Viana Filho em obras ensaísticas de peso, conforme se verá adiante. O nascimento das instituições liberais, nos termos do manifesto, estaria vinculado ao 15 de novembro de 1889. Assim, ordem republicana e liberalismo identificavam-se.

No manifesto, transitando da defesa de si para o ataque à nova ordem em construção, Octávio Mangabeira contrapôs o governo dos homens ao governo das leis, exigindo a imediata restauração da “ordem legal”. Nessa defesa, adotava formulações ambíguas, com base numa concepção equívoca de liberdade: “Pouco importa que a Constituição esteja suspensa, ou estejam suspensas as leis, ou haja poderes discriminatórios”. Em suas palavras, “Não são as leis, ou a Constituição, que garantem a liberdade. É a nossa própria honra pessoal que nos impõe o respeito da liberdade alheia, e tanto mais quanto maior o poder em que nos encontramos investidos”.⁴ Por um lado, havia de se levar em conta e defender a impessoalidade da ordem pública; por outro, ressaltava-se o primado do indivíduo, sustentado não no princípio do individualismo liberal, mas em algo que remetia a margens imprecisas definidas por valores com elevada carga de moralismo.

Se em determinados trechos o pronunciamento de Octávio Mangabeira revela um homem intimidado, em outros irrompe o sujeito capaz de desafiar o poder e ameaçá-lo. Ele culminava seus ataques qualificando o governo de “ditadura”. Nos últimos parágrafos do manifesto Octávio Mangabeira resumia e condenava o governo de Getúlio Vargas: “Expatriações, tribunais de exceção, monstruosidades que tais, a mentalidade brasileira, o espírito brasileiro, as tradições brasileiras repelem como injúrias”.⁵ Ao se referir a “tradições brasileiras”, Octávio Mangabeira lançava uma formulação, reiteradamente invocada por liberais baianos, sempre associada à idéia de que haveria na prática política nacional “tradições liberais” que deveriam ser respeitadas. Condutas que não buscassem esse caminho estariam levando a história a contrapelo e, portanto, não poderiam gozar de legitimidade.

Mandado para o desconfortável exílio, Octávio Mangabeira avisava: “Voltarei, logo que possa, ou logo que as circunstâncias mo permitam. Aguardo apenas que o povo se possa manifestar. Sei que será breve”.⁶ Ainda que embalada numa figura de retórica, a noção de democracia aparecia na vindoura possibilidade da participação do povo no processo político. Quatro anos depois da partida, Octávio Mangabeira estava de volta. Mesmo com participação restrita, o “povo” teve lugar na sua recondução ao Legislativo Federal de 1934 para desta instituição ser afastado em 1937.

Antes, porém, que esse fato se verificasse o processo político nacional e local viveu momentos de tensão e conflito. Esses momentos associaram-se ao processo de indicação dos novos executivos estaduais, logo após a subida de Vargas ao poder.

A nomeação de Juracy Magalhães para atuar como interventor em 1931 sofreu restrições, tanto por parte dos que se opuseram ao movimento de 1930 quanto por segmentos locais que o apoiaram. Contra o recém-nomeado, alegava-se que era jovem, militar e cearense. As heterogêneas facções políticas baianas uniram-se então na resistência ao seu nome. Na oposição, aglutinaram-se, entre outros, Pedro Lago, João Mangabeira, Miguel Calmon, Wanderley Pinho, Ubaldino Gonzaga, Simões Filho, Aloísio de Carvalho Filho, Luiz Viana Filho e Nestor Duarte Guimarães e J. J. Seabra.

Na condição de interventor e articulador político, Juracy Magalhães expressava clareza acerca do quadro político local e dos desafios que tinha pela frente no processo de construção de sua liderança no estado. Em carta datada de 1º de novembro de 1932, após aproximadamente um ano de tentativa de se estabelecer na Bahia, para o que lançou mão da persuasão e da força, Juracy Magalhães apresentava a Getúlio Vargas um panorama que se aproximava bastante da realidade e indicava certa linha de continuidade não quebrada pelo movimento de 1930:

Os políticos decaídos estão calados. Não tenho, porém, dúvidas. Quando puderem, virão à carga. Tenho, entretanto, a impressão de que será fácil vencê-los, até mesmo no terreno eleitoral. As suas máquinas, em grande parte, foram mantidas intactas [...] Há aqui, porém, um fator importante a considerar: não existe um partido político, há agrupamentos em torno de pessoas⁷.

Uma primeira oportunidade para ação organizada dos grupos locais visando retomar as posições perdidas ocorreu com a convocação das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte em 1933, tornando o momento crucial para as forças oposicionistas. Antigos adversários uniram-se e articularam uma chapa cuja designação traduzia o estado de ânimo dos grupos locais afastados do poder: “*A Bahia ainda é a Bahia*”. Revelavam, dessa forma, o ressentimento e a necessidade de revanche aos “invasores”. O manifesto de lançamento das candidaturas, em tom eloqüente e declamatório, não negava o passado de divergências entre as facções políticas locais, mas reconhecia que o momento era de “trégua” para, unidos, rechaçar o inimigo comum:

Acima dos interesses dos homens, além dos programas de partidos, está a Bahia a exigir dos seus filhos, nesta hora grave da nacionalidade, uma trégua nas divergências que acenderam as lutas do passado, para que, coesos e fortes, saibam melhor defender-lhes, nas urnas de maio, a luminosa tradição de sua dignidade cívica.

É o mandamento da Terra *Mater* aos que ainda lhe possam dar o idealismo

e o espírito de sacrifício das grandes ações.

Eleitores independentes, certos de assim lhe interpretarmos o pensamento, vimos recomendar ao sufrágio dos nossos concidadãos, na eleição de 3 de maio, para a Assembléia Nacional Constituinte uma chapa em que a Bahia mesmo se revê, na pujança da sua força moral, como nos primores e da sua cultura [sic].

São candidatos da Bahia soberana.

Baianos: “O Brasil aguarda a vossa resposta, para saber se a Bahia ainda é a Bahia!”⁸

A correlação de forças no processo de preenchimento das vagas no Legislativo de 1934 evidenciou que os “autonomistas” não tiveram força para se sobrepor às articulações eleitorais levadas a cabo por Juracy Magalhães e seus aliados. O fato de haver sido eleito para o Congresso Constituinte um veterano, J. J. Seabra e um novato, Aloísio de Carvalho Filho, deixava claro que as antigas forças da “República Velha” ainda pesavam e que as novas lideranças precisavam se fortalecer. Este fortalecimento teria que começar no âmbito da política estadual.

Para atender a este propósito foi articulada a “Concentração Autonomista da Bahia”. A idéia de “concentração” remontava à dinâmica política e partidária da “República Velha”, havendo a expressão figurado no nome da Concentração Republicana da Bahia, partido fundado em 10 de janeiro de 1923, sob a presidência de Pedro Lago, agrupamento que tinha como objetivo reunir forças contrárias ao *seabrismo*.⁹ A idéia, agora tendo Seabra como aliado, foi retomada em 1934. Fato que se deu em função do governo Vargas pretender institucionalizar-se com a instauração do Poder Legislativo em âmbito estadual. Assim, a nova agremiação respondia aos impactos de uma conjuntura específica na qual setores das classes dirigentes da Bahia

sentiam-se amplamente prejudicados pelos desdobramentos do processo sucessório de 1930. Depois de sofrerem considerável derrota eleitoral para Assembléia Constituinte de 1934, com a eleição de apenas dois nomes, os “autonomistas” organizaram a chapa “*Governador Octávio Mangabeira*” para compor o Legislativo da Bahia nas eleições ocorridas em 24 de outubro de 1934. A disputa travada com a agremiação liderada por Juracy Magalhães, o Partido Social Democrático (PSD), mobilizou as forças de oposição a Vargas e ao interventor. Os “autonomistas” não conseguiram superar em número de eleitos as forças situacionistas, mas lograram êxito no que se refere à organização da corrente. O golpe de novembro de 1937, porém, resultou em desagregar mais uma vez os indivíduos e as facções que se vinham articulando em defesa dos interesses dos segmentos dominantes locais desprestigiados por Vargas e por Juracy Magalhães.¹⁰

Ao perderem seus postos no campo partidário e parlamentar, em decorrência do golpe, os “autonomistas” se viram na contingência de redirecionar suas ações. Impossibilitados de atuar no campo político-partidário, passaram a travar batalhas de natureza ideológica, terreno no qual se viam atingidos pela proliferação de discursos contrários à autonomia das unidades da federação, vista e caracterizada então como dispositivos de poder das oligarquias regionais, portanto, em desacordo com o projeto de Getúlio Vargas. Afinal, os quadros da “Concentração Autonomista da Bahia” eram formados por ex-integrantes das facções partidárias da “República Velha” ou descendentes diretos das linhagens oligárquicas que dirigiram o estado.

O projeto de centralização político-administrativa atingia e reconfigurava o papel das oligarquias estaduais e incorporava os poderes locais, representados pelas lideranças municipais na figura do “coronel”, estabelecendo novas relações de poder entre o Estado e sociedade civil. O Estado Novo e seus ideólogos, ao detratarem os mecanismos políticos que estavam na base de funcionamento da “República Velha”, desafiavam frontalmente os grupos dirigentes da Bahia. A esse desafio os “autonomistas”

não poderiam se furtar, caso desejassem preservar sua identidade política para possíveis reconquistas de posições de mando em circunstâncias futuras. Resistir ideologicamente significava apelar para recursos intelectuais que pudessem dar suporte a discursos contrários ao que os ideólogos do Estado Novo vinham propondo, favorecidos pela conjuntura internacional marcada pela tendência à concentração de poder nas mãos do Estado, tanto na União Soviética quanto nos países que avançavam em direção ao nazi-fascismo.

O apelo liberal tornou-se então uma necessidade a ser satisfeita para garantir a sobrevivência política. Atender a este apelo significava, de certa forma, voltar no tempo e recuperar estados de ânimos experimentados na “República Velha”, quando se invocavam o liberalismo e suas fontes de formação cultural: as faculdades de Direito. Nesse aspecto, a Bahia estava bem guarnecida. Afinal, o estado teve a primeira Faculdade Livre de Direito do país do período republicano, logo disposta a disputar prestígio com as duas antigas faculdades remanescentes do Império, em particular com a Faculdade de Direito do Recife, onde muitos baianos estudaram, que se converteu em referência para os estudos jurídicos que passaram a ser desenvolvidos na Bahia. E foi da Faculdade de Direito da Bahia que veio o mais elaborado discurso de teor liberal que se teve no processo de resistência ao Governo Vargas e ao Estado Novo. A “tradição liberal” republicana foi aí recuperada, com o seu traço “oligárquico” característico, ao som das vozes e sob a pena de jovens descendentes dos antigos segmentos dominantes.

Colocar as “letras jurídicas” a serviço da política não foi difícil, tarefa cumprida com desenvoltura. Várias modalidades de intervenção foram postas em prática. Do escrito na imprensa local diária ao ensaio denso de natureza histórica ou sociológica; do discurso solene em ambientes fechados, com o orador cercado por circunstantes bem vestidos, ao pronunciamento em praça pública numa ambivalente aproximação do povo no meio do qual havia de se catar eleitores.

Conforme já indicado, o projeto levado a efeito por Getúlio Vargas desfez os horizontes previstos para o ano de 1938, quando se esperava a instalação de um governo saído das urnas. Por forças das circunstâncias políticas adversas, os grupos que se opunham a Vargas foram obrigados, a partir de 1937, a construir um caminho para recuperar suas esferas de poder.

Na construção da via de acesso às posições perdidas vários meios foram empregados. Uma das tarefas que se impôs consistiu em construir uma “tradição liberal” e com ela se identificar. Investiu-se na elaboração de representações do passado em que indivíduos e procedimentos liberais foram postos em destaque. Mobilizou-se um corpo conceitual assimilado no campo dos estudos jurídicos para estruturar argumentos contra a ordem estabelecida. Obras de natureza histórica, sociológica e jurídica foram lançadas com textos que tendiam a gozar de maior prestígio e durabilidade. Os fragmentos de idéias que estruturaram os argumentos presentes no escrito de Octávio Mangabeira no início dos anos 1930 iriam ganhar formulações melhor elaboradas.

Sempre que era possível, as lideranças “autonomistas” buscavam reforçar a corrente da qual faziam parte. A imagem de uma Bahia humilhada por forças que usurparam o poder era recorrentemente reforçada. Em entrevista concedida ao *Jornal do Recife*, com trechos reproduzidos em *A Tarde*, J. J. Seabra, em janeiro de 1937, voltava aos argumentos da “Bahia humilhada”. Invocava o passado para destacar seus idos gloriosos nas figuras dos baianos que estiveram à frente dos negócios públicos ao longo dos anos da história política do país. O inaceitável desprestígio do presente era contraposto a uma tradição interrompida. Essa tradição tinha nomes. J. J. Seabra então os enumerava à vontade:

A Bahia pesou sempre na política brasileira. Vejam-se os políticos baianos do Império Cayru, Barata, Lino Coutinho, Cotegipe, Dantas, o primeiro

Rio Branco, Nabuco de Araújo, Saraiva.
Eram dos maiores estadistas que teve o
Brasil nos dois reinados.¹¹

Se a galeria dos homens notáveis do Império não era suficiente, então apelava para que se observasse a situação da Bahia na República:

A Bahia foi Rui Barbosa, no governo provisório. Foi Custódio de Melo, Manoel Vitorino, Virgílio Damásio, Artur Rios, César Zama, Rodrigues Lima nos primeiros tempos de República. Foi mais tarde Severino Vieira, Luiz Vianna, José Marcelino, Araújo Pinho, Antônio Moniz.

Não precisou citar a si próprio porque é evidente que ele estava exatamente entre esses últimos, gozando de amplo prestígio político. Estrategicamente, entrou na narrativa com um perfil que extrapola os contornos de uma galeria de notáveis, propondo um auto-retrato seguramente mais interessante de se ver no universo da política:

De vários desses políticos fui adversário. A alguns combati com todas as forças de minha vibração e do meu entusiasmo. Mas de nenhum desses baianos ilustres, cuja memória a Bahia guarda com veneração, se poderá dizer que não fosse uma expressão lidimamente representativa das tradições de honra, de altivez e de dignidade de minha terra.

Assim, J. J. Seabra assumia o papel de narrador de si e da tradição da qual fazia parte. O passado vinha em socorro do presente. Era neste que a narrativa de J. J. Seabra tinha seu desfecho:

Quando vejo a Bahia de hoje, humilhada e rebaixada a ponto de não ser um baiano que fala pelo seu nome, mas um estranho à Bahia, que antes da revolução, ele apenas conhecia como uma expressão geográfica, na carta política do Brasil, quando comparo a Bahia de ontem com a Bahia de hoje, eu sinto, no fundo da minha alma uma amargura infinita.

Se, por um lado, fica evidente que J. J. Seabra se reportava a uma tradição política notadamente oligárquica, composta de “ilustres baianos”, entre os quais se incluía, cuja linha de continuidade foi quebrada por “um estranho à Bahia”, por outro lado há uma dimensão da tradição que o narrador faz questão de recordar. Depois de alegar que não tinha aspirações pessoais e de se orgulhar de ser baiano, lembrava: sempre que recorreu às urnas livres, obteve apoio ao seu nome, o que lhe teria assegurado o direito de exercer “mandatos populares baianos”. E arrematava: “Falo com essa tradição”.

“HOMENS DE LETRAS” E O “AUTONOMISMO”

À tradição a que se refere J. J. Seabra somou-se uma outra de peso na constituição do “autonomismo”: a atuação no universo das letras. Formadas por médicos e advogados, as elites baianas puseram seu bem-escrever a serviço de questões sociais e políticas, com larga atuação na imprensa local. Entre os “autonomistas” vários nomes se destacaram por seus

investimentos e produção na ensaística histórico-sociológica e na literatura. A maioria dos integrantes da “Concentração Autonomista da Bahia” possuía diploma em Direito. As “letras jurídicas”, no conflito com o Estado Novo, foram postas a serviço da causa da autonomia produzindo um vasto painel de textos montados a partir do vocabulário liberal do que as páginas dos jornais de então estão repletas. A expressão “liberalismo constitucional” ganha sentido nesses escritos e deixa ver como se deu o processo de instrumentalização política de uma prática profissional. Argumentos em defesa do Estado de Direito, da anistia para presos políticos, da concessão de habeas corpus; a denúncia da inconstitucionalidade de medidas governamentais e a elaboração de manifestos vazados em argumentos clássicos do liberalismo político foram armas largamente empregadas para subtrair o crédito político do Estado Novo e desmoralizá-lo. Alguns “autonomistas” se destacaram nesse tipo de combate. Foi o caso de Jaime Junqueira Aires, Nestor Duarte Guimarães e Luiz Viana Filho. Seus ataques à ditadura do Estado Novo, a denúncia de seus “dispositivos fascistas” e os ataques ao integralismo estiveram presentes em numerosos artigos publicados na imprensa local.

Além de homens de partido, os “autonomistas” se apresentavam como “homens de letras” e fizeram disso um capital simbólico importante para ocupar espaços públicos. Foi o caso de Luiz Viana Filho que, ao lembrar os motivos que o levaram a escrever *A vida de Rui Barbosa*, publicada em 1941, assume esse propósito:

[...] eu entrei na biografia por uma porta falsa, porque a primeira biografia que eu fiz foi a do Rui e ela foi feita, justamente, em 38, mais ou menos, depois do Estado Novo; [...] eu me dava muito com o Baleeiro, andava muito na casa dele, que era no Cabula, e um dia ele sugeriu que eu fizesse uma

biografia do Rui, que nós precisávamos fazer ressurgir a figura do Rui, do liberal, do jurista, que era a antítese do Estado Novo, a antítese de Getúlio. A minha idéia foi fazer o Rui com este objetivo, foi para difundir no país as idéias liberais e as idéias democráticas das quais, evidentemente, o Rui é o grande pioneiro no Brasil, a grande personalidade [...].¹²

A existência dos “autonomistas” como corrente deveu-se a um contexto bastante específico, isto é, o da implantação do projeto de centralização política e administrativa levado a efeito por Getúlio Vargas. Mas para além desse fator, o “autonomismo” é também um fenômeno de escrita e em primeiro lugar um fenômeno de jornais e periódicos. Com o tempo, transformou-se em matéria de memória e de história em narrativas construídas tanto pelos próprios integrantes da corrente como pela historiografia que se ocupou da história política nacional e local. Uma história dos partidos políticos no Brasil, dos anos 1930 aos anos 1960, particularmente da União Democrática Nacional (UDN) tem de necessariamente se referir ao “autonomismo baiano”, se pretender dar conta de um quadro mais amplo e completo do tema.¹³

A corrente teve seus memorialistas e historiadores e sua história e historiografia estão distribuídas em diferentes circunstâncias e suportes textuais: conferências, discursos em solenidades, artigos em jornal, palavras de ordem em faixas e em cartazes. Ao lado dessas formas mais fluidas, que escorriam sob o calor da conjuntura, outro produto mais denso entrava em circulação: o grosso volume em forma de livro. Essa forma de discurso realizou-se através da obra de história, densamente pesquisada em arquivos, e de ensaios, de feitura mais livre, porém não menos consistente. José Wanderley de Araújo Pinho, Nestor Duarte Guimarães e Luiz Viana Filho adquiriram notoriedade

nesse campo. O conjunto de suas obras revela quais as demandas políticas que estavam em questão e em que se apoiavam seus discursos. São exemplos disso os trabalhos de Nestor Duarte, *A ordem privada e a organização política nacional (contribuição à sociologia política brasileira)* (1939); de Wanderley Pinho, *Cotegipe e seu tempo* (1937), *Salões e damas do Segundo Reinado* (1942), *História de um engenho do Recôncavo* (1946); de Luiz Viana Filho, *A Sabinada (A República Baiana de 1837)* (1938), *A vida de Rui Barbosa* (1941), *A verdade na biografia* (1945) e *O negro na Bahia* (1946).

Mesmo que essas obras possam ser lidas sob outros enfoques, cabe considerá-las como construções que instituem o “autonomismo” e seu projeto político. Ainda que elas se diferenciem em conteúdo, forma e perspectiva, ao se tomar cada autor individualmente, no conjunto elas montam um quadro do passado da Bahia que tornava legítimo nos anos 1930 reivindicar direitos políticos subtraídos pela “Revolução de 1930” e pelo golpe de 1937. Seus autores, mesmo com índices variados de participação nas agremiações partidárias e disputas eleitorais, construíram suas identidades políticas como integrantes da corrente “autonomista”. Assinaram manifestos da agremiação, escreveram artigos na imprensa a favor de sua causa e fizeram discursos inflamados em que a defesa da Bahia aparecia como palavra de ordem. Em função das circunstâncias da conjuntura do ano de 1945, intensificou-se a participação de seus membros em atividades políticas de efeitos mais imediatos no interior de entidades, inclusive as partidárias. Os locais de resistência foram ampliados e suas ações se tornaram mais contundentes, envolvendo entidades profissionais, instituições de ensino e redação de jornais. Os nomes dos “autonomistas” estavam presentes nesses espaços evidenciando considerável grau de socialização dos grupos dirigentes da Bahia, notadamente reagrupados em função da existência de um adversário forte e comum, a despeito de divergências circunstanciais. A realização dessas obras, tomadas aqui como forma de resistir a um projeto político adverso, sugere que um dos resultados não esperados da

implantação do Estado Novo foi a consolidação de um campo de força ponderável no âmbito do estado, campo que teve papel decisivo quando o Estado Novo entrou em processo de declínio.

Logo no início do ano de 1938, Luiz Viana Filho lançou um longo ensaio de natureza historiográfica, reconstituindo a história da Sabinada e de Sabino Vieira, destacando no episódio de 1837 sua dimensão republicana e liberal. Na reconstrução histórica proposta pelo ensaio destacam-se a resistência das forças regionais aos arbítrios do poder central da fase regencial e o lugar de peso que tiveram os intelectuais, em particular os que atuavam na imprensa da época. É como um liberal convicto que o médico e líder rebelde Sabino Vieira é apresentado, e sua causa como uma bandeira avançada a ser lembrada e empunhada. A abordagem elaborada por Luiz Viana Filho identifica um passado de resistência “autonomista”, deixando claro que lançava mão da história para justificar os caminhos liberais buscados pelos opositores do Estado Novo, propondo elos entre passado e presente e instituindo marcos edificadores de uma “tradição liberal” para atender as necessidades do presente.

O texto de Luiz Viana Filho colocava-se na contramão das concepções veiculadas pelos ideólogos do Estado Novo, sobretudo pela defesa que fazia dos princípios liberais. A valorização da política e do período regencial como uma fase de progresso rumo a uma ordem republicana descentralizada afrontava os que defendiam nos anos 1930 a construção de um Estado Nacional centralizado política e administrativamente.

Entre os ideólogos do Estado Novo, cujas concepções podem ser confrontadas com o que propunham os “autonomistas”, encontra-se Azevedo Amaral. Este ensaísta figura ao lado de nomes de peso cujas idéias são tidas como fundamentais para se compreender as formulações que lastream o regime levado a efeito a partir de 1937, e lhe definiram os contornos ideológicos. Sua obra *O Estado autoritário e a realidade nacional*, publicado em 1938, investia contra as concepções e as práticas liberais,

sobretudo aquelas que faziam parte da experiência brasileira nos moldes praticados durante o Império e a República. A defesa da centralização política e administrativa e a condenação de qualquer elemento que apontasse para dispositivos de autonomia das unidades da federação colocavam Azevedo Amaral em diálogo com seus contemporâneos e os desafiava para o confronto ideológico. Ao analisar o País em perspectiva histórica, situava os liberais no âmbito do que designava “correntes divorciadas da realidade nacional”. Atualizando a questão para a conjuntura dos anos de implantação do Estado Novo, seu julgamento atingia as correntes liberais no seio das quais os “autonomistas” buscavam se colocar. Azevedo Amaral reconhecia méritos políticos nos constituintes de 1891 quando estes outorgaram autonomia às províncias, mas sob o novo quadro ponderava e revisava posições de modo a deixar claros os termos do conflito:

[...] Isto não importa, contudo, dizer que, mais tarde, o que fora benéfico em 1891 não viesse a tornar-se um elemento ameaçador à unidade nacional, justificando a reação contra os excessos de autonomia, que surgiu no fim da primeira república e foi um dos traços característicos do espírito revolucionário de 1930.¹⁴

Do olhar retrospectivo que lança sobre o passado do país nasciam as premissas para justificar o Estado Novo e condenar os liberais, recorrentemente apontados como demagogos e situados em desacordo com as tendências históricas que plasmaram a construção da nacionalidade. Sob este ângulo, a demarcação do alvo revela-se precisa em seus argumentos: “A nação não é mais o vasto rebanho, cujo destino era apenas pagar impostos e levar às urnas os nomes ilustres dos dinastas da República”.¹⁵ Assim, para ele, Nação e Estado estavam identificados, algo que se

tornara possível pelo advento do “Estado autoritário” em defesa do qual se propunha a argumentar.

Tão importantes quanto as obras em forma de livros foram os escritos de ocasião. Um deles, elaborado por Nestor Duarte Guimarães, merece destaque pela fecundidade de elementos para se perceber o confronto entre os ideólogos do Estado Novo e as forças que a partir de pressupostos liberais defendiam o fim da centralização e a devolução da autonomia dos estados e a sua direção aos grupos locais. Trata-se da *Oração de Paraninfo aos Bacharéis de 1938*¹⁶. Nela Nestor Duarte Guimarães deu continuidade aos protestos à ordem pública que vinha sendo implantada no país e registra um momento decisivo na história das concepções liberais no Brasil. O fato de o pronunciamento haver sido feito sob a cobertura de uma renomada instituição de ensino superior, responsável pela oferta de indivíduos para compor os quadros da política local e nacional, conferia maior peso à iniciativa. Nestor Duarte Guimarães gozava de prestígio como deputado pela “Concentração Autonomista”, exímio orador, respeitável advogado, romancista promissor e catedrático da Faculdade de Direito. Duas palavras-chaves orientaram o pronunciamento do líder “autonomista”: liberdade e democracia. A concepção liberal de Estado foi posta ao lado da prática democrática como metas a serem alcançadas visando a superar aquele momento político. Nestor Duarte Guimarães, a partir de um olhar panorâmico sobre a ordem política nacional e internacional, desenvolveu no discurso aos bacharéis argumentos frontalmente contrários ao pensamento autoritário em ascensão mundo afora e atacou valores caros ao que considerava “totalitarismos contemporâneos”. No plano externo, o fascismo e o nazismo eram os alvos mais evidentes; em âmbito nacional, voltava-se contra as condutas integralistas. O texto antecipava, assim, vários dos argumentos que seriam recorrentes nos anos seguintes.

As análises de Nestor Duarte Guimarães em torno da ordem política nacional foram melhor estruturadas e ampliadas em um ensaio publicado em 1939, cujo título, *A ordem privada*

e a organização política nacional (contribuição à sociologia política brasileira), anunciava a problemática do autor. Aí o autor mobilizou suas “letras jurídicas”, ampliadas e alimentadas no exercício da docência na Faculdade Livre de Direito da Bahia, onde formava advogados e discípulos políticos. Ele adicionou explicações históricas, montadas à luz dos estudiosos então em vigência, para desafiar as concepções com base nas quais os ideólogos do Estado Novo argumentavam ao defender a construção da nacionalidade.

Lutar contra o Estado Novo para os “autonomistas” significava combater as formulações que o estruturavam. Para travar essa batalha, Nestor Duarte Guimarães, à semelhança de Azevedo Amaral, lançou mão do ensaio enquanto forma e da história como matéria.

Recorrendo à história da formação da sociedade brasileira, com base em conceitos jurídicos e sociológicos, discutia a questão da centralização e da descentralização política no processo de constituição do Estado no Brasil, estabelecendo os nexos entre ordem pública e ordem privada. Ainda que reconstitua os momentos mais recuados da sociedade brasileira, a partir de Portugal, a preocupação do autor era com o Brasil contemporâneo. Para ele, o Estado brasileiro era inconsistente, não havendo ainda um quadro institucional caracterizado pela impessoalidade. Na ausência de um Estado forte sobressaía a força do governo e de seu chefe. Entendia também que a construção da nacionalidade a partir do critério da centralização política estava em contradição com as práticas constatadas na história do país desde as suas mais remotas origens. Nesse aspecto, o ensaio estava em aberto confronto com os ideólogos do Estado Novo. A presença de interventores nos estados, comandados por Getúlio Vargas, era um dos motivos de profunda inquietação para os grupos dirigentes locais que foram postos à margem do poder pela “Revolução de 30”. Era por esses grupos que Nestor Duarte Guimarães estava se pronunciando. E nessa tarefa gozava da companhia de outros nomes que começavam a pesar no universo das letras locais.

A partir de diferentes lugares, o argumento “autonomista” manteve-se durante todo o período em que Vargas ocupou o poder. Afrânio Coutinho, outro nome de destaque das letras baianas, de sua coluna “Crônica de Nova York”, publicada pelo vespertino *A Tarde*, em um artigo intitulado “*A centralização e as forças regionais*” voltava ao tema no início de 1945. Depois de enumerar as conseqüências nefastas da centralização para o país, insistia:

[...] tal centralização é fenômeno em desacordo com a tradição brasileira. A nossa evolução histórica se fez em um movimento periférico. As forças regionais sempre predominaram. A vida sempre foi organizada sobre a base de descentralização. Os homens públicos sempre se inspiraram nas suas qualidades provincianas para agir com intenção nacional. No Brasil a unidade é baseada na variedade. São as forças regionais que integram o país, que lhe dão o colorido típico e a fisionomia inconfundível.¹⁷

Mesmo sem espaços de atuação institucional, os “autonomistas” garantiram a sobrevivência da corrente. A arma das letras foi amplamente empregada. À ideologia que apregoava a via da centralização contrapunham a via da autonomia. No campo das batalhas ideológicas alcançaram algumas vitórias que o ano de 1945 permitiu registrar nas urnas.

O “AUTONOMISMO” RECUPERADO

Os “autonomistas” ao final do Estado Novo, quando a queda do regime parecia iminente, encontravam-se

suficientemente fortalecidos, política e ideologicamente para afirmar esperançosos que viriam brevemente reocupar os postos perdidos. Mas para que esse desejo se concretizasse era necessário construir bases políticas. Essa construção implicava conquista da unidade reunindo as diversas facções locais.

A busca dessa unidade foi retomada e alcançou êxito. O elemento que assegurou o reinício das ações conjuntas foi a antiga bandeira, atualizada e expressa na palavra de ordem amplamente divulgada durante todo o ano de 1945: “*Devolver à Bahia a posse de si mesma*”. Ao analisar a conjuntura no início de 1945, Wilson Lins, caracterizava com propriedade o quadro político local: “No cenário da política baiana há um anseio comum: o anseio de restituir à Bahia a posse de si mesma. A frase é antiga, mas está com muita aceitação no momento”.¹⁸ O jornalista de *O Imparcial* continuaria em artigos subseqüentes a defender essa bandeira, aproximando-se em âmbito local das forças “autonomistas” que davam sustentação à candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes da União Democrática Nacional (UDN), ainda que *O Imparcial* se mantivesse emprestando apoio à candidatura de Eurico Gaspar Dutra, do Partido Social Democrático (PSD). Separados, portanto, quanto às candidaturas à Presidência da República, mas buscando unidade em torno do projeto de um baiano para governar o estado. Em artigo intitulado “Um partido que unificará a Bahia”, insistia: “A autonomia da Bahia, em todos os tempos, tem sido a pedra de toque de todas as campanhas reivindicatórias levadas a efeito em nossa terra, pela nossa gente”¹⁹. Recorria à história, num tributo a uma suposta tradição, para justificar porque as classes dirigentes baianas deveriam unir forças para se opor a qualquer perspectiva de continuidade de um não-baiano na direção política do estado. Ao defender essa posição *O Imparcial* aproximava-se de Simões Filho e do vespertino *A Tarde*, mas não escondia as tensões que atravessavam as correntes políticas locais e suas alianças eleitorais:

A Bahia que neste momento está dividida pelas suas candidaturas à presidência da República, logo que seja resolvido o páreo da sucessão presidencial, não terá motivos para continuar dividida, uma vez que o programa de diversas correntes é o mesmo: restituir à Bahia a posse de si mesma. Sem razões fundamentais para divergências, se no futuro não se unificar, será tão somente, por motivos de ordem pessoal e grupista.²⁰

Além de se referir a um fenômeno que remetia à “República Velha” — as facções formadas em torno de nomes —, Wilson Lins destacava algo que perturbava o jogo político local: a dificuldade de superar ressentimentos pessoais entre “*seabristas*” e “*juracysistas*” ou entre estes e a ala “autonomista” próxima de Simões Filho, proprietário de *A Tarde* em cuja sede ocorriam reuniões dos antigos membros da “Concentração Autonomista da Bahia” em processo de rearticulação. Cumpre lembrar os juízos desabonadores de Simões Filho em relação a Juracy Magalhães no início de sua interventoria em 1931. Para ele ao “tenente forasteiro” cabia naquele contexto uma tarefa eminentemente de polícia: “A mocidade do tenente Juracy não será inútil à Bahia, se ele souber e puder concretizar em duas obstinações seu idealismo: extinguindo Lampião nos sertões e, na Capital, a ociosa Justiça Especial”.²¹ A referência à Justiça Especial naquela conjuntura faz lembrar o papel desempenhado então por J. J. Seabra a quem coube, como chefe do novo órgão no estado, a tarefa de levar a cabo os propósitos do instrumento repressivo criado pelo governo Vargas. O cargo foi uma recompensa pelo tímido apoio dado por Seabra à Aliança Liberal por ele, à época, encontrar-se em desacordo doméstico com o grupo de Góes Calmon, então na direção do Executivo baiano. A função assumida por Seabra revelou-se extremamente incômoda para o velho oligarca. J. J. Seabra terminou por se

incompatibilizar com Getúlio Vargas e seus interventores, abrindo um prolongado litígio com Juracy Magalhães que reagiu com violência sobre Seabra e seus seguidores. Os conflitos de então foram registrados numa publicação de 1933 intitulada *Humilhação e devastação (análise documentada da administração do Sr. Juracy Magalhães reunida e anotada por Nelson de Souza Carneiro)*, escrito que aponta dificuldades de convivência entre as forças locais e os novos donos do poder.²² Essas dificuldades teriam de ser superadas em 1945 para que a Bahia fosse “devolvida à posse de si mesma” sob o governo de um baiano.

Em entrevista Nelson Carneiro, discípulo fervoroso de J. J. Seabra, expressava o estado de ânimo das forças “autonomistas” no contexto e resumia parte dos dilemas então vividos:

Face ao problema nacional, que parece o primeiro a ser deslindado, não procuro saber quem, leal ou falsamente arrependido, se abrigue sob a mesma bandeira de reivindicação democrática [...]. Os “autonomistas” baianos têm consciência tranqüila. Desde que se reuniram em uma organização partidária combatem o governo do Sr. Getúlio Vargas, principal responsável por todos os erros que, há três lustros, se desencadeiam no Brasil e tão funda e amargamente feriram o nosso Estado [...]. Apoiando a candidatura Eduardo Gomes, os chefes “autonomistas” reiteram, neste ensejo, a sua fidelidade aos princípios democráticos e refletem a opinião e o sentimento cívico de nossa terra. E todos, em breve, virão assumir, na luta, os postos de direção que sempre exalçaram.²³

No dia 1º de janeiro de 1945, o interventor Renato Onofre Pinto Aleixo pronunciava um discurso preventivo no Palácio da Aclamação, na cerimônia de Ano Novo, em que alertava para o “canto da sereia dos discursos e artigos burilados” dos liberais baianos. Ressaltava que os sete anos do Estado Novo haviam desarticulado as máquinas partidárias locais antes manipuladas por “chefetes de aldeia” que ditavam o voto de centenas e milhares. Os tempos, porém, haviam mudado pelo trabalho “construtivo” do regime e acrescentava:

Mas é necessário estar alerta às manobras dos saudosistas daqueles tempos desgraçados, em que o aspecto caolho de regime democrático dava as aparências de que o povo escolhia livremente os seus governantes quando, na realidade, era apenas meia dúzia de espertalhões que propiciava o resultado eleitoral.²⁴

Os “autonomistas”, paralelamente ao processo de reorganização político-partidário, continuaram desenvolvendo a resistência ao Estado Novo e a Getúlio Vargas. Na Faculdade Livre de Direito da Bahia, onde muitos dos “autonomistas” atuavam como docentes ou por lá haviam passado como estudantes, teve origem um dos documentos que de forma expressiva registram o conteúdo ideológico da resistência “autonomista”. Trata-se do *Manifesto da Congregação da Faculdade de Direito da Bahia*, publicado em *A Tarde* no dia 24 de março de 1945.

Os signatários do *Manifesto da Congregação* entendiam que o Brasil não podia, naquela conjuntura, colocar-se na contracorrente da história, opondo-se aos ventos da democracia que estavam revolvendo os regimes autoritários em todo o mundo, circunstância para a qual o Brasil havia se sacrificado ao contribuir com o envio de tropas para combater o nazi-fascismo. Não era admissível, portanto, tolerar regressões de cunho

autoritário. Mesmo porque o Brasil possuía “tradições liberais” e “vocação histórica” que o credenciavam a tomar lugar ao lado das nações democráticas do Ocidente.

Esse argumento passou a ser enfatizado em numerosas proclamações dos setores que se opunham ao Estado Novo. Havia, entretanto, objetivos distintos na natureza desses argumentos quando apresentados pelos segmentos liberais ou pelas esquerdas. A preocupação constante dos liberais era de que o Brasil marcasse presença ao lado das Nações Unidas, o que era entendido como a condição de projeção do Brasil no mundo ao lado das nações capitalistas. Prenunciava-se a política de blocos do pós-guerra que se expressou na “Guerra Fria”. No plano dos direitos civis, os professores da Congregação apontavam como fundamental, para a restauração do regime democrático, a liberdade individual, de pensamento, de reunião, de associação, de crença e culto e de locomoção. Para que esses direitos fossem assegurados seria necessário remover obstáculos através de uma “declaração de direitos sociais”, que contribuíssem para a implantação da “justiça social, libertando o homem da necessidade”. Quanto aos direitos políticos, a ênfase recaía na defesa da soberania popular como fundamento da democracia representativa: “A vontade do povo   soberana e somente pode ser captada pelos processos que permitem sua livre manifestação”. Destacavam-se do “acervo liberal”, com maior ênfase, os direitos e liberdades individuais, deixando num plano bastante genérico a defesa dos direitos sociais. A democracia defendida encontrava-se muito aquém da democracia social no rumo da qual países ocidentais marcharam a partir do final da II Guerra Mundial. Com a data de 23 de março de 1945, o manifesto trazia as assinaturas, entre outras, de Aloísio de Carvalho Filho, Nestor Duarte Guimarães, Aliomar Baleeiro, Luiz Viana Filho e Orlando Gomes, nomes que integravam as linhas de frente do “autonomismo” ou que se encontravam unidos no propósito de levar à vitória o candidato da União Democrática Nacional. Não conseguiram eleger o candidato   Presidência da República, mas elegeram mais deputados que o partido de Eurico Gaspar

Dutra para compor a Assembléia Nacional Constituinte. Entre os eleitos estavam Juracy Montenegro Magalhães, Octávio Mangabeira, Manoel Novais, Luiz Viana Filho, Clemente Mariani Bittencourt, João da Costa P. Dantas Júnior, Rafael Cincorá de Andrade, Nestor Duarte Guimarães, Albérico Pereira Fraga, Aliomar de Andrade Baleeiro, João Mendes da Costa Filho e Rui Santos. Em parte, o “autonomismo” encontrava-se recuperado. E, historicamente, superado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Bahia, antigas facções concorrentes que se digladiaram durante a “República Velha” não somente se uniram como se viram na contingência de atuar ao lado do grupo liderado por Juracy Magalhães, que de adversário das antigas correntes da política baiana converteu-se em aliado no processo de desestruturação do Estado Novo. A presença dos nomes de Octávio Mangabeira e de Juracy Magalhães nos quadros da UDN é algo que tem significado para além dos resultados de uma aliança eleitoral. Seus fundamentos estavam nas concepções que os uniam e os colocavam sob horizontes ideológicos semelhantes. Para os “autonomistas”, o Estado Novo e o governo de Getúlio Vargas constituíram uma experiência antiliberal e autoritária, alimentada ideologicamente por intelectuais de peso considerável na vida nacional e pela conduta dos integralistas incrustados em instâncias importantes do aparato estatal. Visando combater essa composição e levá-la à derrota os “autonomistas”, ancorados em princípios liberais, superaram divergências pessoais e grupais e se rearticularam, redimensionando suas forças políticas e partidárias. Superadas as divergências grupais nos limites da conjuntura de 1945 e derrubado o Estado Novo, cabia aos liberais passar para novas etapas na construção de algo mais amplo que fosse além das circunstâncias eleitorais. As críticas aos membros do Partido Comunista do Brasil (PCB) durante a campanha contra o Estado

Novo se fizeram notar recorrentemente. Os liberais baianos atacavam os comunistas, acusando-os de cumplicidade com a ditadura e com o regime de Vargas. As opções ideológicas dos liberais e os ressentimentos não tardaram a ter efeito sob a nova ordem em construção. Os “autonomistas”, com as eleições para a Constituinte de 1946, passaram a ter papel de destaque em plano nacional, mas tenderam a se dispersar em diferentes partidos. Ocuparam posições decisivas dentro da construção de um projeto “liberal-democrático”, algo sem precedentes na história do Brasil, no desdobramento do qual, conforme João Almino, “nosso liberalismo pôde ir mais longe”.²⁵ No combate às idéias antiliberais, os “autonomistas” não tiveram dúvidas contra quem dirigir os ataques ideológicos e políticos: os comunistas e sua organização partidária. Não se tratava, porém, de uma novidade.

Em maio de 1939, Afrânio Coutinho antecipava-se e registrava no vespertino *A Tarde* um ponto de vista que seria reiterado no curso do confronto e que reapareceria no cerne dos argumentos contra os comunistas: a identificação entre “totalitarismo” de esquerda e de direita. Afirmava então que ambos reduziam “[...] o homem a escravidão ao Estado divinizado”. Seriam diferentes apenas no método: “[...] para reinar, os da direita praticam a arregimentação da burrice e os da esquerda, a arregimentação da loucura”.²⁶ O argumento de Afrânio Coutinho antecipava julgamentos que estariam na base das condutas daqueles que, em 1947 e 1964, nos marcos de uma sociedade autoritária e conservadora, às voltas com dificuldades para conciliar liberalismo e democracia, escolheram sem hesitação o que sacrificar: a democracia ou a via que poderia alcançá-la.

NOTAS

1 *O Imparcial*, 28.09.1945, p. 01.

2 Sobre esta dimensão da historiografia baiana, ver SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2000.

3 MANGABEIRA, Octávio. *Palavras à nação*. In: VIANA FILHO, Luiz. *Octávio Mangabeira – um homem na tempestade*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1986.

4 MANGABEIRA, Octávio. *Op. cit.*, p. 48.

5 Idem, *ibidem*, p. 55.

6 Idem, *ibidem*, p. 56.

7 MAGALHÃES, Juracy. *Minhas memórias provisórias*. Depoimento ao CPDOC/Coordenação de Alzira Alves de Abreu, Eduardo Raposo Vasconcelos e Paulo César Farah. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 223.

8 *A Tarde*, 21.04.1933, p. 03.

9 SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: EDUFBA, 1998, p. 169.

10 Sobre esse processo, ver SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e representação: o Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1992.

11 *A Tarde*, 27.02.1937, p. 2.

12 Depoimento prestado a Cidélia Argolo e Gustavo Falcon para a *Revista da Bahia*, nº. 17, v. 32, junho/agosto, 1990 (encarte especial).

- 13 BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- 14 AMARAL, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 34.
- 15 AMARAL, Azevedo. Op. cit., p. 18.
- 16 GUIMARÃES, Nestor Duarte. *Oração de Paraninfo aos Bacharéis de 1938*. In: MARINHO, Josapha. *Nestor Duarte, mestre e reformador social*. Salvador: Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, 1994.
- 17 *A Tarde*, 15.04.1945, p. 03.
- 18 *O Imparcial*, 20.03.1945, p. 01.
- 19 *O Imparcial*, 24.03.1945, p. 01.
- 20 *Idem*.
- 21 *Apud* MAGALHÃES, Juracy. *Minha vida pública na Bahia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, p. 33.
- 22 SEABRA, J. J. *Humilhação e devastação (análise documentada da administração do Sr. Juracy Magalhães reunida e anotada por Nelson de Souza Carneiro)*. Salvador: Cia Editora e Gráfica da Bahia, 1933.
- 23 *A Tarde*, 05.03.1945, p. 02.
- 24 *A Tarde*, 02.01.1945, p. 02 e 04.
- 25 ALMINO, João. *Era uma vez uma constituinte: lições de 1946 e questões de hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 07.
- 26 *A Tarde*, 22.05.1937, p. 03.



PARTE II
DIÁLOGOS CONVERGENTES:
GOVERNO, TRABALHADORES
E SEUS ESPAÇOS DE
INTERLOCUÇÃO

ESTIVADORES BAIANOS: POLÍTICA E SINDICALISMO NO ESTADO NOVO¹

Amélia Tereza Santa Rosa Maraux
Mestre em História pela Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP);
Professora Assistente da Universidade
do Estado da Bahia (UNEB)

INTRODUÇÃO

No decorrer das primeiras décadas republicanas, algumas categorias de trabalhadores se destacaram na organização de movimentos reivindicativos em Salvador, os quais resultaram em confrontos diretos, paralisações parciais ou mesmo generalizadas como a greve geral ocorrida em 1919. Os movimentos operários ocorridos em Salvador, nesse período, foram importantes para a consolidação e legitimação de algumas categorias de operários, como fora o caso dos trabalhadores do porto, mais particularmente dos estivadores.

A cultura de solidariedade própria do universo portuário teria favorecido o desenvolvimento de ações políticas coordenadas que resultaram na formação de sua entidade e na disputa pelo controle da organização do processo de trabalho. Nesse sentido, o elo estabelecido com o sindicato dos estivadores do Rio de Janeiro, a partir de 1912, que, como veremos adiante, se configurará em uma relação de subordinação institucional, assim como as relações com setores dominantes da política local são variáveis importantes para o entendimento dos significados de sua atuação política.

Os estivadores baianos se organizam em torno de uma associação profissional em primeiro de maio de 1912, época em que fundam a Sucursal da Sociedade União dos Operários Estivadores. O processo de formação da entidade ocorre numa arena de lutas resultantes da disputa pelo controle do processo de trabalho. Entre os contendores, de um lado, o empreiteiro de estiva João da Conceição Costa, ou, como era mais conhecido João de Adão² e, do outro, os estivadores que contestavam o monopólio do serviço de estiva por ele exercido. Pela documentação levantada, o escritório de João de Adão detinha a exclusividade no controle deste serviço, embora existissem outros intermediários da mão-de-obra estivadora como Anísio e Pedro Manoel.

No processo de formação da União dos Estivadores de Salvador foi fundamental o intercâmbio e a experiência de outras entidades já formadas, como a Sociedade União dos Operários Estivadores do Rio de Janeiro. Os estivadores cariocas vinham de uma trajetória de lutas que resultara na formação do sindicato e na gestão do processo de trabalho. Eles organizam a sua entidade em 1903, época em que iniciam um movimento grevista por aumento salarial e melhores condições de trabalho.³

O contato entre as entidades era antigo. No entanto, só foi formalizado a partir do envio do estatuto da Sociedade União do Rio de Janeiro aos estivadores de Salvador. Conta Coelho⁴ que a entrega do documento foi possível graças a um surto epidêmico que acometeu a tripulação de um vapor inglês que chegara a Bahia. Após terem embarcado, os estivadores souberam pela polícia do porto que a vigilância sanitária havia proibido o desembarque de todos os tripulantes do vapor. Estes se dirigiram à capital federal, onde permaneceram confinados em um hospital. Pelo mar, chegou às mãos de Argeu José dos Santos, um dos principais articuladores do movimento, o estatuto da entidade carioca e instruções para a formalização da União.⁵

O contato com a entidade carioca possibilitou aos estivadores baianos o conhecimento acerca das normas gerais

que ajudariam na constituição da União. A estiva do Rio de Janeiro manda à Bahia um representante, José Joaquim Alves, que viria a tornar-se o primeiro presidente da entidade baiana. José Alves e os outros estivadores que vieram à Bahia foram de fundamental importância na articulação para a consolidação da União. Assim, de posse do estatuto enviado pela estiva do Rio e das instruções mandadas pela estiva de Pernambuco, Argeu saiu em busca de outro companheiro, Estanislau de Santana, para juntos elaborarem um documento que legitimasse a formação da entidade. Ainda conforme Coelho, esse havia sido um momento difícil para os fundadores, visto que muitos deles não eram alfabetizados. Mas, “como respeitáveis analfabetos”, tiveram a coragem de vencer as dificuldades impostas pela língua e realizar, em primeiro de maio de 1912, uma assembléia que contou com a presença de 350 estivadores⁶, entre eles Filipe Nery da Conceição, Deocleciano do Espírito Santo, Cosme Lopes da Silva, Manoel Gregório da Conceição. Neste momento, em meio aos aplausos, o estivador Domingos Cícero lavrou a primeira ata da União dos Operários Estivadores de Salvador.⁷ Como entidade representativa dos trabalhadores da estiva, a União inicia a luta para exercer legalmente o direito de reivindicar o monopólio da organização do processo de trabalho.

Formada a União, esta passa a ser sucursal da Sociedade União dos Estivadores do Rio de Janeiro. A partir desse momento, irá se consolidar uma relação de dependência político-institucional com a estiva do Rio que permanecerá até a década de quarenta. Assim, como veremos, mesmo depois de criado o sindicato, a estiva do Rio de Janeiro continuou a exercer forte influência na estiva baiana, enviando a cada final de mandato um novo presidente.

No porto e em suas imediações, cotidianamente trabalhadores negros se revezavam no serviço de estiva, carregando as mercadorias que chegavam em terra e mercando no comércio ambulante, entre outros serviços. Na Bahia, ao contrário do que ocorreu em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, não houve participação do imigrante na transição

do trabalho escravo para o trabalho livre. No porto de Santos, essa mudança na composição étnico-racial é mais visível com a incorporação maciça de italianos e espanhóis nos serviços portuários. Já no Rio de Janeiro, portugueses e descendentes de africanos lutaram pela incorporação e permanência no mercado de trabalho.⁸ Assim, os vários ofícios antes realizados por escravos mantiveram-se sob hegemonia negra. Disso resultou a permanência e a consolidação de espaços negros na cidade, como fora o caso do ofício de estivagem e desestivagem nos porões dos navios.

Essa predominância negra na estiva baiana, bem como a forte influência da tradição africana, puderam suscitar no exercício da atividade estivadora certas especificidades que tiveram desdobramentos fundamentais em seu processo organizativo.

Tais especificidades, contudo, não podem ser percebidas fora do contexto das lutas travadas nacionalmente, principalmente com a entrada em vigor da legislação trabalhista a partir de 1943, quando os estivadores ratificam o controle do processo de trabalho e o critério de parentesco como forma de substituição da mão-de-obra. A disputa histórica pelo controle do mercado de trabalho, a *closed shop*, termina por distinguir o sindicato dos estivadores em relação aos demais sindicatos, pois era ele quem organizava e distribuía os homens para o trabalho de estivagem e desestivagem a ser realizado nos porões dos navios. Disso resultaram formas próprias de convivência, estabelecida através de normas e regras definidas pelos sindicatos, por meio de estatuto e regimentos internos, ratificados pela legislação trabalhista.

A FORMAÇÃO DO SINDICATO

A formação do Sindicato dos Operários Estivadores de Salvador, em 15 de dezembro de 1932, foi o resultado de uma

política nacional de sindicalização das categorias operárias, empreendida por Getúlio Vargas a partir de 1930. O Decreto 19.770 de 19/03/1931 que trata da sindicalização propunha a transformação em sindicato de todas as entidades patronais e de trabalhadores. O Decreto de Sindicalização vai provocar profundas modificações na estrutura sindical, influenciando na forma de organização dos trabalhadores. Esta lei representou o esvaziamento das lutas desencadeadas pelos trabalhadores, transformando os sindicatos em órgãos consultivos e de colaboração do poder público, sendo parte do aparato governamental.⁹

Desse modo, a criação do Ministério do Trabalho, em 1930, e do Departamento Nacional do Trabalho, em 1931, tinha como propósito normalizar as relações e atenuar os conflitos entre capital e trabalho. A partir de então, o governo Vargas estabelece como estratégia para implementação de uma política social, criando uma legislação previdenciária e trabalhista.

Os movimentos trabalhistas no Brasil sempre lutaram pela presença do Estado nas questões sociais, seja como criador de uma legislação trabalhista e previdenciária, seja na condição de árbitro dos conflitos sociais¹⁰. Ademais, por mais “de trinta anos após a Abolição, o trabalhador permanece desprovido de qualquer proteção institucional, sendo mantido sob o primado da autonomia pessoal do patronato.”¹¹ Nesse contexto, ao assumir o governo, Vargas transfere para o poder público o papel de intermediador das relações entre capital e trabalho. Essa iniciativa objetivou esvaziar o conteúdo político da luta empreendida pelos trabalhadores.

[...] A relação estado-trabalhadores se torna mais complexa, à medida que se distancia da repressão direta, até então praticada, para introduzir elementos de controle mais sutis que não se deixam perceber à primeira vista. [...] Assim, o reconhecimento da questão

social e a proposta de resolução dos conflitos via conciliação entre as classes se concretizariam na política de sindicalização, onde são definidos os parâmetros legais que deveriam nortear as práticas sindicais.¹²

Assim, para que o sindicato pudesse existir teria que ser oficialmente reconhecido pelo Ministério do Trabalho e cumprir suas exigências, quais sejam: aceitar a constante fiscalização e não fazer qualquer propaganda de ordem política e ideológica.

Para os estivadores baianos, a lei de sindicalização foi recebida em meio a discussões promovidas pela União dos Estivadores. Em várias assembléias foi colocada a necessidade e a vantagem da sindicalização da categoria. A percepção da lei por parte dos dirigentes demonstra que a atitude do Estado, ao criar uma legislação que impunha o controle sobre as entidades de trabalhadores, deveria ser acatada pela categoria. Em assembléia os estivadores-dirigentes justificam a sua posição.

[...] usaram da palavra vários oradores justificando a necessidade, no mais breve possível ser pedido a Syndicalização da classe, outros oradores falaram sobre a reforma da lei de Syndicalização, sendo explicado pelo delegado que não havia nenhum inconveniente sobre a Syndicalização da classe que seria moldada de acordo com a reforma [...]. Usou da palavra vários oradores **justificando a utilidade que o governo queria dá aos Sindicatos que esteja rigorosamente observadas pelos mesmos** [...] [grifo nosso].¹³

Em 15 de dezembro de 1932, na sede própria da entidade, rua Caminho Novo, número 15, Pelourinho, é realizada a assembléia de instalação do Sindicato dos Operários Estivadores de Salvador. Com a presença de cento e dezesseis associados, Antônio Rodrigues de Souza é eleito presidente da mesa que coordenará os trabalhos. Ao fim da reunião, Antônio Rodrigues de Souza discursa, dizendo ser vantajoso para os trabalhadores a lei de sindicalização. Em seguida, propõe a formação do sindicato. Posto em votação foi aprovada por unanimidade.¹⁴ No ano seguinte, em 17 de fevereiro de 1933, é eleita a primeira diretoria do sindicato que tem Antônio Rodrigues de Souza como presidente e Argeu José dos Santos como vice-presidente.

Mais tarde, em 1943, com a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (C.L.T.), Vargas dará outro passo no estabelecimento do elo entre o sindicato e o Estado, reconhecendo o primeiro como centralizador dos contratos de trabalho e normatizador do serviço de estiva. Assim, a C.L.T. determinará que

[...] para operar na categoria de operário estivador, o trabalhador deverá ser sindicalizado depois de matriculado na Capitania dos Portos, pois a legislação trabalhista estipula uma preferência ao trabalhador sindicalizado para a execução dos serviços de estiva.¹⁵

A ratificação do sindicato estivador como centralizador dos contratos de trabalhos vai, ao mesmo tempo, formalizar o corporativismo do sindicato, que toma por base o critério de parentesco como forma de recrutamento. Ao regulamentar este critério, a C.L.T. restringe a 50% as vagas para filhos e parentes de estivadores.¹⁶ O que vemos, então, é a entrada em vigor de uma legislação que ratificará uma relação de trabalho, mediante

a qual a categoria se legitimará em consonância à condição de sindicalizado.

Contudo, se por um lado o Estado garantia certa autonomia ao sindicato, por outro, mecanismos eram acionados no sentido de assegurar o seu controle, estabelecendo laços mais estreitos de dependência por intermédio de uma complexa teia de organismos burocráticos. O controle do sindicato e da atividade estivadora ficaria, então, sob a responsabilidade dos Ministérios do Trabalho, Transporte e Marinha. Caberia a estes ministérios controlar e decidir sobre a remuneração, fiscalizar os serviços e expedir as matrículas dos novos operários da estiva.

Segundo a legislação, os serviços da estiva deveriam ser administrados por um “intermediário”, a “Entidade Estivadora.”¹⁷ As entidades estivadoras eram organizações patronais que contratavam a mão-de-obra da estiva e de outras categorias de trabalhadores de bordo. Elas representavam os interesses dos armadores, agentes, embarcadores e consignatários junto às categorias de trabalhadores. A Entidade Estivadora tinha a função, após comunicação recebida do Agente de Navegação (representante do Armador¹⁸ no porto), de transmitir ao sindicato o tipo de carga a ser transportada e o número de homens necessários à operação. Além disso, recebia e distribuía o pagamento entre os trabalhadores, de acordo com a folha de serviço daquela jornada.¹⁹

A existência de um “intermediário”, por outro lado, representava para o Estado uma forma de limitar o poder do sindicato. O sindicato sempre reivindicou para si o gerenciamento total da atividade na estiva, denunciando o caráter político-burocrático desse órgão intermediário, ao qual atribuía a função de porta-voz das decisões empresariais. No período estadonovista, o Decreto 1.371/1939 tentou aplacar a polêmica, suprimindo a figura do intermediário e dando direito de controle do serviço de estiva aos agentes envolvidos nesta atividade, considerados aí a administração dos portos, o sindicato de operários estivadores e os armadores. Contudo, um Decreto posterior, de número 2032,

regulamentará a presença do intermediário. Assim, “em virtude da total autonomia do sindicato frente à administração do porto, a função da entidade estivadora é delegada, irremediavelmente, aos armadores e seus representantes.”²⁰

A admissão de uma relativa autonomia do sindicato frente ao Estado e aos interesses patronais implicava em uma disputa pelo controle da atividade estivadora, atestada pelas constantes modificações na legislação.

Sem dúvida, o período estadonovista representou um marco na história do sindicalismo brasileiro. A normatização da relação entre capital e trabalho será expressa através de uma legislação que atribui ao Estado o papel de regulador e fiscalizador das relações entre as classes envolvidas no processo produtivo. Por sua vez, a política de incorporação dos sindicatos e entidades representativas dos trabalhadores terá a preocupação de garantir um processo de desenvolvimento industrial compatível com os interesses do capitalismo nacional e internacional. Deste modo, a política populista ao tempo em que garantiu aos trabalhadores certos benefícios sociais, criou mecanismos de controle, limitando as ações políticas.

A ação do Estado se intensifica na medida em que vai se firmando o poder de organização de algumas categorias-chaves no processo de expansão industrial²¹. Neste âmbito, a atividade estivadora vai ter um peso significativo, conferindo ao seu sindicato um importante papel na luta por melhores condições de trabalho, remuneração compatível e outras conquistas no campo social. Não será sem razão que o governo de Getúlio Vargas dedicará trinta capítulos da C.L.T. à regulamentação do trabalho estivador e à formalização dos elos entre o Estado e o sindicato.

Como já fizemos notar, a interdependência entre o sindicato baiano e o Estado Novo teve como uma de suas características a assimilação ideológica da política sindical pelo sindicato, fortalecida pelo próprio fato da entidade desde o seu primórdio ter estabelecido uma ligação com o poder público a fim

de se legitimar. Para os estivadores, Vargas teria sido o benfeitor da classe trabalhadora, ao instituir certos direitos sociais antes inexistentes, e reconhecer o sindicato como centralizador dos contratos de trabalho.

Nas atas de Assembléias do Sindicato fica bem explícito o reconhecimento destes trabalhadores para com Getúlio e seus representantes. Em uma reunião de diretoria, os membros da Comissão Executiva discutem a organização das comemorações para chegada do Ministro do Trabalho a Salvador e a inauguração dos retratos de Getúlio Vargas e do ministro no sindicato. Assim,

[...] era para todos os associados formarem na parada trabalhista com o pavilhão nacional e a flâmula do sindicato, na chegada do ministro do trabalho, depois levou ao conhecimento que tinha-se de oferecer um banquete ao mesmo e pedia a collectividade para apresentar uma forma de se custear as despesas [...]. Argeu José dos Santos propõe que todos colaborassem com as despesas, [...] pois quando os beneficios vinha, era para todos. Em seguida o presidente lembrou a collectividade que em uma assembléia já tinha passado por proposta do associado Deogracias Manoel dos Santos para se inaugurar o retrato do presidente D. Getulio Vargas em nosso Sindicato, então a collectividade deu plenos poderes para a comissão executiva inaugurar não só do presidente Getulio Vargas como também o do ministro do trabalho [...].²²

Entretanto, não apenas a assimilação ideológica anteriormente assinalada deve ser levada em consideração na

análise sobre o estreito laço que unia sindicato e Estado. Vale acrescentar que, como sucursal do sindicato dos estivadores do Rio de Janeiro, a entidade baiana passa a receber orientações diretamente do Rio quanto ao procedimento a ser observado face às políticas de cunho trabalhista do governo Vargas. Essa interferência, de acordo com o estivador João Cardoso, sempre influenciou a posição política do sindicato baiano. Assim,

[...] o Vargas não foi só prestígio. O Vargas, Getúlio, foi uma espécie de líder de todas as categorias. Mas a estiva ele ganhou, inclusive em vários lugares, principalmente no Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro ele tinha influência muito grande. E a estiva da Bahia como foi sempre [...] sempre foi, vinha um representante do Rio de Janeiro para dirigir o sindicato aqui. Depois quando acabou isso, bom ... você sabe, ficou de certo modo aquele resíduo, e o presidente do sindicato aqui era sempre o homem que obedecia [o] que era decidido no Rio de Janeiro [...], Pernambuco, Porto Alegre, Paranaguá, esses foram mais independente, sempre, do Rio de Janeiro; mas nós fomos dependentes principalmente por essa, essa influência de vim um representante do Rio de Janeiro [...]”²³

De modo geral, as questões relativas à estiva, a exemplo da remuneração e da regulamentação do serviço, eram avaliadas e decididas no Rio de Janeiro. Desse modo, para a entidade baiana, o estivador indicado pelo sindicato carioca detinha experiência nesses assuntos, e por essa razão apresentava melhor capacidade para administrar o sindicato. Conforme João Cardoso, àquela época, era procedimento recorrente das “grandes estivas” manter

outros sindicatos como sucursais, visto que possuíam mais experiência política e administrativa. A estiva de Recife, por exemplo, mantinha como sucursais os sindicatos de Fortaleza, São Luís, João Pessoa e Natal. Esse procedimento era válido também para o sindicato da Bahia, que tinha como sucursais os sindicatos do interior do Estado e também o de Aracaju.

Como vimos, essa ligação com o sindicato carioca começa no início da fundação da União, persistindo até 1944, quando é eleito um estivador baiano para o cargo de presidente. No período em que permanece como sucursal, apenas o presidente não era eleito formalmente pela coletividade.²⁴ Os demais cargos de diretoria, como o vice-presidente, o primeiro e o segundo secretários, o tesoureiro, o procurador e o conselho fiscal, eram preenchidos através de eleições e por estivadores da terra. A gestão do presidente era de um ano ao passo que a diretoria eleita tinha mandato de dois anos. Sendo indicado pelo Rio de Janeiro, o presidente não era associado ao sindicato, caso em que a entidade baiana lhe pagava um salário e custeava as suas despesas durante o tempo de permanência na cidade. Ao contrário, os diretores eleitos tinham, além do salário, o direito de embarcar e ocupar funções de fiscalização no porão, de portoló²⁵ e de guindasteiro no convés dos navios.²⁶

É interessante observar que havia resistência dos estivadores baianos em romper com a dependência face ao Rio de Janeiro. Para eles, chegava a ser inadmissível que o presidente fosse escolhido entre os próprios estivadores, como demonstra uma ata de assembléia. Nesta reunião, em uma carta enviada pelo deputado Antonio Rodrigues de Souza, é comunicado aos presentes que o atual presidente da Casa Matriz (Sindicato dos Estivadores do Rio) não estava de acordo com o envio de um presidente, conforme acordo firmado anteriormente entre as duas entidades.

[...] Dr. Edgar Matta [advogado do sindicato], tendo escutado a opinião

da collectividade em torno de não queremos Presidente pertencentes a este Syndicato; elle manifestou-se contrario a nossa ideia, lembrando alguns passados historicos da nossa Patria, dizendo que só nós não desejamos ser independentes, pois todo Proletariado em geral procura ser independente, só nós é que queremos viver algemados possuindo tantos elementos dextros em questões sociaes, como receiam-se reger-se por si? [...] [em seguida] pediu que fosse lançado no livro de Actas seu voto contrario a vinda de Presidente do Rio de Janeiro [...] Candido Arouca perguntou ao Presidente, si na ocasião que elle foi representar este Syndicato, na Federação dos Estivadores do Brasil, si foi de facto votada a sugestão na sede da União (sindicato dos estivadores do Rio de Janeiro) para que [este] ficasse [...] na obrigação de todos os annos no mez de Abril; nós enviariamos um officio pedindo o nome do candidato à Presidente deste Syndicato para figurar na eleição para a nova Directoria [...] o Presidente afirmou que foi resolução de uma Assembléa no Rio de Janeiro [...] Deoclecio P. dos Santos[...] propoz saída de 2 commissionados ao Rio de Janeiro afim de ver se obtem a vinda do Presidente [...].²⁷

Essa relação de dependência permanecerá, sobretudo, graças à forte influência de fundadores como Argeu José dos Santos, Estanislaú de Santana e outros. A defesa da permanência de uma política de cooperação, como já dissemos, era antiga. Na época da fundação da União, como assinala Coelho, o quadro de estivadores era composto, em sua grande maioria,

por pessoas sem nenhuma instrução escolar. Sem dúvida, este fato se afigurava como uma realidade inexorável. Isto porque, como negros e trabalhadores braçais, a oportunidade de ingresso no sistema escolar quase inexistia. Entretanto, mesmo sem ter acesso à escola, os “heróis da estiva” eram considerados como “analfabetos inteligentes”²⁸. Desse modo, tornar realidade a organização da entidade foi uma tarefa muito difícil para os poucos que dominavam, mesmo que precariamente, a escrita. Nesse sentido, a criação de um laço de dependência estaria intrinsecamente vinculado à importância atribuída, pelos fundadores, à experiência adquirida pelos estivadores do Rio de Janeiro, no processo de sua organização, e, sobretudo, à valorização de um certo conhecimento formal. Assim, no momento em que foi fundamental negociar em esferas desconhecidas, se impôs a necessidade de um interlocutor que pudesse representar a coletividade social e politicamente. O que nos leva a supor que, subjacente às falas desses atores, prevalecia uma estratégia sutil que, em termos imediatos, objetivou vencer as limitações educacionais já referidas, na tentativa de tornar exitoso o empreendimento político.²⁹

Para os fundadores que mantiveram por muitos anos o domínio político, a entidade ainda não estaria preparada para realizar um rompimento definitivo com o sindicato carioca. Como fervorosos defensores da experiência como atributo de responsabilidade, as novas idéias eram por estes vistas com muitas reservas. Este quadro começa a se modificar principalmente a partir de 1930, com o ingresso de novos estivadores, quando se inicia uma espécie de reação interna contra a atitude obediente face ao sindicato carioca.

Mais precisamente em 1934 é renovado o quadro da estiva, com o ingresso da “turma dos 27.”³⁰ De acordo com Coelho, chegava ao porto a primeira leva de estivadores com algum conhecimento escolar, destaque devendo ser conferido à figura de Jaime de Souza Lima, o “Carga de Couro”. Mais tarde o espectro se amplia com a chegada da “turma dos 80” que contém Deogracias Manoel dos Santos (“Amor à Classe”) e José

de Jesus e Silva (“Chinês”), o último dos quais rompe, em 1944, com o domínio carioca ao ser eleito o primeiro presidente baiano. Essas duas turmas tiveram como característica marcante o fato de serem compostas por estivadores que haviam conseguido um certo nível de escolaridade, como já sublinhado,

[...] estava assim a estiva vivendo uma nova fase, saindo da brabeza da dura realidade do homem forte, valente, grande, negro, para uma elite [...]. Toda essa gente letrada e desenvolvida eram filhos de estivadores, que a lei permitia ingressar na ESTIVA e os Pais sabiam quanto era necessário trazê-los para o porto, apesar do ambiente carregado e perigoso e a rudez do trabalho, tarefa dura, duríssima já que a tecnologia estava ainda muito longe de chegar entre nós, entre os mais velhos a desconfiança de perder o mando, as chefias, os privilégios [...].³¹

De fato, a perda de poder representava também o receio de uma desintegração da entidade. Os fundadores, ao longo dos anos conseguiram difundir na entidade valores morais e éticos que suplantavam a imagem de uma instituição apenas voltada para as questões administrativas. Por essa razão, as decisões por eles tomadas eram quase sempre encaradas como inquestionáveis. Como afirma João Cardoso, “a voz de um fundador era a voz de um chefe de tribo.”³²

Sem dúvida, o ingresso de uma nova geração possibilitou a redefinição dos espaços do poder no interior do sindicato, expressa na disputa pela presidência da entidade. No ano de 1944, duas chapas se apresentam para concorrer às eleições, a primeira encabeçada por um importante estivador e “fundador genuíno”, Estanislau de Santana, “Seu Expresso”, que tinha o

aval e a cobertura dos mais velhos, e a segunda por José de Jesus e Silva, o “Chinês” que tinha a simpatia de um grande número de novatos. O processo eleitoral transcorreu num clima de muita disputa, com direito a comícios e grandes explicações. Ao final “Chinês” derrota “Seu Expresso”, tornando-se presidente eleito do Sindicato dos Estivadores de Salvador. Muito da vitória do “Chinês”, conforme os antigos, deveu-se também ao fato de, à época, muitos dos fundadores genuínos já terem falecido.

É importante ressaltar que essas eleições ocorrem num momento de grande crise na entidade. No período, o sindicato havia sido submetido à sua primeira intervenção, a pedido dos próprios estivadores. Anteriormente a esse fato, da intervenção, o sindicato era dirigido por um estivador enviado pelo Rio de Janeiro, Públio José Correia. Ex guarda-costa de Getúlio Vargas. Públio entra na estiva por intermédio de Gregório, braço direito de Vargas. Sobre ele pesaram várias denúncias de desvio de verbas, criação de cooperativa fantasma e nepotismo. De acordo com as atas de reunião de diretoria, já a partir de 1942 começam a aparecer registros de conflitos internos, com parte da diretoria contrária à sua atuação. Em maio de 1943, a crise chega ao auge. Descontente com sua gestão, a coletividade não comparece à missa em comemoração ao primeiro de maio, data de fundação da União. Tendo em vista todas estas divergências, gestões foram feitas pela diretoria junto ao Ministério do Trabalho, que então nomeou Segisfredo Filho como interventor do sindicato, que permanece no cargo por três meses, até a eleição de José de Jesus e Silva.³³

Eleito “Chinês”, a estiva baiana se dividia no processo de disputa. Começam a surgir denúncias de existência de comunistas na entidade. Nesse período, o governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra intervém em vários sindicatos, sob a alegação de infiltração comunista. Em Salvador, é nomeado interventor Deoclécio Patrilha dos Santos à frente de uma Junta Governativa. Esta permanece no sindicato por cinco anos, de 1946 a 1951. Contudo, essa suposta relação entre o sindicato e o Partido Comunista na prática nunca aconteceu,

uma vez que historicamente a entidade sempre se manteve distante do PCB. A relação denunciada pelos opositores só parece possível se explicado à luz da posição política assumida por alguns estivadores, contrária ao nazi-facismo. Essa postura fora externada pelos estivadores no período da Segunda Guerra Mundial, quando participaram de um movimento que se inicia em Santos, de boicote aos navios alemães e espanhóis chegados ao Brasil.³⁴

É interessante perceber que embora o partido nunca tivesse chances nas disputas internas, paradoxalmente sua influência na estiva será vista nas concorridas eleições para deputado constituinte em 1946 e para vereador em 1948. Nessa oportunidade foi eleito para os dois cargos, o estivador Jaime Maciel.³⁵ A participação de estivadores no PCB se iniciou já no momento de sua formação, em 1929, quando o estivador Estevão foi um dos integrantes do núcleo fundador.³⁶ O próprio Jaime Maciel quando ingressa na estiva em 1939, já era um dos membros do partido atuando como secretário estadual sindical. A sua indicação para concorrer às eleições foi feita observando a força política da categoria e a penetração do seu nome.

Para João Cardoso, a eleição de Jaime Maciel teria um duplo significado ao demonstrar o poder político da categoria e eleger um negro deputado estadual. Essa referência quanto à cor, foi colocada por Maciel no momento em que falava da reação dos companheiros de partido a sua indicação:

[...] Quando eu fui eleito deputado tinha um outro que era Mário Alves, que tinha sido nazista aqui, aqui chama fascista, não é? Porque ele era louro, não é? Quando eu fui eleito deputado ele falou: ‘mas esse negro eleito deputado!’ ‘Mas isso aqui no partido tem esse negócio de cor é?’ Porque ele não foi eleito, eleito fui eu e Giocondo, não é? (risos) [...].³⁷

Sem dúvidas, essa eleição ratificou a importância dessa categoria de trabalhadores negros, no âmbito social. Entretanto, é necessário explorar mais detalhadamente em que nível essa relação com o PCB foi concebida. De acordo com Jaime Maciel, a influência do partido entre os estivadores teria ocorrido muito em função de sua liderança e candidatura. Desse modo, embora o PCB tivesse uma base na estiva, esta era reduzida não chegando a significar um expressivo número de estivadores filiados. Segundo ele, os companheiros não gostavam de misturar sindicato com partido. Esta parecia também ser a sua opinião:

O que até hoje eu acho errado minha filha, sindicato é sindicato e partido é partido. Porque em um sindicato, em um partido vai quem pensa ideologicamente e um sindicato não, é quem defende os seus interesses de categoria profissional.³⁸

O rompimento com o PCB se deu após o final de seu mandato como vereador. Segundo ele, divergências de ordem política e ideológica, além de questões pessoais, levaram ao rompimento. Divergências à parte, o fato é que em 1956, atuando na estiva e como advogado provisional Jaime Maciel é eleito presidente do sindicato, cargo que permanecerá até o ano de 1966. Na avaliação de João Cardoso e, de certa forma, do próprio Maciel, o afastamento do partido teria favorecido sobremaneira a sua eleição. De forma mais contundente, Dudu Pequeno afirma que sua eleição teria ocorrido após ter declarado publicamente o seu desligamento do partido. Para esse estivador, “o sindicato tinha que estar com o governo e o comunista era contra.”³⁹

O apoio dos estivadores baianos ao processo de sindicalização empreendida pelo governo Vargas foi um momento de expressão de uma conduta que orientou a ação política da entidade. Com isso não concluímos que a aliança

concebida com o Estado tenha ocorrido sem contestações, muito embora essa tensão nunca tivesse aparecido na leitura das atas. O fato é que a partir da formação do sindicato, em 1932, e da criação da legislação trabalhista, em 1943, a entidade passa a exercer de forma definitiva o controle do processo de trabalho, sendo ainda reconhecido o critério de parentesco como forma de ingresso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recorte aqui proposto para o entendimento da formação do sindicato dos estivadores baianos, a partir da política de sindicalização empreendida pelo governo Vargas, é parte de um processo histórico de organização da categoria estando irremediavelmente relacionado à disputa pelo controle da gestão do trabalho.

Nesse caso, tornou-se histórica a reivindicação da *closed shop*⁴⁰ entre os sindicatos portuários em todo o mundo. Conquistado, o *closed shop* possibilitou a criação de uma estrutura organizativa na qual os trabalhadores assumiram o controle do processo de trabalho. No caso dos estivadores, os sindicatos passaram a organizar o trabalho nos porões e convés dos navios, distribuindo as funções e reproduzindo o conhecimento sobre o serviço de estivagem e desestivagem.

O exercício coletivo do trabalho produziu nos estivadores um sentimento de orgulho e identidade, abrindo um campo fértil para a solidariedade entre eles⁴¹. Assim, a luta pela *closed shop* que resultou no controle do processo de trabalho e na reserva do mercado de contratação da mão-de-obra, possibilitou colocar em questão o modo característico de funcionamento do sistema, onde os trabalhadores avulsos do porto eram dispostos “em um verdadeiro estado de natureza hobesiano.”⁴² Sem dúvida, organização operária e processo de trabalho são elementos

que se mesclam para o entendimento da história política dessa categoria de trabalhadores.

Uma história a qual se misturam momentos de enfrentamento com representantes do capital, pelo controle da gestão do trabalho e adesão aos pressupostos políticos e ideológicos do poder estatal, à época, nas mãos do governo Vargas. O fato é que os estivadores vivenciaram um período de conquistas que resultaram no reconhecimento do controle da organização do trabalho, pela entidade e a ratificação do parentesco como um dos critérios para substituição da mão-de-obra estivadora. A legislação trabalhista, elaborada em 1943, espelha em grande medida as estratégias em curso, adotada pelo governo Vargas de cooptação dos movimentos sindicais ao incorporar e reconhecer estruturas pré-existentes como fora o caso do trabalho marítimo e da estiva.

Particularmente, o período de 1930 a 1940 foi de muitas conquistas econômicas, notadamente no que concerne ao estabelecimento de critérios para a remuneração do serviço de estiva. Os estivadores baianos ocuparam ao longo desse período, um lugar de destaque na economia e também no universo simbólico de Salvador. A importância da categoria pode ser notada pelo *status* especial que lhe era atribuída no imaginário da cidade, comparável àquele dos operários da PETROBRÁS, nos anos cinquenta e sessenta, e dos técnicos do Pólo Petroquímico de Camaçari, em tempos mais recentes.

Sem dúvida, a importância do trabalho realizado no porto resultou no fortalecimento de algumas categorias de trabalhadores a exemplo dos estivadores. A importância da categoria pôde ser sentida pela força de sua organização sindical, resultado de inúmeras disputas pelo controle da organização do trabalho. O processo de luta que se inicia com a formação da União em 1912, se desenrola numa arena onde as múltiplas estratégias empreendidas possibilitaram a afirmação social e política desses trabalhadores. Nesse momento os estivadores

baianos ganham visibilidade política, projetando a sua atuação para além do espaço portuário.

NOTAS

1 Esse artigo é parte da dissertação intitulada *Estivadores Além do Porto: sociabilidade e trabalho na cidade da Bahia – 1912/1940*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

2 João de Adão era uma referência que indicava a filiação. Ele era filho do antigo empreiteiro de estiva Adão da Conceição Costa do qual herdara o controle pelo serviço de estiva no porto de Salvador.

3 CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Virando o Jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

4 COELHO, Heliogábalo Pinto., *O histórico da estiva: um relato de 1912 até os dias atuais*. Salvador: Sindicato dos Estivadores e dos trabalhadores em Estiva e de Minérios de Salvador e Simões Filho, 1986.

5 COELHO, H. P. 1986.

6 Lamentavelmente, não obtivemos informações acerca do número exato de estivadores associados à União nesse período.

7 COELHO, H. P., 1986.

8 Cf. GITAHY, Maria L. Caira. *Ventos do mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos/1889-1914*. São Paulo: UNESP, 1992; SARTI, Ingrid. *Porto vermelho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981; CRUZ, M. C. V.1998.

9 BACELAR, Jeferson. *O Jogo do poder*. Salvador, 1993. Mimeo.

10 BACELAR, J. 1993; CARONE, Edgar. *A República velha: instituições e classes sociais (1889-1930)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

11 BACELAR, J. 1993. p. 20.

12 FERREIRA, Brasília Carlos. *Trabalhadores, sindicatos, cidadania: os trabalhadores na Era Vargas*. São Paulo: Estudos e Edições Ad. Hominem, 1997, p. 162.

13 SINDICATO DOS ESTIVADORES. Salvador (Ba). *Ata de Assembléia Geral Extraordinária*. Salvador, 12 maio 1932, p. 28-32.

14 SINDICATO DOS ESTIVADORES. Salvador (Ba). *Ata da Instalação do Sindicato*. Salvador, 15 dez.1932, p. 35-36.

15 SARTI, Ingrid. *Porto vermelho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p.28-9.

16 No período anterior a essa legislação não havia limite para o ingresso de parentes na estiva, podendo ter havido momentos em que a reposição da mão-de-obra fosse feita, quase que exclusivamente, por familiares.

17 Como Entidade Estivadora podem atuar as caixas portuárias dos portos não organizados, as administrações dos portos organizados, os armadores e seus agentes. Este organismo mantinha-se através da cobrança de fretes destinados a cobrir as suas despesas. Cf. SARTI, I., 1981.

18 Proprietários dos navios.

19 SARTI, I., 1981.

20 id. ibid. p. 40.

21 Embora os estivadores obviamente estivessem inseridos no setor de serviços, o incremento produtivo na indústria gerou um maior volume de cargas nos portos.

22 SINDICATO DOS ESTIVADORES. Salvador (Ba). *Ata de Reunião*. Salvador 6 dez. 1938, p. 8.

23 CARDOSO, João. Entrevista em 1993.

24A coletividade referendava o indicado através de uma votação simbólica, não havendo nenhum caso registrado de recusa.

25 Homem que fica no convés do navio, encarregado de sinalizar para o operador de guincho, orientando-se na descida e retirada das cargas.

26A diretoria do sindicato participava de uma escala de rodízio específica e, geralmente, não disputava a parede.

27 SINDICATO DOS ESTIVADORES. Salvador (Ba). *Ata de Assembléia*. Salvador, 27 fev. 1934, p. 98.

28 COELHO, H., 1986, p. 12.

29 Segundo João Cardoso, naquela época, muitos estivadores tinham ligação com as agências de navegação, assumindo postos de supervisão do trabalho de estiva a bordo dos navios. Em certa medida, havia receio de que essa ligação pudesse comprometer a autonomia política do sindicato, no que concerne ao controle do processo de trabalho.

30A tradição na estiva identifica cada turma de ingresso pelo número de membros que a compõe.

31 COELHO, H., 1986, p. 18.

32 CARDOSO, João. Entrevista em 1993.

33 SINDICATO DOS ESTIVADORES. Salvador (Ba). *Ata de Reunião*. Salvador 4 maio 1943, p. 91.

34 SILVA, Fernando Teixeira da. *A Carga e a culpa: os operários das docas de Santos – direitos e culturas de solidariedade, 1937-1968*. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 77.

35 Em dezembro de 1947 Jaime Maciel é cassado como deputado. Nas eleições municipais de 1948 se elege vereador pelo Partido Trabalhista Nacional, sigla de empréstimo, terminando o seu mandato em 1951.

36 O partido comunista foi organizado em Salvador no ano de 1929, por iniciativa de um ferroviário pernambucano. “Seu trabalho encontrou receptividade em um pequeno grupo composto inicialmente da tecelã Maria Antônia, do estivador Estevão, de um sapateiro e de um alfaiate.” (SANTOS, Mario Augusto da Silva. *Sobrevivências e tensões sociais*. Salvador (1890-1930). 1982 Tese (Doutorado em História) - Faculdade

de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 374).

37 MACIEL, Jaime. Entrevista em 1993.

38 MACIEL, Jaime. Entrevista em 1993.

39 DUDU Pequeno. Entrevista em 1993.

40 Entende-se por *closed shop* a especialização de trabalhadores em diferentes tarefas, no contexto do sistema de trabalho ocasional.

41 GITAHY, M. L. C., 1992.

42 CRUZ, C. V., 1998, f. 60.

O ESTADO NOVO E A OFENSIVA MÉDICA CONTRA A TUBERCULOSE

Maria Elisa Lemos Nunes da Silva
Mestre em História pela Universidade
Federal da Bahia (UFBA);
Professora Assistente da Universidade
do Estado da Bahia (UNEB)

O problema da tuberculose no Brasil chegou à sua fase decisiva.

Durante anos a fio nós tisiólogos, dispersos por esse imenso território nacional, como verdadeiros bandeirantes, tentávamos a cruzada santa contra o maior dos nossos flagelos.

O nosso entusiasmo e o nosso idealismo, não raro se perdiam na indiferença dos responsáveis pelos nossos destinos [...]

Eis senão quando surge a verdadeira revolução política econômica e social do Brasil. Os homens de governo sinceramente devotados ao soerguimento da pátria, voltaram as suas vistas atentas para as mais profundas necessidades nacionais. E sentiram então, mais do que ninguém, que a campanha máxima, a tarefa urgente, o movimento patriótico e humano a ser desencadeado imediatamente, deveria ser o combate sem tréguas à tuberculose [...]

José Silveira, *Em Nome dos Congressistas*.
Revista Arquivos do IBIT, 1939.

Esta epígrafe é parte do discurso proferido pelo médico baiano José Silveira no Primeiro Congresso Nacional de Tuberculose, ocorrido no Rio de Janeiro, em 1939. Chama a atenção nesse pronunciamento o tratamento elogioso ao Estado Novo referido como “a verdadeira revolução política, econômica e social do Brasil”. Os “homens de governo” finalmente reconheciam que a luta antituberculose era uma tarefa urgente e patriótica que não mais poderia ser adiada.¹

Evento da maior relevância para a área de tisiologia, esse primeiro congresso contou com a participação de médicos de vários estados da federação e de representantes do Governo Federal, a exemplo do Ministro de Educação e Saúde, que corroborava seu entendimento de que a tuberculose era o principal problema de saúde do país.²

Elogios ao Estado Novo não foram uma exceção desse congresso, mas uma característica das demais conferências e congressos da área de tuberculose que começaram a acontecer no Brasil nesse período.³

Em 1938, quando da realização da Primeira Conferência Regional de Tuberculose, no Rio de Janeiro, o médico Affonso Mac Dowell lembrava o Congresso ocorrido em Roma, em 1928, ocasião em que Mussolini, o “grande estadista italiano”, conclamou os legisladores, os sábios e os filantropos a constituírem uma espécie de frente única contra a tuberculose.⁴ Para ele, os brasileiros, com um atraso de dez anos, estavam unidos em uma só frente na luta contra a tuberculose, sob a égide do Estado Novo, forte e realizador.⁵ O Brasil, então, podia contar com “a ação decidida do seu benemérito presidente”, com o “ilustre ministro Capanema” e com o “eminente prefeito da capital da República”.⁶ O governo reconhecia que no Brasil existiam dois problemas sanitários máximos: o da tuberculose e o da mortalidade infantil.

Posição semelhante foi afirmada por José Silveira em novembro de 1938, em Salvador, durante a Primeira Conferência Nortista de Tisiologia, que aconteceu alguns meses depois da

Conferência Regional.⁷ Na ocasião, tanto o presidente Getúlio Vargas quanto o interventor Landolfo Alves foram considerados grandes realizadores no que diz respeito às ações voltadas para a tuberculose. Silveira, na mesma linha de interpretação que afirmaria um ano depois, no Primeiro Congresso Nacional de Tuberculose, comemorava a superação da época em que apenas os tisiólogos viam a necessidade de combater a tuberculose, enquanto os responsáveis pelos destinos do país só compreendiam a gravidade do problema quando eram atingidos diretamente pela doença.⁸ Nas suas palavras, estava-se numa “era inteiramente nova para a vida da Tisiologia Nacional”. O Presidente da República, com a visão larga dos verdadeiros estadistas, empenhava-se com os Ministros da Educação e do Trabalho nessa “jornada humanitária e patriótica”.⁹

E elogios ao Estado Novo foram também observados no II Congresso Nacional de Tuberculose, que ocorreu em São Paulo, em 1941, sob a direção do médico Raphael de Paula Souza.¹⁰ Os membros do congresso foram recebidos pelo interventor Adhemar de Barros, no Palácio dos Campos Elísios, para discutir assuntos relativos à campanha antituberculose.¹¹

O período conhecido como Estado Novo (1937-1945) acabou sendo identificado como uma ditadura. Uma fase marcada por prisões, perseguições, pelo autoritarismo e fascistização do país. Decorridos mais de setenta anos da sua instalação e à luz das reflexões historiográficas que tal momento suscitou, é provável que poucos (ou ninguém) o defendessem.¹² Mas no final da década de 1930 e primeiros anos de 1940 alguns tisiólogos pareciam depositar esperanças no governo instituído.

Acompanhar a constituição dessa visão é o que pretendo fazer neste artigo. Para tal, tomarei como objeto de análise as matérias publicadas na Revista Arquivos do Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose – IBIT e da Revista Brasileira de Tuberculose, principalmente as que abordaram as conferências e congressos de tuberculose no Brasil.¹³ A idéia é observar os principais temas discorridos nesses eventos, bem como o

discurso empreendido pelos tisiólogos. Na impossibilidade de estender essa abordagem para o Brasil como um todo, o foco de atenção será direcionado principalmente para a Bahia (mais especificamente à cidade de Salvador), fazendo-se, dentro do possível, articulações com outros estados da federação.

Alguns questionamentos subsidiarão esta análise: havia identificação por parte de uma parcela dos tisiólogos ao projeto político do Estado Novo? Anteriormente os governantes não tinham assumido a tuberculose como causa importante, posição que os diferenciava de então? Os elogios eram estratégias discursivas para comprometer o governo na luta antituberculose?

Cabe ressaltar que a tuberculose era um dos maiores problemas médicos e sociais do Brasil. Os tisiólogos buscavam intervir no seu controle, ocupando espaços na sociedade e afirmando a importância da sua especialidade.

A TUBERCULOSE: BREVES CONSIDERAÇÕES

A identificação da tuberculose como um problema de graves proporções pode ser situada no século XIX. Sem ter até o final desse século sua origem conhecida, ela foi considerada uma doença hereditária ou uma doença romântica, típica dos escritores e poetas. A descoberta do seu agente etiológico por Robert Koch, no final do século XIX, contribuiu para a consolidação, dentro da área da biomedicina, da concepção contagiosa dessa moléstia, bem como da sua associação com as precárias condições de vida e de trabalho que eram agravadas nos grandes centros urbanos. Mas a ampliação do conhecimento sobre a tuberculose não foi acompanhada de medidas terapêuticas eficazes, pois não havia uma medicação realmente eficiente para o seu tratamento. Como doença contagiosa, a tuberculose exigia medidas de saúde pública para o seu controle, que envolviam a melhoria das condições de vida da população como, por exemplo, saneamento básico,

alimentação, habitação e trabalho salubres, entre outras. Enfim, ações que só poderiam ser efetivadas mediante interferência governamental.¹⁴

No Brasil, a tuberculose até as primeiras décadas do século XX não foi objeto de ação efetiva por parte do Estado. O seu caráter liberal, registrado na Constituição Republicana de 1891, o desobrigava dessas ações. Por outro lado, a atenção à saúde direcionava-se para o combate das doenças epidêmicas, cuja incidência afetava diretamente a estrutura agrária e exportadora da economia nacional.

Os primeiros movimentos dedicados à luta antituberculose no Brasil remontam ao final do século XIX e início do século XX. Foram iniciativas de uma elite médica, de intelectuais e de alguns políticos que, reconhecendo a magnitude do problema, criaram instituições voltadas para o atendimento da tuberculose. Nessa perspectiva foram criadas, em alguns estados, as Ligas contra a Tuberculose, instituições filantrópicas, nas quais a interferência estatal se dava sob a forma de subvenção. Em 1899 foi fundada a Liga Paulista contra a Tuberculose. Em 1900 a Liga Pernambucana, a Liga Bahiana e, no Rio de Janeiro, a Liga Brasileira contra a Tuberculose. A Liga Brasileira desempenhou um papel importante no sentido de fazer com que a tuberculose fosse sendo considerada um problema de saúde pública, mesmo que não tenha sido capaz de reduzir, de forma sensível, seus índices de mortalidade.¹⁵ Mas até então essa moléstia não era considerada uma questão de Estado, ou seja, não era objeto de uma política estatal. Assim, o discurso médico nas primeiras décadas do século XX se constituiu como o único capaz de apresentar propostas para o controle da doença.¹⁶

A partir de 1920, com a criação do Departamento Nacional de Saúde, houve uma investida centralizadora por parte da União. Foi criada a Inspeção de Profilaxia da Tuberculose que poderia desenvolver ações voltadas para essa doença nos estados da federação, desde que esses entrassem em acordo com o Governo Federal.¹⁷

A trajetória do combate à tuberculose na Bahia apresenta semelhanças e diferenças com outros estados do Brasil. O Estado não adotou medidas eficazes que repercutissem na incidência da doença. Sua ação em relação a essa moléstia, na virada do século XIX e primeiras décadas do século XX, se reduziu à promulgação de leis sanitárias e subvenções à filantropia.

As primeiras ações voltadas para a tuberculose na Bahia ficaram a cargo da Liga Bahiana contra a Tuberculose. Essa instituição funcionava precariamente a partir da contribuição de médicos e de particulares, devendo contar também com a colaboração do governo do estado, mas isso não ocorria com regularidade. Muitas vezes, orçamentos a ela destinados acabavam não sendo disponibilizados.¹⁸ A Liga aprovou a criação de um dispensário, espécie de centro de profilaxia, diagnóstico, tratamento e orientação em relação à tuberculose.¹⁹ Apesar das obras para a sua construção terem sido iniciadas em 1907, só foram concluídas em 1919. E mesmo assim, o Dispensário Ramiro de Azevedo, como foi denominado, só passou a funcionar em 1922, depois de conseguir apoio do Departamento Nacional de Saúde Pública.

A partir de 1923, o serviço de tuberculose na Bahia ficou sendo custeado pelo Governo Federal, em função de um acordo firmado entre o governo estadual e a União.²⁰ Esse acordo envolvia a Liga Bahiana e o dispensário, responsáveis pelas incipientes ações de tuberculose do estado. E em 1929, os custos desse serviço passaram a ser divididos entre o Governo Federal e o governo estadual.²¹

Por outro lado, a estrutura oligárquica e coronelística do estado baiano retardou a institucionalização de políticas públicas, entre elas as direcionadas à tuberculose. Um momento importante de ações voltadas para a saúde pública no estado ocorreu durante o governo de Francisco Marques de Góes Calmon (1924-1928). Em 1925, foi criada uma Subsecretaria de Saúde e Assistência Pública, através da Lei 1.811, que no seu artigo primeiro ressaltava a subordinação dos serviços de saúde

e assistência pública “direta e exclusivamente” ao governador.²² Nesse mesmo ano, foi instituído o primeiro Código Sanitário do estado e em 1927 foi criada a Secretaria de Saúde do Estado em substituição à Subsecretaria de Saúde e Assistência Pública.²³ Essas mudanças refletiam uma crescente concentração de poderes nas mãos do governo estadual e uma tendência modernizadora das funções do governo.²⁴

A “Revolução de 1930” não encerraria o domínio dos coronéis. O interventor Juracy Magalhães que assumiu o governo do estado a partir desse momento, soube ganhar a simpatia dos chefes políticos em âmbito municipal.²⁵ Mas isso não impediu o surgimento de oposições como, por exemplo, o grupo que se formou em torno da sigla conhecida como “Concentração Autonomista da Bahia”. Com o slogan “A Bahia ainda é a Bahia” esse grupo era firmemente contrário aos governos de Juracy e de Vargas. Sua principal reivindicação era a autonomia do estado frente ao poder central, pois a Bahia outrora portadora de prestígio e grandeza teria perdido essa condição em função dos rumos políticos do país após 1930.²⁶

Juracy Magalhães também não era bem visto em grande parte do meio médico local. Em 1932, ele autorizou que tropas invadissem a Faculdade de Medicina e reprimissem estudantes e professores que estavam mobilizados em apoio à “Revolução Constitucionalista” de São Paulo. Houve prisões e agressões com forte repercussão na sociedade baiana. O então diretor da Faculdade, Aristides Novis, renunciou ao cargo.²⁷

Quanto às condições sanitárias e de saúde da população essas eram precárias. Os serviços básicos de abastecimento de água, canalização de dejetos e limpeza pública eram prestados de forma insatisfatória. Em todo o estado só 39 cidades tinham serviços de abastecimento de água e apenas 18 tinham distribuição domiciliar. Não havia água encanada. A água potável consumida pela maioria da população era vendida “de porta em porta por aguadeiros no lombo de burros e jumentos”.²⁸

A moradia da população pobre de Salvador era de péssima qualidade. Muitos sobrados eram sublocados e abrigavam um número crescente de habitantes por metro quadrado. Muitos ainda possuíam cômodos sem janelas ou qualquer tipo de respiradouro. A iluminação era insuficiente, sendo necessária muitas vezes a utilização de luz artificial durante todo o dia. A limpeza dos cômodos era uma tarefa quase sempre dificultada, pois a água dos pisos de madeira molhava os cômodos situados abaixo. As cozinhas também careciam de luz e os banheiros, quando existiam, quase nunca possuíam vasos sanitários.²⁹

A partir de 1930, os serviços de atendimento aos tuberculosos no estado ficaram a cargo de três centros de saúde e do Dispensário Ramiro de Azevedo. Os relatórios apresentados ao Diretor de Saúde Pública do Estado nos anos de 1933 e 1934 trazem a relação dos serviços realizados nos centros e no dispensário, chamando atenção para a carência das instalações e da necessidade de que fosse organizado um serviço de vacinação para a aplicação do BCG, já utilizada com ótimos resultados no Rio de Janeiro.³⁰ E esse serviço foi inaugurado em abril de 1934.³¹ Quanto aos serviços hospitalares, havia apenas 50 leitos para atender tuberculosos no Hospital Santa Izabel, da Santa Casa de Misericórdia.

Nesse contexto, a mortalidade por tuberculose na cidade de Salvador era altíssima. Entre os anos de 1932 e 1936, 6.733 pessoas morreram por causa dessa doença, o que representava um coeficiente de mortalidade de 463.0 óbitos por 100.000 habitantes. Para o quinquênio de 1939 a 1944, esse coeficiente para a capital da Bahia foi de 505.9 óbitos por 100.000 habitantes. Nesse período, esse coeficiente correspondeu a 429.5 óbitos por 100.000 habitantes, no Recife; 386.0 óbitos por 100.000 habitantes, em Porto Alegre; 323.8 óbitos por 100.000 habitantes, no Distrito Federal; 291.4 óbitos por 100.000 habitantes, em Fortaleza; 273.9 óbitos por 100.000 habitantes, em Belo Horizonte; 244.8 óbitos por 100.000 habitantes, em Manaus; 138.3 óbitos por 100.000 habitantes, em São Paulo.³²

Essa situação levou José Silveira a apresentar, em 1935, no Primeiro Congresso Regional de Medicina da Bahia um plano de combate à tuberculose. Nesse evento, que contou com a participação de representantes do governo do estado, ele apresentou uma proposta geral de combate a essa doença, discorrendo sobre a estruturação dos serviços no estado, sua forma de funcionamento e de financiamento. Silveira reforçava a necessidade de se levar em consideração a tuberculose na zona rural, criando-se dispensários nessas áreas, pois achava necessário desfazer a noção errônea de que a tuberculose era rara no campo. A idéia era que o estado, as prefeituras, as caixas de previdência e particulares, financiassem os serviços de tuberculose na Bahia.³³ Para ele, o plano apresentado era uma forma de “por a boca no mundo”. Não era possível continuar nessa situação quando o mundo inteiro se mobilizava no combate à tuberculose. Esperava que o governo do estado assumisse a luta contra a tuberculose de forma mais intensa, mas apesar da repercussão ter sido positiva entre os congressistas a proposta não foi aceita.³⁴

Assim Silveira não foi bem sucedido na sua tentativa de articular as ações contra a tuberculose na Bahia, a partir de uma proposta unificada de atuação, sob a direção do Estado. Para ele, isso ocorreu certamente por não ser funcionário público estatal, pois em 1936 foi criada a Inspetoria de Profilaxia da Tuberculose, diretamente ligada à Secretaria de Educação e Saúde, através da Lei 54 de 25 de julho desse ano. Essa lei autorizava a abertura de um crédito especial de 1.000:000\$000 (mil contos de réis), para atender as primeiras providências de combate à tuberculose, como a construção de um hospital sanatório, o estabelecimento de novos dispensários e o melhoramento dos já existentes.³⁵ Ainda em 1936, foi criada a Fundação Santa Terezinha, instituição filantrópica, que foi presidida pela esposa do governador Juracy Magalhães.³⁶ Ou seja, essas medidas que foram implantadas a partir de 1936 constavam no plano que apresentou em 1935, mas em nenhum momento foi feita qualquer ligação entre elas.³⁷

Fundou, então, o Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose - IBIT, em 21 de fevereiro de 1937, alguns meses antes da instauração do Estado Novo. Esse Instituto, de caráter privado, foi anunciado como uma instituição pioneira, no Brasil, uma vez que a sua razão de ser era a pesquisa da tuberculose, motivo que levou José Silveira a denominá-lo Instituto Brasileiro e não Instituto Baiano como a sigla poderia sugerir. Na solenidade de sua fundação, que ocorreu no anfiteatro Augusto Viana da Faculdade de Medicina da Bahia, estiveram presentes o professor Edgard Santos, então diretor dessa Faculdade, o médico César de Araújo, Inspetor de Profilaxia da Tuberculose, bem como o representante do Secretário da Educação e Saúde Pública. O IBIT foi fundado como uma sociedade civil, que buscava a colaboração de outras instituições particulares, e também do Governo do estado. Mas o apoio governamental não aconteceu, como o esperado.

Isso não queria dizer que o governo não tivesse disponibilizado recursos para a luta antituberculose. Em abril de 1937, poucos meses depois da criação do IBIT, foi aprovado um decreto que autorizava a abertura de um crédito especial de 3.000:000\$000 (três mil contos de réis) para a construção e instalação na cidade do Salvador do Hospital Santa Terezinha, instituição pública estatal de assistência aos tuberculosos.³⁸ Em maio de 1937, o Dispensário Ramiro de Azevedo foi re-inaugurado, após reforma e ampliação das suas instalações.³⁹

Se durante o governo de Juracy Magalhães as propostas de intervenção de José Silveira na área de tuberculose não tinham tido aceitação, sob o governo do interventor Landolfo Alves (1938-1942) o IBIT recebeu do governo do estado um terço do valor estimado para a construção da sua sede própria.

O médico César de Araújo, profissional conhecido nacionalmente e que atuava na área de tuberculose na Bahia, também considerou Getúlio Vargas “o grande presidente”, o primeiro a dar a devida atenção à “calamidade” que era a tuberculose no país.⁴⁰ Ele elogiou o interventor Landolfo Alves,

pelo “imenso serviço que prestou” com a inauguração do hospital para tuberculosos em 1942, sem, contudo, deixar de frisar que o início da construção tinha ocorrido durante o governo de Juracy Magalhães. César de Araújo ocupou cargos importantes durante aquele governo. Foi o primeiro Inspetor Técnico de Tuberculose, quando da criação da Inspetoria Estadual em 1936, foi o diretor técnico da Fundação Santa Terezinha e continuou se destacando no comando de instituições públicas ao ser nomeado primeiro diretor do Hospital Santa Terezinha, cargo que ocupou até 1946.⁴¹

Portanto, os elogios ao Estado Novo e a Getúlio Vargas estavam presentes nos discursos de uma parte dos tisiólogos no período, pelo menos até o início da década de 1940. Isso não parece ter ocorrido nos anos que se seguiram à “Revolução de 1930”. As expectativas em torno de uma maior intervenção na saúde pública, de um modo geral e na área de tisiologia em particular, principalmente após a criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1931, mostraram-se frustradas. Durante os primeiros anos do governo Vargas as verbas destinadas à saúde pública foram escassas e atendiam mais diretamente as necessidades do Distrito Federal.⁴² O posterior interesse governamental na área pode ser analisado como fazendo parte de uma estratégia de normatização do social que incluía entre outras coisas a garantia de trabalhadores saudáveis e de uma população em igual condição para viabilizar o projeto de ocupação de espaços interioranos do país, conhecido como “Marcha para o Oeste”. Getúlio Vargas vai se mostrar sensível aos apelos feitos pelos tisiólogos no sentido de intervir com prioridade no combate à *peste branca*, oferecendo apoio econômico aos congressos sobre tuberculose que, como vimos anteriormente, passaram a acontecer no final da década de 1930.⁴³

Mas meus questionamentos não se encerram aqui. É preciso observar outros aspectos importantes como, por exemplo, os principais temas debatidos nesses eventos e o discurso dos tisiólogos, o que será feito a seguir.

CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS DE TUBERCULOSE: TEMAS E DISCURSO MÉDICO

A discussão em torno da necessidade de uma legislação direcionada à tuberculose esteve presente no primeiro evento específico sobre essa moléstia que ocorreu no Brasil, em 1938: a Conferência Regional de Tuberculose. O médico Affonso Mac Dowell propôs a criação de um Instituto Nacional de Previdência Social que assumisse a “responsabilidade de toda a assistência antituberculose em favor dos seus segurados”, afinal, a tuberculose era a doença que mais encarecia as despesas dos institutos. Sugeriu uma legislação especial que criasse obrigatoriamente consórcios antituberculosos em todos os estados e municípios brasileiros, segundo a experiência italiana que já tinha dado “magníficos efeitos”. Com tais organismos previdenciários, o “Estado Nacional” assumiria o comando “da luta contra o grande mal numa só direção”.⁴⁴ Cabia então aos profissionais reunidos conclamarem “uma verdadeira consciência antituberculosa de todos, técnicos e leigos”, sob a “ação decidida do seu benemérito presidente”.⁴⁵ Mac Dowell foi um dos redatores nacionais da revista *Medicina Germânica*, que traduzia os principais ideais nazi-fascistas sobre o corpo e a moral. E essa revista que foi inaugurada no Brasil em 1932 só deixou de ser editada em 1942, quando o Brasil declarou guerra aos países do Eixo.⁴⁶

Tema de grande relevância no período, a discussão sobre a necessidade de implantação de uma legislação social no Brasil, remonta às primeiras décadas do século XX. Foi objeto de discussão dos congressos operários estando também na pauta das preocupações de uma parte do grupo empresarial. Dentro de uma perspectiva liberal, não cabia ao Estado brasileiro legislar sobre as chamadas questões sociais. Mas em nome da manutenção da ordem estabelecida foram promulgadas, ainda durante a chamada Primeira República, leis a exemplo da que tratava da indenização por acidente de trabalho, em 1919 e da lei Eloy Chaves, em

1923, relativa à criação da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários, entre outras.⁴⁷ Porém, foi a partir de 1930 e mais intensamente durante o Estado Novo que o tema relacionado à legislação ganhou destaque como proposta intervencionista e centralizadora. A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, promulgada em 1943, fortemente identificada com a Carta del Lavoro da Itália fascista, veio coroar esse processo.

Assim, a implantação de leis direcionadas especificamente para a tuberculose era assunto que interessava aos tisiólogos e ao governo. Ela era a doença que mais incapacitava para o trabalho e que mais encarecia os orçamentos dos institutos de aposentadorias e pensões, num momento em que o trabalho ganhava uma dimensão especial. Os benefícios advindos de uma legislação social direcionavam-se para os trabalhadores.

E esse tema voltou à discussão no II Congresso Nacional de Tuberculose, que aconteceu em São Paulo, em 1941. José Silveira, como co-relator estadual do trabalho intitulado *O Tuberculoso em Face da Legislação*, lembrava que a preocupação em estabelecer leis que visassem o tuberculoso era antiga, mas de um modo geral quando existiam objetivavam proteger os sãos sem que ao menos fossem tentadas providências compensatórias para os doentes. Para ele, o primeiro direito do tuberculoso era ser amparado e não rejeitado pelo ambiente que o vitimou, sendo-lhe reservado tratamento, equilíbrio econômico e retorno ao trabalho quando inteiramente curado. Mas se o tuberculoso tinha direitos também tinha a obrigação de não contaminar os sãos. Para isso seria fundamental o isolamento integral de todos os focos. Como essa medida seria não só arbitrária, pela sua obrigatoriedade, como impossível, caberia como recurso à educação sanitária das massas. O tuberculoso deveria ter a exata compreensão do perigo que poderia causar a seus semelhantes, cabendo-lhe cumprir o único dever de não disseminar a doença. A punição viria apenas para aqueles que se opusessem ao seu cumprimento.⁴⁸

Portanto, a instituição de uma legislação voltada para a tuberculose era também uma tentativa de controlar a disseminação da doença, o que muito interessava à tisiologia. O médico Manoel de Abreu, por exemplo, defendia que fosse instituído um cadastro radiológico completo e obrigatório das populações, procedimento que seria possível a partir do método por ele inventado, que consistia numa radiografia em tamanho reduzido, obtida a custos bem menores do que as radiografias então existentes. Essa “mini radiografia” acabou ficando conhecida como “abreugrafia” em homenagem ao seu criador. O “método de Abreu” era anunciado como uma forma de se fazer o “recenseamento coletivo em massa”, visando o diagnóstico de casos de tuberculose em indivíduos que às vezes desconheciam estar doentes.⁴⁹

O II Congresso Nacional discutiu ainda a utilização do pneumotórax artificial como terapêutica da tuberculose pulmonar. Esse método, que consistia em injetar ar no espaço pleural, fazia com que o pulmão lesado ficasse comprimido e imobilizado, o que em alguns casos possibilitava a regressão progressiva da doença.⁵⁰ Os médicos reconheciam que esse procedimento continuava sendo o recurso mais eficiente no tratamento dessa doença. A questão era que muitos pacientes interrompiam o tratamento por conta própria, daí ser necessário, na visão deles, instituir medidas legais que obrigassem o seu prosseguimento.⁵¹

Outro tema de interesse dos tisiólogos era o que tratava da relação entre “tuberculose e raça”. O Primeiro Congresso Nacional discutiu a relação entre a tuberculose e a “raça negra” a partir de trabalhos apresentados pelos médicos José Silveira, da Bahia, Otávio de Freitas, de Pernambuco e Henrique Esteves, do Pará.

Para Silveira, o problema da alta incidência da tuberculose nos “pretos” não podia ser resumido a “primo-infecção”, nem a questões sócio-econômicas.⁵² Era necessário aprofundar a investigação, razão que o levou a estudar a tuberculose entre

os detentos da penitenciária e entre os bombeiros, pois no seu entendimento faziam parte de uma mesma coletividade. Segundo afirmava, havia uma diferença na constituição do pulmão do “preto” que conservava na grande maioria dos casos, a sua estrutura infantil, razão dela se manifestar de forma tão grave. Isso não queria dizer que a tuberculose dos “pretos” na Bahia fosse vista na dependência exclusiva de fatores raciais. Ele concluía dizendo que essas questões continuam em aberto “sendo inseguras as doutrinas até então formuladas, sobretudo as que desprezavam inteiramente as influências raciais” Ou seja, ele parecia querer dizer que o pulmão do “preto” era menos desenvolvido.⁵³

Octavio de Freitas questionava se a tuberculose em Pernambuco tinha sido introduzida pelo negro africano uma vez que não havia “documentos seguros” que afirmassem ou negassem tal questão.⁵⁴ Para ele, parecia ser mais provável que a tuberculose tivesse sido trazida pelos colonizadores portugueses. Propagava-se que o clima do Brasil era favorável às pessoas que sofriam do pulmão. Lembrava que não foram poucas as referências à saúde dos índios que habitavam no Brasil. Eles eram fortes, robustos e morriam de velhice.⁵⁵ E citando o higienista pernambucano Joaquim de Aquino Fonseca, Freitas lembrava que até por volta da década de 1840, a tuberculose era rara no Recife. Assim, a maior incidência da tuberculose entre os negros de Pernambuco nos primeiros tempos, devia-se ao fato deles chegarem indenes da “peste branca” e se contaminaram com os tuberculosos vindos de Portugal, contraindo a doença com maior intensidade em virtude das condições sociais e higiênicas das senzalas em que eles viviam. Para ele, os negros a partir do contato com os brancos, foram adquirindo “alergia” o que lhes possibilitava maior resistência à tuberculose. E afirmava: “O caldeamento das duas raças não trouxe como consequência unicamente a sub-raça dos mestiços. Ele serviu também para colocar os negros nas mesmas condições de resistência dos brancos”.⁵⁶ Portanto, mesmo que Otávio de Freitas considerasse as questões políticas e sociais que envolviam o acometimento

dos negros pela tuberculose acabava mostrando-se seduzido pelo ideal de branqueamento tão forte no período. O negro teria se beneficiado no contato com o branco.

Henrique Esteves lembrava que durante muito tempo admitiu-se a gravidade da tuberculose nas “raças novas” quando estas, entrando em contato com o branco eram por ele contaminadas.⁵⁷ Isso dizia respeito aos negros e aos índios. Era como se o seu organismo ao ser atacado pela tuberculose queimasse rapidamente como “fogos de artifício”. Também era comum se atribuir semelhança entre as lesões pulmonares encontradas na tuberculose do negro e a tuberculose infantil. Sempre era enfatizada a gravidade e a rapidez da evolução da tuberculose entre os negros. Mas segundo Esteves, esses argumentos foram posteriormente questionados. Contra eles estaria a afirmação de que não se levava em conta que os negros observados acima de tudo tinham sofrido uma mudança radical de vida e de clima, o que sem dúvida seria um argumento importante “pois qualquer que fosse a raça tal mudança implicaria fatalmente um fator favorável ao desenvolvimento de uma tuberculose pulmonar”.⁵⁸ No entanto, apesar de fazer essas ponderações, ele achava que por “uma causa possivelmente bioquímica desconhecida” o bacilo da tuberculose encontrava no negro um terreno “apto a um bom desenvolvimento”.⁵⁹ Daí, na sua opinião, ser importante se investigar a “predisposição especial da raça”.⁶⁰

O problema da relação entre “tuberculose e raça” era mesmo complexo na opinião dos tisiólogos, ainda que não conseguissem estabelecer essa relação. Alguns anos antes, o médico João Rebello de Mattos, na sua tese de conclusão de curso de medicina, intitulada *Factos e Aspectos da Tuberculose na Bahia*, a partir de estudo feito no dispensário Ramiro de Azevedo, concluiu que a tuberculose não parecia atacar “esta ou aquela” raça.⁶¹

Aliás, a questão racial era um assunto que despertava interesse em uma parcela dos médicos. No final do século XIX, esse tema colocou em destaque a Faculdade de Medicina da

Bahia principalmente a partir dos estudos de Nina Rodrigues, sempre na tentativa de demonstrar a degeneração dos chamados grupos minoritários dentre os quais os negros eram inseridos.⁶²

Até os primeiros anos da década de 1940, o Brasil tinha aproximação com os países do Eixo, defensores e executores de discursos e práticas totalitárias e racistas. O Estado Novo não se furtou a assumir abertamente tais práticas, empreendendo a restrição à imigração que não fosse de brancos. Os responsáveis pelas exposições desse tema no Primeiro Congresso Nacional de Tuberculose, cada um a sua maneira, apresentavam uma visão etnocêntrica da questão, explicitando a superioridade da “raça branca” em relação à “raça negra”.

É possível observar também nos pronunciamentos dos tisiólogos a utilização de metáforas de guerra para se referir à tuberculose. Voltar atenção para a tuberculose era uma “luta” sem tréguas, um “combate” incansável, uma verdadeira “batalha”. Os bacilos eram “invasores” que necessitam ser “bombardeados”. Susan Sontag, nas décadas de 1970 e 1980, estudando o uso de metáforas negativas atribuídas a doenças como tuberculose, câncer e Aids, chama atenção à forte presença de metáforas militares, principalmente a partir da era bacteriológica. Essa autora, relacionando o uso dessas metáforas ao autoritarismo, lembra que elas são presença marcante nas sociedades capitalistas.⁶³

A ofensiva médica contra a tuberculose, empreendendo ainda um forte sentido disciplinar, defendia a implantação de programas de “buscas e rebuscas” de suspeitos de portarem a moléstia, bem como a vigilância dos doentes e seus familiares.⁶⁴ A cruzada contra a tuberculose, verdadeira marcha organizada sob o forte controle dos tisiólogos, pregava a união, a solidariedade e a cooperação. Nesse sentido, era freqüente a utilização de estratégias discursivas que evocavam elementos sagrados. Os tisiólogos se referiam as suas práticas como um “sacerdócio”, e a luta contra a tuberculose era uma verdadeira “guerra santa”. A partir de 1930, os elementos religiosos foram incorporados e

imbuídos de significados políticos. Essa característica aparece com mais intensidade durante o Estado Novo. A política era concebida como algo sagrado, assim como o era a figura do presidente.⁶⁵

Alguns tisiólogos, anos mais tarde, afirmaram ter uma posição política contrária a Getúlio Vargas. Raphael de Paula Souza, presidente do II Congresso Nacional de Tuberculose, que aconteceu em São Paulo dizia ter sido um “anti-getulista ferrenho”, mas essa posição não era explicitada nos eventos.⁶⁶

Cabe lembrar que a ofensiva dos tisiólogos contra a tuberculose era anterior ao Estado Novo. Mas nesse período ganhou dimensões decisivas. Os tisiólogos buscaram intervir no social através da ampliação do prestígio da sua profissão. Defenderam o ensino obrigatório da tisiologia em cátedra específica nas faculdades de medicina e intensificaram as publicações em revistas especializadas. Como foi visto anteriormente, foi nesse período que aconteceram as primeiras conferências regionais e os primeiros congressos nacionais que contaram com a colaboração e participação de representantes do governo. Nesse período também foi criado, em 1941, o Serviço Nacional de Tuberculose, que objetivava uma maior centralização das ações em âmbito nacional. Em 1943, foi estabelecida a obrigatoriedade da realização da abreugrafia nos exames admissionais e periódicos.

É possível que os tisiólogos almejassem que a tisiologia fosse a especialidade mais importante da medicina, afinal a tuberculose era considerada um dos maiores problemas de saúde pública.⁶⁷ Eles buscavam empreender estudos aprofundados acerca da patologia a que se dedicavam.

Com isso não se está querendo afirmar que os discursos e práticas dos médicos sobre a tuberculose eram homogêneos. Se nesse momento havia consenso sobre a etiologia dessa doença, seu caráter contagioso, o mesmo não se podia dizer em relação ao seu tratamento. A inexistência de uma droga específica para a cura da tuberculose, levava os médicos a discorrerem sobre uma

variedade de tratamentos que iam desde o uso dos “sais de ouro”, à terapia higieno-dietética, ou ao tratamento cirúrgico. E esses temas foram objeto de debates nas publicações especializadas bem como nos eventos dedicados a essa temática. Os tisiólogos não representavam um corpo monolítico de saberes. Estavam vinculados a instituições com interesses diversos. Mas buscavam uma unidade mínima necessária para intervir na sociedade.

Nessa perspectiva, conclamavam que a campanha antituberculose tomasse “uma só direção”. Era preciso se pensar “de um só modo, de uma só maneira”, seguindo “uma só orientação”. Assim, as divergências, as dificuldades e “os pontos de vistas contrários” que se chocavam no “terreno das idéias”, eram ineficazes “em matéria de tuberculose”.⁶⁸

José Silveira pedia aos tisiólogos que se apresentassem como uma “força única, definida, uniforme”, ao mesmo tempo em que buscava atribuir aspectos regionais à tuberculose e articular os “tisiólogos do norte”. Para ele, a formação de um movimento antituberculose no Brasil requeria que fosse ouvida a voz dos estudiosos do norte, onde o problema se apresentava sob “condições especialíssimas”.⁶⁹ Isso não queria dizer que a doença no norte fosse diferente da tuberculose no sul. O que apareciam diferentes eram questões específicas que o “meio imprimia à doença” a exemplo da questão racial, da incidência da tuberculose na zona rural e da relação entre a tuberculose e doenças como a malária e a esquistossomose, típicas da região.⁷⁰ E essa posição era defendida sem que ele se opusesse ao projeto nacionalista e centralizador do período. Afinal, no movimento antituberculose do Brasil os “tisiólogos do norte” deveriam dar sua contribuição e ocupar posições estratégicas nas suas decisões.

Em 1939 foi criada, então, a Federação Brasileira de Tisiologia. E a partir daí coube a essa entidade o encaminhamento e organização dos congressos e conferências de tuberculose.⁷¹

Mas mesmo que seja possível creditar vitórias ao projeto de investida médica contra a tuberculose, sua incidência,

prevalência e mortalidade continuaram elevadas. Era evidente que o controle dessa doença era um problema complexo, envolvendo medidas políticas, sócio-econômicas e culturais. Por outro lado, essa ofensiva médica não se deu sem resistências. Não se levava em consideração a experiência que a população tinha em relação ao adoecimento por tuberculose.⁷²

Talvez para os tisiólogos o processo de “medicalização” da sociedade no que diz respeito à tuberculose seria obtido com o prestígio da tisiologia não só dentro da medicina, especificamente, como na sociedade como um todo. E é provável também que os tisiólogos acreditassem que esse prestígio requeria uma linguagem elitista, cientificamente comprovada, a única capaz de dar respostas ao problema da tuberculose. Aos tisiólogos interessava combater a tuberculose e para isso era fundamental que “os homens de governo” assumissem essa causa e os ouvissem, pois eram os especialistas no assunto.

Assim, os discursos e práticas dos tisiólogos evidenciavam a perspectiva impositiva da ofensiva médica contra a tuberculose no Brasil. Pelo menos uma parte desses profissionais parecia se identificar com o Estado Novo, independente das questões partidárias, da repressão e das perseguições ocorridas. Seus discursos e práticas não refletiam apenas as idéias do período, mas ajudavam a constituir a imagem de Getúlio Vargas como “pai dos pobres”, homem voltado para as questões sociais.

O ano de 1942 marcou um momento de mudança nos encaminhamentos políticos do Estado Novo. Há um afastamento do Brasil em relação aos países do Eixo e uma aproximação com os EUA. Nesse ano foi criado o Serviço Especial de Saúde Pública, como uma instituição autônoma dentro do Ministério de Educação e Saúde e que deveria, entre outras coisas, garantir a saúde dos trabalhadores que atuavam em áreas de produção estratégica como as da borracha na Amazônia e de minério no Vale do Rio Doce.⁷³ E o ano de 1945 representou não só o fim da Segunda Guerra Mundial, mas uma possibilidade de redemocratização do país. Era uma outra conjuntura. Os discursos

elogiosos ao Estado Novo vão deixando de estar presentes nos pronunciamentos dos tisiólogos.

No Terceiro Congresso Nacional de Tuberculose que aconteceu em Salvador, em 1946, as esperanças eram colocadas no governo de Eurico Gaspar Dutra. Aliás, na avaliação dos tisiólogos, a tuberculose no Brasil continuava sendo um problema de grandes proporções. Tinha-se superado o primeiro momento marcado pelo pouco interesse do governo. No entanto, a boa vontade dos órgãos dirigentes era sempre anulada pela limitação orçamentária. Ou seja, os benefícios não tinham sido grandes durante os últimos quinze anos, período que correspondia a todo o governo de Getúlio Vargas. Mas os tisiólogos diziam estar com esperanças no novo governo que se inaugurava. Em junho de 1946 foi criada a Campanha Nacional contra a Tuberculose, órgão ligado ao Serviço Nacional de Tuberculose, que teve um papel importante no financiamento das ações voltadas para o combate à tuberculose em âmbito nacional. A Campanha Nacional Contra Tuberculose, em 1947, num dos seus primeiros acordos de cooperação, contemplou o IBIT e o Governo do Estado da Bahia.⁷⁴ Ainda durante o governo de Dutra foi instituído o ensino obrigatório de tisiologia nas faculdades federais de medicina, projeto que vinha há muito tempo sendo defendido pelos tisiólogos.

Em 1953, na Terceira Conferência Nortista de Tisiologia que aconteceu em Manaus, José Silveira, retratando a trajetória da luta antituberculose na Bahia, a dividiu em três momentos: o primeiro da Liga Bahiana Contra a Tuberculose (1900-1935); o segundo, da Inspetoria de Tuberculose (1936-1945) e o último, de 1947 em diante, período iniciado com o Governo de Otávio Mangabeira (1947-1951), fase de glória da tisiologia no estado. Na opinião de Silveira foi esse o governo que realmente reconheceu a tuberculose como causa fundamental.⁷⁵ Otávio Mangabeira era um importante representante do “autonomismo” baiano, corrente política, que, como vimos anteriormente, era forte opositora do Estado Novo.⁷⁶

Um ano mais tarde, falando em nome da Federação Brasileira das Sociedades de Tuberculose na sessão de abertura do VII Congresso Nacional de Tuberculose, no Rio de Janeiro, José Silveira historiava a trajetória dos primeiros congressos de tuberculose que ocorreram no Brasil, lembrando as expectativas existentes quando da realização do Primeiro Congresso Nacional. Naquele momento os tisiólogos consideravam que estavam saindo de uma época incerta, de idealismo e de esforços isolados para “um período de realização e trabalho construtivos”.⁷⁷ Decorridos quinze anos, se não era possível ainda fazer “vibrar os clarins da vitória”, ao menos se podia vislumbrar o caminho do sucesso. Nas suas palavras, as novas descobertas em relação à doença faziam com que ela perdesse o seu aspecto trágico. Aproveitava para afirmar a importância da abreugrafia, da imunização e dos antibióticos, bem como da Campanha Nacional Contra a Tuberculose. Apesar dos progressos alcançados, Silveira considerava o momento crítico. Em sua opinião, propagandeava-se o declínio da doença, mas a tuberculose não tinha “batido em retirada”. A mortalidade tinha diminuído com o aparecimento dos antibióticos, porém continuava-se adoecendo com a mesma frequência. Da mesma forma persistiam as condições de contágio com o agravante do surgimento dos bacilos resistentes. E concluía dizendo que longe estavam de poder “repousar na tranquilidade do dever cumprido”.⁷⁸ Ele que tinha sido um dos pioneiros na defesa da obrigatoriedade do ensino de tisiologia em cátedra específica, não via com bons olhos a descaracterização da tisiologia enquanto especialidade defendida por alguns tisiólogos a partir do uso dos antibióticos. Porém, no seu histórico da trajetória da luta antituberculosa no Brasil, nenhuma referência foi feita ao Estado Novo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurei neste artigo acompanhar o processo de constituição de um discurso elogioso em relação ao Estado Novo, empreendido por alguns tisiólogos. Para tal, me direcionei principalmente às discussões que ocorreram em torno dos eventos específicos sobre tuberculose que começaram a acontecer no Brasil a partir de 1938. Foi possível observar que se estabeleceu uma complexa relação entre os tisiólogos e o governo, ora de aproximação, ora de afastamento.

É provável que uma parcela dos tisiólogos tenha tido expectativas em relação ao governo que se inaugurava, ou mesmo que tenha havido uma certa identificação entre esses profissionais e o projeto político do Estado Novo. O enfrentamento da tuberculose necessitava de empenho governamental, que parecia poder realizar-se, pois discursos afirmativos em relação às ações contra a tuberculose foram constantes no período. O governo de Getúlio Vargas, principalmente a partir de 1938, parecia querer investir no combate à tuberculose de forma mais incisiva do que os governos anteriores.

Por outro lado, os elogios podem também ter sido estratégias discursivas, afinal, a tuberculose era um dos maiores problemas de saúde pública e os tisiólogos buscaram ocupar espaços na sociedade e afirmar a importância da sua especialidade. A partir de 1942, na medida em que as críticas ao governo Vargas e ao Estado Novo vão ganhando destaque na sociedade, os elogios vão deixando de estar presentes nos pronunciamentos dos tisiólogos. Estes passam a depositar esperanças nos novos governos. De qualquer forma, entre os discursos e práticas dos tisiólogos e o Estado Novo havia um sinuoso jogo de forças no qual as escolhas políticas não podiam ficar escondidas em torno de um “consensual” combate à tuberculose.

E para concluir este texto, volto, mais uma vez, ao autor da epígrafe que o iniciou. E dessa vez não tendo como objeto de

análise os trabalhos escritos por José Silveira nas décadas de 1930, 1940 e 1950, mas seus livros de memórias, publicados a partir de 1970. Foram quinze ao todo, iniciados com *Imagens da Minha Devoção*, publicado em 1975 e finalizados com *Uma Doença Esquecida: a história da tuberculose na Bahia*, em 1994.⁷⁹ Nesse momento ele já estava aposentado da Faculdade de Medicina da Bahia, depois de ter sido o primeiro e único catedrático de fisiologia. Os fisiólogos ampliaram seu campo de atuação em direção principalmente à pneumologia e à cardiologia. Mas Silveira, que dedicou sua vida à luta antituberculose continuou se considerando um fisiólogo até o fim.⁸⁰

As referências ao Estado Novo e ao Governo de Vargas feitas nos seus livros de memórias aparecem em tom crítico. Silveira, por exemplo, relatando a visita que fez a Otávio Mangabeira em Nova York, considerava “injustíssimo” o exílio a que esse foi submetido, fruto dos “desmandos” e dos “desatinos de Getúlio Vargas”.⁸¹

Isso não queria dizer que ele tivesse assumido uma posição política definida. Sempre registrou que a política não era o seu “forte”, apesar do caráter político dessa afirmação. Autodenominava-se muito mais um conciliador do que um polemista. Ao discorrer sobre a trajetória da luta antituberculose na Bahia e no Brasil, elogiou os governos que com ela tinham se comprometido.

Deixou construído um patrimônio profissional reconhecido nacional e internacionalmente. O IBIT, que em 1937 iniciou suas atividades no subsolo do ambulatório Augusto Viana, da Faculdade de Medicina da Bahia, instalou-se numa sede própria em 1946. No final da década de 1950, expandiu seu trabalho em direção à criação de um Hospital do Tórax, depois transformado em Hospital Santo Amaro, sob a centralização da Fundação José Silveira.⁸²

Mas escrever suas memórias era uma tentativa de eternizar-se, afinal nem o IBIT, nem a Fundação que ganhou o seu nome estariam imunes ao esquecimento. O que poderia se

encerrar na finitude do vivido passava à infinitude da lembrança. Nesse trabalho de recordação que se constituía num tempo múltiplo e plural, os relatos individuais de José Silveira, aqueles que emergiram da sua experiência, estavam associados a uma memória coletiva. E nesse processo, em que o passado era narrado a partir do presente como forma de reconstruí-lo, criticar o Estado Novo era bem mais pertinente.⁸³

NOTAS

1 Silveira, José. Em Nome dos Congressistas. In: Revista Arquivos do IBIT, Tomo III, 1939, pp.55-58.

A Revista Arquivos do IBIT, criada em 1937, foi uma publicação do Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose, fundado na Bahia nesse mesmo ano.

2 Tisiologia é a especialidade da medicina voltada para a tuberculose, também conhecida como tísica.

3 A reunião de médicos em congressos não era novidade na história da profissão médica no Brasil. Mas os congressos e conferências específicos de tuberculose no Brasil surgiram nesse momento. Em maio de 1938 aconteceu, no Rio de Janeiro, a Primeira Conferência Regional de Tuberculose, que buscava agregar os tisiólogos da região sul. Alguns meses depois ocorreu em Salvador a Primeira Conferência Nortista de Tisiologia, congregando os especialistas do Norte. Em 1939, realizou-se no Rio de Janeiro o Primeiro Congresso Nacional de Tuberculose e em 1941 o II Congresso Nacional de Tuberculose em São Paulo. O III Congresso Nacional de Tuberculose se realizaria em Salvador, em 1946, já no processo “redemocratização”.

4 Mac Dowell, Affonso. Consciência Nacional Anti-Tuberculosa. In: Revista Brasileira de Tuberculose, maio e junho de 1938 (encadernação do IBIT, Vol. 7, 1937-1938, p. 501-508). Mac Dowell foi o diretor-fundador da Revista Brasileira de Tuberculose e um dos principais atuantes na luta antituberculosa.

5 Idem, *ibidem*, p. 501.

6 Idem, *ibidem*, p. 502.

7 SILVEIRA, J. Alocução Inaugural da 1ª Conferência Nortista de Tisiologia. In: Arquivos do Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose, Tomo II, 1938, pp. 79-85.

8 Idem, *ibidem*, p. 80.

9 Idem, *ibidem*, p. 81.

10 Raphael de Paula Souza dedicou sua vida profissional à luta contra a tuberculose. Atuou principalmente em São Paulo, na área universitária e clínica e mudou-se para o Rio de Janeiro para exercer o cargo de Superintendente da Campanha Nacional Contra a Tuberculose, criada em 1946. Ver FERNANDES, Tânia. et al. Memória da Tuberculose: acervo de depoimentos. Rio de Janeiro. FIOCRUZ, 1993, pp. 87-89.

11 Revista Brasileira de Tuberculose, 5 e 6 de 1941, pp. 81-85.

12 Ver: OLIVEIRA, Lúcia Lippi et al. Estado Novo. Ideologia e Poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. LENHARO, Alcir. Sacralização da Política. 2ª Ed. São Paulo: Papyrus, 1986; GOMES, Ângela de Castro. A Invenção do Trabalho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

13 A Revista Brasileira de Tuberculose, criada em 1932, no Rio de Janeiro, era ligada à Policlínica Geral do Rio de Janeiro.

14 Assim, por exemplo, teriam se posicionado, em 1899, os participantes do Congresso para a Luta contra a Tuberculose, realizado em Berlim. Nesse evento foi definido que a luta contra a tuberculose era um “verdadeiro dever social do Estado”. Ver: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. Fundação Ataulpho de Paiva: Liga Brasileira Contra a Tuberculose, um século de luta. Rio de Janeiro: Quadratum, 2002, p.17.

15 NASCIMENTO, Dilene Raimundo. As Pestes do Século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, pp. 45-79.

- 16 NASCIMENTO, D. R. do. Fundação Ataulpho de Paiva. Obra citada, principalmente pp. 18-25; NASCIMENTO, D. R. do. As Pestes do Século XX. Obra citada, p.56.
- 17 NASCIMENTO, D. R. do. Fundação Ataulpho de Paiva. Obra citada, p. 70.
- 18 UZEDA, Jorge Almeida. A Morte Vígiada: a cidade do Salvador e a prática da medicina urbana (1890-1930). Dissertação em Ciências Sociais, UFBA, 1992, p. 71.
- 19 Ver: Discursos de César de Araújo. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 1998, p. 41.
- 20 APEBA. Decreto 16.330 de 01 de dezembro de 1923.
- 21 APEBA. Departamento Nacional de Saúde Pública. Acordo firmado entre o Estado da Bahia e a União, para os serviços de profilaxia da tuberculose e higiene infantil. Caixa 4062, maço 81.
- 22 APEBA, Lei 1.811 de 29 de julho de 1925.
- 23 APEBA, Decreto 4.144 de 20 de novembro de 1925 (Aprova o Código Sanitário do Estado da Bahia). E Lei 1.993 de 21 de julho de 1927 (Cria a Secretaria de Saúde e Assistência Pública em substituição a Subsecretaria de Saúde e Assistência Pública).
- 24 SANTOS, Luiz A. de Castro. As Origens da Reforma Sanitária e da Modernização Conservadora na Bahia durante a Primeira República. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 41, nº 03, 1998, (593-633). p. 615.
- 25 Ver a esse respeito GUERREIRO de Freitas, Antônio Fernando. A Bahia em Pedacos ou uma política de oligarcas e (neo)oligarcas. In: Cadernos do CEAS (153): 13-24, set./out. 1994; SILVA, Paulo Santos. Ancoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949). Salvador: EDUFBA, 2001.
- 26 SILVA, Paulo Santos. Ancoras de Tradição. Obra citada, pp. 15 e 16; SILVA, P. S. A Volta do Jogo Democrático. Salvador: Assembléia Legislativa, 1992; SAMPAIO, Consuelo Novais. Poder e Representação: O Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937. Salvador:

Assembléia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992, p. 96-103.

27 Ver Silveira, Jose. Prado Valladares: idéias, doutrinas e atitudes. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1982. pp. 57-60; SILVEIRA, José. Paradigmas: vidas que ensinam, exemplos que engrandecem. Salvador, 1989, pp. 62-63.

28 SAMPAIO, Consuelo Novais. Poder e Representação. Obra citada, p. 32.

29 SANTOS, Mário Augusto da Silva. Crescimento Urbano e Habitação em Salvador (1890-1940). In: Rua, Revista de Arquitetura e Urbanismo. V.3 (4/5): 20-29, jun./dez. 1990, pp. 26-27.

30 APEBA, Secretaria de Educação e Saúde. Relatórios dos Trabalhos Realizados na Inspetoria Técnica de Tuberculose. 1933 e 1934. Caixa 4059, maço 74. A vacina BCG foi um método de prevenção comprovado por Calmette e Guérin em 1921. Seu uso suscitou polêmicas que tanto diziam respeito à sua eficácia enquanto imunoterápico, quanto à sua forma de aplicação (via oral ou intradérmica). A esse respeito ver: FERNANDES, Tânia Maria Dias et al. Memória da Tuberculose: acervo de Depoimentos Obra citada; NASCIMENTO, D. Raimundo Fundação Ataulpho de Paiva. Obra Citada, pp. 84-106.

31 Bahia, Imprensa Oficial do Estado. Mensagem de Juracy Magalhães a Getúlio Vargas, 1935, p. 18.

32 NUNES, Fábio de Carvalho. A Mortalidade por Tuberculose na Cidade do Salvador. Secretaria de Educação e Saúde. Salvador-Bahia, 1949, principalmente as páginas 21, 23, 27. O autor apresenta para as demais capitais o seguinte coeficiente de mortalidade: Belém: 388.5 por 100.000 hab.; São Luis 192.8 por 100.000 hab.; Natal: 229.8 por 100.000 hab.; João Pessoa 229.5 por 100.000 hab.; Maceió 230.2 por 100.000 hab.; Aracaju 162.9 por 100.000 hab.; Vitória 498.4 por 100.000 hab.; Goiânia 25.0 por 100.000 hab.; Cuiabá: 67.9 por 100.000 hab.; Curitiba 106.1 por 100.000 hab.; Florianópolis 175.0 por 100.000 hab.; Porto Alegre 386.0 por 100.000 hab. Manaus: 244.8 por 100.000 hab..

- 33 SILVEIRA, J. Plano de Combate à Tuberculose. Bahia, 1935, pp.1-12 (mimeo).
- 34 SILVEIRA, J. Uma Doença Esquecida: história da tuberculose na Bahia. Salvador: Centro Editorial e Didático, UFBA, 1994, pp. 81-110.
- 35 APEBA. Lei N. 54 de 25 de julho de 1936. Cria a Inspetoria de Prophylaxia da Tuberculose.
- 36 Ver: APEBA Secretaria de Educação e Saúde. Petição da Fundação Anti-tuberculosa Santa Terezinha, para aprovação dos seus estatutos. Caixa 4022, maço 05; APEBA. Decreto N. 9.961 de 7 de agosto de 1936. Aprova os Estatutos da Fundação Anti-Tuberculosa Santa Terezinha.
- 37 SILVEIRA, J. Uma Doença Esquecida. Obra citada, p.110; SILVEIRA, J. Armamento Anti-Tuberculoso da Bahia. In: Revista Arquivos do IBIT. Vol XIII, 1954, p.18.
- 38 Bahia Imprensa Oficial 1940. Lei 158-A de 23 de abril de 1937, p. 4.
- 39 Discursos de César de Araújo. Obra citada, pp. 37-51.
- 40 Idem, ibidem, p. 51.
- 41 Idem, ibidem, pp.13-14 e 37-45.
- 42 BERTOLLI FILHO, Cláudio. História Social da Tuberculose e do Tuberculoso: 1900-1950. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001, p. 69.
- 43 Idem, ibidem, p. 70.
- 44 MAC DOWELL, A. Consciência Nacional Anti-tuberculosa. In: Revista Brasileira de Tuberculose, 5 e 6, 1938, p. 505 (Vol. 07, encadernação do IBIT).
- 45 Idem, ibidem, pp. 501-502.
- 46 Ver Bertolli Filho, Claudio. Obra citada, p. 126.
- 47 Ver: Brasil, Actos do Poder Legislativo. Decreto 3.724 de 15 de janeiro de 1919. Regula as obrigações resultantes dos acidentes de trabalho, pp. 166-170; OLIVEIRA, Jaime de Araújo e TEIXEIRA, Sônia

M. Fleury. (IM) Previdência Social: 60 anos de história da Previdência Social no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1986; POSSAS, Cristina. Saúde e Trabalho: a crise da Previdência Social. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1989.

48 SILVEIRA, J. O Tuberculoso em Face da Legislação. In: Revista Arquivos do IBIT, 1941-1942, pp. 93-99.

49 Revista Brasileira de Tuberculose, 05 e 06, 1938, p. 619 (Vol. 07, encadernação do IBIT).

50 Essa terapêutica foi objeto de inúmeras controvérsias, pois havia acidentes graves no seu uso. Agradeço à médica pneumologista Sônia Sales os esclarecimentos sobre essa temática.

51 Revista Brasileira de Tuberculose, 05 e 06 de 1941, pp.291- 293.

52 O sentido atribuído ao termo “primo-infecção” (primeira infecção), diz respeito à ausência de contato anterior com o bacilo.

53 SILVEIRA, J. Sobre as Formas Anatomo-Clinicas da Tuberculose Pulmonar nos Negros da Bahia. In: Revista Arquivos, Tomo III, 1939, pp. 75-87.

54 FREITAS, Octávio. Incidência de Tuberculose no Preto de Pernambuco. In. Revista Brasileira de Tuberculose, 07, 1939, p. 41.

55 Idem ibidem.

56 Idem, ibidem, p. 46.

57 ESTEVES, Henrique. A Tuberculose Pulmonar do Preto no Pará. In: Revista Brasileira de Tuberculose, 07, 1939, p. 53.

58 Idem, ibidem, p. 54.

59 Idem, ibidem, p. 55.

60 Idem, ibidem, p. 56.

61 MATTOS, J. Rebello de. Factos e Aspectos da Tuberculose na Bahia. Tese de Doutorado, 1924, p. 31.

62 COSTA, Iraneidson Santos. A Bahia já deu Régua e Compasso: o saber médico legal e a questão racial na Bahia. Dissertação de Mestrado.

Salvador, UFBA, 1997. SCHWARCZ, LÍlian. O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

63 SONTAG, Susan. A Doença como Metáfora. Trad. Márcio Ramalho. Rio de Janeiro: Graal, 2002; SONTAG, S. A Aids e suas Metáforas. Trad. Paulo Henrique Britto. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

64 MAC DOWELL, A. Consciência Nacional Anti-Tuberculosa. Obra citada, p. 505.

65 LENHARO, Alcir. Sacralização da Política. Obra citada.

66 Memória da Tuberculose: acervo de depoimentos. Obra citada, p. 88.

67 André de Farias Pereira Neto, estudando o Congresso dos Práticos (Prático era a denominação dada ao médico praticante da profissão), que aconteceu no Rio de Janeiro em 1922, faz referência ao prestígio que a tisiologia vai adquirindo nos primeiros anos do século XX, em função da alta incidência da tuberculose. Ver: PEREIRA NETO, A. de Farias. Ser Médico no Brasil: o presente no passado. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001, p. 48.

68 Revista Brasileira de Tuberculose, 5 e 6, 1938, pp. 615-616 (Vol. 07, encadernação do IBIT).

69 SILVEIRA, José. Alocução Inaugural da 1ª Conferência Nortista de Tisiologia. Revista Arquivos, 1938, pp 79-80.

70 Idem, *ibidem*, p. 85.

71 A Federação Brasileira das Sociedades de Tuberculose foi fundada no Primeiro Congresso Nacional de Tuberculose.

72 Alguns estudos que tratam do processo de constituição da medicina científica no Brasil sofreram influência teórica de Michel Foucault. Esses trabalhos voltam-se principalmente para a análise dos discursos médicos e da relação entre saber e poder, abordando o que ficou denominado de estratégia de medicalização da sociedade. A medicina moderna é analisada como instrumento técnico-científico nas suas relações diretas ou indiretas com o Estado. Ver entre outros: MACHADO, Roberto et

al. Danação da Norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978; COSTA, Jurandir Freire. Ordem Médica e Norma Familiar. Rio de Janeiro: Graal, 1979; MURICY, Kátia. A Razão Cética: Machado de Assis e as questões de seu tempo. São Paulo: Cia das Letras, 1988. A obra coletiva organizada por Madel Terezinha Luz trata do processo de institucionalização da medicina científica no Brasil, buscando uma articulação teórica entre Michel Foucault e a concepção gramsciana de Estado. A partir do século XIX a medicina busca invadir o espaço urbano com o objetivo de saná-lo. Contribuirá para instituir no país a ordem política centralista e socialmente excludente. Ver: LUZ, M. T. (org.) Medicina e Ordem Política Brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. Outros estudos, resultados de pesquisas que tiveram como objeto de análise a saúde a partir da perspectiva de uma história social das artes de curar no Brasil, buscaram trabalhar com outras fontes além dos discursos médicos, pois, a partir da experiência dos atores envolvidos nas práticas de cura, foi possível identificar uma resistência ao projeto de institucionalização da medicina científica no Brasil. Ver entre outros: CHALHOUB, Sidney. et. al. (org.) Artes e Ofícios de Curar no Brasil. Campinas, SP: UNICAMP, 2003; CHALHOUB, S. Cidade Febril: Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1996; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Nas Trincheiras da Cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

73 Ver: CAMPOS, André Luiz Vieira de. Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

74 Revista Brasileira de Tuberculose 09 e 10, 1947, pp. 79-84.

75 SILVEIRA, J. Armamento Anti-tuberculoso da Bahia. Obra citada, pp. 14-27.

76 SILVA, P. S. Âncoras de Tradição. Obra citada; SAMPAIO, C. N. Poder e Representação. Obra citada.

77 SILVEIRA, J. Em Nome da Federação Brasileira das Sociedades de Tuberculose. In: Arquivos do IBIT. Vol. XIII, 1954, p. 153.

78 Idem, *ibidem*, pp. 154-159.

79 SILVEIRA, José. *Imagens da Minha Devoção*. Salvador-Bahia, 1975; SILVEIRA, José. *Uma Doença Esquecida: a história da tuberculose na Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1994.

80 José Silveira se aposentou em 1969 quando tinha em torno de 64 anos. Nasceu em novembro de 1904 e morreu em abril de 2001.

81 SILVEIRA, J. *Paradigmas*, obra citada, p. 119.

82 Ver principalmente: SILVEIRA, J. *A Sombra de Uma Sigla ou 40 anos do IBIT*. Salvador-Bahia, 1977; SILVEIRA, J. *Vela Acesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. SILVEIRA, J. *Obstinação: aspectos da vida de um hospital*. Salvador-Bahia, 1992; SILVEIRA, J. *Uma Doença Esquecida: a história da tuberculose na Bahia*. Salvador: Centro Editorial e Didático – UFBA, 1994.

83 GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Artes da Memória, Fontes Oraís e Relato Histórico*. In: *História & Perspectiva: Revista dos Cursos de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História*. Uberlândia (23): 99-114, Jul./Dez. 2000; BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 9ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2001; HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

ESTADO, TRABALHADORES E PREVIDÊNCIA SOCIAL: A DIALÉTICA DO DIREITO E DO PROTETOR (1937-1945)

José Roberto Franco Reis
Doutor em História pela Universidade
Estadual de Campinas (Unicamp);
Professor Assistente da Universidade Veiga
de Almeida (UVA)

Em 1938, o sobrinho de um ferroviário da Companhia Paulista de Estradas de Ferro escreve uma carta a Vargas para manifestar sua indignação com a recusa da Caixa de Aposentadoria e Pensão (CAP) da referida companhia, em aceitar a internação de seu tio no Hospital Steveson, em Campinas, sob alegação de estar em desacordo com a lei¹:

É lamentável que um ferroviário com 19 anos de serviços consecutivos, contraindo enfermidade no cumprimento do dever, principalmente numa zona de impaludismo, continue sem recursos para o tratamento de saúde.

Interessante observar o pedido que o missivista faz a Vargas no final da carta, propondo uma espécie de cumplicidade com o presidente, como se fossem dois bons companheiros:

[...] pe[ço] encarecidamente a V. Exa. não dar conhecimento de meu nome afim de evitar que venha sofrer

alguma decepção por parte da administração por ter me dirigido a V. Exa chefe da Nação.

Com certeza informado dos procedimentos adotados pela Secretaria da Presidência da República com relação às cartas enviadas ao presidente - as quais freqüentemente resultavam numa diligência que apontava para o autor da carta² - e talvez por conhecer os modos de gerenciamento administrativo da CAP da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, já que ele parece também ser associado, que o missivista, com receio de sofrer alguma represália, solicita a Vargas sigilo na sua reiv. Entretanto, mais do que mero sigilo, o pedido final do missivista parece sinalizar para o estabelecimento de um tipo de confiança e intimidade com o governante, como se pretendesse torná-lo seu cúmplice, um interlocutor leal e aliado efetivo dos *de baixo*, principalmente diante das injustiças sofridas pela ação dos poderosos. De fato, dos anos 1930 em diante, trabalhadores e populares, vale dizer, “homens desprovidos de diplomas ou elevadas condições sociais”, como sugere um missivista, ou “humildes que trabalham” como se refere outro, foram estimulados a enviar correspondências para o presidente como parte de uma estratégia mais ampla do regime Vargas de buscar se legitimar, particularmente junto às massas trabalhadoras. Milhares de cartas, como a do sobrinho do ferroviário, foram então escritas. Tais correspondências, reforçando a intenção do governo Vargas de se valer desse tipo de comunicação como um meio de estabelecer vínculos e aproximações com efeitos muito úteis na geração de consentimentos, adesões e controles políticos da população, eram transformadas pela Secretaria da Presidência da República em um processo, ganhavam uma numeração e, em seguida, eram encaminhadas para o Ministério ou órgão mais diretamente envolvido com o pleito ou assunto da dita correspondência e, na medida do possível, buscava-se oferecer uma solução. Em alguns casos, mais especificamente nos processos que eram remetidos para o Ministério do Trabalho e que, geralmente, envolviam alguma questão trabalhista ou

previdenciária, formavam-se às vezes grossos volumes, com uma ou duas centenas de páginas.

Entretanto, é preciso observar que nesse processo de comunicação não havia apenas um ator político - o Estado, sua maquinaria ideológica e simbólica e seu desejo implícito e explícito de manipulação. O *Outro* da sedução política, o dito povo, também atua como protagonista nesse ato, observando as intenções do Estado, negociando com este, mas estabelecendo as suas próprias motivações para o ato de escrever. Desta forma, quando tomam a decisão de enviar uma carta ou um telegrama ao presidente, esses homens e mulheres comuns procuram perseguir seus objetivos particulares, seja a realização de um direito, a concretização de um ato de justiça ou mesmo a obtenção de um claro favorecimento.

Assim, um ponto fundamental a destacar como chave de leitura metodológica dessa correspondência, é o seu irreversível *lugar político*, ou seja, o seu reconhecimento como um documento que estabelece um processo de *comunicação política* dos missivistas com o Estado, particularmente com Getúlio, em que o lugar da inocência, da mera troca epistolar como uma forma de obter favores e angariar benefícios deve ser afastado. Não que não se fizessem pedidos – pelo contrário, fazem-se aos montes. O que se quer dizer aqui é apenas que tais cartas não podem deixar de ser vistas, sob o risco de perder seus significados mais expressivos, como parte de um processo assumidamente instituído de negociação política. Desse modo, o que me pareceu sobremaneira relevante foi verificar que as pessoas escreviam em grande quantidade e, nas suas correspondências, articulavam estratégias, manuseavam as falas do regime, denunciavam e pressionavam autoridades, sentindo-se em diálogo e negociação, com os mandatários do poder, em particular com seu governante maior. E, algumas vezes, até eram favorecidos. Do ponto de vista do regime, era montado todo um rigoroso processo de encaminhamento das demandas, exigindo intervenções, fazendo apurações, solicitando providências, no mínimo, cobrando explicações dos envolvidos a partir dos eventos narrados nas

diversas cartas. Isso incluía o próprio missivista, que podia ser instado a se pronunciar novamente. Por fim, era enviada alguma satisfação ao autor da carta, que devia minimamente se sentir atendido e/ou reconhecido e/ou valorizado, mesmo quando a resposta era insatisfatória. Sendo assim, creio estar correto ao propor que tais correspondências instauraram uma forma inédita e original de relacionamento entre o governante e a população — ainda que em outros momentos da história brasileira cartas a autoridades tenham sido escritas — devendo, pois, ser compreendidas como um expressivo e eficiente meio de *comunicação política*. Como sugeriu um missivista, ao justificar porque estava escrevendo a Vargas, “lembrei-me das palavras ditas no outro dia pelo speaker da Hora do Brasil de que agora não há mais intermediários entre o povo e o governo, e que o bonde para o Catete custa \$ 200 réis somente”. Essa parece ser também a crença da viúva Maria Soares Liborio, que, de Niterói, escreve a Vargas pedindo que intervenha junto à Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Transportes e Cargas, de forma que possa receber a pensão a que se considera com direito. Para maiores esclarecimentos, solicita ao presidente para “telefonar para o n. 3332 de Niterói, informando-[l]he qual o dia em que a [sua] humilde pessoa pode falar e relatar o [seu] triste caso”³

Essa última carta, tal como a do sobrinho de ferroviário com a qual iniciei este artigo, trata de um assunto central nas correspondências: o sistema de previdência instituído no país a partir dos anos 30. E isso evidentemente não era casual. Com efeito, segundo boa parte dos estudiosos do tema, essas instituições foram criadas de acordo com a lógica corporativista de relações de trabalho estabelecidas pelo regime Vargas, que estimulava que cada sindicato entrasse em contato direto com o Ministério do Trabalho reivindicando um sistema de proteção previdenciária mais completo. Assim, “cada grupo recebia sua própria CAP ou IAP, e também sua lei específica”, daí resultando uma “coleção espantosa de leis e normas operacionais e uma variedade de modelos diferentes de proteção e financiamento”⁴. Esta profusão legal e normativa identificada por Malloy, talvez

explique, por um lado, o elevado número de cartas enviadas a Vargas que tinham como alvo de suas reclamações os institutos de previdência (159 do total de 504 processos levantados nas oito latas referentes ao MTIC, ou seja, 30.5%), já que cada categoria de trabalhadores, através do sindicato ou frequentemente por intermédio de um remetente individual, escrevia com o objetivo de pressionar e/ou reivindicar um sistema de proteção mais amplo.

Por outro lado, creio também que devido ao decisivo leque de funções que os institutos e caixas cumpriam na vida das pessoas (moradia, saúde, sobrevivência financeira por aposentadoria ou pensão, indenizações, pecúlios diversos etc.), ainda que estes, na prática, pudessem apresentar resultados limitados, eram vistos como absolutamente importantes, vitais mesmo aos indivíduos, mobilizando-os na direção de remeterem um grande número de cartas tratando de assuntos relacionados ao seu funcionamento⁵. Assim, seja exigindo a restituição de contribuições, quando, pela legislação, não podiam ser contemplados com pensões e aposentadorias; seja cobrando o financiamento ou construção da casa própria, “o lar-santuário sagrado” como ressalta um missivista; ou defendendo a agilização do pagamento de aposentadorias e pensões e a ampliação do atendimento médico; ou mesmo denunciando casos de má administração ou de malversação de verbas, tudo era motivo para reclamação dos indivíduos.

Assim, tendo por base a análise dessas correspondências, vou me concentrar neste texto naquelas que procuravam tratar do sistema de previdência montado a partir os anos 1930, tendo em vista que foi nesse período que se observou um processo de rompimento com o padrão básico de organização das antigas Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), criando-se os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), organizados a partir de categorias profissionais de âmbito nacional.

PREVIDÊNCIA, INSEGURANÇA ESTRUTURAL E RETÓRICA GOVERNAMENTAL: NO SILÊNCIO DA POLÍTICA, AINDA FALAM OS TRABALHADORES?

Começo então pela carta que, em fins de 1938, o desempregado Vicente Pereira de Andrade escreve a Vargas, apoiado nas palavras do presidente de que no seu governo haviam desaparecidos “os intermediários entre o povo e o presidente”⁶. Vicente inicia a carta ressaltando a sua condição de “brasileiro nato” e identificando o quadro das suas relações pessoais, para em seguida relatar seu drama pessoal e familiar, depois de “mais de 10 anos de serviços públicos prestados ao paiz”, sendo oito anos e onze meses no “Exército activo”. Em seguida, apresenta as referências profissionais que o credenciariam a um emprego. Ao final da carta, pede decididamente uma colocação no serviço público, lembrando a Vargas que a Constituição não lhe vedava o “direito de nomear qualquer cidadão”, e que o seu destino e o da sua família estavam nas mãos de Getúlio.

Dito assim, aparentemente nada de revelador sugere esta carta, estando presentes aí diversos elementos do imaginário tradicional da política, que reconhece o poder concedente da autoridade, a quem o missivista procura prestar contas de sua lealdade, ao mesmo tempo que se esforça para justificar sua condição de homem honrado e trabalhador e nesse caso atestar seu enquadramento no Estado Novo. Entretanto, aqui e ali os indícios de reconhecimento de uma outra realidade aparecem, quando Vicente afirma, por exemplo, a sua condição de brasileiro nato, já que o regime se proclamava nacionalista e abertamente explora sua condição de revolucionário de primeira hora. O próprio discurso do *bom sujeito* (honesto, trabalhador e chefe de família responsável), como vimos, não tinha nada de inocente, servindo como um meio de exigir seu lugar ao sol no Estado Novo. Mais adiante a carta denuncia a atitude de certos empresários, que não contratavam maiores de 35 anos, “mesmo que em pleno vigor”, justificando tal atitude

em função dos pesados encargos das leis de aposentadorias e pensões, um dos legados mais importantes da política social de Vargas. Além disso, acusa o próprio governo, que impõe o limite de 35 anos para a realização de concursos e ainda denuncia a situação de crise econômica do país, com “constantes quebras de Casas Commerciaes e Bancos”, provocando instabilidade nos trabalhadores e deixando “os chefes de famílias [...] em situação difficil”:

Tenho mais de 35 annos e menos de 45. Acho-me ainda em plena robustez physica, não obstante os mais penózos revézes moraes destes ultimos tempos lutando contra uma maré de má sorte sem precedente na vida de um mortal, descolocado como me acho desde mais de 7 mezes vendo os meus mais caros (Senhora e uma filhinha menor que estão em Minas) chorando a minha longa ausencia e curtindo mesmo grandes necessidades materiaes. Hoje em dia as emprezas particulares (Bancos, Companhias e Casas commerciaes) fecharam as portas do ingresso nas suas dependências aos homens maiores de 35 annos mesmo que em pleno vigor, allegando como justificativa para esse acto anti-social e deshumano as pesadas exigencias das leis de aposentadorias e pensões e mais da lei federal que véda a accettazione em concurso de individuos maiores de 35 annos de idade. Ora senhor presidente, as constantes quebras de Casas Commerciaes e Bancos dão aos seus auxiliares a incerteza do dia de amanhã, o que equivale dizer que a instabilidade do empregado no commércio se assemelha ao ‘Reinado das rosas de Malharbe’ e assim face das

exigências deshumanas do Comércio nós homens chefes de familia ficamos em situação difficil, cujas consequencias poderão ser dannosas aos interesses sociaes e mesmo da ordem publica nacionaes. Eu pelo menos estou sem collocação há sete mezes e sem esperança de conseguir alguma coisa por ter mais de 35 anos de idade. Como V.exa, verá pelo jornal que junto a acompanha, muito trabalhei mormente pela imprensa para o feliz desfecho da Campanha da Alliança Liberal, mas isso não seria motivo para que eu pedisse alguma coisa a V. Exa. porquanto o fiz de coração.

Como se vê, ao mesmo tempo que acusa sua admiração por Vargas e no começo da carta declara sua fé no “bem aventurado dez de novembro de 1937”, o missivista deixa claro que a situação está longe de ser satisfatória, com constantes quebras de casa comerciais e industriais deixando os trabalhadores e suas familias aflitos e passando grandes dificuldades, apesar das pregações do governo em contrário, demonstrando que entre a intenção governamental e a prática habita um longa distância. E o que dizer das pretensões de harmonia social e de colaboração entre as classes anunciadas pelo regime? Segundo o remetente, parece que a situação não era bem essa, a ponto dele, como bom correligionário, alertar Vargas para os riscos da situação, cujas consequências podiam ser “dannosas aos interesses sociaes e mesmo da ordem pública nacionaes”.

Para os nossos propósitos de investigar o sistema previdenciário, importa notar que de acordo com Vicente, um dos principais motivos alegados pelas “empresas particulares” para não aceitarem trabalhadores com mais de 35 anos, eram as “pesadas exigências das leis de aposentadorias e pensões”,

cuja implantação ocorrera ainda na República Velha, mas que inegavelmente obtiveram novo impulso durante os anos do primeiro governo Vargas. Com efeito, embora haja um importante debate sobre o caráter inovador ou não das políticas previdenciárias do pós 30⁷, o fato é que foi entre os anos 1930-1938, como aponta Malloy, que as linhas gerais do sistema de previdência foram definidas e implementadas, sendo “parte integrante de uma estratégia maior de política estatal iniciada pelo regime Vargas”⁸. Ademais, como salientam Oliveira e Teixeira, se “nos sete anos compreendidos entre 1923 e 1930, o número de associados ativos [do sistema de previdência] crescera de seis vezes atingindo a marca de 140.000”, no período de 30 a 45 este número aumentou quase 20 vezes, chegando ao final dele com a “cifra de 2.888.000 associados”⁹. Assim, embora depois de 1930 as CAPs ainda continuassem existindo em grande quantidade - Malloy afirma que em 1939 existiam 95 CAPs - ocorre um rompimento com seu padrão básico de organização, o qual se baseava em “um contrato entre patrão e empregado sem a participação financeira do Estado”, criando-se os institutos de aposentadoria e pensões (IAPs), organizados a partir de categorias profissionais de âmbito nacional, com forte mediação do poder estatal. Surgem, então, o IAPM em 1933 (marítimos), em 1934, o IAPC e o IAPB (respectivamente, comerciários e bancários). Em 1936 é criado o instituto dos industriários, IAPI, e em 1938 são reorganizadas algumas caixas que dão origem ao IAPE (estiva) e IAPTEC (empregados em transportes e cargas). No mesmo ano de 1938 é estruturado o IPASE, englobando os funcionários públicos federais, que na verdade resultava da fusão de várias instituições menores¹⁰.

O modelo de administração dos IAPs seguia o modelo colegiado da lei de 1923 (Lei Eloy Chaves, que estabeleceu a criação de uma CAP para cada companhia ferroviária do país, e é apontada como marco introdutório do sistema de previdência para o setor privado), porém “com o significativo acréscimo de representação direta do Estado” em cada um dos institutos. Segundo Malloy, essas instituições foram formadas “de acordo

com a lógica corporativista de relações de trabalho estabelecidas pelo regime Vargas”, sendo dirigidas “por um funcionário executivo (Presidente ou diretor), escolhido pelo presidente da República” e “assessorado por uma espécie de colegiado, com representação igual de empregados e empregadores da categoria, variando entre quatro e oito”. E acrescenta: o “mais importante é que os membros dos conselhos e juntas de trabalho eram sempre relacionados por representantes de sindicatos aprovados que se reuniam em assembléia convocada pelo Ministério do Trabalho”, tornando o sistema de previdência social ligado ao sistema de sindicatos de trabalhadores¹¹. Além do mais, esclarece ainda Malloy, o sistema particular de relações de trabalho que estimulava que cada sindicato entrasse em relações diretas com o MTIC, buscando a efetivação ou o cumprimento de um direito, estimulava também que cada categoria individualmente buscasse um sistema de proteção previdenciária melhor.

Interessante notar que o sistema de previdência do pós-30 — ainda que fizesse parte explicitamente da política de concessão do regime, anunciado como mais uma dádiva ou outorga getulista, e nesse caso, visto e capitalizado como fundamental para o fortalecimento das políticas de cooptação e sedução popular de Vargas — gerava também nos indivíduos — e é o que eu pretendo mostrar neste trabalho através da análise de algumas correspondências — um forte sentimento de que esses órgãos de previdência lhes pertenciam, tendo sido criados para lhes servir e oferecer proteção. Sendo assim, sentiam-se com pleno direito de exigir e fazer reclamações as mais variadas possíveis, particularmente quando se sentiam ludibriados ou desrespeitados nas suas pretensões.

É o que parece acontecer, por exemplo, na carta que o marítimo Rogério da Silva Miranda Junior escreveu a Vargas, em setembro de 1940, para reclamar contra a administração do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos que, segundo ele, não aceitou a sua internação para ser operado¹²:

Penso que o Snr. Presidente do Instituto dos Marítimos deve ser um senhor que jamais teve contato com os homens do mar, que não conhece de perto os encanecidos serviços dos homens do mar, desconhece certamente a somma enorme de sofrimentos e sacrificios que escondemos com cara alegre, arrastando-nos a bordo, na Machina, nas Caldeiras, nos Porões dos Navios e nos Passadiços, no ultimo quartel de vida, sem Domingo nem dia Santo, nem noite nem dia, com bom ou mau tempo (...) Elle não sabe que a fome já bateu a porta de muitos marítimos, cujas lagrimas V. Excia como Patrono e benfeitor e Amigo dos homens do mar, num regimen de Governo honesto, Moral e dedicado as classes trabalhistas, criou esta suntuoza instituição para enxugar muitas lagrimas e amparar muitas necessidade e matar muita fome as escondidas que é a mais negra.

Não...basta.

Exmo. Snro. Presidente, é urgente uma reorganização dos destinos dessa 'Casa dos Velhos Marinheiros' já e já antes que seja tarde demais, é preciso ter uma cabeça pensante e capaz de dirigir os destinos dessa grandioza obra por V. Excia creada para o amparo dos velhos marinheiros que incondicionalmente são vosso amigo reconhecido e um sentinela avançado do Estado Novo. Certo de V. Excia tomar em consideração minha exposição, espero que em poucos dias receberei ordens dos dirigentes do Instituto, para que seja autorizada a minha operação”.

Ao que parece o marítimo Rogério simplesmente não aceita que o instituto de previdência criado para abrigar e salvar os “velhos marinheiros”, e que portanto deve ser a “casa” deles, seja dirigido por uma pessoa que desconhece a realidade dos marítimos. Realidade calcada em muito trabalho, luta, sofrimento e até fome, mas que Vargas, “patrono, benfeitor e amigo dos homens do mar”, e de toda a “classe trabalhista”, não pode desconhecer e muito menos ignorar. Lembra então a Getúlio que os velhos marinheiros são “incondicionalmente” o seu amigo e uma “sentinela avançada do Estado Novo”, esperando que em breve receba como resposta a determinação para que os dirigentes do Instituto procedam à autorização da sua operação.

Reclamação dura faz também um grupo de “bancários cariocas” (assinam dessa forma), que escreve a Vargas para denunciar a corrupção e o nepotismo observados no IAPB, acusando particularmente o seu presidente, Adherbal Novais, que eles explicitamente identificam como o representante de Vargas no Instituto¹³. Depois de mencionarem a “politicagem infernal” existente no IAPB, com nomeação do irmão do presidente do instituto, escolha suspeita de firma construtora do edifício sede do IAPB, aquisição irregular de terrenos em São Paulo, afirmam: “fatos dessa natureza são verídicos. Mande V.S. examinar por pessoa sua, de confiança absoluta, pois pensamos que o Ministro Falcão faz ouvidos moucos às queixas que lhe são levadas”. E concluem: “esperamos que V. S. o grande amigo dos trabalhadores, mande certificar-se de verdade, pois o seu representante nessa grande instituição fez verdadeira obra de sabotagem a tudo quanto V.S. tem realmente feito pelos bancários. JUSTIÇA.” Quer dizer, apesar de lembrarem que o sr. Adherbal era o representante de Vargas no IAPB, sugerem, simultaneamente, que ao conduzir de forma indecente o Instituto ele estaria contrariando à obra generosa de Getúlio, o “grande amigo dos trabalhadores”. Ademais, reafirmado estrategicamente o total apoio dos bancários a Vargas, sugerem que o presidente indique alguém de sua plena confiança para certificar-se das

denúncias que fazem, desde que não seja o Ministro do Trabalho que explicitamente acusam de não se interessar em averiguar.

Em setembro de 1940, o cidadão Alberto Santos Castanheira, morador de Uberlândia, Minas Gerais, escreve uma carta a Vargas, “grande Chefe do povo e do Brasil”, apelando ao presidente para que se torne o defensor dos seus “interesses junto ao IAPC”, num processo de restituição das suas contribuições ao Instituto¹⁴. Sua carta na verdade é curta, parecendo apenas servir de pretexto para anexar uma outra correspondência que havia enviado ao presidente do IAPC, em agosto de 1940:

Os empregadores que se atrasarem por mais de trez meses consecutivos terão sua inscrição cancelada sem direito a restituição das contribuições pagas? Porque o meu ex-patrão interrompeu os pagamentos, deixou de ser empregador eu deixo de ter direitos aos pagamentos feitos durante o tempo em que fui empregado?

Digo com franqueza, no meu modo de ver a resolução de Va. Sa. é um verdadeiro assalto a bolsa alheia, e um caso de lesa economia popular, que serei forçado a levar ao conhecimento do grande chefe da Nação, o Exmo Dr. Getulio D. Vargas, que saberá com justiça defender os interesses de um brasileiro que sempre cumpre os seus deveres de cidadão [...] deve ser uzo desse instituto estas resoluções impostas, agora eu pergunto a Va. Sa. se a lei permite a este instituto lesar aos seus próprios contribuintes? No meu caso é o que está acontecendo comigo, porem graças a Deus já temos no Brasil quem defenda com interesse e carinho os nossos direitos usurpados por quaisquer

peessoas sem consciencia. Como não estou de acordo com a decisão tomada, lanço o meu protesto exigindo a revisão e reparação no meu caso, e assim sendo aguardo sua resposta dentro de 15 dias, findo este prazo tratarei de meu direito.

Pelo visto o presidente do IAPC não se pronunciou no prazo estabelecido pelo comerciário, o que o levou, passados 36 dias, a enviar uma carta a Getúlio, para “tratar do [seu] direito.” Interessante observar a parceria que ele procura estabelecer com Vargas, servindo-se da sua autoridade e da sua suposta aliança com os *de baixo*, sobretudo com aqueles “que sempre cumprem os seus deveres de cidadão”, para ameaçar e pressionar o dirigente do IAPC, parecendo esquecer que este era nomeado pelo próprio presidente. Em verdade não havia nenhum interesse em lembrar objetivamente isso, bastando apenas deixar implícito para o presidente do instituto que o missivista sabia que Vargas é que o havia nomeado e que do mesmo modo podia destituí-lo. Assim, tendo escutado a retórica estado-novista acerca da opção preferencial de Getúlio pelos trabalhadores e pobres — como ele diz, “graças a Deus já temos no Brasil quem defenda com interesse e carinho os nossos direitos” — faz um uso inteligente e interessado disso, como um meio de pressionar o presidente para que assumisse efetivamente tal lugar e se tornasse um defensor efetivo dos seus “interesses junto ao IAPC”, de forma a não ter seus direitos “usurpados por quaisquer pessoa sem consciencia”. De todo modo, o fato é que o comerciário Alberto se mostra inconformado com a decisão tomada pela direção do Instituto, usando termos duros com o seu presidente (assalto à bolsa alheia e caso de lesa-economia popular), que parece impor sobre ele uma penalização pela atitude irresponsável do seu ex-patrão — o qual, segundo alega, teria sido quem deixou de realizar as contribuições.

Aliás, são numerosas as reclamações exigindo a devolução de contribuições pelos institutos ou Caixas. Um bom exemplo é

a carta de Francisco Teixeira de Assis, que diz ter contribuído por cinco anos para o IAPC e, como se concluiu que ele não tinha direito a aposentadoria, solicita a restituição das suas contribuições. Segundo informa, passados dois anos, nada havia recebido¹⁵. Em dezembro de 1940, um grupo de ex-comerciários do Rio de Janeiro (assinam dessa forma) envia um telegrama para Vargas, solicitando que este mande o IAPC “cumprir a lei de restituição de contribuições”¹⁶. Cecílio Moreira, da cidade de Caravellas, na Bahia, é outro que escreve apelando ao presidente no sentido de ver assegurado seus direitos de associados no mesmo IAPC, tendo em vista que contribuiu, segundo conta, durante anos, mas agora se acha em atraso de 27 meses. Pelo que revela, nem a restituição das contribuições o Instituto parece disposto a lhe conceder”¹⁷. Assim, demonstra indignação com a decisão do IAPC que pode colocá-lo no “caminho da fome e da miséria” e *pede* o amparo de Vargas, deixando claro também, pelo tom de indignação e de denúncia da sua carta, que se sente com *direito* à dita proteção previdenciária, tratando-se simultaneamente de uma questão de justiça e de uma outorga da alma generosa de Vargas:

O Instituto dos comerciários, porém [superpõe-se ?] as leis e, por seu preposto, nega-me o direito de aposentar-me, mostra-me o caminho da fome e da miséria na velhice, e faz mais, negando-me o direito no Instituto as minhas contribuições certamente para distribuí-los com outros mais felizes. Valho-me por isso, deste grito angustioso, verdadeiro gemido junto ao coração de V. Excia. Amparai-me Exmo Snr. Dr. Getúlio Vargas (sic).

Pedidos de cancelamento de multas e tolerância no prazo de pagamento das contribuições devidas por pequenos

ou médios comerciantes são muito comuns também, como no caso do alfaiate Antonio Rodrigues Ribeiro, que devia ao IAPI e escreve para solicitar o cancelamento da sua dívida¹⁸, bem como do comerciante da cidade de Cachoeira, na Bahia, João Soares Limoeiro que pede uma maior compreensão no pagamento das suas contribuições atrasadas: “Tenho a physica certeza de que V. Excia. criou o Instituto [dos comerciários] para amparo das famílias e não há de permitir que um pobre chefe de família venha a ser coagido pelo mesmo Instituto, quando pode haver a tolerância justificavel¹⁹.” Do mesmo modo, o proprietário de um modesto salão de barbeiro na cidade de São Vicente, em São Paulo, o Sr. Sebastião Cabral, diante da sua difícil situação financeira e por se considerar “um homem honesto, trabalhador e cumpridor de todas as suas obrigações”, escreve uma carta a Vargas pedindo a prorrogação dos prazos de recolhimento de suas contribuições ao IAPC²⁰. Proposta, aliás, aceita pelo Instituto, depois de uma visita do seu delegado à referida região, no qual ficou constatada a precária situação financeira do barbeiro: “O aspecto geral de seu salão de barbeiro demonstra pobreza, pois não passa de uma cadeira de pau com uma mesa tosca e um espelho à frente.” O que, de qualquer modo, servia para reforçar, junto ao *homem comum*, o quanto fazer uso desse meio de *comunicação política*, ou seja, escrever ao presidente - podia ser importante.

Outra constante fonte de reivindicações remete ao tema da construção de casas próprias para os segurados das caixas e institutos de previdência,²¹ problema que se relaciona, em boa medida, com a enorme carência de moradia no Brasil e os altos gastos de aluguel com habitação, particularmente para a população pobre²², fato reconhecido explicitamente até por um engenheiro do Conselho Nacional do Trabalho. Respondendo a uma solicitação do MTIC, em função da dramática carta do cidadão Francisco Gonçalves Martins — que escreve reclamando a atenção do presidente “aos pobres que são obrigados a morar em cortiços” — o engenheiro afirmava²³:

Neste particular, tudo está por fazer, entre nós; é bem verdade que uma grande parte da classe proletária (a dos associados dos Institutos e Caixas de aposentadorias e pensões) já vem sendo favorecida, graças a criteriosa orientação emprestada a estas instituições de Previdência Social, pelo Sr. Ministro da pasta do Trabalho. *Entretanto, mesmo nestas instituições pode-se constatar que com raríssimas exceções, até agora, só tem sido contemplados os associados de classe média, sendo que, o problema da habitação para a classe propriamente proletária, ainda não pode ser encarado, concorrendo para tal, o baixo nível dos salários no Brasil* [grifo meu].

De acordo com o tecelão Augusto de Carvalho, morador de Sorocaba, em São Paulo, e associado do IAPI, o engenheiro parece mesmo ter razão e por isso na carta que escreve a Vargas, em outubro de 1940, denuncia a difícil situação dos operários pobres da região e o desleixo do instituto com suas obrigações habitacionais²⁴:

O Instituto dos Industriários comprou um terreno aqui em Sorocaba prometendo construir casas para os operários, isso já há um ano que nos vem tapeando prometendo de um mês para o outro e até hoje nada fez, no entanto o instituto de acordo com a sabia lei de V. Excia e obrigado a empregar 50% dos 130:000\$000 que arrecada [...] em Sorocaba somos forçados a morar 2-3 e 4 famílias em uma só casa e pagar alugueis caros, as nossas

crianças são amarelas e anti igienicas e a tuberculoze nos esta devorando. Com grande magua nossa vemos todos os mezes descontarem 3% de nossos magros vencimentos prometendo-os com isso melhorar a nossa sorte. V. Exa e a nossa única esperança para que dentro em breve posamos ter o nosso lar, peço perdão das frases, mas são palavras de um desesperado da vida. Nosso Bom presidente olhe para nos? Sou um paulista que muito admira e que esta sempre ao seu lado.

Recebeu uma resposta da Secretaria da Presidência em fevereiro de 41, comunicando que, de acordo com o MTIC, “o Instituto dos Industriários já esta[va] dando cumprimento ao disposto no seu regulamento a respeito de construções em Sorocaba”. Sorte diferente teve o associado do IPASE de Santa Catarina, o guarda-fios contratado dos Correios e Telégrafos de Itaguai, Manoel Camargo Filho, que escreveu a Vargas pedindo a sua intervenção para que o Instituto estendesse a este estado a concessão de empréstimos para construção de casas²⁵:

V. Ex. fazendo esse grande beneficio, mesmo sacrificando um pouco esses entes queridos, farei minha casa propria, o que, a meu ver, resolverá grande parte do problema de minha vida e de muitos outros pequenos funcionarios amparar sua familia e sua velhice, pois, não tendo, como não temos, direito a aposentadoria, pois com 14 anos de serviço ainda não pertenço ao quadro, ao menos contarei quando já velho e sem poder trabalhar, com um cantinho onde abrigar meus filhos. Sendo V. Exa, mais um pai dos brasileiros que

propriamente um governador da Nação
deposito esse meu pedido em vossas
mãos[...]

Não sei se Getúlio passou de pai a padraсто na compreensão de Manoel, o fato é que a resposta que recebeu em janeiro de 1941 informava que o instituto só operava com carteira predial no Distrito Federal e nas capitais de Pernambuco e São Paulo, o que atesta as grandes limitações dos órgãos de previdência na concessão efetiva de moradias. Entretanto, mostra também como a possibilidade de obtenção de uma casa própria era algo crucial na vida de uma pessoa, podendo até suprir uma situação de incerteza no futuro por não ter direito à aposentadoria, como sugere o missivista. Segundo anota Bonduki,

[...] certamente o número de unidades produzidas pelos IAPs e FCP [Fundação da casa popular, criada em 1946, fora do período de nosso interesse] foi irrisório frente às necessidades habitacionais, mas o importante era mostrar que se fazia algo neste setor, que o Estado assumia o seu compromisso de alojar as forças vivas do trabalho²⁶.

Nesse caso, o significado político da construção e financiamento de casas subsidiadas para a população, notadamente dirigidas às massas populares urbanas, era enorme, exercendo forte impacto nas políticas de sedução e aproximação do regime.

Voltando às reclamações, o também associado do IPASE, Leoncio Lorena, por ser de São Paulo, onde o IPASE já possuía carteira predial, já vinha podendo contribuir facultativamente para esta e assim ter a esperança de conseguir um lar para si e sua família. Nesse caso, sua carta solicitava a intervenção

de Vargas para que agilizasse o seu pedido de empréstimo visando a aquisição de uma casa²⁷. Recebe uma resposta não muito satisfatória, mas com certeza mais esperançosa que a de Manoel, pedindo que aguardasse a sua vez. Essas diferenças de tratamento não passaram despercebidas e geraram cartas contendo reclamações contra a política habitacional das instituições de previdência que indiretamente questionavam o escopo mais geral da suposta política de amparo ao trabalhador anunciada pelo regime. É o caso da engenhosa correspondência, enviada em outubro de 1940, pelo presidente do sindicato dos bancários de Manaus, Armando Faria e Cunha, cujo argumento explora e ao mesmo tempo questiona de forma muito consciente as linhas gerais do projeto ideológico do regime²⁸:

Doutrinando sobre as diretrizes do Estado Novo, disse V. Excia., certa ocasião, que não havia Estados grandes, nem Estados pequenos, grande era apenas o Brasil. Coerente com esse pensamento, afirmou V. Excia., ante os assalariados do Pará e do Amazonas que o saudaram, corações em festa, o Grande Amigo, que não via razão fossem carreados para os grandes centros as nossas contribuições aos Institutos de Aposentadorias e Pensões a que pertencemos, pois aí são transformados apenas em capitais rendosos, fugindo a finalidade principal que seria e, V. Excia quer que seja, a de reverterem integralmente em benefício dos que trabalham, mormente dando a cada operário a possibilidade de possuir habitação própria.

Operários que somos, e com papel marcante na vida da nossa Patria querida, de há muito que alimentamos o justo desejo de possuir, cada um de nós, habitação própria, o lar-santuário

sagrado onde repousemos e busquemos forças, novas forças para a luta pela vida, dia a dia mais violenta.

Prossegue dizendo que o sindicato, em entendimentos com o Interventor Federal, Alvaro Botelho Maia, obteve deste o compromisso de oferecer um terreno urbano para a construção de casas para os operários, que seriam erguidas com o patrocínio da carteira predial do IAPB, o que só facilitaria a sua atuação. Entretanto, afirma terem ficado surpresos quando tiveram conhecimento de uma carta enviada ao Delegado do Instituto na região, assinada pelo engenheiro chefe e pelo encarregado da seção da carteira predial do referido IAPB, protestando contra a idéia e dizendo que apesar da doação do terreno pela interventoria, este não podia se comprometer com a construção de casas, pois os critérios adotados para a instalação da carteira predial eram “POR ORDEM DECRESCENTE DA POPULAÇÃO BANCÁRIA” e por isso “AINDA NÃO [haviam atingido] A NOSSA PRAÇA E NÃO SABEMOS QUANDO ATINGIRÁ” (As maiúsculas são nossas):

[...] Quizemos apenas salientar a discordância entre o pensamento nobre de V. Excia e a mentalidade estreita dos dirigentes da Carteira Predial do IAPB que querem, ontem como hoje, na Republica Velha como no Estado Novo, apenas o beneficio dos trabalhadores dos grandes centros, que auferem a plenitude das regalias concedidas pelos institutos, em detrimento daqueles que também contribuem e que vivendo, como nós, em regiões onde o custo de vida, principalmente com relação a habitação, é elevadíssimo, não sentem o influxo benéfico das doutrinas magnânimas do Estado Novo.

Em seguida, informa o salário médio de um bancário em Manaus, mostrando que o gasto com a habitação no seu orçamento, se fosse calculado com base nos 20% estabelecidos normalmente “pelos princípios da economia”, corresponderia ao valor do aluguel de um quarto de segunda ordem, donde se conclui que, na realidade, a verba habitação no caso de um bancário com família, consome de 30 a 50% do seu orçamento geral. E finaliza:

No Estado corporativo em que os direitos e os deveres das classes se anastomosam, no sentido do bem comum, em que o individualismo anárquico é substituído pelos superiores princípios da solidariedade e da cooperação, para que haja a atuação sinérgica, base precípua do progresso, é indispensável que não existam classes privilegiadas, nem dentro dos agrupamentos econômicos, [nem] núcleos mais favorecidos por simples fatores regionais.

Assim, os bancários de Manaus, cheios de fé na palavra honrada de V. Excia, estão certos que ante essa exposição singela e despretensiosa, serão tomadas providências para a consecussão do seu mais acrisolado ideal: “um lar para cada bancário”, sendo assim integrados no ritmo pletórico de vida e estuante de justiça, em que marcha atualmente o nosso Brasil, Grande, Uno e forte.

Uma verdadeira aula sobre a doutrina política do regime, essa carta do sindicalista amazonense é repleta de ensinamentos de negociação política. Manuseia aspectos-chave da retórica estadonovista de forma a inquirir o governante de suas reais

pretensões e mais precisamente reivindicar o atendimento pelo IAPB do desejo maior de cada bancário de Manaus que é possuir habitação própria. Com efeito, explora a suposta vocação para unidade nacional defendida pelo Estado Novo, onde não haveria mais lugar para privilégios regionais, ou como ele diz, “estados fortes e estrados fracos”. Salienta a discrepância entre a fala de Vargas, que reiteraria as finalidades previdenciárias dos institutos — ou seja, oferecer benefícios e serviços aos associados, inclusive habitação, e não gerar “capitais rendosos” para investimento —, com o argumento dos burocratas do IAPB, que se prendem a critérios técnicos e necessariamente injustos, parecendo desconhecer a nova realidade instituída pelo Estado Novo, imunes que estariam ao “influxo benéfico das suas doutrinas”. Ressalta a condição destacada do operariado na nova ordem política, “com papel marcante na vida econômica do país” e por isso devem ter atendido seu “justo desejo” de possuir casa própria, um “lar-santuário sagrado”, para que repousem e reponham suas energias. Destaca ainda os traços corporativos do regime, que supostamente teria vindo para dirimir os privilégios (econômicos e regionais), estabelecer a harmonia e a fraternidade entre as classes e reforçar o espírito de solidariedade e cooperação visando o bem comum e o progresso da pátria, anunciando um “Brasil Grande, Uno e Forte”. Entretanto, a prevalecerem as teses dos técnicos do IAPB, negando aos bancários de Manaus o direito à casa própria, tudo isso lhe pareceria comprometido. Assim, cobra de Vargas que mantenha sua “palavra honrada”, fazendo efetivamente valer as diretrizes doutrinárias do Estado Novo, de forma a reforçar a confiança daqueles que, “coração em festa”, saudavam-no em Manaus como “Grande Amigo”.

Interessante observar certas críticas formuladas em algumas cartas, tendo em vista o que importantes autores que refletiram sobre o tema afirmam a respeito de como as políticas de cunho previdenciário estavam sendo conduzidas pelo Estado. Segundo Oliveira e Teixeira, por exemplo, no seu minucioso trabalho de pesquisa baseado na legislação previdenciária, as políticas governamentais que eles identificam como de

“orientação contencionista” — ou seja, de restrição na concessão de benefícios e serviços como forma de reduzir as despesas das instituições de previdência — foram, até 1935, vivamente questionadas por sindicatos e operários, com greves que às vezes continham reivindicações explicitamente relacionadas aos itens previdenciários, o que para eles explica as idas e vindas nas medidas restritivas da legislação, “assim como sua heterogeneidade entre as diferentes instituições”²⁹. Entretanto, acompanhando a periodização tradicional sobre as formas de resistência política dos trabalhadores, afirmam que depois dessa data, 1935, a lógica contencionista, fundamentada cada vez mais em argumentos técnicos e atuariais, deixou de sofrer qualquer resistência dos trabalhadores, pelo motivo muito simples de que estes tiveram suas vozes amordaçadas, encontrando a partir daí o campo completamente livre para prosperar:

[...] no clima ainda relativamente “aberto” dos anos 30-35, desenvolvia-se um debate de caráter político sobre as questões previdenciárias [...] Às intenções do Estado de restringir as despesas contrapunham-se os segurados, em defesa de seus interesses. E desse choque resultavam as marchas e contramarchas do processo [...] Mas os anos 1935/37, momento de corte radical na forma das relações entre o primeiro governo de Vargas e as classes trabalhadoras, interferiram também nessa situação [...] Desaparece, então, neste processo [de endurecimento político do regime] toda a possibilidade de continuação da resistência organizada dos segurados às medidas de natureza contencionista na Previdência Social que prosseguem, agora sem empecilhos.³⁰

Pelo prisma das correspondências enviadas a Vargas creio que se pode dizer que os dois autores estão, até certo ponto, equivocados, não digo a respeito da orientação contencionista do governo — fato que exatamente não tenho condições de contestar, até porque o estudo que empreenderam é bastante elucidativo — mas no que se refere à tese de uma paralisia completa das reivindicações relacionadas ao setor, como decorrência do cenário político repressivo vigente no pós 35. Que certamente houve reorientações e mudanças nas formas de estruturação da luta por direitos previdenciários, disso não se tem a menor dúvida, até porque, incontestavelmente o caminho da greve e do enfrentamento mais aberto deixou de ser uma possibilidade inscrita no horizonte político brasileiro. *O que é diferente de assinalar a vigência de uma era de apatia e de pleno domínio e realização das intenções do Estado. Nesse caso, minha sugestão é que, diante dos condicionamentos concretos da história - leia-se ditadura varguista - buscou-se o caminho possível da negociação, “extração calculada do que podia ser conseguido”, nos termos de Thompson³¹, ou “microfísica da resistência” segundo Lopes³², via estreitamento das relações diretas e pessoais com os agentes do Estado, notadamente com o governante Getúlio Vargas, tendo em vista a política ideológica de aproximação e cooptação dos trabalhadores visando à popularização da sua imagem.* Aliás, os próprios autores, Oliveira e Teixeira, salientam que mesmo não havendo mais resistência aberta às políticas do Regime depois de 35, notadamente no Estado Novo, mantinha-se a necessidade de justificar as medidas contencionistas de restrição à ampliação dos serviços e benefícios previdenciários — tendo em vista a insatisfação evidente dos segurados e os altos recursos que o sistema acumulara — porquanto mesmo sendo um regime ferrenhamente autoritário, buscava ampliar sua base política junto às populações trabalhadoras urbanas. Nesse caso, o “fetiche da técnica”, de uma lógica de “seguro social” ancorado em princípios exclusivamente atuariais, “objetivos e indiscutíveis”, tornou-se a justificativa dominante³³. “Fetiche da técnica”, aliás,

denunciado pelos bancários de Manaus. Mais adiante voltaremos a esse ponto.

Assim, ao menos no que diz respeito às correspondências que vimos consultando, o que se observa novamente é uma clara estratégia de fazer uso dos materiais retóricos do regime, dentre os quais o argumento da *outorga getulista* dos benefícios e serviços previdenciários, de forma a comprometer Vargas e o seu governo com a defesa de políticas favoráveis aos trabalhadores, apontando para uma gramática ambígua de ação política, aparentemente tributária daquilo que Elisa Reis procurou chamar de “direitos como favores”³⁴. De qualquer forma, a quantidade de cartas e telegramas enviados por sindicatos e remetentes individuais tratando de alguma questão relacionada aos institutos e caixas, não deixa dúvidas de que a luta não estava encerrada e a busca pela efetivação e ampliação de direitos previdenciários continuava tendo vigência.

Talvez o problema maior do importante trabalho de Oliveira e Teixeira se encontre no mesmo ponto em que se pode identificar a sua virtude, ou seja, no tipo de fontes que utilizam, praticamente circunscrito aos infundáveis atos legais acerca do sistema de previdência e aos textos produzidos pelos agentes oficiais, observados com muita acuidade e minúcias e, por isso, deles tirando conclusões valiosas, mas de certa forma aprisionando-o no limite das intenções dos formuladores governamentais que, como sabemos, não necessariamente respondem pelos efetivos encaminhamentos da história. Mesmo as greves e lutas às quais se referem ao abordarem os anos iniciais do governo Vargas, mais exatamente até 1935, conflitos cuja pauta envolvia reivindicações ligadas ao tema da previdência, os autores se baseiam em dados retirados de um trabalho do historiador Edgar Carone. Sendo assim, creio não ser possível concordar com suas afirmações a respeito da paralisia das reivindicações relacionadas aos itens previdenciários, porquanto estariam contrariando minhas próprias fontes, aceitando, entretanto, o argumento inquestionável que sugere a existência de uma efetiva mudança nas estratégias de luta pela garantia de

direitos — sugestão que na verdade extrapola a problemática previdenciária — dado o contexto político pesado do pós-novembro de 1935, em especial no período do Estado Novo, foco principal do meu interesse.

Vejamos então a longa carta que o sindicato dos operários metalúrgicos de Manaus, por intermédio do seu presidente e do secretário geral, enviou a Vargas, em 1940, abordando três itens importantes relacionados à situação dos trabalhadores que representavam, um deles envolvendo a questão previdenciária³⁵:

Por expressa disposição de lei, todos os operarios da industria metalurgica passaram a ser associados obrigatórios desse instituto [refere-se ao IAPM]. Se bem que esta instituição de previdência e assistencia social possua um vasto programa de beneficios, aqui para o Amazonas eles ainda não passaram de auxílio funeral, aposentadoria e pensões, estes mesmos beneficios concedidos após longa demora de um, dois e tres anos. Opera tambem o IAPM em acidentes de trabalho, porem deixa muito a desejar este serviço. Segundo é do nosso conhecimento, os beneficios concedidos a socios no concernente a intervenção cirurgicas eles só tem direito a hospitalização durante o maximo de um mês, findo o que fica sujeito ao pagamento do hospital se continuar internado. Tais serviços assim prestados só podem ocasionar disgostos aos beneficiarios que necessitem dos mesmos, visto que a classe operaria não possuindo outros meios de assistencia senão estes que o governo de V. Excia lhes houve por

bem outorgar, numa iniciativa própria, dele espera o necessário para a defesa da Saúde.

Pelo exposto, o que se observa é uma evidente insatisfação com os serviços previdenciários prestados pelo Instituto, pelo menos no que se refere à cidade de Manaus, ainda que tal apareça no interior de uma cuidadosa negociação com a lógica da outorga getulista, manifestando uma explícita interiorização desta, ainda que seja razoável sugerir um manuseio calculado disso, tendo em vista que, como já se observou outras vezes, a lógica da *adesão* não exclui a da *apropriação interessada*. Por isso, “iniciativa própria” de Vargas ou não, deixam claro que a classe operaria de Manaus necessita de serviços de saúde eficientes, e que estão dispostos, nos termos permitidos pelo regime, isto é, “dentro da lei e da ordem”, a apresentar suas insatisfações e implicitamente postular por melhoras nos serviços e benefícios oferecidos pelo IAPM.

De uma forma nada sutil ou negociada, o ferroviário Pedro Vieira Pinto escreve a Vargas para demonstrar sua total contrariedade com o decreto-lei 2474 de agosto de 1940, que instituiu o limite de 60 anos para a concessão de aposentadoria ordinária pelos Institutos e Caixas de Previdência³⁶. Sem medir suas críticas, chega a provocar uma resposta dura do chefe da Divisão Atuarial do MTIC, num parecer de sete páginas em que justifica a medida, salientando “que a carta está redigida em termos um tanto impróprios e descortezes para com os auxiliares imediatos do Sr. Presidente da República e os administradores das instituições de previdência social” e até o “próprio Sr. Presidente da República é acusado de ter se deixado ludibriar por maus conselheiros”. De fato, o ferroviário não poupa palavras ao criticar tal medida, que parece ter realmente criado muita insatisfação entre os trabalhadores, principalmente entre os ferroviários, porquanto foi motivo de envio de diversos

telegramas e cartas de sindicatos e remetentes individuais reclamando dela³⁷:

O Decreto que a pouco sancionou V.Exc. limitando a idade de 60 anos para um velho servidor da nação ser aposentado pelas Caixas de Aposentadorias e Pensões, veio turvar a alma de milhares de brasileiros, contristando-os de modo desesperador, enquanto muito satisfez alguns dirigentes daquelas instituições regosijaram-se de ter podido illudibriar a boa fê de v. exc., do Ministro do Trabalho, e outras autoridades administrativas do Paiz. Nenhum brasileiro vive mais de 60 anos, quando chega aos 50, já estão no fim da jornada e muitas vezes com 30, 35 anos de serviço patrio, fazendo jus a um descanso *que até a velha republica o concedia*, o vosso decreto jogou por terra. V. Exc. foi levado ao odio e os comentarios é *se o Brasil não estivesse no regimem que não concede liberdade a quem quer que seja, como a imprensa, v. exc. receberia os clamores de muito brasileiro agora aborrecido com este ato*. Acredita-se aqui em São Paulo, que v. exc. não poderá viver cercado de amigos, pois um auxiliar que elabora um decreto com este, não pode ser amigo do Chefe da Nação, lhe quer ver muito mal, quer lhe arrastar ao odio de tanta gente. 60 anos não pode, e não deve continuar para a idade de aposentadoria ordinária sr, Presidente. 50 é por demais razoavel, e mesmo este, poucos chegarão.

Prossegue sugerindo que as caixas que não têm condições de sustentar os seus associados devem aumentar as suas mensalidades, enquanto as de boa situação — como a dos Ferroviários da Central do Brasil, à qual é filiado e que até “usa dar de presente (...) 100 contos de réis” — não devem ser atingidas. Por fim, conclui: “não deixe aumentar o sentimento nos lares brasileiros porque V. Exc. veio para beneficia-los. Analise e veja que dos inumeros inimigos de vossa fecunda e honrada administração é esta uma medida por eles bem lançada.” Termina a carta subscrevendo-se como “amigo certo e funcionário público federal atingido e por meus collegas”.

Ainda que a carta contenha uma acusação frontal ao governo Vargas — afirma inclusive que este não receberia manifestações públicas de descontentamento apenas por ser uma ditadura e que com a medida adotada teria retrocedido até em relação à “velha republica” — bem como denuncie as péssimas condições de sobrevivência dos trabalhadores brasileiros que não vivem mais de 60 anos e aos 50 já estão “no fim da jornada”, o ferroviário da Central do Brasil não deixa de apresentar uma estratégia na sua missiva, ao meu ver, aliás, muito certa e precisa no seu alvo, qual seja: a de procurar pôr a responsabilidade pela medida nos colaboradores de Vargas, alguns deles acusados sem meias palavras de serem inimigos do presidente e de quererem prejudicá-lo. Vargas estaria sendo apenas ludibriado em sua boa-fé por estes assessores inescrupulosos, falsos amigos, que o querem “ver muito mal”, arrastado ao “ódio de tanta gente”. Ele, pelo contrário, “como amigo certo” do presidente, embora “atingido”, deseja é alertá-lo, lembrando Getúlio de que assumiu o poder para beneficiar os lares brasileiros e não o contrário. Interessante observar o início do pronunciamento do chefe da divisão atuarial do MTIC, citado acima, que parece ter acusado o golpe, sinalizando um desconforto com o tom e, sobretudo, com o alvo da crítica do ferroviário. No trabalho de Oliveira e Teixeira sobre o sistema de previdência social brasileiro, estes autores assinalam que particularmente com a onda repressiva iniciada após o movimento insurrecional de 1935, as políticas

“contencionistas” dos serviços e benefícios previdenciários ganham uma feição crescentemente técnica, o “fetiche da técnica”, como se dependessem de análises objetivas, ajustes de dados atuariais independentes dos desejos políticos e das necessidades sociais dos diversos atores. O argumento apresentado pelos novos “tecnocratas” da previdência é de que esta “não cobra menos dos trabalhadores, nem gasta mais com eles, simplesmente porque não pode. E isso é um dado técnico, atuariamente definível. Quem não compreende e aceita é ‘ignorante das leis atuariais’ ou ‘mal intencionado’...”³⁸

De fato, o parecer do funcionário do serviço atuarial do MTIC se vale de longas análises técnicas, dados minuciosos sobre a vida financeira das caixas e institutos, incluídos aí a dos ferroviários da Central do Brasil, apresentando inclusive comparações internacionais, como se concluísse que tal medida não dependia da vontade política do governante, mas sim de um balanço técnico pautado em critérios de natureza estritamente econômica e atuarial. O contrário justamente do argumento pelo visto muito certo do ferroviário, que não aceita essa conversa tecnicista e *contrapõe a ela a natureza política do sistema de previdência, criado para atender e amparar os trabalhadores, como se procurasse alertar Vargas para a importância dos benefícios previdenciários na configuração das políticas de cooptação do regime*. Por isso, chama a atenção para o seu aspecto político central na construção do Estado *Benefactor* e na difusão da imagem protetora de Vargas, denunciando os promotores da medida como inimigos do presidente, que ludibriam a sua boa fé, arrastando-o ao “ódio de tanta gente” e pondo em risco sua credibilidade e boa imagem junto aos trabalhadores. O problema maior da carta do ferroviário é o tom elevado das críticas, que dessa forma parece disposto a romper por completo qualquer possível aliança política com Vargas. Com efeito, parece que o nosso irascível missivista, bem distante da postura padrão das cartas enviadas ao presidente, não aparenta muita preocupação em negociar pacificamente com Getúlio, empreendendo uma desqualificação muito ácida do seu governo, esquecendo-se

talvez que a política de cooptação e aproximação de Getúlio, que buscava estimular a comunicação direta com o poder, não vinha dando demonstrações de ser muito capaz de absorver ataques frontais, afinal tratava-se de uma ditadura, “que não conced[ia] liberdade a quem quer que seja”, como o próprio ferroviário menciona, mas parece não dar maior atenção. Nesse caso, além da possibilidade concreta de se ver às voltas com o aparato repressivo do Estado, facultava àqueles que o missivista identificava como algozes dos trabalhadores — os defensores do “fetichismo da técnica”, nos termos de Oliveira e Teixeira — a oportunidade de acumular dividendos políticos, se transformando cinicamente na “boa consciência” do regime. Vejamos um pouco mais do preâmbulo do parecer do funcionário do MTIC:

[...] acusa ainda o signatario o regime vigente de tolher todas as liberdades, inclusive a de imprensa, fato a que atribue a falta de repercussão desfavoravel da medida decretada. Mas a prova mais cabal do contrario reside exatamente na liberdade assegurada ao reclamante, aliás funcionário publico federal de dirigir uma carta em tais termos ao Sr. Presidente da Republica e na magnanimidade deste em fazê-lo informar, apesar disso, pelos órgãos técnicos do Ministério.

Habilidade é o que parece não ter faltado ao presidente e ao secretário da Associação de Ferroviários Sul Rio-grandense, respectivamente, Hugo Avila e Teodomiro Pimentel, no telegrama que enviaram a Vargas questionando muito enfaticamente, embora com o cuidado de não desmontar a aliança com o “pai dos pobres”, o mesmo decreto de restrição da aposentadoria³⁹. Dizendo-se representante de uma entidade que congrega “quasi totalidade ferroviarios riograndenses em

numero aproximado 13.000”, expressam o “profundo desgosto” que causou no “seio [da] grande e laboriosa classe”, o citado decreto, porquanto “torna praticamente extinta [a] possibilidade [de] aposentadoria ordinária, justo premio [que]desfrutam [os] ferroviarios brasileiros apos 30 anos [de] trabalho intenso e exaustivo”. Esperam, então, que Vargas suspenda a medida, determinando “que nenhuma reforma seja feita [na] lei antes que sejam apresentados [ao] Ministério [do] Trabalho [as] sugestões [que] estão sendo elaboradas sobre [o] palpitante assunto”, lembrando ao presidente o apoio prestado pelos ferroviários gaúchos que “tão decisivamente contribuíram [para o] estabelecimento [do] atual regime”. Terminam o telegrama manifestando sua “integral solidariedade [ao] operoso Governo” de Vargas.

Aqui, não se observa menções à ditadura e aos seus inadequados procedimentos autoritários, pelo menos diretamente, já que de forma dissimulada isso até aparece quando cobram de Vargas que não tome nenhuma decisão enquanto a colaboração dos trabalhadores, aliados do presidente, não chegarem ao Ministério do Trabalho. Assim, o que preferencialmente se salienta é o apoio decisivo dos ferroviários gaúchos ao regime, aproximadamente 13.000 trabalhadores que Vargas vem tendo ao seu lado, mas que pode até perder, já que estão profundamente desgostosos, sentindo-se mesmo traídos pela suspensão do “justo premio” que desfrutavam “apos 30 anos de trabalho intenso e exaustivo”, deixando subtendido que esse apoio não é incondicional. Mesmo assim, estrategicamente terminam reafirmando a sua “integral solidariedade” ao regime, que pelo visto não tinha nada de tão integral assim.

Observemos também um pequeno trecho da carta enviada a Vargas pelo Sindicato dos Ferroviários da Companhia Mogiana, por intermédio do seu presidente, Pedro Fortunato Cruz, e do secretário, Hugo Zamario, contendo uma representação de sete páginas, cujo teor se afasta de qualquer perspectiva que sinalize para o emudecimento da luta pela ampliação e manutenção de certos serviços previdenciários⁴⁰. Iniciam a carta

com o tradicional elogio a Getúlio, proclamando, em nome do sindicato, a “brilhante cultura”, a “intelligencia aprimorada”, o “acendrado amor pelos brasileiros” e “o nobre sentimento de humanidade” do presidente, para em seguida reivindicarem:

1º) que seja elevado de 55 para 70% o quociente de aposentadorias e pensões na Caixa da Mogyana; 2º) que seja restabelecida a assistência médica e hospitalar aos aposentados e suas famílias, *legítimos e autênticos ferroviários que são*; 3º) que sejam restabelecidos, a exemplo de outras caixas, os 15% aplicados na aposentadoria e pensões concedidas antes da decisão de setembro de 1936, do Conselho nacional do Trabalho [grifo meu].

Importante notar que, segundo informação prestada pelo MTIC, já havia um *acórdão* do CNT, de junho de 1937, que atendia as reivindicações 1 e 3 do sindicato, o que serve para realçar não a eficiência maior ou menor do ato político de escrever uma carta, mas a estratégia dos trabalhadores e sindicatos do período de apostar na exploração política de uma certa aliança com Vargas, já que pela data da carta (janeiro de 1938) é bastante provável que estivessem na expectativa de uma decisão do CNT sobre o assunto.

Em dezembro de 1937, quem envia um telegrama é o presidente do sindicato dos trabalhadores em usinas de açúcar de Campos, Estado do Rio de Janeiro, reivindicando o direito dos trabalhadores deste setor de se inscrever no IAPI⁴¹. Interessante é que ele escreve no telegrama que uma comissão do sindicato esteve, no dia anterior, no Palácio do Catete para pressionar Vargas pela assinatura do decreto que, segundo crê, daria a sua “classe [a] mesma regalia [que aos] demais industriários”.

Embora a comissão não tenha sido recebida pelo presidente, deixa claro que era explorando o contato pessoal, o relacionamento direto com o governante, que se buscava pressionar ou negociar o atendimento de certa reivindicação. Como no caso em questão isto não foi possível, já que não foram recebidos, apelaram imediatamente para o telegrama, esperando obter um efeito semelhante. Mais interessante ainda é notar os termos finais da correspondência do sindicalista, que sinaliza para um uso explícito da *ideologia da outorga* visando atingir certo fim que lhe interessava, ou seja, fazendo aparecer somente como doação, dádiva governamental, algo que na verdade era desejado pelos próprios trabalhadores, como se percebessem o funcionamento do jogo político na era estadonovista: “(...) impossibilitados falar vossencia apresentamos nossas saudações, esperando seja *presente natal* assinatura decreto referido”(grifo meu).

Reivindicar a inscrição num determinado instituto ou caixa era um dos principais motivos também de se escrever para o presidente, fato que se explica pela capacidade do sistema previdenciário de afetar aspectos cruciais da sobrevivência das pessoas, influenciando algo especialmente importante das suas vidas, que era a construção de um imaginário positivo de futuro, permeado por uma expectativa de esperança e tranquilidade na velhice e frente ao imprevisto dos acontecimentos cotidianos, sobretudo diante das situações de “insegurança estrutural” distintas do capitalismo⁴². Por outro lado, atestam o papel fundamental que tendem a exercer nas políticas de cooptação do regime e de institucionalização da imagem redentora de Vargas. O operário José Luiz de Moura, com “mais de quarenta anos de serviço na indústria de fiação em Minas Gerais”, escreve a Vargas para solicitar-lhe o apoio para a sua inscrição como segurado do IAPB, “afim de que me seja tranqüilla a velhice e seguro o futuro de minha família”⁴³

Quero, apenas, uma pequena parcella das leis sociaes que V. Excia., generosamente, nos deu, com o objetivo

de afastar o operário da miséria, quando este for velho e cansado. Exmo. Sr. Presidente, requeri em junho do anno passado a minha inscrição no INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIARIOS, mas esta me foi negada unicamente porque não trabalhei nos meses de janeiro, fevereiro e março de 1938, embora, Dr. Getúlio, desde 1895 venha eu labutando na industria textil! Ora, está provado pelos documentos que offereço a V. Excia., em publica forma, que desde 1895, há 47 annos, portanto, venho trabalhando como industrialio (docs 2,3,4,5); tenho 65 annos feitos e não desejo senão um descanso na velhice e o socego dos meus filhos.

Como se vê, o trabalhador têxtil julga-se com direito à inscrição no IAPI, considerando uma injustiça isto lhe ser permitido apenas porque deixou de trabalhar por três meses numa vida de 47 anos de intenso labor. Por isso, pede a Vargas que lhe seja “ao menos EQUITATIVAMENTE concedido o direito de inscrição” no referido instituto, de modo a receber o que considera uma “pequena parcella das leis sociaes” que o presidente generosamente ofereceu aos trabalhadores, transitando seu argumento entre, por um lado, a esfera do *direito e da justiça* e, por outro, do *favor e da doação*. Outro aspecto interessante que se nota aí é a clara inclusão do sistema previdenciário no quadro mais amplo da legislação social e trabalhista (“pequena parcella das leis sociaes”), o que resulta de uma compreensão cada vez maior de que estar sob a proteção de algum instituto ou caixa é um direito de todo cidadão-trabalhador.

A mesma preocupação de se ver no abandono levou o trabalhador João da Silva Lourenço a escrever a Vargas, em meados de 1938, solicitando a sua inscrição em qualquer instituto

de previdência⁴⁴. Ocorre que João, depois de uma longa vida de trabalho em estaleiros navais, onde chegou ao cargo de chefe geral, devido a idade desenvolveu “doenças, muito peculiar[es] na velhice, a ponto de ter que abandonar sua profissão e procurar outro cargo.” Trabalhou, então, na “Uzina Electra do Municipio” e depois tentou ingressar na Cia Swift, mas a sua “idade e estado physico” não permitiram. Diante disso, sem poder mais trabalhar, precisou recorrer à caridade pública, com o que “tem passado os maiores vexames, sujeitando-se a toda humilhação possível”:

Toda esta situação provem de não ter aceito nenhum dos Institutos de Previdência a sua inscrição, deixando-o a margem da humanidade, na hora precisa em que faltaram as suas forças. Conselho de amigos e admiradores de V. Exa., levaram-me a formular esta, pois somente depois de 1930 e principalmente agóra, é que os humildes são ouvidos e muitas vezes, quando as suas pretensões encontram amparo e [ilegível], são attendidas pelos responsaveis do destino do nosso Brasil.

Assim, espero que V. Excia., mandando estudar a minha aflitiva situação, encontre onde se basear para amenizar minha triste situação.

Junto à carta, anexa uma série de documentos provando que João era trabalhador, além de um atestado de internação médica, certidão de casamento e até uma declaração da Polícia do Rio Grande do Sul, na qual é afirmado que “revendo o arquivo desta repartição nada notei em desabono a conduta do requerente, João da Silva Lourenço”. Sua carta gerou toda uma diligência, envolvendo o CNT, a Capitania dos Portos e o próprio missivista teve que se pronunciar novamente, enviando

sua “carteira de marítimo” para comprovar a data em que deixou de “trabalhar nos estaleiros navaes”;

Pelo officio em resposta, verifiquei, com maximo prazer, a attenção dispensada à minha solicitação que julgo humana, e aguardo confiante na justiça sã do Estado Novo, para que possa me afastar, nos poucos annos que me restam, da miseria em que vivo, dispensando a caridade publica de custo do meu sustento e da minha leal e amiga mulher.

Pelo visto, o confiante João deve ter se decepcionado bastante com a decisão tomada, porquanto a primeira Câmara do CNT opinou, num *acórdão* de outubro de 1939 publicado no D.O. de dezembro do mesmo ano, pelo indeferimento do seu pedido, sob o argumento de que “o petionario deixou de exercer qualquer atividade profissional dada a sua idade avançada, anteriormente à criação de qualquer das instituições que o poderiam incluir como contribuinte obrigatório.”

De qualquer forma, o que fica claro aqui é como a necessidade de ser amparado pela previdência era uma possibilidade que tocava fundo na expectativa de sobrevivência dos indivíduos, afetando sua vida tanto no plano da subsistência material quanto no âmbito da dignidade e da moral (o sentimento, mencionado por José, de humilhação e vexame por necessitar recorrer à caridade pública, sendo ele um trabalhador honrado, honesto, sem nada que desabone a sua conduta)⁴⁵, o que inclusive atesta como certos valores são até certo ponto compartilhados entre os indivíduos e o Estado, não sendo na maioria das vezes uma criação arbitrária deste último, na qual os primeiros tratam apenas de se adaptar.

Claro que os trabalhadores, desde pelo menos o século XIX, para não ir tão longe, procuraram instituir seus próprios instrumentos de proteção, mais exatamente através da criação de *sociedades mutualistas*, que embora não pautassem sua atuação apenas por esse fim, tinham a demanda por proteção como um elemento indiscutivelmente significativo. Mais tarde os próprios sindicatos agregaram *caixas de beneficência* às suas estruturas organizativas que, no pós-30, com a presença crescente do Estado mediando/controlando a atuação sindical, além de provocar uma mudança no significado que se atribuía a esses instrumentos de proteção (de uma característica de oferecimento de serviços envoltos em uma “cultura de solidariedade operária”, para outra guiada por parâmetros mercantis), trouxe cada vez mais para dentro dos sindicatos a necessidade de prestação de certos serviços e benefícios, agora com um caráter fortemente assistencialista, ampliados ainda mais com a implantação do imposto sindical em 1941⁴⁶.

Entretanto, a instituição efetiva de sistemas de previdência amplos, estruturados pelo Estado, como é o caso dos IAPs e das CAPs do pós-30, gera uma expectativa de recebimento de serviços e benefícios com uma dimensão universalizante que evidentemente altera de forma significativa a percepção desse processo pelos indivíduos, o que explica o sentimento do ex-marítimo João de que a sua não inscrição em nenhum dos institutos o deixava “a margem da humanidade, na hora precisa em que falta[v]am as suas forças”. No interessante estudo de Fortes sobre o significado da mutualidade na experiência dos operários de Porto Alegre ele observa que mesmo os metalúrgicos da região — que haviam estabelecido um importante elo de ligação entre mutualidade e cultura de solidariedade operária, leia-se, luta reivindicativa — com a crescente caracterização dos sindicatos como órgãos de intermediação entre os trabalhadores e o acesso aos direitos garantidos pelo Estado, passam, a partir de 1934 pelo menos, a reivindicar a criação de um instituto de aposentadoria e pensão que atendesse à sua categoria, propondo inclusive a formação de “uma frente única para lutar neste sentido” e

chegam a criar uma comissão para dar encaminhamento ao processo, com troca de correspondências com sua congênere no Rio de Janeiro⁴⁷.

MODO DE CONCLUIR: TRABALHADORES, ESTADO E DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS, A APROPRIAÇÃO DO OUTORGADO

Diante da crescente importância atribuída por trabalhadores e sindicatos ao sistema de previdência organizado pelo Estado, *cada vez mais reconhecido como um direito*, me parece absolutamente correto anotar sua força potencial como instrumento de construção de alianças e adesões, extremamente eficiente na disseminação da imagem protetora de Vargas e de seu governo e, por este motivo, fundamental às políticas de sedução do Regime. Entretanto, para que isso funcionasse era preciso negociar com os trabalhadores, reconhecê-los como interlocutores, num jogo de mão dupla em que estes não fazem apenas o papel de bigornas, “na qual o martelo [do Estado] bate em seu ritmo inexorável”, mas, bem ou mal, emprestam de alguma forma sua voz⁴⁸. Como sugere Michael Ignatieff, é preciso observar o Estado não como uma pirâmide de poder nitidamente organizada, mas sim como “um denso tecido de permissões, proibições, obrigações e regras sustentadas e forjadas em milhares de pontos”, reconhecendo, outrossim, que novas formas de poder do Estado com alguma frequência são também criações dos trabalhadores com o objetivo de satisfazer suas exigências⁴⁹. Com isto não se quer apontar para um tipo de sociedade consensual, oposta a conflitual, mas apenas sugerir que se observe o projeto de *gestão controlada do social* de Vargas, ancorado na repressão, na propaganda, na tutela sindical e na “concessão” de uma ampla legislação social e trabalhista, por uma ótica mais complexa, tecida por trocas múltiplas, ainda que com recursos de poder flagrantemente desiguais. Nesse caso, o que eu percebo nas cartas, com uma recorrência espantosa, é a

vigência de um tipo de ação política na qual se busca, “dentro da lei e da ordem”⁵⁰, *negociar* com o Estado, mais precisamente com Vargas, o atendimento e constante ampliação de direitos — incluindo-se aí, crescentemente, os previdenciários, cada vez mais observados como parte significativa da ampla obra de legislação social e trabalhista *outorgada* pelo regime aos trabalhadores, e que por isso mesmo lhes pertencem, fazem parte das suas prioridades sociais, inscrevendo-se no interior de uma certa *cultura política* aparentemente ambígua de reconhecimento de “direitos como favores”, ou como “dádiva”. Assim, ainda que o sistema de previdência do pós-30 fizesse parte da estratégia de cooptação do regime, mais uma *dádiva* ou *outorga* getulista, gerava, como buscamos mostrar neste trabalho, um forte sentimento nos indivíduos de que estes órgãos de previdência haviam sido criados para lhes servir e oferecer proteção, *sinalizando para um importante sentido de reconhecimento de direitos, ainda que ambigualmente amalgamado com a fórmula retórica da benesse getulista*, o que possibilitava, através de um processo de reelaboração por parte dos trabalhadores, que fosse transformado “em patrimônio de suas vivências históricas”⁵¹

NOTAS

1 GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 29180, lata 126, 1938.

2 Como de fato acabou acontecendo, pois o diretor geral do CNT pediu esclarecimentos à junta administrativa da Caixa, mencionando o nome do missivista. Estas correspondências se encontram acumuladas no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, compondo um grosso fundo documental identificado como *Gabinete Civil da Presidência da República*.

3 GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 27682, lata 474, 1940. São inúmeros os remetentes que alegam escrever amparados na proposta de aproximação do Governo Vargas, em especial do presidente.

4 MALLOY, James. *Política de Previdência social no Brasil*, Rio de Janeiro, Graal, 1986, p. 76

5 O surgimento desde o século XIX no Brasil de *sociedades mutualistas* entre as associações de trabalhadores mostra como a preocupação com os aspectos ligados à sobrevivência e à segurança futura, eram parte importantíssima da vida das pessoas (apesar de muitas dessas sociedades estarem voltadas para questões que extrapolavam a prestação de socorro aos seus associados). Consultar: BATALHA, Cláudio H. M. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”, In: *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*, Campinas, UNICAM-IFCH, vol. 6, nº 10/11, 1999, pp. 43-66. Particularmente nas condições de “insegurança estrutural do capitalismo”, anota Fortes, a exposição a certos riscos – dada a crise dos mecanismos tradicionais de solidariedade “baseados em estruturas de parentesco, normas de ação comunitárias ou ofício”- se intensifica, gerando a necessidade de formas associativas que supram demandas dos trabalhadores relacionadas à proteção à velhice, doença, desemprego etc. FORTES, Alexandre. “Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX”, In: *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*, Campinas, UNICAM-IFCH, vol. 6, nº 10/11, 1999, pp. 173-218. O surgimento das caixas e institutos

de previdência de alguma forma vêm concorrer com essas formas de proteção mais antigas, introduzindo alguns elementos novos, como a mediação institucional do Estado (ainda que nos anos 20, no tempo das primeiras caixas, o Estado não participasse diretamente da administração) e um escopo tendente à universalização bastante sedutor e diferenciado das primeiras formas de proteção

6GCPR, Pessoal Civil - Movimentação de Pessoal, Processo 26.733, lata 134.

7 Como sugerem Hochman e Fonseca, existem duas posições quanto a isso: a dos que defendem que a concepção básica de segmentação dos trabalhadores por categoria profissional e o viés elitista e paternalista do modelo previdenciário já estavam estabelecidos antes de 1930; e a daqueles que identificam uma ruptura no período Vargas, quando se tornam estatais os arranjos previdenciários, muito se diferenciando do modelo civil e privado das CAPs, “sem ingerência estatal na provisão de benefícios e serviços”. HOCHMAN, Gilberto e FONSECA, Cristina M. O. “O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-45”, In: *Repensando O Estado Novo*, PANDOLFI, Dulce (org). Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999, p. 77.

8 MALLOY, James. *op. cit.*, p. 86.

9 OLIVEIRA, Jaime e TEIXEIRA, Sônia. *(Im)previdência social: 60 anos de história da previdência no Brasil*, Petrópolis, RJ, Vozes/Abrasco, 1986, p.59

10 Id. *Ibid.* pp. 69- 72; MALLOY, James. *op. cit.*

11 Id. *Ibid.* p. 77

12 GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 22089, Lata 278, 1940.

13 GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 31076, lata 278, 1940.

14 GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 24157, lata 278, 1940

15 GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 3056, lata 346, 1942.

16 GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 30917, lata 278, 1940.

17 GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 20851, lata 281, 1941.

18 GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 8869, lata 478, 1943.

19 GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 7185, lata 281, 1941.

20 GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 26133, lata 278, 1940.

21 Segundo Oliveira e Teixeira, o programa habitacional das instituições previdenciárias não se constitui originalmente como um *serviço* e sim como uma *aplicação de capital*, e por isso era tratado não nos capítulos da legislação que regulavam os planos de benefícios e serviços e sim no relativo aos *investimentos* das reservas financeiras das instituições. Se caracterizou ou por programas de construção, por parte dos institutos e caixas, de casas para venda aos associados ou por empréstimos para que os próprios segurados construíssem ou comprassem a casa própria. A adesão era voluntária e separada das contribuições regulares e compulsórias. *Op. cit.* pp.88-89.

22 Segundo informação de Nabil Bonduki, em 1940, seria de aproximadamente 20% do orçamento familiar o gasto mensal médio com aluguel. Além disso, acrescenta ele, boa parte dos trabalhadores e da classe média moravam em casas alugadas. BONDUKI, Nabil. “Crise na habitação e a luta pela moradia no pós-guerra”, In: *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. KOWARICCK, Lúcio (org.). RJ-SP, Editora Paz e Terra/Cedec, 1988, p. 105. Tal situação demonstra o forte impacto simbólico de políticas dirigidas para a construção de casas próprias, realizadas pelos institutos e caixas, ainda que seus limites reais fossem enormes, como pode ser observado nas próprias cartas que se referem ao assunto.

23 GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 15535, lata 126, 1938

24 GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 23882, lata 278, 1940.

25 GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 24206, lata 278, 1940

26 BONDUKI, Nabil. *op. cit.* p. 104.

27 GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 23906, lata 278, 1940.

28 GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 24663, lata 278, 1940.

29 OLIVEIRA, Jaime e TEIXEIRA, Sônia. *op. cit.* p. 109.

30 *Id. Ibid.*, pp. 109-110.

31 Thompson, E. P. “Patrícios e Plebeus”, In: *Costumes em comum. Estudos sobre cultura popular tradicional*, SP, Companhia das Letras, 1998. p. 78.

32 Por *microfísica da resistência* Lopes define uma certa forma de reação dos dominados que se pauta por pequenas ações e detalhes cotidianos, pensada como uma inversão da expressão *microfísica do poder*, criada por Foucault e referida aos processos de dominação. *op. cit.* p. 81. Interessante notar que embora Lopes esteja tratando de modos de rebeldia ao sistema fabril, portanto referidos diretamente ao poder do patronato, ressalta que uma das formas características de ação de uma *microfísica da resistência*, buscava realizar “uma reinterpretação e reambientação criativa das duras condições de trabalho nas fábricas”, ou seja, movimentava-se no interior dos próprios processos da dominação, dando a eles significados novos, situação bastante semelhante ao modo como eu tenho analisado as atitudes descritas nas cartas.

33 Oliveira e Teixeira, *op. cit.* pp. 109-113

34 Elisa Reis no seu trabalho sobre as cartas enviadas ao Ministério da Desburocratização, procurando dar conta de uma certa tensão que ela observa nas correspondências entre uma perspectiva mais “tradicional” de participação política e alguma noção de justiça e afirmação de direitos, formula a noção aparentemente ambígua mas muito sugestiva – e de certa forma próxima do que tenho observado nas cartas a Vargas - de *direitos como favor*, como concessão da autoridade. Diz ela: “acredita-se que, embora as pessoas estejam legalmente habilitadas a direitos específicos, estes não se materializarão a menos que a autoridade seja compassiva”. REIS, Elisa Pereira. “Opressão Burocrática: O Ponto de vista do cidadão”, In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 3, nº 6, 1990, pp. 161-179. Entretanto, para tornar mais compreensível a sugestão de Reis, é preciso colocar a seguinte questão: será que tal postura dos indivíduos não pode ser pensada como resultado de uma lógica que reconhece que, no Brasil, a obtenção de certos direitos é no mínimo facilitada – ou até tornada efetivamente possível - quando se encontra um “padrinho”, um “protetor”, sendo isso resultado de uma percepção aguda – e provavelmente também alguma crença nesse modelo - de uma certa

“tradição política” brasileira, que alguns tem designado como *cultura política*, ancorada historicamente no clientelismo e na patronagem? O que, de qualquer maneira, não exatamente exclui a possibilidade de compreensão por parte dos indivíduos de que possuem certos direitos e que apesar das dificuldades, vale dizer, das influências políticas e da força do poder privado e das hierarquias, é justo reivindicá-los, ainda que não exclusivamente pelos caminhos impessoais da lei. De modo geral, é o que a análise das correspondências a Vargas tem validado. Ver a este respeito: REIS, José Roberto Franco. *‘Não existem mais intermediários entre o governo e o povo’: correspondências a Getúlio Vargas - o mito e a versão (1937-1945)*. Campinas, Tese de Doutorado, IFCH-UNICAMP, 2002. .

35 GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 24629, lata 278, 1940.

36 GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 23327, lata 278, 1940.

37 Ver os processos 26592 (será apresentado logo adiante), 28491 e 26770 com cartas e telegramas de ferroviários do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, respectivamente. GCPR, Ministérios – Trabalho, lata 278, 1940.

38 OLIVEIRA e TEIXEIRA, *op. cit.* p. 111

39 GCPR, Ministério – Trabalho, processo 26592, lata 278, 1940,

40 GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 2151, lata 126, 1938.

41 GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 11521, lata 126, 1938.

42 Mike Savage considera que o quadro de “insegurança estrutural” vivida por todos os trabalhadores no capitalismo, de incerteza aguda na reprodução da vida, configura um dado básico do processo de constituição das relações de classe e do agir operário sob o capitalismo, o que não implica a determinação de uma forma específica de consciência de classe e de ação política dos trabalhadores. SAVAGE, Mike. “Classe e História do Trabalho”, In: BATALHA, SILVA E FORTES(orgs), *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*, Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2004.

43 GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 12930, lata 478, 1942.

44 GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 16657, lata 126, 1938.

45 Interessante observar o grande número de cartas na qual os missivistas demonstram a sua enorme preocupação de se ver às voltas com a caridade pública, isso obviamente por razões de sobrevivência material, porquanto significava ter chegado ao fundo do poço da situação material de miséria, mas também por uma questão de dignidade, de honra, para muitos significando ter alcançado o fundo do poço da indecência moral. O trabalhador Benedito Antonio, que escreve pedindo o auxílio de Vargas para conseguir a operação da sua esposa, negada pelos médicos da CAP dos Ferroviários da Estrada de Ferro Araraquara, sob o argumento de se tratar de um “caso melindroso”, alega que está em “vias de socorrer-[se] da caridade publica, situação essa que [lh]e é extremamente dolorosa visto ter sido sempre um homem honrado.” GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 5652, lata 478, 1943.

46 FORTES, Alexandre. *op. cit*

47 *Id. Ibid.* p. 211

48 IGNATIEFF, Michel. “Instituições Totais e Classes Trabalhadoras”, In: *Revista Brasileira de História*, vol. 7, nº 14, SP, Anpuh/Marco Zero, 1987, pp. 185-193.

49 *Id. Ibid.*

50 Apud FORTES, Alexandre. *op. cit.* p. 188

51 Gomes, Ângela de Castro. “Ideologia e Trabalho no Estado Novo”, In: PANDOLFI, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*, Rio de JANEIRO, Editora da FGV, 1999, p. 57.



PARTE III
CULTURA POLÍTICA E
REALISMO SOCIALISTA NA
RESISTÊNCIA
AO ESTADO NOVO

PÁGINAS CANDENTES DA HISTÓRIA: OS SUBTERRÂNEOS DO ESTADO NOVO POR JORGE AMADO

Márcia Rios da Silva
Doutora em Letras pela Universidade
Federal da Bahia (UFBA);
Professora Adjunta da Universidade do
Estado da Bahia (UNEB)

Em sua análise sobre a formação dos nacionalismos, Benedict Anderson considera ambivalente a relação entre memória e esquecimento no processo da colonização e na constituição das biografias das nações do Novo e do Velho Mundo. Na constituição dessas biografias, alguns historiadores, segundo Anderson, elegem momentos importantes da história, os quais não serão esquecidos; ao contrário, deverão ser evocados, a exemplo dos momentos mais dolorosos de uma nação, quando das mortes de “heróis da pátria”, figuras indispensáveis nas biografias oficiais das nações. O lembrar/esquecer assume assim uma tarefa pedagógica, uma vez que é imperativo lembrar os feitos gloriosos que alimentam o sentimento nacional para esquecer os fatos tidos como menores, momentos que maculariam a imagem de uma nação. Ainda, o que não poderá ser lembrado deverá ser esquecido através das narrativas salteadas, reiteração discursiva que assegura a existência das nações.¹

Na tarefa contínua de lutar contra o esquecimento, entre os anos 1950 e 1952, quando Getúlio Vargas mais uma vez assume o poder, o stalinista Jorge Amado evoca um dos momentos mais tensos e dolorosos da história para escrever *Os subterrâneos da*

liberdade. Ao trazer acontecimentos desprezados pela história oficial, o escritor elabora uma contranarrativa, indo de encontro às narrativas salteadas, no sentido dado por Anderson, sempre resistentes ao reconhecimento de heróis e mártires tidos como marginais, os quais lutaram por um mundo mais justo e menos desigual.

Os subterrâneos da liberdade conta uma história que expõe o lugar de uma enunciação, o lugar de fala desse escritor, cuja trajetória política e literária foi marcada pela recusa a viver enclausurado numa redoma, alheio aos problemas do país, ainda que nesse percurso tenha tido posições políticas questionáveis, por exemplo, a partir dos anos 1970, ao inclinar-se para a direita política do país. As muitas críticas a Amado vêm por sua adesão ao stalinismo, que o levou a produzir uma literatura marcada pelo dogmatismo partidário. Oswald de Andrade, ex-companheiro de esquerda, ao escrever sobre *O mundo da paz* em *O Correio da Manhã*, lhe faz essa condenação: “Procurei com tristeza nestas páginas aquele menino de gênio que 20 anos atrás aparecia no Rio com uma obra prima na mão – *Jubiabá*. Está seco e reduzido a um alto-falante que mecanicamente repete as lições do DIP vermelho do Kremlin”.²

Sem dúvida, há um forte matiz stalinista em *Os subterrâneos da liberdade*, o que resultou num maniqueísmo, e o escritor admitiu. Os personagens dessa narrativa foram criados por uma lógica binária: de um lado, o mundo da elite do país, atravessado por interesses espúrios, mesquinhos e habitado por protagonistas vis, com práticas e estratégias torpes para assegurar o *status quo*; por outro, o universo de personagens protagonistas da luta operária e militantes do Partido Comunista, vitimizados pelo capital, imbuídos de nobres intenções na busca da transformação do país. A isso se soma a crítica de que tal romance, como literatura de pregação, é catequizador, por seguir a orientação marxista-leninista do PC, que guiou o realismo socialista – a estética oficial do stalinismo, ditada por Zdanov; ainda, Amado estaria defendendo um regime

totalitário de esquerda, precisamente o socialismo, o qual chega à Tchecoslováquia em 1948.

A despeito dessas querelas, *Os subterrâneos da liberdade*³ tem seu valor ao trazer um painel do Brasil durante o Estado Novo, entre 1937 e 1945, vindo assim registrar um período da história em que a nação brasileira sofreu um golpe tramado por um projeto de desenvolvimento que só fez perpetuar a desigualdade social. Ao escrever suas páginas sobre a história do país, nos anos 1950, Amado contribui para construir uma memória com textos escritos por homens e mulheres que apostaram numa mudança pela via socialista, tendo à frente os ideais do Partido Comunista, quando a Rússia já havia feito sua revolução em 1917.

Uma retórica sedutora encharca esse romance, produzida numa época que exige mudanças no país, e palavras de ordem contagiantes respondem ao clamor de segmentos sociais excluídos do projeto capitalista em curso. As palavras inspiram confiança, plenas de verdade e certeza e se tornam convincentes, quando os revolucionários falam em nome do “povo” e pregam a libertação dos oprimidos. Na imensa galeria de personagens, o romance destaca o trabalho hercúleo dos militantes comunistas, dos operários, com seu heroísmo no cotidiano da vida ilegal, imbuídos de crenças e palavras que os movem no desejo de transformação do mundo. Dessa trama ficcional, pode-se depreender a história do Partido Comunista no Brasil, entender a sua formação, a sua estrutura e o seu funcionamento. A narrativa vem recuperar positivamente o papel dessa organização, vítima de uma campanha de desqualificação desencadeada por aqueles que recebavam ter seus privilégios ceifados.

A história desse livro tem início em 1950, depois que o PC foi declarado ilegal no Brasil, em 1947, e Jorge Amado vai se exilar na França.⁴ No período do exílio, realiza viagens à China Continental, Mongólia, Europa Ocidental e Central, União Soviética e ao Extremo Oriente. Em 1950, por motivos políticos, o governo francês o expulsa do país, e o escritor viaja

para a antiga Tchecoslováquia, onde escreve *Os subterrâneos da liberdade* e o conclui em 1953 no Rio de Janeiro, vindo a publicá-lo em 1954, tendo já recebido o Prêmio Stalin da Paz, da União Soviética, em 1951. Também na Tchecoslováquia escreveu *O mundo da paz* e o publica em 1951, livro sobre os países socialistas. *Os subterrâneos da liberdade* ganha tradução⁵ para o alemão, o búlgaro, o chinês, o esloveno, o francês, o grego, o letão, o polonês, o romeno, o turco, o russo e o tcheco, o que dá a dimensão do engajamento do escritor na militância comunista.

A atuação combativa de Amado na esfera pública, por sua filiação ao Partido Comunista, traduz experiências de uma luta na defesa da democracia e contra regimes ditatoriais que se erguiam para atender à lógica do capital. Nos anos 1930, esse escritor alia-se à frente política das esquerdas na Aliança Nacional Libertadora, sob a liderança do PC, formada por comunistas, socialistas e a ala esquerda do tenentismo, no combate ao fascismo e ao imperialismo. A ANL foi posta na ilegalidade pelo governo em 1935, contudo, alguns de seus filiados continuaram a luta política⁶. Por conta dessa filiação, durante o Estado Novo o escritor é acusado de ser subversivo e de ter participado da Intentona Comunista, vindo a ser preso entre 1936 e 1937. Por ordem da Sexta Região Militar, exemplares de *O país do carnaval*, *Cacau*, *Suor*, *Jubiabá*, *Mar morto* e *Capitães da areia* são queimados na cidade de Salvador.⁷

Ainda pela bandeira da democracia, Jorge Amado, como chefe da delegação baiana, em 1945, no I Congresso de Escritores em São Paulo, assina um manifesto, tirado desse evento, contra o Estado Novo. Em Portugal, em 1954, também assina com Pablo Neruda um documento pela libertação do líder comunista Álvaro Cunhal, marcando, assim, sua posição contra o salazarismo. O engajamento político-partidário tem forte rebatimento em sua literatura, convertida em trincheira dos ideais democráticos, até *Os Subterrâneos da Liberdade*, publicado sob forma de trilogia, com os títulos *Os ásperos tempos*, *Agonia*

da noite e A luz no túnel. Destaque-se aqui o desligamento do escritor do Partido Comunista, que vai ocorrer em 1956.

Desde o início de sua carreira literária, já nos anos 1920, Jorge Amado entra em contato com diversos grupos de intelectuais que abraçam a “luta política e ideológica no país”.⁸ O escritor se compromete com o projeto de construção da unidade nacional, nos anos 1930, ideal que fora consenso, apesar das divergências ideológicas, para a comunidade de intelectuais do País, oriundos de correntes diversas. Sua filiação ao Partido Comunista e o grande envolvimento com essa organização o colocam numa posição de intelectual altamente engajado, com atribuições e papéis que buscavam dar conta da grande pauta do Partido – o povo e a nação –, temas recorrentes sob forma de programa político e estético.

Assim, a partir de 1930, no Rio de Janeiro, Jorge Amado firma forte compromisso com uma arte engajada, revolucionária, quando o movimento modernista levanta um debate sobre a identidade cultural do Brasil, na busca de respostas a uma série de questões candentes, provocadas pelo contexto político e social, e de caminhos para a mudança no país. Tendo em vista tais questões, a função social da arte e da literatura vai atravessar as discussões e os programas culturais das esquerdas durante décadas.

Com essa preocupação, Jorge Amado traz para a sua produção literária um leque imenso de personagens que pertencem a segmentos sociais excluídos do projeto de expansão capitalista. Como muitos intelectuais da época, o escritor se torna porta-voz das minorias, a exemplo dos operários das fábricas, trabalhadores do campo, mulheres, negros, “capitães de areia”, o “lúmpen” do proletariado, enfim, homens, mulheres e crianças vitimizados pelo capital, em uma sociedade latifundiária, patriarcal, branca e burguesa.

Os ideais revolucionários que movem as ações e os agentes das narrativas de Jorge Amado sustentam o tema predominante na literatura brasileira, o da “exploração do homem

pelo homem”, até os anos 1960. Ao comentar o reagendamento da literatura nacional pós-64, Silviano Santiago coloca que, até essa década, tinha-se

como tema principal e dominante a exploração do homem pelo homem, (tema) em geral dramatizado pelo processo de conscientização político-partidária de personagens pertencentes ao campesinato e ao operariado, acompanhado de crítica velada (simpática) ou aberta (radical) à oligarquia rural e ao empresariado urbano. O jogo entre as duas forças sociais opostas escamoteava por vezes as camadas médias e urbanas da sociedade e era composto de forma a antecipar dramaticamente uma evolução otimista e sem tropeços do capitalismo para o comunismo no Brasil. Otimismo e utopia se aliavam para mostrar a vitória definitiva das forças de esquerda.⁹

Conforme Albino Rubim, o engajamento político de Amado está demarcado por sua adesão à política cultural do Partido Comunista, que, em seus quadros, contou com a participação de intelectuais. Ao analisar as atividades e práticas culturais do Partido, Rubim considera que o PC teve uma presença político-cultural de peso, mesmo na clandestinidade, através de “complexas e imensas redes de organização, produção e difusão de cultura”. “O imbricamento política-ideologia conduz, sem mais, a uma contínua e consciente preocupação com a produção e difusão de cultura e com os meios necessários para sua efetivação e eficácia”¹⁰.

As diferentes formas de organização dos intelectuais, as chamadas “entidades gerais dos intelectuais”, criadas pelo

Partido, segundo Rubim, como o Comando dos Trabalhadores Intelectuais – do qual participou Jorge Amado –, confirmam a importância da categoria. O PC vai privilegiar a função social da arte e da literatura, uma exigência ao engajamento do intelectual. Daí o investimento na cultura nacional-popular, embora tal diretriz não limitasse a produção literária à dos escritores brasileiros.

O PC seleciona e publica um elenco de produções literárias com temas relacionados às causas do “povo”, do proletariado, com vistas a uma conscientização política e até político-partidária ou a um doutrinação, do qual o livro *Os subterrâneos da liberdade* é acusado. Tal projeto é viabilizado graças a uma atividade editorial expressiva do Partido Comunista. A organização publica livros de escritores estrangeiros, sobretudo daqueles dos países soviéticos. Desse modo, em relação à atividade literária, “(...) não só se trabalha com leitura(s) intencionalmente demarcada(s), como se projetam em relação à obra e seu autor associações e valorizações político-ideológicas conjunturais, ‘instrumentalizando’ a cultura e subordinando-a a uma lógica marcadamente político-ideológica”.¹¹

E é por essa bússola que Jorge Amado se orienta para escrever *Os subterrâneos da liberdade*, narrativa em que a ditadura do Estado Novo, o imperialismo americano, o integralismo, a ditadura de Franco, a repressão de Vargas ao comunismo, desde 1935, o trotskismo, por sua infiltração no PC, e uma burguesia em ascensão vêm como forças que atropelam o projeto socialista, aclamado por seu grande líder, Luís Carlos Prestes, pelos comunistas e pela classe operária. Enfim, nesse enredo se expõem as tensões e conflitos gerados por segmentos cujos interesses já estavam assegurados, como também se conhece a incessante luta, por direitos, da classe operária, que começa a crescer no Brasil e pode vir a ameaçar o desenvolvimento do projeto capitalista no Estado Novo, no entendimento de José Nilo Tavares.

Buscando compreender o sentido do Estado Novo, esse cientista político coloca que a década de 30 do século XX “representa uma expansão capitalista no país e vai assegurar à burguesia urbana, à sociedade civil burguesa uma proeminência que, até então, ela não tinha”.¹² Segundo o autor, após 1930, “há um predomínio crescente da burguesia, do empresariado industrial sobre os demais setores da burguesia, ainda que não se tenha uma hegemonia”, conferindo nitidez a um bloco antes heterogêneo, “composto de oligarquias rurais, de burguesia rural, de burguesia mercantil urbana, de burguesia industrial urbana e, até certo ponto, compunha-se da burocracia extraída das classes médias”.¹³

O “Estado Novo vai ser a expressão da ascensão burguesa, ainda que a classe burguesa não tivesse um projeto político explícito para a transformação do país, ao tempo em que vai acelerar o processo de transformação burguesa da sociedade brasileira, especialmente no sentido de estabelecer uma certa articulação entre a sociedade civil e o Estado”.¹⁴ Em 1937 havia “uma sociedade civil inspirada pelos ideais da burguesia, calcada numa ideologia burguesa, mas não tendo seus interesses refletidos em nível de Estado”, continua Tavares, que “representava ainda interesses heterogêneos que não eram totalmente os da sociedade civil, marcada pelas relações de trabalho capitalistas, pelo interesse do lucro, pela expropriação e pela mais-valia”. As relações capitalistas “já se haviam estendido por toda a sociedade brasileira, por volta de 1937, mas o Estado estava defasado em relação a elas, controlado, ainda, nas suas linhas fundamentais, pelos servidores subalternos das oligarquias, das burguesias rural e mercantil”¹⁵, devendo-se então ajustar o Estado à sociedade civil.

A expansão capitalista dos anos 1930 exige uma efetiva revolução burguesa nacional. Portanto, segundo Tavares, a partir de 1937, “o desenvolvimento capitalista exige um novo Estado: o Estado capitalista” e capitalista liberal burguês, e “não havia organizações e instituições políticas no país capacitadas a fazer esta transformação em regime democrático”. Isso explica, no

entendimento do autor, porque o Estado Novo, com o Golpe de 1937, torna-se um Estado corporativo e parafascista, cabendo-lhe “ajustar-se ao sistema produtivo de caráter burguês e ajustar o modo concreto de produção capitalista brasileiro ao modo de produção capitalista internacional”, o que não era garantido pela constituição de 1934, conclui. Conforme o autor, até 1930, os imperialismos, particularmente o “imperialismo inglês, tinham uma intervenção grande e constante, tanto na economia nacional quanto na tomada de decisões políticas”.

Em razão disso, o Estado Novo vai ser decisivo na “criação de um mercado nacional unitário que implicasse na destruição ou no enfraquecimento das oligarquias, numa profunda desarticulação dos remanescentes do federalismo brasileiro, para o que se tornava necessária uma centralização do poder político”.¹⁶ Tal mercado, de acordo com esse cientista político, “suscitava uma série de exigências políticas relacionadas tanto com o federalismo quanto com as oligarquias”, ao tempo em que o Estado Novo deveria assegurar a soberania nacional.

Não foi tranqüilo, contudo, para o Estado Novo, alavancar a tarefa exigida pela expansão do capitalismo. Nesse período, “com a ascensão do movimento sindical, houve um recrudescimento das lutas de classe, trazendo o fortalecimento da classe operária, cujas experiências, dia a dia, representam, pela primeira vez, na história do país, uma ameaça concreta aos interesses dominantes constituídos”.¹⁷ Tal ascensão sinalizou para a “possibilidade de um projeto alternativo de desenvolvimento que não fosse um projeto capitalista, mas que fosse um projeto socialista”, em 1935, apesar da sua debilidade. Segundo o autor, no Brasil, em 1937, não se tinha, como nos países avançados, uma sociedade civil

impulsionada por organizações civis, sindicatos, organizações empresariais; (...) não havia partidos políticos orgânicos e sim partidos compostos de setores, de facções de classes

antagônicas. Não havia partidos nacionais e identificados às classes sociais. Os partidos eram locais, com atuação local e ou regional. Não havia corporações sindicais poderosas; os sindicatos se recusavam a participar do processo político, comandado pelas oligarquias.¹⁸

Nessa conjuntura, o Estado Novo assume a função primordial de “destruir a resistência operária – e essa destruição iniciou-se em 35 sob o pretexto de combate ao comunismo – e liquidar o sonho que se apoderava de amplas camadas da população”, vindo a produzir uma “máquina infernal de repressão, de contrapropaganda, de deformação de consciências, de tortura”¹⁹.

E é essa máquina infernal de repressão produzida pelo Estado Novo que o romance *Os subterrâneos da liberdade* faz chegar aos leitores e àqueles que conheceram a ditadura de Vargas através das pálidas páginas dos livros didáticos. Em *A luz do túnel*, último volume da trilogia, tem-se um relato, em muitas páginas, da prisão de dirigentes do PC, bem como são descritas com minúcias as atrocidades da repressão e tortura aos militantes. Inicialmente, ocorre a prisão dos camaradas Zé Pedro, além de sua companheira e filho, e Carlos, torturados com o fim de entregarem o dirigente João, o que não ocorre. As sessões de tortura, acompanhadas por um médico, o Dr. Pontes, são relatadas com detalhes insuportáveis. Os atos de selvageria são comandados pelo delegado Barros, com seu prazer mórbido no emprego de métodos e técnicas para obter a confissão dos comunistas, que resistem até a morte. Nessa repressão, duas instâncias colaboram: a jurídica e a médica.

Em nome da lei, o delegado promove os mais horrendos atos de tortura para que Carlos, Zé Pedro e Josefa, a mulher deste, denunciem os camaradas. O filho pequeno de Pedro e

Josefa é também violentado na frente da mãe, que fica louca, por não suportar essa dor. No romance, sabe-se que as sessões de tortura são “assistidas e controladas por um médico”, já antes do Estado Novo, depois de denúncias na imprensa e discussão no parlamento. A gravidade desse fato é minimizada, segundo o narrador, pelo Ministro da Justiça da época, e a providência de um médico para acompanhar as torturas vai ser uma fachada, servindo apenas para silenciar tais denúncias.

No romance, o Dr. Pontes se torna médico da polícia e de início acompanha essas sessões como se assistisse a um espetáculo “divertido”, num prazer sádico: “tinha ainda os nervos sólidos, apesar da cocaína”, afirma o narrador. Cabia-lhe dizer se os torturados “podiam resistir ainda, se o coração não ameaçava fraquejar, se os pulsos continuavam normais, essa era a sua obrigação, para isso era pago”.²⁰ (p. 47) “Porém, com o correr dos tempos e o domínio crescente da cocaína, seus nervos foram-se enfraquecendo”. Por isso, quando lhe era muito difícil suportar o exame dos torturados, necessitava de entorpecentes, como ocorreu ao examinar o filho de Zé Pedro e Josefa. Diz o narrador:

Quando Barros deu ordem para trazer a criança, os olhos do dr. Pontes voltaram-se instintivamente para Josefa, e o médico teve uma estremeção. Um grito se escapara dos lábios da mulher, e o dr. Pontes vislumbrou nos olhos espavoridos da presa tamanha aflição que não pôde continuar de pé: sentou-se numa cadeira, enxugou o suor da testa com o lenço. Era difícil assim, sem sua dose de cocaína. Mas Barros exigia-o lúcido nas suas sessões, só no fim de tudo, na volta ao gabinete, retirava de uma gaveta o pequeno envelope com a droga. Ele aspirava ali

mesmo, enquanto escutava as reflexões do delegado (p. 46).

A dificuldade de Dr. Pontes, também um algoz, em examinar os torturados tem uma explicação: dos “sonhos eróticos nascidos do tóxico e das mórbidas sensações recolhidas, sucedeu um delírio infernalmente doloroso, povoado de visões alucinantes, de gritos impossíveis de ouvir, de pavorosos queixumes, de súplicas e ameaças”. (p. 46-47) Em decorrência disso, por culpa, o médico passa a ter profunda rejeição às vítimas das torturas, por atestarem sua monstruosidade, ele que acreditava não colaborar com a repressão.

Tinha-lhes ódio, nenhuma piedade. Ódio porque não falavam, porque tudo suportavam de boca fechada, como uns loucos, ódio àquele heroísmo, àquela convicção. Ódio porque o perseguiram como se fosse ele o responsável por tudo: por que não iam perturbar as noites de Barros, as noites de Pereirinha e de Dempsey, os que batiam, os que mandavam bater? Por que escolhiam a ele, a quem não cabia nenhuma responsabilidade? (...) Por que logo a ele que não tocava em nenhum, apenas encostava a cabeça sobre os peitos chagados a examinar o ritmo das batidas do coração? (p. 47).

O delegado exige que o médico aplique o eletrochoque em Josefa, “menos para salvá-la do que para ouvir as frases inconscientes pronunciadas após o choque”, apesar de Dr. Pontes, que nutria um sentimento de ódio por Barros, ter decidido pelo encaminhamento de Josefa ao Manicômio Judiciário, por considerar que a prisioneira apresentava insanidade mental (p.

55-56). Depois da explicação dada pelo narrador ao sentimento de pavor que se apossa do médico, quando ficara frente à mãe do pequeno garoto torturado com um chicote, tem-se uma discussão entre o delegado e Dr. Pontes, que vem a se suicidar, depois da aplicação do eletrochoque em Josefa.

A narrativa destaca a integridade e o heroísmo dos militantes comunistas, pela resistência às atrocidades, sucumbem sem nada confessar, pela fidelidade a uma causa, movidos por uma utopia, o que é reconhecido pelo médico. Num determinado momento, Pontes ironiza o delegado, ao apontar os limites e o fracasso do aparelho de repressão, o que Barros não suportou ouvir:

- Eles são mais fortes que você, Barros. Você só tem contra eles a dor, mas eles têm contra você outra coisa mais poderosa...
- O quê? – perguntou o delegado dando um soco na mesa.
- Sei lá... Alguma coisa no coração. Que diabo possa ser, eu não sei, para fazê-los assim tão fortes. Mas seja o que for, eles lhe derrotaram, direitinho... (p. 56).

A resistência desses heróis e de outros oriundos da classe trabalhadora atravessa toda a história de *Os subterrâneos da liberdade*, ao enfrentarem o Estado Novo, que fechou o Congresso, impôs censura à imprensa, prendeu líderes políticos e sindicais, a fim de vialibizar a criação de um Estado capitalista burguês. Os heróis saem dos subterrâneos de uma luta pela democracia no país, pela igualdade de direitos e são os protagonistas também da luta do operariado que os meios de comunicação de massa, já comandados pelo Estado e pela burguesia à época, segundo José Nilo Tavares, procuravam apagar.

Os ásperos tempos, volume que abre a trilogia, dramatiza os primeiros momentos de instauração do Golpe de 1937, quando se dão os agenciamentos promovidos pelas forças políticas na época e os movimentos iniciais de resistência à ditadura de Vargas. Um universo de personagens surge para compor a teia dessa trama e se apresenta aos leitores o mundo da elite política do país na cidade de São Paulo: no capítulo primeiro, a caminho do palacete do banqueiro Costa Vale está o deputado Artur Carneiro Macedo da Rocha, representante das camadas conservadoras, um “descendente da velha estirpe paulista”, a quem João, dirigente regional do Partido, propusera a “união de todas as forças democráticas contra Getúlio Vargas e os integralistas”, dada a iminência do Golpe, de certo modo previsto (p. 11).

No percurso da viagem, o deputado se lembra da entrevista que tivera com esse revolucionário comunista, do qual ouve as seguintes palavras:

– Os senhores têm as armas, as armas das polícias militares dos Estados. O povo está disposto a lutar contra o golpe fascista. Grande parte da oficialidade do Exército é antifascista. E todo o povo. Só aqui, em São Paulo, podemos levantar vinte mil trabalhadores se os senhores se dispõem a resistir ao golpe... (p. 17).

O deputado, que apóia a candidatura de Armando Sales, calou-se por entender que política era assunto da elite. Frente ao silêncio de Artur Rocha, João sentencia:

– O senhor tem medo de armar o povo, é isso que se passa. O senhor prefere ver Getúlio continuar no poder,

prefere mesmo os integralistas com sua constituição fascista, do que se apoiar no povo... Os senhores irão se arrepende depois... (p. 17).

Freqüentam o palacete de Costa Vale representantes da elite paulista: o já citado deputado, o poeta César Guilherme Shopel, “um velho professor” da Faculdade de Medicina, o médico renomado Alcebíades Moraes, a Comendadora da Torre, “viúva riquíssima de um industrial português”, e o senador Venâncio Florival, “fazendeiro dono de imensas terras em Mato Grosso e de uma ignorância maior”. É nessa imensidão de terras, rica em manganês, que os americanos querem investir, tendo que, para isso, expulsar de lá a população. O banqueiro Costa Vale dá o seu aval a essa empreitada e tomará providências.

Buscando manter-se sempre na proa, o banqueiro avalia a conjuntura econômica e considera que há um declínio do imperialismo inglês, por isso abre os braços para os alemães e os americanos, aguardando tão somente a direção dos ventos, para fazer uma aliança certa. Admirador de Hitler, considera-o um gênio, subliminarmente se mostra favorável ao Golpe de Vargas, que viria combater os comunistas. Numa roda de conversa com Shopel e o senador dono das terras, tido como um escravista pelo poeta, Costa Vale interfere quando ouve esse político dizer: “— Quem nasce pobre é que Deus o fez pobre, sempre houve pobres e ricos, esses comunistas querem modificar aquilo que é a obra de Deus...” (p. 25). Costa Vale o aprova:

— Palavras sensatas. Vejam a diferença entre a Alemanha de Hitler e a França da Frente Popular. Na Alemanha é a ordem, a precisão no trabalho, um ritmo acelerado, nada de greves, de desordens, de motins. Na França é a anarquia, os comunistas ameaçando as instituições mais respeitáveis (p. 25).

Com o Golpe do Estado Novo, Costa Vale, que sempre esteve por trás dele, “abocanhou as terras do Vale do Rio Salgado [no Mato Grosso], é o maior negócio dos últimos tempos” (p. 158), onde vai instalar uma empresa de exploração de manganês.

Do outro lado da trama, os protagonistas são aqueles que apostam nas mudanças do país, na revolução, como os camaradas João e Ruivo, ambos da direção regional do Partido, o velho comunista Orestes – um ex-anarquista italiano – e Mariana, que, desde garota, sempre acompanhou seu pai, um dos mais antigos militantes do PC, nas atividades políticas. No desenrolar da história, alguns personagens vão se engajar na militância, a exemplo do arquiteto Marcos de Souza – antes, apenas um simpatizante da luta que emprestava sua casa para as reuniões do Partido – e de Manuela, uma bailarina que vai para o PC algum tempo depois, ao conhecer Mariana.

Mariana também faz parte da direção do Partido, após ter sido da base. Sua entrada na organização deve-se a um longo aprendizado com o pai, que sempre se mostrava “alegre de explicar-lhe a significação da luta operária, de contar-lhe sobre a União Soviética, de falar-lhe sobre Lênin e Stalin.” Logo após a morte do pai, Mariana pede a um amigo que a leve para a organização partidária. Trabalhou na fábrica da Comendadora da Torre, onde sua mãe foi também operária, mas é demitida por liderar greves e participar da criação de células do PC na fábrica. Moradora do subúrbio de São Paulo, essa militante conhece João, se casam e têm um filho, que se chama Luís Carlos, em homenagem a Prestes, assim como tantos outros meninos, filhos de operários, que recebem esse nome, segundo o narrador.

O camarada Ruivo, grande amigo de Mariana, quando a conhece, fala do “proletariado, da sua missão histórica”, e ambos confiam na revolução. Mariana, inclusive, reacendeu sua crença na luta depois da formação da Aliança Nacional Libertadora:

Foi o movimento da Aliança Nacional Libertadora (que ampliara de muito a influência da célula do Partido na fábrica da Comendadora, onde ela trabalhava então) que colocou pela primeira vez diante dela essa sensação de vitória visível no horizonte da luta subterrânea. Mas a derrota da insurreição de 35, o fechamento da Aliança que a precedeu, e, sobretudo a prisão de Prestes, a haviam novamente jogado naquela sensação de uma luta sem termo, como se, em vez de caminharem, marcassem passo (p. 52).

Com a apresentação desses personagens, os leitores acompanham a resistência ao Golpe de Vargas, que é anunciado ao final do primeiro capítulo de *Os ásperos tempos*. O narrador relata o retorno do passeio de Manuela a um parque de diversões, onde conhece o diplomata Paulo Rocha – filho do deputado Artur Rocha –, o qual, assim que chega de viagem, resolve passear pela cidade.

No retorno de Manuela para casa, numa viagem de bonde, ouve-se o brado de “um velhote de óculos”, surgido do fim do vagão:

– Golpe! Golpe! Que importância pode ter? Presidente ou ditador, paulista ou paraibano, é tudo uma cambada de ladrões, não há diferença nenhuma, só querem é roubar, roubar, encher o bandulho, enriquecer os parentes... Para endireitar esse país só existe um homem e esse está preso e não se pode dizer o nome dele, é proibido pela polícia... Mas você sabe quem é, e eu também, e o povo todo! (p. 83).

Esse homem é Luís Carlos Prestes, vítima das atrocidades do ditador Vargas, preso desde 1936, e que recebe o título de cavaleiro da esperança, dado por Jorge Amado numa biografia que escrevera sobre o líder revolucionário. No romance, a sua anistia também é aclamada num comício em Montevidéu, quando o personagem tenente Apolinário Rodrigues, que teve uma atuação no levante do quartel do Terceiro Regimento, está a caminho da Espanha, a mando do Partido, numa viagem clandestina, passando primeiro pelo Uruguai. Na Espanha, em Madri, igualmente Apolinário ouve gritos pela libertação do cavaleiro da esperança, o que só vai acontecer em 1945 com o processo de redemocratização do País.

De acordo com o narrador, o golpe era temido pela elite paulista: “aquilo que o ditador não tivera coragem de fazer em 1930, o faria agora – fazendas, fábricas, jornais, ações, tudo passaria para as mãos do Estado ou dos familiares do governo...” (p. 94). Apesar disso, não houve uma aliança contra Vargas, proposta pelos comunistas, que temiam a fascistização do País. Na noite do Golpe, os personagens Paulo Rocha, Suzana Vieira e o poeta Shopel, num passeio noturno pela cidade, lêem nas paredes pichadas algumas palavras de ordem: “Abaixo o Estado Novo”, frase que atribuíram aos paulistas. Leram ainda “Viva Prestes! Viva o P.C.B!”, cuja autoria é imediatamente atribuída aos comunistas, considerados por Paulo “terríveis” e também corajosos. O poeta Shopel arremata: “– É preciso liquidar com essa gente. Enquanto eles existirem, ninguém pode ter sossego...”. (p. 112)

O narrador explica o receio de Shopel, valendo aqui destacar o longo trecho:

Um medo o assaltava, um medo avassalador desses homens perseguidos e persistentes, agindo desde a profundidade da ilegalidade, ameaçando a estabilidade das fortunas assentadas, perigo sobre a sociedade e também

sobre os projetos que deveriam transformar o poeta Shopel de um pequeno editor intelectual, de bolsos eternamente vazios, num homem de negócios, temido, respeitado e adulado. Ah! Esses comunistas! Ai estavam eles presentes nesse mesmo dia de golpe de Estado, agitando a noite da cidade, lutando contra o regime naquele dia instituído, como se a nova constituição, batida nos moldes fascistas, não os amedrontasse, como se não houvessem lido as edições extraordinárias dos jornais, pouco noticiosas e pouco informativas sobre pormenores do golpe, mas unânimes em considerar que o estado de coisas implantado no país era uma necessidade premente para pôr cobro à agitação comunista, à “ameaça vermelha”, à ação subversiva dos “elementos extremistas”. Gerais e políticos, fazendeiros e industriais, um cardeal e o chefe de polícia do Rio de Janeiro usavam quase idênticas palavras para exaltar o Estado Novo como o definitivo fim dos comunistas no Brasil. O chefe da Polícia Federal resumira tudo numa violenta ameaça, publicada em manchete, em grandes tipos, num jornal da tarde: “Não deixarei um só comunista em liberdade. O Estado Novo limpará o Brasil para sempre da peste vermelha” (p. 113).

Apesar dessa terrível ameaça, o Partido não desiste de fazer a revolução, e é dos subterrâneos da luta, com um trabalho feito na clandestinidade, que se tem a dimensão de sua força. À página 114 do romance, aparece Mariana, que está nas ruas, em 10 de novembro de 1937, pichando as paredes com frases

e palavras de ordem, como “Liberdade para Prestes! Anistia!” (p. 115). Alguns dias depois, é censurada por João por ter se envolvido nessa atividade: “cometera uma grave infração da disciplina partidária”, pondo em risco “a segurança de toda a direção”, com a possibilidade de ter sido presa, o que ela reconhecera, por saber que a organização tinha muito bem definidos os papéis e as funções de cada membro. Segundo o narrador, quando ainda estava na base Mariana já abraçava com prazer tal atividade:

Muita pichagem de muro ela fizera durante seus quatro anos de militância especialmente no tempo da Aliança Nacional Libertadora. Gostava mesmo da tarefa, o pequeno grupo marchando nas sombras, conduzindo as latas de piche e os pincéis, camaradas colocados nas extremidades da rua para dar aviso se aparecesse alguém, as inscrições rapidamente feitas, a foice e o martelo desenhados em dois traços, a afirmação de luta lançada em face da burguesia (p. 114).

A possibilidade de fascistização do País leva o Partido Comunista a um trabalho incessante no combate ao Golpe, e isso só produzirá efeito com uma aliança das forças democráticas, movimentos grevistas, que ameçam o capital, acredita João:

– Muito cuidado, Mariana. Nesses primeiros dias eles são capazes de tudo. O importante agora é organizar uma resposta ao golpe, juntar todas as forças democráticas do país para impedir a fascistização. Os operários precisam demonstrar seu repúdio à nova constituição, ao mesmo tempo

que se forme uma frente de todas as forças democráticas para impedir sua aplicação. É preciso que a reação sinta a oposição dos trabalhadores ao golpe. É necessário pichar ruas hoje mesmo, jogar bandeiras vermelhas nos fios, enquanto se prepara coisa mais positiva, o movimento grevista. Sem isso não vamos poder fazer marchar esses políticos chamados democratas que pensam estar tudo perdido (p. 115).

Nesse enfrentamento, a organização partidária recusa de modo veemente a idéia de apoiar um golpe armandista contra Vargas. Desconfiado de que tal golpe seria capaz de “conservar a constituição de Getúlio se chegasse a vencer” (p. 124), João, em conversa com o jornalista Saquila e com Ruivo, aposta que o mais vitorioso é “agrupar todos os segmentos democráticos, à base de um programa mínimo: liquidação da constituição fascista, volta à constituição de 34, anistia, luta contra o integralismo. E essa frente só pode ser realizada num processo, à proporção que cresçam as lutas de massa contra a ditadura” (p. 124).

Abelardo Saquila, sobre o qual recai a desconfiança de ser trotskista, trabalha no jornal “A Notícia” e é também da direção do Partido, confia no golpe armandista, que teria o apoio de “generais desgostosos com Getúlio”, no dizer desse jornalista, e vê-se duramente criticado por Ruivo:

– Há muito tempo que não ouço tanto absurdo junto: o justo é o *putsch* e não a luta de massas, o certo é ir na rabada da burguesia e não colocar a direção da luta na mão da classe operária, substituir os mineiros e os gaúchos por Flores da Cunha, os operários de São Paulo por Armando Sales e assim por diante. Você, Saquila, é um homem que

leu Marx, Engels, “O capital” completo, obras de Lênin e Stalin, tudo que pôde arrebanhar de marxismo pelas livrarias e o que manda buscar no estrangeiro. Leu e não entendeu nada, meu velho. Indigestou. (...), esse golpe armandista vai cair no vazio, o único a ganhar com ele é Getúlio (p. 125).

Nesse embate de pontos de vista, expõem-se as divergências com o trotskismo, largamente colocadas no romance. Chegou-se até a explorar a associação entre Saquila e o jornalista Hermínio Sachetta, secretário do PC em São Paulo, mais tarde expulso, sob acusação de ser trotskista, e que por bom tempo dirigiu uma facção da Quarta Internacional. A trilogia provocou uma reação violenta dos trotskistas brasileiros, particularmente de Hermínio Sacchetta.²¹

Outras situações criadas na narrativa ilustram tais divergências, como a que ocorreu numa pequena reunião na casa do velho Orestes. Numa conversa em que se discutia a política nacional e internacional, Saquila pronuncia a seguinte sentença:

– O nosso movimento, aqui, como nos demais países da América Latina, nos países semicoloniais, e coloniais, em geral – com um gesto largo estendia o campo a cobrir com sua definição – recorda-me um homem querendo romper com a cabeça um desses muros de pedra dos tempos coloniais. Queremos romper o muro de pedras com a cabeça, e rompemos apenas a nossa cabeça... (p. 53).

Saquila faz esse comentário após ouvir as discussões sobre as ameaças de golpe, a guerra na Espanha, “os preparativos

guerreiros de Hitler e Mussolini, as más notícias da China, lidas num artigo de uma revista norte-americana” (p. 53). A avaliação de Saquila, tida como pessimista pelo narrador da história, é rechaçada por Orestes:

– Se não for com a cabeça, a gente rompe esse *maledetto* muro com uma boa bomba de dinamite... *Per Bacco* que não fica pedra sobre pedra... – e o velho se punha de pé, o braço estirado num gesto de lançar sua bomba vitoriosa (p. 53).

Num momento posterior, o camarada Ruivo, um apaixonado pela luta, ainda que muito debilitado pela tuberculose, comenta com Mariana a posição de Saquila:

– Isso que te parece apenas uma frase sonora de um literato, é o indício de uma coisa muito mais séria. Há um trabalho do inimigo no seio mesmo do Partido, Mariana. Especialmente aqui, onde está o grosso da indústria do país, onde a classe operária é mais numerosa e mais desenvolvida. Faz tempo já que a direção vem notando essa infiltração de ideologia estranha, esse trabalho de sapa tentando criar um ambiente de pânico entre os camaradas, levá-los ao desespero e, como consequência, ao afrouxamento do trabalho. Veja bem: o inimigo tenta impedir, com isso, por um lado, o crescimento do Partido e de sua influência nos meios operários, nas grandes empresas, onde devem estar assentadas nossas raízes profundas. Por outro lado, tenta infiltrar em nosso

seio uma ideologia pequeno-burguesa, desesperada e suicida. Há um grupo de pequenos burgueses, de intelectuais em geral, que vieram ao movimento por amorismo ou por oportunismo no tempo da Aliança, e que serve de veículo a esse trabalho do inimigo. Saquila é um deles... (p. 54).

E é para São Paulo, “onde está o grosso do país, onde a classe operária é mais numerosa e mais desenvolvida”, onde o ditador não teve apoio, que um dos inimigos da revolução, o personagem Eusébio Lima, programa uma ida de Vargas. Servo do ditador desde 1930, Eusébio está no Ministério do Trabalho, desenvolvendo a política trabalhista do governo, e também atua nos sindicatos. Ele, segundo o narrador,

devia preparar o terreno para a visita de Vargas, alguns dias depois do golpe, ao centro da oposição ao seu governo. Essa visita devia ser realizada à base de um inventado “convite dos trabalhadores” e culminar numa grandiosa manifestação ao ditador que pronunciaria então um discurso fixando os rumos da política social do novo regime, a “conciliação de classes”, a harmonia entre o capital e o trabalho. Essa manifestação seria uma advertência aos políticos inimigos do regime, serviria para ampliar a base social do governo, golpearia também a agitação comunista (p. 105).

Assim, traça-se o plano de fabricação de uma popularidade do presidente entre a classe operária. Para que fosse assegurada uma vinda bem sucedida, numa emissão radiofônica “falariam

os ‘representantes’ das classes trabalhadoras dando seu apoio ao Estado Novo e convidando Getúlio a visitar São Paulo para receber a prova de sua solidariedade” (p. 105). Lucas Puccini, personagem ambicioso e carreirista, irmão de Manuela, “falaria pelos comerciários; um ex-empregado de uma fábrica têxtil, espião durante uma greve e atual investigador de polícia, pelos têxteis; agentes ministeriais por outros ramos de indústrias” (p. 105).

Eusébio Lima busca apoio com a burguesia paulista, combinando uma suspensão das atividades nos setores produtivos. No entanto, teme que os operários prefiram ficar em casa a comparecer à manifestação, quando já havia acertado com os americanos da Light e os patrões de diversas empresas a paralisação dos trabalhos nesse dia, e contava com os integralistas, os investigadores de polícia, funcionários do Ministério para fazer números, para dirigir os aplausos, para gritar “Viva Getúlio!”. Vem de Lucas a idéia de fazer o evento num estádio de futebol, com uma partida entre dois times populares. Considerando inteligente a proposta, Eusébio lhe diz: “– Vou lhe recomendar pessoalmente ao dr. Getúlio. Você vai longe...” (p. 106).

A chegada de Vargas a São Paulo é precedida de uma “rigorosa limpeza na cidade”, particularmente nos bairros operários, onde a polícia recolhe comunistas e simpatizantes. “Pela cidade corriam notícias, alarmando a pequena burguesia: quem não comparecesse ao comício seria fichado como comunista – a polícia exercia um controle severo sobre toda a população” (p. 165). O romance denuncia a censura imposta aos meios de comunicação, durante o Estado Novo, quando o Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão do governo, controlava a divulgação dos acontecimentos.²² Por isso, em vão, “Jofre buscou no jornal alguma notícia sobre as prisões efetuadas na véspera. Em compensação encontrou um largo noticiário sobre as projetadas comemorações para a visita próxima do ditador quando ‘o proletariado paulista lhe demonstraria sua estima e gratidão’” (p. 170).

No romance, os personagens Jofre e Orestes passam a cuidar da tipografia clandestina do Partido, que imprimia “A classe operária”, seu órgão de imprensa central. De acordo com o narrador, eles “eram um quase ancião e um quase adolescente, o velho Orestes e o jovem Jofre guardando as máquinas do povo, velhice e adolescência fabricando o futuro nos subterrâneos da liberdade” (p. 192). A oficina tipográfica tem extrema relevância para as atividades dessa organização partidária. O texto impresso, como os volantes e jornais, torna-se instrumento de comunicação valioso na propagação dos ideais socialistas, compõe uma rede que vai se estendendo pelas fábricas, pelas ruas, entre os grupos e reuniões dos movimentos sindicais, grafando uma luta sofrida, na clandestinidade, e alimentando o sonho de muitos homens e mulheres do País.

Segundo Albino Rubim, o Partido Comunista, já no início dos anos 1920, vai desenvolver sua atividade editorial, prevista no seu estatuto, vindo a deslanchar-se nos anos 1930, quando se formava um público leitor e um mercado de livros no país. Com o intuito de veicular a doutrina partidária, tal atividade foi intensa e não se restringiu à edição de jornais e revistas. Estendeu-se à edição de livros, com um esquema de distribuição e venda, refletindo uma tradição do movimento marxista internacional.²³

Em *Os subterrâneos da liberdade*, a oficina tipográfica do Partido Comunista, onde foi impresso o material para ser distribuído no dia da visita de Getúlio Vargas a São Paulo, é destruída posteriormente, a mando do implacável delegado Barros, por representar, ao mesmo tempo, um temor ao crescimento da classe operária e uma ameaça à ascensão da burguesia no país. O ataque à oficina se deu por conta de Camaleão que, no romance, é levado por Saquila para trabalhar na tipografia, vindo a ser expulso do Partido por não ser confiável. Sua saída da organização o leva a vingar-se dos dirigentes, por isso entrega o endereço ao delegado.

Antes de ser delegado, “Barros, aquele velho chefe de investigadores da Ordem Política e Social, o mesmo que

prendera há anos o pai de Mariana, era considerado o maior técnico da polícia paulista na repressão ao comunismo” (p. 222). O episódio da destruição da tipografia, que ocorre após a vinda de Vargas, traz lances épicos memoráveis, apesar do fim trágico. Sob o comando de Barros, a oficina é atacada, mas antes Jofre e o velho Orestes dão fim a todo material impresso e às máquinas, para evitar que a polícia imprimissem material falso, uma contrapropaganda, como sendo dos comunistas.

Assobiando a melodia “Bandiera Rossa triunfará”, Orestes destrói a tipografia e o material impresso utilizando as “primitivas bombas” que fabricava e mantinha escondidas na oficina, e termina assassinado no local do confronto. Jofre, por sua vez, também atingido nessa batida policial, ainda chega vivo à delegacia, mas não sobrevive. É torturado até a morte, em sua recusa a entregar o Partido, o que causa um profundo ódio em Barros.

A mando do major Filinto Muller, a tipografia do Partido Comunista já havia sido procurada, sem sucesso. Por isso, na tarde do comício de Vargas em São Paulo, ao Palácio onde o ditador estava hospedado, chega a informação de que a “cidade está inundada de material comunista, eles jogaram essas porcarias mesmo na cara da polícia durante a cerimônia da manhã”. Logo após, o Palácio foi surpreendido com um desfile, “precedido de uma larga faixa”, e ouviam-se gritos que “pediam liberdade para os operários presos nas vésperas da chegada de Vargas” (p. 204), manifestação duramente reprimida pela polícia, sob as ordens do Delegado de Ordem Política e Social.

O massacre foi rapidamente noticiado na cidade, que estava coberta por uma chuva “quase torrencial”, o que levou “grande parte da gente que se dirigia ao estádio” retornar para suas casas com receio de novas perturbações. O fracasso da tentativa de Eusébio de ver o ditador ser acolhido pela classe operária de São Paulo é relatado de modo magistral no romance. O jornal “A Notícia”, sob o controle do DIP como os demais, por

ter produzido uma matéria que veio a confirmar uma tentativa frustrada,

alcançara uma venda excepcional, esgotando a edição, no dia seguinte ao da visita do ditador. Uma única grande fotografia, no centro da primeira página, ilustrava o noticiário da rápida estada de Vargas... (...) Era uma fotografia do estádio, na hora do discurso de Getúlio, tomada do alto, daquele estádio terrivelmente vazio. A imaginosa legenda ganhava um tom de virulenta ironia ante a clara realidade do clichê: ‘Apesar da chuva, incalculável multidão lotou o estádio para aclamar... o Chefe do Governo’” (p. 208).

A matéria desse jornal, tido como defensor da lavoura, particularmente a do café, foi preparada por Saquila – que desprezou as fotografias enviadas pelo DIP e “escolhera aquela tomada por um dos fotógrafos do jornal”. De acordo com o narrador, a “ordem da censura chegou tarde, quando quase todos os exemplares já haviam desaparecido das bancas e estavam sendo passados de mão em mão pelos curiosos. Os investigadores encarregados da apreensão conseguiram levar apenas umas poucas centenas de números...” (p. 209). Isso custou ao Diretor da sucursal paulista do Departamento de Imprensa e Propaganda uma severa repreensão por parte de Eusébio Lima. O Diretor se defende:

– Como eu podia adivinhar? O jornal recebeu o mesmo material informativo e fotográfico que todos os jornais. O censor não duvidou que eles fossem publicar uma das nossas fotografias... Confiou, não pediu para ver os clichês,

foi isso... mas já demiti o censor, já o pus no olho da rua... E citei o Diretor do jornal para uma conversa comigo. Far-lhe-ei uma séria advertência. Se o fato se repetir, o jornal será suspenso... (p. 208).

O Diretor de “A Notícia”, Antônio Alves Neto, um armandista, suspeito pelo Diretor da sucursal de estar conspirando contra Vargas, vai atribuir esse feito a algum comunista infiltrado no jornal.

A reação ao Golpe de 1937 alcança grande dimensão no segundo volume da trilogia, *Agonia da noite*, com a violenta repressão à atividade grevista dos trabalhadores. Os estivadores e doqueiros do Porto de Santos, conhecido como “porto vermelho”, entram em greve quando se vêem obrigados a carregar de café, presente de Vargas ao ditador Franco, um navio alemão que vai partir para a Espanha, o que, para os trabalhadores, vem a ser um insulto. “Há dias haviam [sic] começado a circular notícias de que os estivadores de Santos se recusariam a carregar o navio que viesse em busca de café oferecido a Franco pelo Estado Novo” (p.13).

Dentre esses estivadores, está o “negro Doroteu”, assim o chama o narrador, que trabalha no porto, toca gaita, e é descrito como um homem de muito vigor, alegre ao lado de sua “amada negra Inácia”, com a qual tem um filho, que também recebe o nome de Luís Carlos. Num dos momentos em que estava tocando a gaita para os amigos e sua companheira, o “apito de um cargueiro entrando no porto cortou a música do samba do negro Doroteu, o passo da dança de sua negra Inácia” (p. 12). Era o barco alemão que levaria o café para a Espanha. Diante disso, os trabalhadores propõem uma reunião para discutir a decisão de não carregar o navio, e, nesse encontro, agentes da polícia aparecem, disfarçados. Entre os grevistas, um deles, que

depois de trabalhar no porto fora para o Ministério do Trabalho, e ainda era oficialmente ligado ao sindicato, pede a palavra:

– Companheiros, não vamos mais uma vez fazer o jogo dos comunistas. O que é que nós temos com o que se passa na Espanha? Nossa obrigação é carregar e descarregar o navio, sem olhar e sem perguntar a quem são destinadas as mercadorias. Os comunistas querem nos meter noutra greve, agora que o doutor Getúlio Vargas, amigo e protetor dos trabalhadores...

– Bom protetor que manda atirar neles como fez em São Paulo... – era a voz do negro Doroteu.

– Que o doutor Getúlio Vargas, repito, está disposto a atender a todas as reivindicações justas de nossa classe...

– Sua classe é a do Ministério, a nossa é a operária – voltava a interromper o negro Doroteu, aplaudido.

– Não respondo a comunistas... Prossigo: agora que a greve é um crime na Constituição. Que vamos ganhar com ela? Vamos só perder, nossas famílias vão passar necessidade, o governo vai ficar contra nós. Que é que temos que ver com a Espanha? Só porque trabalham aqui uns espanhóis, em geral maus elementos... (p. 18).

A contenda relatada nessa passagem expõe o duro combate desses heróis, que enfrentam antagonistas, os inimigos de uma luta, muitos deles operários cooptados pelo regime de Vargas. Vale ainda destacar a fala de Doroteu na seqüência dessa discussão, quando sobe numa cadeira e dispara:

– Esse cara é um policial mascarado. Quem está aqui falando em comunistas? Aqui não tem comunistas e nem não comunistas. Aqui tem é trabalhadores, e os trabalhadores formam uma família só no mundo. Se não nos ajudarmos uns aos outros, quem vai nos ajudar? A reação? A Companhia das Docas de Santos? Eu proponho que se bote os policiais para fora e se continue a reunião. E que se faça depressa antes que cheguem os reforços que o outro foi pedir por telefone... Abaixo Franco, viva a República Espanhola! (p. 18-19).

Os trabalhadores mantêm-se firmes na decisão tomada, e o dirigente João, por ocasião dessa greve, vai para Santos, com o intuito de ampliar a organização do Partido, estendê-lo a todas as empresas e multiplicar o número de ativistas. A cidade do “porto vermelho” se vê ocupada por tropas federais e os soldados vão carregar o navio de “bandeira nazista” com o café para Franco. A greve recrudesce, ganhando muitas páginas no romance. Nelas, sabe-se da prisão dos membros da diretoria do sindicato, dos grevistas e de “agitadores comunistas”, como também das demissões em massa, do congelamento do fundo sindical e de mortes. No enterro de um grevista, assassinado por um investigador, que o chama de “comuna”, mais um confronto ocorre e o “negro Doroteu perde sua “negra Inácia”, vítima da violenta repressão.

Por trazer a greve do Porto de Santos para entrelaçá-la a outros acontecimentos que ocorreram no período do Estado Novo, Jorge Amado foi acusado de forjar uma trama romanesca que desvirtua os fatos. O escritor teria se aproveitado da coincidência da instituição do Estado Novo com a Guerra Civil Espanhola e vai deslocar para o ano de 1938 uma greve que ocorreu em 1946, como também omitiu a presença soviética na

Espanha nos primeiros momentos da guerra. A despeito dessas constatações, na trama ficcional Amado aponta as conseqüências dessa greve, como a prisão de muitos comunistas, a campanha de desqualificação do PC, que leva o Partido a um retraimento.

O Estado Novo inicia uma campanha para liquidar essa organização, e à frente da empreitada está o delegado Barros, que “fora promovido por seus ‘relevantes serviços na repressão das atividades subversivas, na extinção do Partido Comunista’”. O “Tribunal de Segurança Nacional começou a julgar os diversos processos dos comunistas presos meses antes. Alguns membros da direção nacional do Partido receberam a condenação de “mais de cinquenta anos de prisão, cada um, em penas acumuladas” (p. 265).

Numa tentativa de desmoralizar o Partido ante as massas, acusavam-nos [os seus membros] de crimes comuns: assassinatos, atentados, pilhagens, tudo que passava pela imaginação dos delegados e promotores. Os jornais publicavam largas reportagens nas quais Prestes era apresentado como o supremo responsável de todas aquelas inventadas atrocidades.

Em geral, os julgamentos se realizavam sem a presença dos acusados. “Presos de transporte perigoso”, notificava a polícia. O público não era admitido nas salas do Tribunal, as condenações eram conhecidas pelas notícias nas primeiras páginas dos jornais. Uma campanha de imprensa e rádio se desenvolvia intensa: ataques os mais brutais a Prestes, descrito como um monstro; elogios à ação enérgica e eficaz da polícia que “arrancara do solo da Pátria a erva daninha do comunismo”, como escreveu o poeta Shopel num artigo.

O julgamento de Prestes, segundo os jornais, iria encerrar com chave de ouro a vitoriosa campanha de liquidação da influência e dos organismos comunistas no país (p. 265-266).

Apesar da campanha, a reconstrução do Partido vai se tornar imperativa. Em *A luz no túnel*, o revolucionário comunista Vítor será o responsável por essa tarefa. Vítor desenvolvia o trabalho do PC na Bahia e no Nordeste e chega a São Paulo para ser o novo secretário-político da direção regional.²⁴

No fim daquele inverno de 1940, uma onda de frio, vinda do sul, desabou sobre São Paulo.

(...)

Vestido com uma roupa branca, de brim leve barato, sem cachecol, sem capote, os sapatos rotos, as mãos metidas nos bolsos para resguardá-las do frio, um homem alto, tiritando, atravessava as ruas da cidade de São Paulo cobertas de garoa. Era um nordestino, de todo desabituaado àquela temperatura, recém-chegado da Bahia.

[...]

O homem alto repetia a si mesmo enquanto marchava rápido para esquentar-se: “que grande Partido podemos construir aqui onde está centralizada a indústria do país!” (p. 242-243).

Cabe ao camarada que chegou da Bahia a recuperação dos quadros do Partido, visando à sua organização. “Um novo recrutamento se iniciava, Vítor voltava-se de preferência para as grandes empresas, os centros ferroviários, os bairros de habitação

operária” (p. 254). “Havia um grande Partido a construir em São Paulo, com o proletariado de São Paulo, o centro industrial mais importante do Brasil, ‘um grande Partido de massas, um Partido de novo tipo’, explicava ele a Mariana”.

Esse esforço envolve também a recuperação da tipografia, “essencial para o desenvolvimento do trabalho, para a agitação das massas” (p. 255), requer um levantamento das finanças, como exige um cuidado com o trabalho no campo, “que estava inteiramente abandonado”, segundo Vítor, na voz do narrador. Para o campo, Vítor terá a colaboração de José Gonçalo, ou Gonçalão, por seu trabalho nas terras de Mato Grosso. Ambos se reencontram em São Paulo, o que foi surpresa para Vítor, uma vez que muitos acreditavam na morte de Gonçalão depois que saíra do Vale do Salgado.

Exaltado como uma figura heróica e lendária, de porte vultoso e de barba grande, um gigante, Gonçalo vai para o PC através de um médico do hospital onde trabalhou como enfermeiro do Exército. Por fazer a defesa das terras indígenas na Bahia, Gonçalão é condenado a quarenta anos de prisão, mas consegue fugir para o Vale do Rio Salgado, no Mato Grosso. Aí, conquista uma liderança junto à população ribeirinha e passa a defender as terras dos colonos, dos trabalhadores das fazendas e pequenos lavradores, ameaçadas pelo imperialismo ianque, que esprou seus tentáculos nesse lugar, numa transação com o banqueiro Costa Vale. No segundo volume da trilogia, sabe-se que, depois de “complicadas negociações com os americanos”, o banqueiro “cedera-lhes uma grande parte das ações da Empresa, e enormes capitais em dólares seriam aplicados na extração do manganês do Vale” (p. 236).

O trabalho de Vítor começa a dar frutos, uma vez que o Partido, “como uma luz num túnel”, vai ganhando vida, com a organização das bases, desmentindo a campanha maldita do Estado Novo, de que estaria liquidado. Para Vítor, em conversa com o camarada Ramiro, o retraimento foi “uma etapa necessária: havia que botar um mínimo de organização antes de

começar a agitar novamente” (p. 272). Por isso, “as bandeirolas de papel vermelho, balançando à brisa matinal, presas aos fios de eletricidade”, se agitavam no Largo da Sé, em frente “às grandes fábricas, na cidade de São Paulo e nos subúrbios” (...), “marcando a presença ativa do Partido”.

Ainda que as bandeirolas fossem arrancadas pela polícia, a notícia “já teria circulado nas fábricas, nos variados locais de trabalho, nas oficinas. Ter-se-ia estendido até os subúrbios e mesmo pelo interior do Estado, levada pelos choferes de caminhão e ônibus” (p. 269-270). Também os volantes retornaram, “assinados pelo Comitê Regional de São Paulo do Partido Comunista do Brasil e os operários, os trabalhadores dos mais diversos ramos, os intelectuais, o povo lia às escondidas aquelas palavras de ordem” (p. 270), o que reacendia a alegria e a esperança, segundo o narrador.

Nesse momento de revitalização do Partido, acontece o julgamento de Prestes, no dia 7 de novembro de 1940, 23º aniversário da proclamação do regime soviético na Rússia, episódio que fecha o volume *A luz no túnel*. Ao Tribunal, que estava lotado, Mariana comparece para ver o líder revolucionário, plena de orgulho e alegria. O presidente do Tribunal dá a palavra a Prestes, e o narrador a leva aos leitores de Jorge Amado:

E a voz de Prestes se eleva, rica de amor e de verdade, cada palavra soando como uma mensagem de esperança e certeza, partindo daquela sala policiada do Tribunal para os mais distantes recantos do Brasil. Mariana sente-se arrastada por aquela voz, é a voz vitoriosa do Partido sobre a reação e o terror:

“Eu quero aproveitar a ocasião que me oferecem de falar ao povo brasileiro para render homenagem hoje a uma das maiores datas de toda a história, ao vigésimo-terceiro aniversário da

grande Revolução Russa que libertou um povo da tirania...” (p. 284).

O romance se encerra endossando a luta incessante dos revolucionários contra uma ditadura que tentou, a todo custo, estancar o sonho de um projeto socialista para os “mais distantes recantos do Brasil”. *Os subterrâneos da liberdade* ficcionaliza esses acontecimentos históricos, para que jamais sejam esquecidos os momentos dolorosos, os tempos de tirania, nem tampouco sejam esquecidos os momentos marcados por um desejo, puro movimento de homens e mulheres que sonham com a revolução. Ao “tomar da pena” para captar a história, o escritor, através de sua literatura, liberta os homens das contingências da vida, encorajando-os a enfrentar o imprevisível, a lutar pela revolução, como faz Mariana, quando, “arrastada por aquela voz”, nas últimas páginas de *A luz no túnel*, desafia o Tribunal com um grito de liberdade: “Viva Luís Carlos Prestes!” (p. 285), ainda que isso lhe tenha custado a prisão.

NOTAS

1 Anderson considera “narrativa salteada” o relato que retém em sua moldura apenas aquilo que deve ser lembrado como interessante à manufatura e à conseqüente manutenção do sentimento nacional. Momentos devem ser “esquecidos” para que outros possam ser “lembrados”, numa operação de recalçamento de forças que poderiam pôr em questionamento as verdades estabelecidas ou as lealdades de pertencimento. Na constituição dessas biografias, há uma “confirmação do fratricídio”, segundo Anderson, como uma operação ambivalente: a memória evoca e, ao mesmo tempo, se encarrega de esquecer os momentos mais dolorosos de uma nação. Procedese de modo a exaltar os heróis da pátria, lembrando o sacrifício feito por eles. A história oficial sublinha tais mortes, ‘inevitáveis’, para lembrar que devem ser esquecidas. Ainda com o autor, as biografias das nações possuem

suicídios exemplares, martírios pungentes, assassinatos, execuções, guerras e holocaustos. Mas, para servir à proposta da narrativa, tais mortes, violentas, necessitam ser lembradas-esquecidas como “nossas próprias”. Cf. ANDERSON, Benedict. *Mémoire et oubli*. In.: *L’imaginaire national*; reflexões sur l’origine e l’essor du nationalisme. [Tradução da autora]. Paris: La Découverte, 1996.

2 Cf. *Jornal do Brasil*, 08/08/2001.

3 Também em *Farda fardão, camisola de dormir*; fábula para acender uma esperança, publicado em 1979, o escritor Jorge Amado faz uma sátira à Academia Brasileira de Letras, ao narrar a batalha pela imortalidade acadêmica, tendo como contexto histórico e político o Estado Novo. Em *Navegação de cabotagem*, livro de memórias publicado em 1992, o escritor traz informações sobre esse período da história do Brasil.

4 Em janeiro de 1948, vem a cassação do mandato de Jorge Amado, deputado federal constituinte por São Paulo, assim como foram cassados os mandatos dos demais parlamentares do PC.

5 Disponível através do URL: < Cf. <http://revista.epoca.globo.com> >. Pesquisa em 03/05/07.

6 Para o cientista político José Nilo Tavares, a ANL “tem papel catalisador da maior importância e vai despertar, nesse novo sindicalismo, nessa nova classe operária que se forma depois de 1930, a luta política. Ela supera as posições corporativas, economicistas e traça um programa profundo de transformação social. Esse programa é suscetível de muitas críticas porque é extremamente radical, não obstante sua retórica reformista; é um programa que procura assentar-se no poder dos camponeses que, no momento, estavam desestruturados e desorganizados. É um programa de ação antiimperialista, antes que existissem, no Brasil, condições para a atuação de uma burguesia antiimperialista e, além de tudo, ele era atropelado pelos pronunciamentos infelizes e sectários de alguns líderes, como Luís Carlos Prestes”. Cf. TAVARES, José Nilo. Getúlio Vargas e o Estado Novo. In. SILVA, José Luiz Werneck (org). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991, 2 v., p. 75.

7 Segundo o *site* consultado, as atas militares registram que foram queimados 1.694 exemplares desses títulos. Disponível através do URL: < http://www.releituras.com/jorgeamado_bio.asp >. Pesquisa em 05/05/2007.

8 Cf. Ana Rosa N. RAMOS. *L'idée du peuple chez Jorge Amado: engagement politique e creation romanesque*. Vol. I. Paris: Sorbonne, 1988. p. 28-9 (tese de doutorado mimeog.).

9 Silvano SANTIAGO. Poder e alegria; a literatura brasileira pós-64. In: *Nas malhas da letra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 11-2.

10 De acordo com Rubim, o PC dissemina a cultura no país através de diferentes meios, dentre eles, as escolas de partido, gravadoras, oficinas de arte, instituições e encontros culturais, livrarias, revistas, editoras etc. Cf. Albino RUBIM. *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil*. Salvador: UFBA, 1995.

11 RUBIM. Op. cit., p. 93.

12 TAVARES, José Nilo, *op. cit.*, p. 74

13 Idem, *ibidem*.

14 Idem, *ibidem*.

15 Idem, *ibidem*.

16 Idem, p. 76.

17 Idem, p. 77.

18 Cf. TAVARES, p. 74-75. Depois de 1930, conforme o autor, “há uma tentativa de inserir os sindicatos nas estruturas estatais, mas isso encontra forte resistência por parte do próprio movimento sindical e operário. Somente a partir de 1933, graças à ação do Partido Comunista do Brasil e de algumas outras organizações de esquerda (trotskistas, por exemplo) é que se percebe a importância da participação do operariado, através dos sindicatos, na atuação política. E os primeiros sindicatos vão ser mobilizados a partir de 1933 e 1934 e, fundamentalmente, em 1935, na luta da Aliança Nacional Libertadora”. Idem, p. 75

19 TAVARES, p. 77-78.

20 As citações extraídas desse romance terão sua indicação de páginas no corpo deste trabalho. Cf. AMADO, Jorge. *Os subterrâneos da liberdade* (trilogia). São Paulo: Livraria Martins Editora, s/d.

21 Hermínio Saccheta condena o escritor por distorcer os fatos sobre as lutas internas do Partido Comunista. Quando da publicação de *Os subterrâneos da liberdade*, Saccheta, em artigo na Tribuna da Imprensa, acusou o escritor de falsear a história: “Este é o novo Barão de Munchausen, como o das fantásticas aventuras (...) Não tem limites em suas pérfidas mentiras e insinuações a respeito de minha posição política na dissidência irrompida nas fileiras do stalinismo brasileiro”. Cf. *Jornal do Brasil*, 08/08/2001, na cobertura da morte de Jorge Amado.

22 Em seu estudo sobre a americanização do Brasil na época da 2ª. Guerra Mundial, viabilizada pela mídia impressa, pelo cinema e pelo rádio, principalmente, Antônio Pedro Tota destaca o papel do DIP nesse projeto do governo americano. Promovida pela Política da Boa Vizinhança de Roosevelt, a americanização visa dissolver as resistências à aproximação política entre os Estados Unidos e o Brasil e evitar a presença da Alemanha no país. As grandes indústrias da comunicação americana, sobretudo com o magnata Nelson Rockefeller, fizeram altos investimentos na América Latina, com o intuito de “difundir entre os americanos uma imagem positiva dos países latino-americanos, em especial do Brasil, e convencer os brasileiros de que os Estados Unidos sempre eram amigos do Brasil” (p. 93). Segundo o historiador, “a ‘americanização’ do Brasil tem sua gênese no Estado não liberal de Vargas, das décadas de 1930 e 1940”, contrariando assim a teoria gramsciniana, que considera fundamental a existência de um Estado liberal nesse processo (p. 16). Cf. TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

23 Cf. RUBIM. *Op. cit.*

24 Em sua tese de doutoramento, o historiador Carlos Zacarias F. Sena Júnior desenvolve uma pesquisa pioneira no campo dos estudos

historiográficos sobre a atuação do Partido Comunista do Brasil na Bahia e o seu relevante papel na reorganização partidária entre os anos 1930 e 1940. Cf. SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias Figueirôa de. *Os impasses da estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível. 1936-1948*. [Tese de doutorado]. Recife: UFPE, 2007.

PARQUE INDUSTRIAL, DE MARA LOBO (PAGU): RESISTÊNCIA E UTOPIA NOS SUBTERRÂNEOS DA ERA VARGAS

Luciano Rodrigues Lima
Doutor em Letras e Linguística pela
Universidade Federal da Bahia (UFBA);
Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB);
Professor Adjunto da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

O CENÁRIO POLÍTICO PARA UMA TRAGÉDIA INTITULADA “PAGU”

Neste artigo, trataremos Patrícia Galvão como Pagu, dentre os nomes da autora, o mais ligado às questões estéticas e ao ambiente modernista. Talvez seja o nome pelo qual ela menos desejaria ser chamada, ao longo de sua intensa vida. Entretanto, é apenas a partir do território da arte e da literatura que o autor deste artigo se sente seguro para descortinar a “Era Vargas” e o Estado Novo.

A Revolução de 1930, articulada entre a classe política e os militares, sobretudo os tenentes, tinha como motivação acabar com o longo ciclo de poder das oligarquias rurais no Brasil. Após a vitória dos revolucionários (os quais amarram simbolicamente os seus cavalos no obelisco da Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, então a mais nobre avenida do Brasil), deposto Washington Luís, o gaúcho Getúlio Vargas assume o poder e inicia-se, assim, a “Era Vargas”. Desde o início dividida entre os tenentes, reformistas e defensores de um governo centralizador, e os políticos conservadores, oriundos e

continuadores das mesmas oligarquias rurais do império e da primeira república, a Revolução de 30 faz a sua primeira vítima: o projeto de democratização do Brasil.

Mas as forças propulsoras e as motivações político-ideológicas do governo Vargas não se resumiam ao cenário nacional. O contexto europeu de autoritarismo (Mussolini, Hitler, Salazar e Franco, após a Guerra Civil Espanhola) e a crença de que as democracias liberais haviam fracassado impeliavam doutrinariamente o governo Vargas em direção ao fascismo, ao estilo Mussolini: poderes irrestritos para o Governo Federal, desmoralização e desestruturação do poder legislativo, nacionalismo, sindicalismo controlado, educação, arte e cultura tuteladas pela ideologia fascista oficial. As bandeiras do primeiro governo de Vargas (após queimar literalmente, em ato público, as bandeiras dos estados brasileiros) eram o combate à expansão do comunismo e à desagregação político-administrativa provocada pelo liberalismo democrático do antigo regime.

Um dos veículos dessa doutrinação oficial era a *Revista Cultura Política*, publicada a partir de 1941, por mais de quatro anos. A revista possuía uma proposta atraente, ou seja, aproximar os intelectuais do povo (desde quando professassem a ideologia oficial, ou, ao menos, não se opusessem a ela) e pagava bem aos seus colaboradores. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) controlava todas as manifestações culturais, inclusive o cinema e o rádio (ainda hoje se pode ouvir os ecos daquele tempo em “A voz do Brasil”, antiga “A hora do Brasil”, criada em 1938). No cinema, o DIP produziu o Cinejornal Brasileiro, verdadeiras peças de propaganda política, eivadas de “civismo” e “patriotismo”. (Algumas dessas raridades bizarras da cinematografia brasileira foram recentemente exibidas no Canal Brasil. Assisti a algumas delas, com tomadas raras da cidade de Salvador das décadas de 30 e 40. São cenas surpreendentes, em preto-e-branco, é claro, com centenas de colegiais fardados e perfilados, ou marchando, sempre aplaudindo discursos e inaugurações integrantes de atos políticos do Estado Novo. Surpreende a duração desses

cinējornais, muito longos e totalmente enfadonhos. Percebe-se, na estética desses cinejornais, a preocupação em enfatizar cenas que denotem ordem, hierarquia, coletividade, juventude – fisicamente – sadia).

As classes intelectual e artística brasileiras dividiram-se (ou confundiram-se?), durante o Estado Novo. Alguns poucos resistiram, outros aderiram francamente e ainda outros fizeram um jogo duplo (cada um com diferentes justificativas, ou desculpas). Sem apresentar julgamento ou conclusões precipitadas sobre alguns intelectuais conscientes (e que por isso não poderiam mesmo ter sido iludidos quanto às implicações do colaboracionismo com o regime), cito, aqui, nomes que colaboraram na revista *Cultura Política*: Cassiano Ricardo, Graciliano Ramos, Gilberto Freyre e Nelson Werneck Sodré. Dênis de Moraes, professor da Universidade Federal Fluminense, em um artigo intitulado “Graciliano, literatura e engajamento”, discute essa questão de modo adequado.

O romance *Parque Industrial*, de Pagu, publicado com o pseudônimo de Mara Lobo, finalizado em 1932 e publicado em 1933, passa-se na primeira fase da “Era Vargas”, e nele está registrada a gestação do ambiente político, social e ideológico que sustentará o Estado Novo.

CULTURA E ARTE NO ESTADO NOVO

Em um artigo intitulado “Cultura, Brasil e Estado Novo”, Carlos Alberto Dória problematiza a operação crítica em relação à cultura e educação no Estado Novo, pois, segundo ele, a concepção atual de políticas públicas para essas áreas ainda é varguista e, sem distanciamento, não seríamos capazes de criticar aqueles modelos com isenção. Quanto à adesão de intelectuais (inclusive de esquerda) ao Estado Novo, ele destaca o grande papel aglutinador de Gustavo Capanema, ministro de Vargas:

No aconchego de Capanema, Carlos Drummond de Andrade, Villa-Lobos, Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Candido Portinari, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e tantos outros deram a sua contribuição para a projeção do Estado como organizador da cultura. Terminados os governos de Vargas, a cultura tinha outro estatuto. Arquitetura, patrimônio histórico, música, cinema - todos foram afetados no seu perfil a partir de uma nova relação com a sociedade.¹

É nesse cenário político, cultural e intelectual que Pagu desempenhará o seu trágico papel – Aristóteles dizia que a tragédia caracteriza-se por começar bem e terminar mal – como quem pensa estar participando de uma farsa cordial e, de repente, percebe que a “cordialidade” brasileira se dissipou (ou nunca existiu mesmo para com aqueles que ousam se rebelar contra alguns valores sagrados dos que detêm o poder, contraditoriamente semelhantes nas ideologias de direita e de esquerda).

Pagu será uma rês desgarrada: seu romance proletário não será traduzido para diversas línguas estrangeiras nas asas do comunismo internacional, nem ocupará cargos públicos de prestígio no governo fascista.

É, sobretudo, a respeito da importância política do romance *Parque Industrial*, o campo de batalha da militância artística de Pagu, ao lado de tantas outras militâncias da autora – intelectual, feminista, jornalística, partidária, etc – que buscaremos falar aqui.

Pagu (Mara Lobo), em *Parque Industrial*, denunciará, de forma candente, o entrosamento entre o governo totalitário de Vargas e as forças capitalistas.

PAGU-OBJETO: DA ESTÉTICA, DA DIREITA E DA ESQUERDA

Neste tópico, não importam apenas as questões biográficas em si. Elas podem ser interpretadas em um desenho expressivo que simbolize a figura controvertida de Pagu, em suas principais dimensões. Pagu (apelido criado pelo poeta Raul Bopp para delícia dos modernistas do Movimento Antropofágico) é nome sugestivo de pagã, de pago, de favo, talvez, também resumindo o nome Patrícia Galvão (confundido pelo “distraído” poeta com Patrícia Goulart). Claro que o fato de Pagu ser uma garota bonita, carnuda e moderninha apimentou o apelido, e o apelido a apimentou mais ainda. Todo poeta sabe disso. Pagu, espaço vazio, com dezoito anos, é objeto do erotismo dos modernistas de 29, pululante em Oswald e reprimido em Mário de Andrade. Pagu é a musa, uma entidade mítica a quem se dedicam os cantos (e as cantadas). O seu amor, a sua relação intelectual e artística com Oswald (e amorosa-sexual, como ela declara em sua biografia precoce) é de relativa passividade. Não se pode dizer de vítima, pois ali ela aprende um pouco da estética pretensiosa do modernismo. Pagu, primeira vítima da antropofagia, corpo devorado literalmente nas orgias Oswald-Tarsilianas. O corpo de Pagu – fruto tropical, com lábios de jambo e jaboticaba – como objeto sacrificial nos rituais pequeno-burgueses do modernismo. No Brasil, come-se a carne primeiro e depois pensa-se na revolução: de qualquer natureza. É a primeira estação do martírio de Pagu. Outras se seguirão.

Pagu ingressa no Partido Comunista Brasileiro (o “peceção”, o “partidão”) em 1931, após entrevistar Luis Carlos Prestes e impressionar-se com a sinceridade e clareza do líder. Essa adesão pode ser comparada com a entrada dos desesperados para uma religião ou seita salvadora. Aliás, o marxismo é, também, uma forma de religião quando promete a redenção da humanidade, como diz o historiador inglês contemporâneo John Gray (em sua entrevista a Sillio Boccanera, no programa Milênio,

Globo News, 2006). Pagu quer libertar sua mente, seu corpo e sua figura da pegajosa imagem de musa escandalosa do modernismo (seu casamento com Oswald foi escandaloso, cheio de lances que revelam tráfico de influência, compadrismo e imunidades da classe alta paulista). Trata-se de um processo galvanizador de purificação. Além de assinar a ficha (o batismo), Pagu se proletariza (voto de pobreza) e ingressa na militância proselitista (evangelização). Esse segundo processo de objetificação seria ainda mais profundo, pois inclui a sua mente também, além do corpo e da imagem. Seu belo corpo foi usado, mais uma vez, como moeda de troca de informações confidenciais para o PCB. Sua mente serviu de depósito para a teoria da mais valia, para os jargões marxistas, para o materialismo histórico e para a lógica do positivismo que engendra tudo isso. Todo esse sacrifício ainda é pouco, e, quando presa no comício de Santos, o Partido a renega, como ocorre com a sua personagem proletarizada Alfredo Rocha, em *Parque Industrial*.

Pagu é, por fim, objeto exemplar da repressão fascista no Brasil e no exterior. O aparato repressor do Estado varguista a persegue de modo implacável. Após a prisão no histórico comício em Santos e a detenção na França (enquanto viajava pelo mundo para conhecer as maravilhas do socialismo e acabou presenciando as misérias do regime stalinista), finalmente é presa por anos a fio quando ocorre a decretação do Estado Novo e a onda de perseguições políticas contra a “Intentona”.

Assim, contraditoriamente, a expiação e a purificação das futilidades da musa Pagu não chega através dos caminhos traçados pela protagonista de tão brejeiro (e mimoso) apelido, mas pelo sofrimento causado pelas forças da estética burguesa, pelo movimento de esquerda internacionalista e pelas forças do fascismo, também internacional. Em uma civilização metafísica platônica, o sofrimento eleva a pessoa humana, principalmente quando inflige pena ao corpo também. Como nos enredos românticos, Pagu estava, então, purgada e poderia, agora, partir para a sua afirmação (ou vingança?), no campo atuante da subjetividade. Como disse antes, as classes intelectual e artística

brasileiras dividiram-se: alguns se acovardaram, com medo da polícia, outros aderiram, como o pessoal do grupo Anta, mas Pagu resistiu. Pagu “ressuscitou”.

PAGU: DE OBJETO A SUJEITO

Pagu foi, em seu *début* na sociedade paulistana, servida como um aperitivo ou um doce raro, uma novidade. As festas de Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade, representantes de uma espécie de “elite total”, isto é, uma burguesia que não poderia ser chamada de “novo rico” ou “cafona”, pois cultuava, também, uma estética sofisticada e nova, ainda que importada da Europa (sim, não era contrabandeada, pois importar novidades estéticas da Europa, àquela época, era algo um tanto institucional, feito por uma espécie de benfeitores civilizadores da pátria rústica. A Semana de Arte Moderna de 1922 ocupou o Teatro Municipal (protagonizada por alguns membros do Automóvel Clube, etc, etc, etc) a atraía do mesmo modo que os seus protagonistas necessitavam de “carne nova no pedaço”.

Na terra dos “bruzundangas”, o preconceito estético sempre vicejou na mesma proporção e com a mesma crueldade do preconceito social. Pagu era bela, inédita e moderninha, com aspirações artísticas. O nome Pagu, depois preenchido e revertido semanticamente pela vida da sua portadora, antes apenas o nome do **ente** mas vindo a constituir-se no nome do **ser** (aqui no sentido heideggeriano), à época poderia soar como aqueles apelidos sensuais, ágeis e curtos emprestados às prostitutas de luxo. Uma situação de troca de favores? Mas Pagu era ainda um vazio: poderia ser preenchido de muitas formas. Oswald, não. Oswald estava todo preenchido pelo pensamento modernista², aquele pensamento forte, no sentido proposto por Vattimo, ou, quem sabe, um pensamento autoritário e unidirecional, baseado, no fundo, na idéia de “progresso” cego, que somente agora percebemos como nefasta.

Pagu se destrói e se reconstrói. Cada ato de sua própria vida e cada obra sua integra essa subjetividade complexa. Malfalada, presa, expurgada, Pagu tem a sua presença apagada. Mas dessa ausência imposta pelas forças do autoritarismo – fascista e stalinista – se esgueira uma presença sempre perturbadora. Embora seja apenas “proletarizado”, e não realmente proletário, *Parque Industrial* não é um romance para “chocar a burguesia”, mas para ajudar a acabar com a burguesia.

PARQUE INDUSTRIAL, DE MARA LOBO (PAGU), E OS ANTECEDENTES DO ESTADO NOVO: UMA OUTRA LEITURA

Após a penetrante leitura de Augusto de Campos em *Pagu, vida-obra*,³ o romance *Parque Industrial*, de Mara Lobo (pseudônimo de Patrícia Galvão sugerido pelo PCB como contraponto para a imagem burguesa associada ao apelido Pagu) entra definitivamente na história da literatura brasileira. Nota-se, nesse processo, uma contradição, tipicamente brasileira, isto é, o livro somente pode entrar na história literária quando conduzido pela mão de Augusto de Campos, um sofisticado crítico, poeta e teórico da literatura. Fora das bênçãos dos acadêmicos e das grandes editoras (agora pela José Olímpio) do eixo Rio-São Paulo não existe entrada possível para a “história oficial” da literatura brasileira. Pode-se dizer que Augusto de Campos retira *Parque Industrial*, e Pagu, a Pagu literária, arrastando e iluminando ao mesmo tempo as outras pagus (a artista plástica, a “vedete”, a poeta, a feminista, a jornalista, a sindicalista, a militante etc) do ostracismo e a recoloca no veio principal da literatura brasileira. Claro que sua crítica é bem fundamentada, comparando e filiando a obra com a estética de Oswald de Andrade, enquadrando a obra estruturalmente como romance ideológico, isto é, recoloca a autora no trem da história, mas carimba o seu passaporte com todas as características marcadas de modo indelével, para que ela possa ser sempre identificada em sua viagem.

O romance “proletário”, na verdade, não é proletário, mas “burguês” sobre o proletariado. Embora as personagens proletárias como Otávia, Georgina, Corina falem a língua do povo, o discurso do narrador onisciente, pensa, julga, seleciona e fala como a elite, a elite de esquerda, é claro: “Traz um braseiro nas faces e um lenço novo, futurista, no pescoço.”⁴ É inegável o mérito da avaliação de Augusto de Campos sobre *Parque Industrial*, mas não se pode esquecer que os seus instrumentos de avaliação são limitados por um (pré)conceito sobre o literário. O romance proletário, engajado, panfletário e ideológico é apresentado como literatura menor ou literatura *a latere* da grande arte. Para Augusto de Campos o critério estético ainda é preponderante. Penso que, atualmente, seria melhor abolir esta injustificável hierarquia entre os gêneros e sub-gêneros e substituí-la pelo conceito de diferença, ou de funcionalidade do texto literário, isto é: existem diferentes tipos de literatura para diferentes fins. Na literatura Norte-Americana, obras como *The Grapes of Wrath* (As vinhas da ira), de J. Steinbeck, ou *Paralell 42* (Paralelo 42), de John dos Passos, embora engajadas, não costumam ser enquadradas como literatura menor. Os contos de detetive de Edgar Allan Poe, como “*The Murders in the Rue Morgue*”, “*The Purloined Letter*”, e outros, não são considerados literatura menor.

Oficialmente, o Estado Novo é decretado no dia 10 de novembro de 1937, por Getúlio Vargas, em pronunciamento através de cadeia de rádio (O Estado Novo é o recrudescimento do regime autoritário, como ocorre, também, a partir do AI-5, no Golpe Militar de 1964). Entretanto, a Revolução de 1930 já estava grávida dos elementos que iriam constituir-lo. *Parque Industrial* foi concluído em 1932 e publicado em 1933, mas já se refere à presença no Brasil do marco ideológico e modelo administrativo que breve inspirarão o Estado Novo. A cena se passa no banheiro feminino, entre Bruna e outra operária:

Nas latrinas sujas as meninas passam o minuto de alegria roubado ao trabalho escravo.

- O chefe disse que agora só pode vir de duas em duas!

- Credo! Você viu quanta porcaria que está escrito!

- É porque aqui antes era latrina dos homens!

- Mas tem um versinho d'aqui!

- Que coisa feia! Deviam apagar...

- O que quer dizer essa palavra, "fascismo"?

- Trouxa! É aquela coisa do Mussolini.

- Não, senhora! O Pedro disse que aqui no Brasil também tem fascismo.

- É a coisa do Mussolini, sim.

- Na saída a gente pergunta. Chi! Já está acabando o tempo e eu ainda não mijeii!.⁵

Percebe-se, em *Parque Industrial*, a existência de uma atmosfera de efervescência política e de esperança por transformações sociais (é o cenário que possibilitará a ANL –Aliança Nacional Libertadora, uma frente única progressista de esquerda, liderada por Carlos Prestes) em passagens como esta:

A massa se galvaniza no sindicato repleto.

-Que partido nós devemos acompanhar, camaradas? Os partidos da burguesia? Não! O

P.R.P., o P.D.? Não! Os tenentes? Não! Todos os trabalhadores devem entrar para dentro do Partido dos trabalhadores!

Os dissidentes se calam. A voz possante, contagia, marca um minuto da revolução social.⁶

A história política do limiar da era Vargas se desenrola nas páginas da São Paulo de *Parque Industrial*:

As mesas estão ocupadas por trabalhadores.

- Esta merda nunca foi revolução!

- Enquanto não vier o Luís Carlos Prestes...

Alexandre intervém na conversa:

- Seria a mesma coisa...

- Como?

- A mesma coisa! Ele faria de novo essa comédia suja que está aí!

- Então quem é que endireita?

- Quem?

- Nós os trabalhadores! Os explorados é que precisam fazer a revolução.⁷

Percebe-se, em *Parque Industrial*, a concepção dominante de esquerda no Brasil dos anos trinta, com ênfase estratégica em São Paulo, por ser a mais proletária das grandes cidades brasileiras: internacionalismo, marxismo-leninismo, atrelamento

ao Partido Comunista da União Soviética, stalinismo e combate ao trotskismo, combate ao anarquismo:

- Pátria...tapeação! Quem não tem patrimônio não tem pátria! Somos mais irmãos do soldado raso da Argentina do que de nossos oficiais! Guerra...tapeação! Defender o quê? A propriedade dos ricos...⁸

E, mais adiante:

Otávia está gelada. Os acusadores apontam fatos inflexíveis. Desvios. Personalismos. Erros. Todos a fitam diante das provas concretizadas. É verdade. Alfredo se deixara arrastar pela vanguarda da burguesia que se dissimula sob o nome de “oposição de esquerda” nas organizações proletárias. É um trotskista. Pactua e complota com os traidores mais cínicos da revolução social.⁹

A obra tenta demonstrar como a polícia política do Governo Vargas infiltrava agentes nos sindicatos, ou simplesmente cooptava operários não-conscientes para atuarem como espíões, como ocorre com Pepe. Neste caso, a atitude de Pepe é identificada com o anarquismo, pensamento de esquerda crítico em relação ao marxismo dogmático:

Um sórdido anarquismo apoderou-se do antigo caixeiro da camisaria central. De delator policial a desempregado crônico, a cáften.¹⁰

O modelo político-administrativo autoritarista de Getúlio já é apontado no romance de Mara Lobo (Pagu):

- Quer novidades?
- Aquele mulatinho, interventor, hein?
- Tenente canja. Nunca vestiu um smoking. É só mandá-lo para nosso batalhão Volante.¹¹

E a crise econômica, a grande depressão de 29, com todos os seus efeitos no proletariado do ocidente e sobre o capitalismo, também:

Automóvel *Club*. Dentro, moscas. O *club* da alta pede pinico pela pena decadente de seus criados da imprensa. Agora quer engazopar a prefeitura, vendendo-lhe o prédio que não pode terminar. É a crise. O capitalismo nascente de São Paulo estica as canelas feudais e peludas.¹²

Antônio de Alcântara Machado publicara o seu *Brás, Bexiga e Barra Funda* em 1927. Ali, nos seus contos-crônicas, o autor, como um repórter, descreve a vida dos bairros operários, com ênfase na cultura ítalo-brasileira. Sua linguagem é sincopada e ágil. São *flashes* impessoais e instantâneos do cotidiano. Falas soltas brotam de casas, bares, bondes, como T. S. Eliot já praticara desde *The Waste Land*. Mara Lobo (Pagu) utiliza essa técnica em *Parque Industrial*. Falta-lhe (ou faz parte do plano deliberado da obra), porém, a capacidade de observação dos aspectos peculiares da linguagem, do valor da expressão lingüística em si mesma.

O romance é programático, teoricamente emoldurado pelos parâmetros morais e ideológicos do stalinismo – ao menos do stalinismo imposto ao povo – o erotismo das mulheres é banido. Elas são operárias, ou melhor ainda, proletárias, só possuem sexo para gerar filhos para a revolução. Otávia, Corina, Rosinha, nenhuma possui sexualidade. São heroínas do povo. Somente Eleonora é lasciva, mas é o sinal de sua decadência burguesa. Entretanto, mesmo balizado pela cartilha marxista-leninista, Pagu é traída pelos poderes expressivos da linguagem e sua obra soa excessivamente sexualizada, para a época.

ASSIMETRIAS, IMPULSIVIDADE, EXCESSOS: UMA OBRA ALÉM DA ENCOMENDA

Pagu tinha 23 anos quando publicou *Parque Industrial*, e menos ainda quando o escreveu. O romance soa como um esboço. A cena de ruptura entre o herói – herói apagado, pois o verdadeiro herói do romance é o coletivo do operariado – Alfredo Rocha e Eleonora, simbolizando o rompimento com o passado burguês e o início da proletarização, é emblemática. Alfredo não diz nada pessoal ao separar-se da sua esposa. Vomita o discurso do partido:

Escute, Eleonora. Tirei você de uma casa onde ao menos se trabalhava para viver. Você acreditou na comédia da alta roda. Contaminou-se. Atolou na lama dessa burguesia safardana! Talvez fosse eu o culpado. Talvez não. Você entraria por qualquer outra porta. Ou por debaixo do pano! Você nunca se conformaria em trabalhar. E a burguesia hoje mal se defende. Pois fique nela.¹³

Nada é individual, no romance. Aí, são as classes sociais que se separam, e não o casal. O princípio de funcionamento da obra é dedutivo. A regra está pronta antes e os exemplos são encaixados depois, restando pouco espaço para a imaginação do leitor.

O amor é mostrado como uma doença, ou uma fraqueza, uma força biológica, como nos romances naturalistas do século XIX, a exemplo de *A carne*, de Júlio Ribeiro. O amor de Corina pelo burguês que a engravidou é visto, na obra, como uma doença destruidora.

Parque Industrial aplica a fórmula ideológica marxista-leninista ao pé da letra, como somente os imaturos, os inocentes e os puros podem fazer. É uma peça estético-ideológica radical. Mas, em seu radicalismo singelo, Pagu ultrapassa as fronteiras acanhadas da mentalidade dos marxistas brasileiros do seu tempo. A linguagem, com palavrões e expressão direta da sexualidade parece não agradar aos “camaradas”. A expressão da sexualidade feminina era vedada às mulheres, no Brasil de Vargas. Tendo pago caro pela reputação de musa escandalosa do modernismo, Pagu seria castigada novamente pelos censores do Partido, na mesma linha de retratação ou de acusação do “agitadora individual, sensacionalista e inexperiente”, como se pudesse não sê-lo alguém com 21 anos. Além disso, a obra, de tão pueril, pode ser lida como uma descrição bisbilhoteira das próprias entranhas do comunismo internacional, revelando aos inimigos uma caricatura do *modus operandi* da máquina revolucionária: os meios de infiltração nas fábricas, os processos de depuração dos quadros do partido, o controle das assembléias nos sindicatos, a preparação das greves e o discurso de convencimento. A colegial quer mostrar que entendeu a lição de Prestes. É quase uma peça de auto-delação.

Considero, diferentemente da maioria dos críticos que analisaram *Parque Industrial*, que o contraponto para a obra de Pagu seria *Brás, Bexiga e Barra Funda*, de Antônio de Alcântara Machado, e não *Serafim Ponte Grande*, de Oswald de Andrade,

apesar das ligações pessoais entre os autores. A oralidade, os cortes abruptos, o feio jornalístico, a fragmentação, os cenários de rua e as cenas de ação são típicas da narrativa de Alcântara Machado e também caracterizam o texto de Pagu. Divergem quanto à amarração ideológica e ao tom do discurso. Pagu ancora os eventos na consciência histórica marxista. Alcântara Machado os deixa soltos na voragem e na gratuidade da vida em uma cidade grande. O tom do discurso de Pagu (tomado de empréstimo das normas do realismo socialista) é sisudo, monótono, sem humor, contrastando com a leveza eventual das situações descritas por Alcântara Machado.

Pergunta-se, então: os problemas de *Parque Industrial* descritos aqui são defeitos? Muito provavelmente, não. Não existe defeito em literatura, mas sim **efeito**. Apesar de soar como romance de estrepante – onde o próprio autor põe adjetivos fortes para suas personagens chapadas, julgando-as, condenando-as e executando-as – a obra se sustenta pelo seu próprio mérito: ousadia, historicidade, crítica e documentário sobre as classes sociais da São Paulo na “Era Vargas”, enfim, um marco na literatura brasileira engajada. Se analisada por uma ótica desconstrutora, qualquer obra pode revelar o seu engajamento: lingüístico-estético, cultural-identitário, ideológico-social etc.

Em *Parque Industrial*, um dos objetivos da arte engajada é atingido: o ético e o estético se interligam. A obra defende uma proposta ética para a vida e se constrói, parcialmente, nas bases de uma proposta estética do modernismo de 29. Nada comprova que uma obra construída sobre os conceitos psicanalíticos de Freud, como grande parte da literatura psicológica do início do século XX, seja mais literária do que uma obra erigida a partir das teorias sociais de Marx. É preciso analisá-las com o mesmo olhar crítico.

PAGU, UM PROBLEMA: NÃO CABE NA CARTILHA DO ESTADO NOVO

A própria existência de *Parque Industrial* é reveladora da existência do contraditório na sociedade brasileira da “Era Vargas”, nos anos de preparação do Estado Novo. Percebe-se, também, a esperança utópica na redenção socialista, muito mais vívida do que em nossos dias. Nota-se, em breves passagens, o registro do surgimento de uma classe média no Brás, aquela que Pagu ironiza por ter apenas condições de ir ao cinema. Mas essa classe média será, talvez, o fiel da balança para a afirmação do capitalismo no Brasil. Individualista, a classe média refugia-se em valores tradicionais, enquanto espera se tornar classe alta, ou simplesmente sobreviver com os seus itens de consumo, simbolizados e alegorizados no automóvel. Fecha os olhos para a revolução, pois teme migrar para o desconhecido e perder o pouco que conquistou, como no famoso solilóquio hamletiano.

Em *Parque Industrial* percebe-se pressa. Como nos anos que antecederam o nazismo na Alemanha, todos parecem correr ante a tempestade política que se arma. O cerco fascista se fecha sobre a intelectualidade brasileira. Pagu não migra para a segurança do grupo Anta, mas mantém-se antropofágica, pela hibridização literária, tentando conciliar a estética do modernismo com a utopia marxista. Contra o “Nhengaçu Verde-Amarelo” ela agita as armas de uma literatura internacionalista, talvez bramindo: Poetas do mundo inteiro, uni-vos!

Pagu será a musa do “Matriarcado de Pindorama”. A “mulher do povo” viaja o mundo inteiro, entrevista celebridades, recebe cantadas de poetas-cidadãos acima de qualquer suspeita, presta – sem querer – grande desserviço à natureza brasileira ao trazer sementes de soja para aclimatação nos trópicos e, enfim, aprende a grande lição: o comunismo soviético era uma farsa. Em 1940, quando sai da cadeia, rompe com o PCB. Escreve, em 1944, em parceria com o marido Geraldo Ferraz, o romance *A famosa revista*, onde revê as posições defendidas em *Parque*

Industrial e acusa o Partido Comunista. Em *Verdade e liberdade*, um panfleto que publicou em 1950, dirá:

E o ideal ruiu, na Rússia, diante da infância miserável das sarjetas, os pés descalços e os olhos agudos de fome. Em Moscou, um grande hotel de luxo para os altos burocratas. Na rua, as crianças mortas de fome: era o regime comunista...¹⁴

Àquela altura, no mundo inteiro, intelectuais se decepcionavam com o regime de Moscou e abandonavam o barco. Com a abertura ensejada pelos ventos da vitória aliada na II Guerra Mundial, Pagu se reapresenta no mundo político, com a bandeira do socialismo com democracia, contra os salvadores da pátria: Prestes e Getúlio. Não se elege deputada. Não importa. Pagu viveu para o seu ajuste de contas com o Partido Comunista Brasileiro e com o Estado Novo.

Em sua longa e sincera carta pessoal, publicada recentemente com o título de *Paixão Pagu: a autobiografia precoce de Patrícia Galvão*,¹⁵ com o nome de Patrícia Galvão, a autora põe a descoberto as suas fragilidades e as de Oswald e revela-se uma mulher mais próxima do sofrimento do que da volúpia, frustrando os moralistas – homens e mulheres – que a haviam crucificado com inveja de um pretenso gozo desenfreado. Pagu reconstrói a sua vida junto com o seu grande companheiro Geraldo Ferraz, atuando como jornalista e militante do teatro amador, sempre politizada.

Pagu atravessa o Estado Novo (Estado Novo não é só o governo Vargas, mas toda uma conjuntura política, cultural, administrativa, social e também o ambiente propício para a mediocridade insolente e a incompetência acobertada pela brutalidade). Sobrevive à tortura – física e moral – resgata o seu passado, elevando-o para fora do alcance dos seus adversários.

Os anos da prisão de Pagu em pleno Estado Novo são ainda obscuros e necessitam de uma investigação mais aprofundada. Essas memórias ajudarão a dar vida a um período da história do Brasil geralmente relatado por uma historiografia comprometida com o partidarismo, de direita ou de esquerda.

Pagu viveu sincera e radicalmente as utopias: o projeto modernista de redenção da arte, o comunismo internacional, o socialismo com democracia, contra todas as probabilidades – Pagu protagonizou a tragédia em uma terra mais afeita à comédia superficial –, em uma sociedade que sempre se caracterizou pelo jogo fechado, retrancado, para garantir mesquinamente o empate.

NOTAS

1 DÓRIA, Carlos Alberto. “Cultura, Brasil e Estado Novo” Disponível em <http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/2390,1.shl>. Acessado em outubro junho de 2007.

2 Falo, aqui, da essência do modernismo enquanto projeto estético utópico e pretensioso, almejando reconstruir as ligações entre sujeito-objeto, pensamento-ação, ética-estética, através dos poderes infinitos da linguagem.

3 CAMPOS, Augusto de. *Pagu: vida e obra*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

4 LOBO, Mara. *Parque Industrial*. São Paulo: José Olympio, 2006, p. 24.

5 *Idem, ibidem*, p. 20.

6 *Idem, ibidem*, p. 101.

7 *Idem, ibidem*, p. 100.

8 *Idem, ibidem*, p. 95.

9 *Idem, ibidem*, p. 112.

10 *Idem, ibidem*, p. 109.

11 *Idem, ibidem*, p. 75.

12 *Idem, ibidem*, p. 73.

13 *Idem, ibidem*, p. 79.

14 GALVÃO, Patrícia. *Verdade & Liberdade*. São Paulo: Comitê Político Pró-Candidatura Patrícia Galvão, 1950, p. 5.

15 GALVÃO, Patrícia. *Paixão Pagu: a autobiografia precoce de Patrícia Galvão*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

OS AUTORES

Amélia Tereza Santa Rosa Maraux. Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e autora de *Estivadores além do Porto: sociabilidades e trabalho na cidade da Bahia*. São Paulo, dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP, 2001.

Antonio Luigi Negro. Professor Adjunto de História do Brasil na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Desenvolve pesquisa com bolsa do CNPq e apoio da Fapesb. Autor de *Linhas de Montagem. O Industrialismo Nacional-Desenvolvimentista e a Sindicalização dos Trabalhadores*. São Paulo, Boitempo, 2004.

Carlos Zacarias F. de Sena Júnior. Professor Adjunto de História do Brasil da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e autor de *Os impasses da estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível. 1936-1948*. Recife, tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, 2007.

Jacira Primo. Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e autora de *Tempos Vermelhos: A Aliança Nacional Libertadora e a Política*

Brasileira, 1934-1937. Salvador, dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFBA, 2006.

José Roberto Franco Reis. Professor Adjunto da Universidade Veiga de Almeida (UVA). Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e autor de *“Não existem mais intermediários entre o governo e o povo”*: correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão (1937-1945). Campinas, tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp.

Luciano Rodrigues Lima. Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Professor Adjunto da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutor em Letras e Lingüística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e autor de *O sujeito estético: um percurso na ficção de Judith Grossmann*. Salvador, Quarteto, 2003.

Manuel Loff. Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (UP). Doutor em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu de Florença (IUE) e autor de *Salazarismo e franquismo na época de Hitler (1936-1942)*. Porto, Campo das Letras, 1996.

Márcia Rios da Silva. Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e autora de *O rumor das cartas: um estudo da recepção de Jorge Amado*. Salvador, EDUFBA, 2006.

Maria Elisa Lemos Nunes da Silva. Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutoranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e autora de *Entre trilhos, andaimes e cilindros: acidentes de trabalho em Salvador*. Salvador, dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, 1998.

Paulo Santos Silva. Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP) e autor, entre outros, de *Âncoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia 1930-1949*. Salvador, EDUFBA, 2000.

Fonte: Times New Roman, corpo 10

Formato: 150 x 210 mm

Páginas: 324

Papel: Chamois Bulk, 80g/m²

Capa: Papel Supremo, 250 g/m²

Tiragem: 300

Impressão: EGBA

SOBRE OS ORGANIZADORES

Paulo Santos Silva

Professor titular de História Contemporânea da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), é autor, entre outros, de *Âncoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia 1930-1949*. Salvador, EDUFBA, 2000.

Carlos Zacarias F. de Sena Júnior

Professor assistente de História do Brasil da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), é colaborador de diversos periódicos nacionais onde publicou artigos sobre o PCB e o comunismo, entre outros temas.

Os textos que integram esta coletânea atendem a múltiplos propósitos. Um deles se refere à necessidade de socializar resultados de pesquisas desenvolvidas em mais de um espaço acadêmico. A iniciativa buscou reunir investigadores que têm se debruçado sobre temas de reconhecida importância com base em diferentes enfoques, a partir de campos que abrem suas fronteiras para o diálogo visando ampliar trocas no que concerne aos meios de investigação de uma dada experiência. O Estado Novo foi tomado como pretexto para que este propósito se materializasse. A iniciativa estende-se, porém, para além de uma oportunidade de interpelação da realidade. Trata-se de propor reflexões acerca de um contexto político que se inscreveu de forma marcante na trajetória da frágil experiência democrática brasileira. O que se experimentou sob o Estado Novo desdobrou-se, repercutindo por anos a fio na vida política nacional, tanto pelos feitos dos seus contendores quanto pelas instituições que foram então edificadas, muitas das quais sobreviveram trazendo a marca dos propósitos daqueles que levaram a experiência a cabo. Nada mais adequado, portanto, do que buscar reunir múltiplos olhares para, de diferentes ângulos, acercarem-se do fenômeno.



9788586187390